

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DE BELÉM

Um olhar sobre o município e as
territorialidades dos CRAS

Belém/PA
2015



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM**Zenaldo Rodrigues Coutinho Junior**

Prefeito Municipal de Belém

FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII - FUNPAPA**Tonya Penna de Carvalho Pinheiro de Souza**

Presidente da FUNPAPA

Maria de Fátima Peixoto Carvalho

Diretora Geral

Ingrid Elizabeth Van Der Ven

Diretora de Assistência Social Básica e Especial

Rosângela do Socorro Sampaio Pinheiro

Diretora Administrativa

Andréa Pinheiro Xerfan

Diretora Financeira

Regina Helena Batista Pereira

Diretora da Assessoria Jurídica

Regina Lúcia Brito Nóbrega

Diretora do Núcleo Setorial de Planejamento

Maria Célia Guimarães Borges

Coordenadora de Vigilância Socioassistencial

Elaboração:

Vigilância Socioassistencial

Jocinete Santos Carvalho (Analista de Sistema)

Maria Célia Guimarães Borges (Assistente Social)

Milene Miranda Lucas (Economista)

Paulo Sérgio Lima da Silva (Antropólogo)

Colaboradores:

Núcleo Setorial de Planejamento

Edy Joy Quadros Lima (Assistente Social)

Lana Patrícia de Lemos Alves (Pedagoga)

Lenir Holanda (Arte educadora)

Meire Ane da Costa (Assist. Administrativo)

Regina Lúcia Brito Nóbrega (Socióloga)

Simone Goretti Netto Aflalo (Psicóloga)

Cleidiane De Lima Corrêa;

Clelia Ribeiro Fernandes;

Conceição Coutinho;

Creusa Noemia Monteiro Freire;

Daniel Silva Dos Santos;

Danieli Ribeiro Pires;

Denilda Maria Do Socorro M. Da Silva;

Djalma Rodrigues Farias;

Domingas Martins;

Doralice Pantoja;

Edilberto Lacerda;

Edilene Rodrigues;

Edinaldo M. Da Silva;

Elaine Piedade;

Eliana Dos Anjos;

Eliana Socorro Dos Santos Oliveira;

Eliete F. Dos Santos;

Elizabeth Leite Pantoja;

Emanoel Antônio Silva Campos

Fátima Monteiro Santos;

Fátima Regina Reis Alves.

Felicidade Leoclecia De Souza Silva;

Francisca Silva;

Gabriella Alves Guimarães;

Geraldo Silvio Vasconcelos De Moraes;

Glaucia Cardoso Reis;

Hamilton Pereira Ribeiro;

Helenice Batista Baia;

Helma Corrêa;

Ilton Ferreira Martins;

Ingrid Da Silva Oliveira;

Isabel Do Socorro Silva Freitas;

Participantes da Consulta às lideranças comunitárias

Abedolino Gonçalves Xavier;

Adriane Castro Soledade;

Adriano Machado Benjamin;

Afonso Sales De Jesus Junior;

Alessandra Pinheiro;

Alzo Silva De Jesus;

Ana Mara Teixeira;

Ana Maria De Oliveira Ferreira;

Ana Vanilda Fernandes;

Andréa Diniz Rodrigues;

Antonia Freitas;

Antonio Pantoja Da Silva;

Antonio Pedro Alves De Freitas;

Aryadne Batista De Jesus;

Benedito De Souza;

Carla Barbosa;

Carlos Andre Valente Avellar;

Carlos Roberto Da Costa Reis;

Carmen Suely Ferreira Pimentel;

Caroline Passos;

Catia Simone De Sousa Pereira;

Círia Gomes De Oliveira;

Cláudia Maria Mathias Cezar;

Israel Fernandes;
Ivone Botelho Dos Santos;
Jadilson Henrique Sousa Da Graça
Jamison A. Pereira;
Jeruza De Almeida;
João Roberto Cemeal;
Jorge Edilson Melo;
José Cirineu Do Espírito Santo;
José João Araújo De Oliveira;
José Maria Da Silva Oliveira;
Jurema Tertuliana Dos Santos Alves;
Kátia Anjos;
Kilvia Grace Lacerda;
Larissa Thais Brito Lopes.
Laudío Edu Marques Moreira;
Laura Fernanda Pimenta De Brito;
Lecy De Fátima Dos Santos Freitas;
Lindalva Maciel Da Silva;
Lucenita S. Da Silva;
Lucia Nazaré De Barros Landeira;
Luciana Ataíde;
Luciana Helena Alexandrino Bittencourt;
Luciana Macêdo;
Luciana Vicente Alves;
Lucidéa Bastos De Sousa;
Lucidete De Sousa Alcântara;
Luiza Carvalho Dos Santos;
Manoel Borges De Sousa;
Manoel Leonardo Costa Borges;
Manuel Felício Santiago;
Marcelo Araújo;
Márcia Aires;
Márcio S. Fonseca;
Maria Barros De Queiros;
Maria Cilene Brito Bezerra;
Maria Cláudia Luchard Monteiro;
Maria Da Glória Moraes De Almeida;
Maria Das Dores Alves Dos Santos;
Maria Das Graças Pereira Dos Santos;
Maria De Fátima Veloso;
Maria De Fátima;
Maria De Nazaré Nunes Costa;
Maria Do Carmo Martins;
Maria Do Rosário Costa Da Silva;
Maria Do Socorro Nunes De Souza;
Maria Do Socorro Veras Sousa;
Maria Graciete Da Cruz;
Maria Irece Pinheiro Da Silva;
Maria Isabel Moraes De Souza;
Maria Joelma A. De Miranda;
Maria José Barros Abreu;
Maria José Dutra De Lima;
Maria Lúcia Carneiro Ferreira;
Maria Miguslina Lopes;
Maria Neuzete Silva;
Maria Raimunda Dias De Sousa;
Marília Mota;
Marlene Soares De Souza;
Marlym Baia Campos;
Mauro Dos Santos Valente;
May Da Costa Mendonça;
Michelle Dos Santos Oliveira;
Miguel F. Dos Santos;
Miguel Pereira Da Silva Lôbo Júnior;
Minéia Neíta Braga Da Silva;
Nadilson Sandro Santos Souto;
Naraci Maria Favacho Lopes;
Nathascha De Almeida;
Nazaré Aguiar;
Nazaré Brito;
Nazaré Oliveira;
Nilda Silva Da Silva;
Norma Carvalho;
Norma Schmitt;
Osmarina Sousa Costa;
Patrícia Reis;
Paula Araújo.
Paula Fabiane De Souza Pereira;
Paulo Afonso Caldeira Dos Santos;
Pedro Paulo Castro Cardoso;

Priscila Da Silva Mesquita;
Raimunda Freire;
Raimunda Nazarena Costa;
Raimundo Miguel Benevides De Souza;
Raimundo Ribeiro Marinho;
Regiane Gomes De Souza;
Reginaldo Monteiro Ferreira;
Rita Machey Barrigas;
Roberto Pereira Da Silva;
Rosa Maria Ferreira Rocha;
Rosângela De Sousa Barros;
Ruth Helena A Souza;
Safira De Lima Corrêa;
Samuel Dos Santos Pantoja;
Selma Lúcia Santos Vilhena;
Sharon Bordó Dos Passos;

Sheila Maria Ribeiro Tapajós;
Shirlene Nazaré Carneiro De Leão;
Sidelma Gama Do Nascimento;
Simone Oliveira Pantoja;
Taise De Ferreira;
Tânia Moraes;
Tatiana N. Santos;
Telma Serrão Rodrigues Mascarenhas;
Teófila Dos Santos Lima;
Turca Maria;
Vanessa P. Da Silva;
Vara Lúcia Lopes;
Vera Lopes;
Walciria Barros;
Zilma Aparecida Ferreira.

Agradecemos também a colaboração dos coordenadores e técnicos dos 12 CRAS assim como a disponibilização de informações pelos CREAS, Centros POP, Centro Dia e Espaços da alta complexidade.

Lista de Abreviaturas e Siglas

Sigla	Descrição
ACESSUAS Trabalho	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
ACANP	Associação de Capoeira Arte Nossa Popular
ACS	Agente Comunitário de Saúde
AMIB	Associação dos Moradores Independentes do Benguí
AMOB	Associação de Moradores do Benguí
APA	Área de Preservação Ambiental
AVAO	Associação Voluntária de Apoio à Oncologia
BHEN	Bacia Hidrográfica da Estrada Nova
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BPM	Bibliotecas Públicas Municipais
CADSUAS	Sistema de Cadastro do SUAS
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAMAR	Espaço de Acolhimento Casa abrigo para Moradores Adultos de Rua
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPSAD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CCU	Central do Cadastro Único
CDP	Companhia das Docas do Pará
CECAD	Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico
Centro Dia	Centro-dia de referência para pessoas com deficiência em situação de dependência e suas famílias
Centro POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CESUPA	Centro Universitário do Estado do Pará
CGM	Coeficiente Geral de Mortalidade
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CODEM	Companhia Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém
COHAB	Companhia de Habitação do Estado do Pará
COMDAC	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
COSANPA	Companhia de Saneamento do Pará
CPSEAC	Coordenação de Proteção Social Especial de Alta Complexidade
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRPP	Conjunto Residencial Paraíso dos Pássaros
DABEL	Distrito Administrativo Belém
DABEN	Distrito Administrativo Benguí
DAENT	Distrito Administrativo Entrocamento
DAGUA	Distrito Administrativo Guamá
DAICO	Distrito Administrativo Icoaraci
DAMOS	Distrito Administrativo Mosqueiro
DAOUT	Distrito Administrativo Outeiro
DASAC	Distrito Administrativo Sacramenta
DATA	Divisão de Atendimento ao Adolescente
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

EAI	Espaço de Acolhimento Infantil
EAPI	Espaço de Acolhimento Provisório Infantil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EF	Ensino Fundamental
EM	Ensino Médio
ERC	Escola Regime de Convênio
ETA	Estação de Tratamento
FASEPA	Fundação da Criança e do Adolescente do Pará
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FUMBEL	Fundação Municipal de Cultura
FUNPAPA	Fundação Papa João XXIII
GEO-SUAS	Sistema de Georreferenciamento do SUAS
GMB	Grupo de Mulheres do Benguí
GTAM	Grupo de Tradições da Amazônia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INSS	Instituto Nacional de Assistência Social
LA	Liberdade Assistida
LBV	Legião da Boa Vontade
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MABE	Museu de Arte de Belém
MABEU	Museu de Arte do CCEU
MAS	Museu de Arte Sacra
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MMIB	Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém
NAF	Núcleo de Atendimento à Família
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do SUAS
ONG	Organização não Governamental
PBF	Programa Bolsa Família
PEA	População Economicamente Ativa
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PMU	Projeto da Macrodrenagem da Bacia do Una
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POC	População Ocupada
PROMABEN	Programa de Sanamento da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova

PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
PSF	Programa de Saúde da Família
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RMB	Região Metropolitana De Belém
SAAEB	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém
SACI	Serviço de Atendimento ao Cidadão
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEASTER	Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda
SEJEL	Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEPOF	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Estado do Pará
SESAN	Secretaria Municipal de Saneamento de Belém
SESC	Serviço Social do Comércio
SESMA	Secretaria Municipal de Saúde
SIGPBF	Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família
SINART	Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico Ltda
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UEF	Unidade de Ensino Fundamental
UEFM	Unidade de Ensino Fundamental e Médio
UEI	Unidade de Educação Infantil
UEIF	Unidade de Ensino Infantil e Fundamental
UEM	Unidade de Ensino Médio
UEPA	Universidade Estadual do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UIPP	Unidade Integrada do PRO PAZ
UNAMA	Universidade da Amazônia
UP	Unidade Pedagógica
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
USF	Unidade de Saúde da Família

Belém do Pará e da Amazônia

*És a bela cidade das mangueiras
Terra de imortal destino
Te conheço desde menino
Grande metrópole e porta de entrada da Amazônia
De bairros populosos e gente hospitaleira.*

(...)

*Belém de vários amores
Da feira do Ver-o-Peso
Do Círio de Nazaré
Das mangueiras frutíferas
Do açaí e do tacacá
Povo de muita fé
Belém da guerra da Cabanagem
Dos versos de Waldemar
Belém que eu te quero bem
Do Coqueiro ao Guamá
Belém da chuva da tarde
Das tribos de índios guerreiros
Aplaudida por um mar de gente
Nas ruas a devoção
Cantos, preces e louvores
Do Telégrafo à Cremação
Do cheiro forte do patchouli
Do Jurunas ao Entroncamento
De Outeiro a Icoaraci*

(...)

*És a Belém do Grão-Pará
Minha querida Belém
Capital imponente
De requintado sabor Marajoara
De riqueza cultural
Do Bar do Parque e do Teatro da Paz
Do Forte do Castelo
De naturalidade influente
És bonita e formosa
Belém terra da gente.*

(Paulo Vasconcellos)

Sumário

Apresentação	07
Introdução.....	08
Metodologia	09
1. Aspectos Situacionais	13
2. Aspectos Demográficos e Mobilidade.....	15
Mobilidade urbana	19
3. Aspectos Econômicos e Mercado de Trabalho.....	21
Mercado de trabalho	22
4. Aspectos Habitacionais.....	25
Condições habitacionais do município.....	26
Déficit habitacional básico de Belém	26
Inadequação dos domicílios	27
Agglomerados subnormais.....	29
Oferta dos serviços de água, esgoto e energia elétrica.....	32
5. Aspectos de Cultura, Esporte e Lazer.....	35
Praças e academias ao ar livre	35
PRO PAZ nos bairros.....	36
Parques, bosques e orlas.....	37
Teatros e cinemas.....	37
Bibliotecas/acervos literários	38
Museus e galerias.....	39
Outros aspectos da identidade cultural de Belém.....	39
Musicalidade	40
Folclore.....	40
Artesanato.....	41
Mercados.....	41
Religiosidade.....	42
Religião Católica	43
Religião evangélica.....	45
Religião espírita.....	46
Religiões de matriz afro.....	47
6. Aspectos Educacionais	49
7. Aspectos de Saúde.....	54
8. Aspectos de Assistência Social.....	57
Proteção Social Básica.....	58
Proteção Social Especial de Média Complexidade	62

Proteção Social Especial de Alta Complexidade	63
Infraestrutura física e de pessoal	66
9. Aspectos de Vulnerabilidade Social	67
Homicídio de crianças e adolescentes.....	67
Homicídio de mulheres.....	68
Pessoas com deficiência	69
Pessoas em situação de rua	70
Violência sexual contra crianças e adolescentes.....	72
Adolescentes em cumprimento de ato infracional.....	76
Territorialidade CRAS	81
CRAS Aurá	82
CRAS Barreiro.....	97
CRAS Benguí.....	112
CRAS Cremação	126
CRAS Guamá	141
CRAS Icoaraci	159
CRAS Jurunas	176
CRAS Mosqueiro.....	189
CRAS Outeiro	205
CRAS Pedreira.....	218
CRAS Tapanã.....	232
CRAS Terra Firme.....	248
Proposições.....	264
Referências.....	269
Anexos	278

Apresentação

É com muita satisfação que apresento aos munícipes de Belém o documento denominado **“Diagnóstico Socioterritorial de Belém: um olhar sobre o Município e as territorialidades de CRAS”**, uma produção técnica da Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA – com informações sistematizadas e multitemáticas, diretamente, relacionadas ao campo da Assistência Social. Um retrato da Cidade a partir de seus diferentes territórios, permitindo uma visão ampliada de suas vicissitudes, vulnerabilidades sociais e potencialidades que fazem dos muitos lugares espaços de trocas, saberes e vivências de um povo que constrói a cada tempo novos significados para sua existência.

Um documento que, apesar de revelar um dado momento histórico se constitui atemporal pelo seu valor técnico-cognitivo, um vetor importante para mensurar os limites e avanços que a Cidade contabiliza às margens de completar 400 anos de história, sobretudo as implicações concernentes ao aprimoramento e consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS –, localmente.

Nessa perspectiva, este documento se apresenta, também, como referência dos novos desafios que esta FUNPAPA assumiu frente às orientações necessárias para um SUAS forte, que vai além do patamar de receber e intervir nas demandas que afetam indivíduos e famílias, cotidianamente, mas de se firmar no compromisso de produzir e analisar conhecimentos primordiais para a oferta de serviços, projetos, programas e benefícios socioassistenciais conectados com a realidade e necessidades anunciadas de suas territorialidades.

Belém, dezembro de 2015.

Tonya Penna de Carvalho Pinheiro de Souza

Presidente da Fundação Papa João XXIII

Introdução

A Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA - tomou para si o desafio de elaborar o Diagnóstico Socioterritorial do município de Belém, um empreendimento que envolveu uma somatória de esforços e intencionalidades, almejando a máxima aproximação das múltiplas realidades presentes em cada território da Cidade das Mangueiras, Belém do Pará. Município cujo povo mantém uma forte ligação entre si e com os elementos naturais, a exemplo da ilustre chuva da tarde que dita o ritmo de nossas atividades cotidianas. Nesse caminho, o Diagnóstico pretende ser uma bússola, indicando possíveis direções a serem tomadas na condução da Política Municipal de Assistência Social.

Pela importância e dimensão, sua construção tomou a forma de uma árdua, estimulante e necessária tarefa que contou, como descreveremos a seguir, com a participação de trabalhadores de diversas políticas setoriais e membros da sociedade civil, em especial lideranças comunitárias dos bairros. Público que compartilhou informações preciosas referentes às potencialidades e fragilidades de seus territórios de atuação profissional ou moradia. Dessa forma, a arquitetura do Diagnóstico dessa cidade ribeirinha e continental seguiu um desenho composto por momentos de mediações e diálogos, um processo participativo que garante legitimidade aos dados e reflexões aqui expostos.

Procurou-se, e espera-se ter conseguido, adotar uma linguagem clara e acessível aos diferentes leitores a cujas mãos chegará esse documento. Objetiva-se ainda que o Diagnóstico sirva de instrumento de planejamento de ações, projetos e planos das unidades públicas setoriais, centros comunitários e entidades dos mais diversos perfis de atuação e público atendido.

Esse Diagnóstico inicia com a cidade amazônica que temos e caminha no sentido de indicar aquela que queremos. Nesse sentido, parte-se de um retrato geral de Belém, prossegue-se abordando as características intraurbanas, e conclui-se com indicativos que, juntos e contextualmente, almejam propiciar uma intervenção qualificada e coerente, isto é, condizente com as demandas e expectativas dos munícipes.

Metodologia

O Estudo Diagnóstico da Territorialidade de Belém, realizado pelo setor de Vigilância Socioassistencial, foi elaborado a partir de dados secundários e primários, tendo caráter qualitativo e quantitativo, sendo as análises fundamentadas não apenas em dados atuais, mas também em séries históricas que demonstraram o acúmulo de demandas, necessidades e tendências.

O Diagnóstico está estruturado em duas partes: a primeira parte traça um panorama socioeconômico geral do município de Belém e a segunda mostra a caracterização das territorialidades dos 12 CRAS atualmente existentes, sendo feita uma análise que tem como unidade mínima o bairro.

Na primeira parte do Diagnóstico foram utilizados dados secundários cujas principais fontes foram: CadÚnico/CECAD, IBGE, PNUD, DATASUS, INEP/MEC e GEO-SUAS. O panorama do Município foi traçado de acordo com nove aspectos: situacionais; demográficos; econômicos; habitacionais; cultura, esporte e lazer; educacionais; saúde; assistência social e, por fim, de vulnerabilidade social.

Na segunda parte, tendo como premissa maior a construção coletiva e objetivando conhecer a realidade socioeconômica local, foram realizadas pesquisas de campo com coleta de informações junto às lideranças comunitárias e profissionais atuantes nas áreas de abrangência dos CRAS de Belém. Além disso, essa etapa conta com cálculo de vulnerabilidade social mensurado para cada territorialidade de CRAS a partir da base do CadÚnico/CECAD (vide anexo nº 01).

A coleta de dados *in loco* na territorialidade dos 12 CRAS teve como público prioritário as lideranças comunitárias de cada território e os técnicos dos CRAS, contando também com a participação de trabalhadores de políticas setoriais que atuavam nos bairros de abrangência. Tendo como objetivo mapear a localização, quantidade e necessidade de equipamentos públicos de saúde, educação, assistência social e segurança, assim como levantar as potencialidades e recursos dos territórios, cada um dos doze encontros contou com as seguintes etapas:

- Dinâmica de apresentação entre equipe da Vigilância Socioassistencial e representantes comunitários;
- Apresentação inicial dos objetivos e importância da área de Vigilância Socioassistencial. Exposição dos objetivos da pesquisa;
- Dinâmica inicial de coleta de informações via tarjetas;
- Coleta de dados através de questionários preenchidos pelos participantes;
- Término: recolhimento dos questionários, agradecimento, avaliação da consulta e considerações espontâneas de participantes sobre as temáticas abordadas.

Os instrumentos de coleta foram tarjetas e questionários. Inicialmente os participantes eram orientados a preencher três tarjetas: Principais demandas do território; soluções para as demandas anteriormente levantadas; recursos e potencialidades do território. Neste último caso, esclarecia-se que deveriam ser considerados os serviços/espacos já disponíveis no território, independente de estarem ou não funcionando a contento.



Consulta às lideranças: Orientações para preenchimento do questionário. Fonte: Vig. Social/Funpapa, 2014.

Após o preenchimento, as tarjetas eram afixadas em um mural.

Utilizaram-se dois modelos de questionários, um para as lideranças comunitárias/trabalhadores, outro para os técnicos dos CRAS. O primeiro buscava capturar a percepção dos participantes sobre a condição de vida em seus bairros, por meio da indicação de áreas mais deficientes, quantificação de oferta dos serviços públicos e atrativos locais. O questionário dos técnicos tinha o intuito de captar seus conhecimentos acumulados sobre a territorialidade, perpassando, entre outros aspectos, as situações de vulnerabilidade e risco que mais identificavam na territorialidade. Ambos os questionários possuíam perguntas abertas e fechadas.

Cada encontro tinha como meta 20 participantes, sendo esta uma amostra não-probabilística intencional. Em algumas consultas, este número ficou abaixo, em outras, acima; a média foi de 15 participantes por consulta.

Para melhor compreensão e apreensão dos aspectos a serem levantados, o estudo embasou-se nos conceitos de:

Vulnerabilidade Social

A vulnerabilidade social é um fenômeno multidimensional, sendo expressão de diversas variáveis e relações, entre elas: condições econômicas, ambientais, características do território, fragilidades ou carências das famílias, grupos ou indivíduos e deficiências da oferta e do acesso a políticas públicas, entre outras (BRASIL, 2013). Assim, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS define como seu público usuário cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos pessoal e social, tais como:

Famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (MDS, 2005, p. 33).

Carneiro e Veiga (*apud* JANCZURA, 2012) afirmam que, nas sociedades baseadas em economia de mercado, a pobreza representa a primeira aproximação da maior exposição a riscos, especialmente em contextos em que famílias pobres não contam com uma rede pública de proteção social, tais como acesso a bens e serviços básicos que possibilitem melhores oportunidades para enfrentar as adversidades. A ausência de recursos materiais provocará outras fragilidades: baixa escolarização, condições precárias de saúde e de nutrição, moradias precárias em locais ambientalmente degradados e condições sanitárias inadequadas. Famílias e pessoas em tais condições de vida contarão com um repertório mais reduzido para enfrentar as adversidades. Nesse sentido, os autores concluem que pessoas, famílias e comunidades são vulneráveis quando não possuem recursos materiais e imateriais (afetivo-relacionais) para enfrentar com sucesso os riscos a que são ou estão sujeitas, nem de capacidades para seguir cursos de ações/estratégias que lhes proporcionem alcançar níveis aceitáveis de segurança pessoal ou coletiva (JANCZURA, 2012, p. 304).

Território

Quando a Política Nacional de Assistência Social coloca como um de seus fundamentos a territorialização, faz isso porque parte da compreensão que é em uma esfera micro, da rua, do bairro, do território, que se desenrola uma multiplicidade de relações sociais, muitas delas marcadas por contextos de desigualdades e espoliação urbana, mas também por sociabilidades, práticas culturais, trocas simbólicas e econômicas específicas de determinados segmentos sociais que habitam e produzem um espaço. Nesse sentido, sabe-se que a noção de território deve ser compreendida enquanto categoria relacional e dependente do contexto, ou seja, todo território, para além de suas fronteiras legais, é percebido como espaço vivido e significado pelos próprios sujeitos em seu agir cotidiano.

Menotti *et al* (2011, p. 44), a partir dos argumentos de Dirce Koga, afirmam que:

A territorialização reveste-se de grande importância no que tange à Vigilância Social. Conhecer o território em que a população vive permite: reconhecer os inúmeros fatores que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade e risco social, assim como permite que se alcance a universalidade de cobertura nas áreas de vulnerabilidade e risco para que as ações, programas e projetos sejam operacionalizados com base no território. É através de estudos territorializados que se tem um diagnóstico da realidade para a intervenção.

CadÚnico

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), criado em julho de 2001, é um instrumento abrangente e relevante que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos. Famílias com renda superior a meio salário mínimo também podem ser cadastradas, desde que sua inserção esteja relacionada à inclusão e/ou permanência em programas sociais implementados pelo poder público.

O CadÚnico é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família. A Administração Federal, por meio de um sistema informatizado, consolida os dados coletados. Dessa forma as informações também podem ser utilizadas pelos governos estaduais e municipais para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando o desenvolvimento de políticas sociais locais.

Assim, o CadÚnico permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, reunindo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família¹. Tais características se mostraram apropriadas para escolher o CadÚnico como fonte de dados para a criação de indicadores deste estudo diagnóstico.

¹ Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>>. Acesso em: 07/04/14.

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM

1 Aspectos Situacionais

A cidade de Belém, capital do estado do Pará, situada na região Norte do país, é considerada uma das maiores cidades entrecortadas pela linha do Equador, tendo por coordenadas a latitude 01° 27' 20" Sul e a longitude 48° 30' 15" W-Gr. Situa-se às distâncias de 1.585,5 km da capital da República Federativa do Brasil, Brasília, de 329,5 km de Macapá/AP e de 3.175,9 km de Porto Alegre/RS, em linha reta, essa a capital mais próxima e esta a capital mais longínqua².

Entre seus limites, encontra-se ao norte a Baía do Marajó (rio Pará), a oeste o Arquipélago do Marajó, ao sul o município de Acará e a leste os municípios de Ananindeua, Santa Bárbara do Pará e Santo Antônio do Tauá.

O município de Belém ocupa uma área territorial de 506,5019 km², dos quais 176,5658 Km² são terras continentais e 329,9361 Km² são terras insulares compostas por 39 ilhas entremeadas por uma extensa hidrografia, visto se tratar de um município com grande área litorânea, formada pelos rios Amazonas, Guamá, Acará e Maguari. No território insular, destacam-se as ilhas de Mosqueiro, Caratateua (Outeiro) e Cotijuba, banhadas pela Baía do Guajará, as quais concentram, em suas orlas, uma grande quantidade de praias. Fazem parte dessa hidrografia as baías do Marajó, um dos principais acidentes geográficos do país, e de Guajará, onde deságuam os rios Guamá, Acará e Moju.

O clima no município é equatorial – quente e úmido – verificando-se uma precipitação média por volta de 2.834 mm, com temperatura média de 25° C em fevereiro e 26° C em novembro. A altitude máxima de Belém é por volta do distrito de Mosqueiro, 25 metros e na área urbana é em torno de 4 metros³.

Quanto à estrutura organizacional, a capital paraense integra a Região Metropolitana de Belém - RMB, como unidade central desse aglomerado de municípios limítrofes, composto por Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Isabel do Pará (Lei Federal nº 14 de 08.06.1979 e Lei Complementar Estadual nº 27 de 19.10.1995 e nº 72 de 20.04.2010).

Para sua organização político-administrativa, o Município está dividido, segundo a lei Municipal 7.686 de 05 de janeiro de 1994, em 08 (oito) Distritos Administrativos, que agregam os 71 bairros e 39 ilhas, conforme o Quadro nº 01.

² Fonte: SEGEP. **Anuário Estatístico do Município de Belém**. Belém, 2012.

³ Fonte: Ibidem.

Quadro nº 01 – Organização Político-Administrativa do Município de Belém/PA

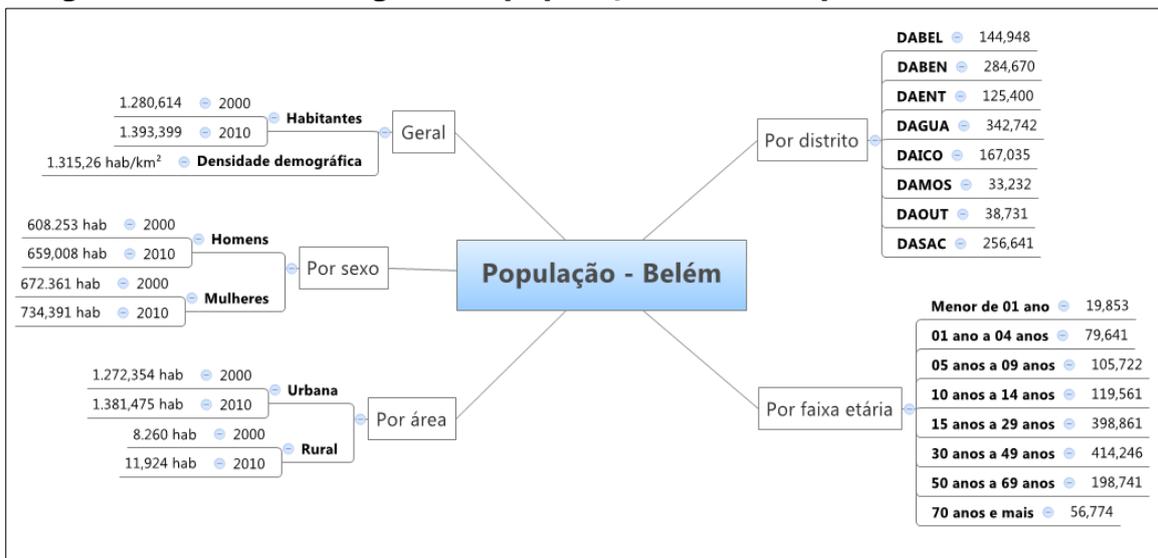
DISTRITO ADMINISTRATIVO	REFERÊNCIA	COMPOSIÇÃO (BAIRROS E ILHAS)
DABEL	Belém	Bairros: Reduto, Campina, Nazaré e parte dos bairros do Marco, Umarizal, São Brás, Guamá, Cremação, Batista Campos, Cidade Velha, Jurunas e Canudos
DAGUA	Guamá	Bairros: Montese (Terra Firme), Condor e parte dos bairros do Jurunas, Batista Campos, Cidade Velha, Cremação, Guamá, Canudos, São Brás, Marco e Curió-Utinga
DASAC	Sacramenta	Bairros: Sacramento, Maracangalha, Miramar, Barreiro, Telégrafo, Pedreira, Fátima e parte dos bairros da Marambaia, Marco, Umarizal e São Brás
DABEN	Benguí	Bairros: Tapanã, Coqueiro, Pratinha, São Clemente, Parque Verde, Benguí, Cabanagem, Una e parte do bairro do Mangueirão
DAICO	Icoaraci	Bairros: Cruzeiro, Ponta Grossa, Maracacuera, Campina de Icoaraci, Águas Negras, Agulha, Paracuri, Parque Guajará e Tenoné
DAENT	Entroncamento	Bairros: Val-de-Cães, Souza, Castanheira, Guanabara, Águas Lindas, Aurá, Universitário e parte dos bairros do Curió-Utinga, Mangueirão e Marambaia
DAMOS	Mosqueiro	Ilhas: Mosqueiro , São Pedro, Maracujá, Pombas, Papagaio, Canuari, Conceição, Maruim I, Maruim II e 04 ilhas sem denominação. Bairros: Maracajá, Vila, Mangueiras, Praia Grande, Aeroporto, Farol, Chapéu Virado, Natal do Murubira, Porto Arthur, Murubira, Ariramba, São Francisco, Bonfim, Carananduba, Marahu, Caruara, Paraíso, Sucurijuquara e Baía do Sol
DAOUT	Outeiro	Ilhas: de Outeiro (Caratateua) , Santa Cruz, Jutuba, Coroinha/Nova, Croinha, Urubuoca/Paquetá-Açu Cotijuba, Itatuoca, Urubuoca/Papagaios/Jararaca, Barra/Patos/Jararaquinha, Redonda/Jararaca/Longa, Patos/Nova/Mirim, Cruzador, Fortinho, Fortim/Barra, Cintra/Maracujá, Marineira/Combu, Murutura/Murutucu, Paulo da Cunha/Grande, Poticarvônia/Ilhinha, Negra, Viçosa e 06 ilhas sem denominação. Bairros: Água Boa, Brasília, São João do Outeiro e Itaiteua.

Fonte: CODEM/SEGEP, Anuário Estatístico de Belém 2012.

2 Aspectos Demográficos e Mobilidade

Belém possui, segundo o censo IBGE/2010, uma população de 1.393.399 habitantes, dos quais 659.008 homens e 734.391 são mulheres; 1.381.475 são residentes da área urbana e 11.924 são residentes da área rural. O Diagrama nº 01 abaixo demonstra como se distribui a população de Belém entre a faixa etária, sexo, área e distrito e sua evolução entre os anos de 2000 e 2010.

Diagrama nº 01 – Visão geral da população do município de Belém



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2014.

Pela leitura do diagrama, é possível visualizar que na década de 2000 a 2010 o crescimento populacional observado no Município foi de 112.785 habitantes, representando um crescimento de 8,8% em termos relativos. Além disso, a população rural, que em 2000 correspondia a 0,64% do total da população, passou a representar 0,86% do universo total em 2010, observando-se um discreto crescimento da população rural no interstício de dez anos, diferentemente da tendência do Brasil e da Região Norte. No Brasil, a população rural diminuiu a sua participação de 18,77% do total em 2000 para 15,64% em 2010; na Região Norte, passou de 30,17% para 26,47% no último Censo. Apesar deste pequeno crescimento, ainda é notória a diferença na composição entre a população rural e urbana do município em relação ao país e, principalmente, à Região Norte.

Referente à população por sexo, de 2000 para 2010 houve um leve crescimento na população de mulheres e uma leve diminuição na população de homens, ambos em torno de 0,2%; o percentual de homens passou de 47,50% para 47,30% e o de mulheres de 52,50% em 2000 para 52,70% em 2010.

Observando os resultados do Censo 2010, nota-se que o distrito mais populoso é o DAGUA (342.74 hab.) e o menos populoso é o DAMOS (33.232 hab.); a maior concentração populacional está nas faixas etárias 30 a 49 anos (414.246 hab.), seguida por 15 a 29 anos (398.861 hab.) e a menor concentração populacional nas faixas etárias menor de 01 ano (19.853 hab.) e 70 anos ou mais (56.774 hab.).

O Quadro nº 02 a seguir exibe a quantidade de pessoas residentes em cada um dos 71 bairros, juntamente com a área territorial ocupada por esses setores espaciais e suas respectivas densidades demográficas. Em sua análise, observa-se que o bairro com menor área territorial é Porto Arthur (0,2774 km²) e o com maior é Curió-Utinga (29,7664 km²). Quanto ao contingente e densidade populacional, o bairro do Marahu apresenta menores valores: 132 e 49,73, respectivamente. Por outro lado, o bairro com maior contingente populacional é o Guamá (94.610 hab.) e o com maior densidade demográfica é o Barreiro (28035,58).

Quadro nº 02 – Distribuição populacional, área e densidade demográfica por bairro

Bairro	População (hab.)	Área (km ²)	Densidade Demográfica (hab/km ²)
Aeroporto	1.170	0,4455	2626,263
Água Boa	8.553	1,4574	5868,67
Águas Lindas	17.520	2,9655	5907,941
Águas Negras	6.890	5,0518	1363,87
Agulha	19.712	1,2267	16069,13
Ariramba	1.942	3,7593	516,5855
Aurá	1.827	6,8439	266,9531
Baía do Sol	2.414	7,5194	321,0363
Barreiro	26.003	0,9275	28035,58
Batista Campos	19.136	1,4271	13409,01
Benguí	29.379	1,9729	14891,28
Bonfim	776	6,4335	120,6186
Brasília	6.019	2,7768	2167,603
Cabanagem	27.781	1,6967	16373,55
Campina	6.156	1,0281	5987,744
Campina de Icoaraci	26722	2,3644	11301,81
Canudos	13.804	0,7773	17758,91
Carananduba	5.445	3,4824	1563,577
Caruara	794	2,8793	275,7615
Castanheira	24.424	2,1176	11533,81
Chapéu Virado	1.159	1,2995	891,8815
Cidade Velha	12.128	1,2579	9641,466
Condor	42.758	1,7088	25022,24
Coqueiro	51.776	6,8641	7543,014
Cremação	31.264	1,4751	21194,5
Cruzeiro	11.644	1,5371	7575,304
Curió-Utinga	16.642	29,7664	559,0868

Farol	851	0,8973	948,4008
Fátima	12385	0,6189	20011,31
Guamá	94.610	4,1754	22658,91
Guanabara	1.588	0,7101	2236,305
Ilha de Cotijuba	3.365	15,8071	212,879
Itaitéua	1.939	2,1126	917,8264
Jurunas	64.478	2,3582	27342,04
Mangueirão	36.224	6,119	5919,922
Mangueiras	2851	4,1854	681,1774
Maracacuera	13.681	6,998	1954,987
Maracajá	3345	3,6865	907,3647
Maracangalha	30.534	1,9922	15326,77
Marahu	132	2,6542	49,7325
Marambaia	66.708	5,0318	13257,28
Marco	65.844	4,8923	13458,7
Miramar	515	1,4738	349,4368
Murubira	1.519	2,1873	694,4635
Natal do Murubira	1.098	0,506	2169,96
Nazaré	20.504	1,5132	13550,09
Paracuri	9.934	2,5316	3924,001
Paraíso	315	2,2551	139,6834
Parque Guajará	34.778	5,5865	6225,365
Parque Verde	39.126	5,0968	7676,581
Pedreira	69608	3,6834	18897,76
Ponta Grossa	13.245	1,2768	10373,59
Porto Arthur	283	0,2774	1020,187
Praia Grande	748	0,5503	1359,259
Pratinha	22.589	3,2842	6878,083
Reduto	6.373	0,8217	7755,872
Sacramenta	44.413	2,3733	18713,61
São Brás	19.936	1,6263	12258,5
São Clemente	7.714	1,1898	6483,443
São Francisco	2.438	2,3641	1031,259
São João do Outeiro	12.134	5,5875	2171,633
Souza	13.190	4,113	3206,905
Sucurijuquara	1.074	7,5967	141,3772
Tapanã	66.669	9,9935	6671,236
Telégrafo	42.953	2,2232	19320,35
Tenoné	30.429	6,5806	4624,046
Terra Firme	61.439	2,4366	25215,05
Umarizal	30.090	2,6295	11443,24
Una	6.724	0,8882	7570,367
Universitário	2.557	4,5739	559,0415
Val-de-Cães	7.032	8,7648	802,3001
Vila	3.040	1,446	2102,351

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

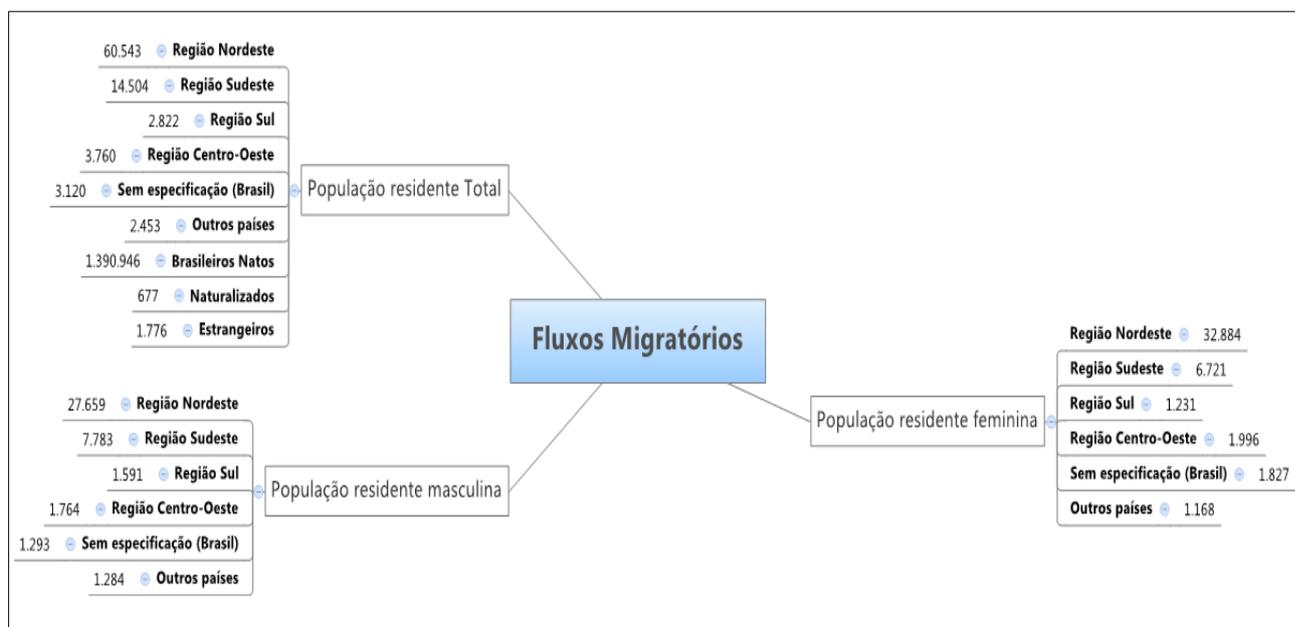
Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2014.

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

A esperança de vida ao nascer (longevidade) dos residentes no município de Belém, segundo o censo de 2010, é de 74,33 anos. Isto representa um aumento de 3,8 anos em relação ao censo de 2000, cuja longevidade correspondia a 70,50 anos. Já a taxa de fecundidade – filhos por mulher – recuou de 2000 para 2010, passando de 2,0 para 1,7.

Um dos componentes importantes para se analisar a composição populacional são os fluxos migratórios (movimento de entrada e saída de pessoas) visto que os deslocamentos inter e intrarregionais se tornam cada vez mais constantes. O fluxo migratório de pessoas residentes no município de Belém, dividido por região/país de origem e por sexo é exibido de forma geral no Diagrama nº 02 a seguir.

Diagrama nº 02 – Visão geral do fluxo migratório populacional do município de Belém



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA,2014.

Observa-se no diagrama que o contingente populacional oriundo da Região Nordeste é o mais elevado, 60.543 pessoas, das quais 27.659 são do sexo masculino e 32.884 do sexo feminino. Por sua vez, o número de residentes oriundos da Região Sul é o menor, 2.822 pessoas. O total de residentes brasileiros natos é 1.390.946 pessoas enquanto que o de brasileiros naturalizados são 677 e o contingente de estrangeiros é de 1.776 pessoas.

Um recorte relevante a ser feito sobre a população da capital paraense é referente à presença de um grupo tradicional típico da Amazônia, os ribeirinhos. Mesmo Belém possuindo uma população predominantemente urbana, existem, entre seus habitantes, pessoas que moram às margens dos rios e estabelecem com eles

uma relação de sobrevivência e que, apesar de residirem próximo ao centro urbano, possuem uma dinâmica de vida diferenciada dos moradores da cidade. No Censo Demográfico 2010 não há uma contagem específica sobre o número de famílias ribeirinhas no Município; tomando-se como aproximação o número de pessoas que trabalhavam na agropecuária, serviços florestais, caça e pesca o número é de 5.051 pessoas.

De acordo com o SIGPBF/2014, no Cadastro Único dos Programas sociais (CadÚnico), até junho estavam listadas 320 famílias classificadas como ribeirinhas no município de Belém, somando 960 pessoas.

Mobilidade urbana

A mobilidade urbana está ligada ao deslocamento de pessoas e cargas no espaço urbano. Ela se efetiva através dos veículos, vias, passeios, dentre outros meios que possibilitam o ir e vir⁴. A política de mobilidade urbana deve estar articulada com outras políticas públicas para lograr êxito, como a habitação e o saneamento básico. Os municípios possuem um papel fundamental na mobilidade, por serem os executores diretos desta política.

A mobilidade no espaço urbano deve estar orientada pelas inúmeras variáveis que afetam o deslocamento das pessoas e cargas, atentando, dentre outros fatores, para a circulação, a acessibilidade, o uso e ocupação do solo e o meio de transporte utilizado. Neste último, existe hoje uma clara orientação, posta inclusive na Lei de Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para que se priorizem os transportes não motorizados e também os coletivos.

O meio de transporte mais utilizado na região é o rodoviário coletivo, seguido pelo hidroviário e o aeroviário; não há ferrovias. A respeito do transporte rodoviário coletivo, Belém contava, segundo o Anuário Estatístico do Município de 2012, com uma frota composta por 959 ônibus, distribuídos entre 17 empresas concessionárias de transporte coletivo que trafegam no município e na Região Metropolitana.

O transporte rodoviário intermunicipal e interestadual tem como principal referência o terminal rodoviário Hildegardo da Silva Nunes, por onde transitaram, em

⁴ A Lei Nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana define, em seu Art.3º, inciso 3º, como infraestrutura de mobilidade urbana:

I - vias e demais logradouros públicos, inclusive metroferrovias, hidrovias e ciclovias;

II - estacionamentos;

III - terminais, estações e demais conexões;

IV - pontos para embarque e desembarque de passageiros e cargas;

V - sinalização viária e de trânsito;

VI - equipamentos e instalações; e

VII - instrumentos de controle, fiscalização, arrecadação de taxas e tarifas e difusão de informações.

2011, entre embarques e desembarques intermunicipais e interestaduais, 2.002.643 e 131.829 passageiros, respectivamente, segundo a SINART (Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico Ltda). A principal via de acesso rodoviário ao Município é a BR 316.

O transporte fluvial é uma importante fonte de mobilidade em Belém, favorecido pela sua extensa hidrografia. A capital paraense é servida por inúmeros portos distribuídos ao longo de sua orla, sendo o porto de Belém (situado na baía do Guajará) um dos mais importantes da região Norte, ocorrendo intensa movimentação de passageiros e cargas. De acordo com a Companhia das Docas do Pará (CDP), em 2011, a movimentação de cargas no porto de Belém foi de 708.676 toneladas e de 478.906 passageiros. A UFPA realizou em 2011 um levantamento do transporte fluvial no Estado; nele, identificaram 64 terminais no Pará, dos quais 30 estavam concentrados na capital. A linha com mais embarcações era Belém-Barcarena, com 9, seguida por Belém-Muaná, com 6. As linhas com maiores demandas de passageiros por ano eram Belém-Portel, com 166.368 e Belém-Muaná, com 132.864 passageiros.

Em 2014, foi inaugurado o Terminal Hidroviário do Porto de Belém Luiz Rebelo Neto, situado no Galpão 9 da CDP, com a previsão de atendimento de 60 mil pessoas por mês e uma média de 1,5 milhão por ano.

O transporte fluvial, além de importante, é muito característico na região. Existe uma relação estreita da cidade com as ilhas e mesmo com outros municípios que se efetiva pelas vias fluviais. O trânsito é sistemático de passageiros e cargas; de ribeirinhos que vêm à cidade em busca de serviços diversos e também para escoar suas produções de artigos típicos como o açaí, farinha, frutas e peixes da região⁵. Esse fluxo, principalmente o que se refere ao escoamento da produção, ocorre muitas vezes em embarcações próprias, o que dificulta sua quantificação.

Em relação ao transporte aéreo, o aeroporto internacional de Belém (Val-de-Cães) é o centro do transporte aeroviário do município, de onde ocorrem decolagens para as principais capitais do Brasil e para algumas cidades fora do país. De acordo com a Infraero, em 2013, ocorreram 54.008 pousos e decolagens no aeroporto de Belém entre voos domésticos e internacionais, representando 32% do movimento da Superintendência Regional do Norte⁶ e 26% do aeroporto mais movimentado do país, Congonhas (SP), que registrou 209.555 pousos e decolagens em 2013.

⁵ Movimento pela Defesa dos Portos Públicos de Belém. **Nova cartografia Social da Amazônia:** Ribeirinhos das ilhas de Belém. Belém, 2008.

⁶ A Superintendência Regional do Norte é composta, além do Aeroporto Internacional de Belém, pelos aeroportos de Carajás (PA), Altamira (PA), Imperatriz (MA), Marabá (PA), Macapá (AP), São Luís (MA) e pelo aeroporto de Santarém (PA).

3 Aspectos Econômicos e Mercado de Trabalho

Dentre os aspectos econômicos relevantes, cabe destacar a produção e a organização dos bens e serviços entre os setores econômicos, mensurados pelo Produto Interno Bruto (PIB) e também verificar como a geração de riqueza está se comportando frente ao tamanho da população, medida pelo PIB *per capita*.

O PIB contabiliza o valor dos bens e serviços finais produzidos em um território econômico, uma das mais importantes medidas agregadas. Belém, em 2010, possuía o 2º maior PIB da Região Norte, com um total de R\$ 17,98 bilhões, estando atrás apenas de Manaus, que possuía um PIB bem superior, de R\$ 48,59 bilhões. Em 2011, houve uma perda relativa de participação do Município no PIB estadual de modo que Parauapebas passou a ocupar a 1ª posição com um PIB de R\$ 19,897 bilhões contra R\$ 19,667 bilhões de Belém, conforme a Quadro nº 03.

A capital paraense seguiu o movimento observado no conjunto das capitais brasileiras as quais tiveram suas participações reduzidas no PIB ao longo dos anos; entretanto, dentre as capitais, apenas Belém e Florianópolis não ocuparam a primeira posição em relação ao PIB de seus estados.

Quando comparado aos 100 maiores municípios do Brasil, o PIB de Belém ocupa a 26ª posição, apresentando uma leve queda em relação à posição ocupada em 2002, quando possuía um PIB de 7,78 bilhões e estava na 25ª posição entre os 100 maiores municípios.

Dentro da estrutura produtiva do Município, a participação do setor de serviços no PIB é predominante, seguido pelos setores industrial e agropecuário; o valor adicionado de cada um dos três setores no PIB de 2011 é 84,6%, 15,2% e 0,2%, respectivamente.

Quadro nº 03 – Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto *per capita*, Belém – 2002-2011

ANO	PIB (R\$ MIL)	PIB PER CAPITA (R\$)
2002	7.780.911	5.815
2003	8.838.679	6.496
2004	10.348.720	7.464
2005	11.277.478	8.022
2006	12.520.258	8.765
2007	13.842.632	9.826
2008	15.286.066	10.734
2009	16.568.144	11.525
2010	17.987.323	12.922
2011	19.666.725	14.027

Fonte: IBGE, SEPOF, IDESP.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2013.

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

O PIB *per capita* (relação PIB/população) apresentado no Quadro nº 03 acima é uma medida muito referenciada quando se trata de avaliar o desenvolvimento de um território. Como mostrado no Quadro nº 03, o PIB *per capita* do município de Belém mais do que dobrou entre 2002 e 2011, com um aumento aproximado de 141%, indicando que o crescimento do PIB foi superior ao crescimento demográfico no Município.

Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho é um dos aspectos fundamentais para o entendimento da dinâmica socioeconômica de um território, porque ele é reflexo tanto do nível de desenvolvimento da economia quanto do avanço nos indicadores sociais. No Brasil, o mercado de trabalho passou por recentes modificações ensejadas, principalmente, pelo crescimento da sua economia nos anos 2000, o qual fez com que o desemprego registrasse as suas menores taxas, e também a melhora nos níveis educacionais, que aumenta significativamente a qualificação da mão de obra. Esse movimento de melhora pode ser verificado no município e na Região Metropolitana de Belém, como se verá através dos indicadores selecionados, muito embora o desempenho do mercado de trabalho, tanto em nível nacional quanto local, ainda careça de sensíveis avanços.

Dentre os dados mais significativos quando se trata de avaliar o mercado de trabalho, está o tamanho da População Economicamente Ativa (PEA)⁷; a taxa de ocupação/desocupação e a remuneração da mão de obra. O Quadro nº 04 apresenta o comportamento da PEA, da taxa de atividade (relação entre a PEA e o total de pessoas) e a taxa de desocupação (proporção de pessoas desocupadas em relação à PEA) entre 2000 a 2010, referente ao município de Belém.

Quadro nº 04 – População de 10 anos ou mais de idade economicamente ativa e ocupada, Belém – 2000/2010

INDICADORES	2000	2010
População de 10 anos ou mais	1.039.895	1.188.026
População Economicamente Ativa – PEA	568.521	663.589
População Ocupada – POC	460.540	595.399
Taxa de Atividade	54,67	55,86
Taxa de Desocupação	18,99	10,28

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010, IDESP, SEPOF

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2013.

⁷ O IBGE passou a utilizar Pessoas na Força de Trabalho como nova nomenclatura para População Economicamente Ativa (PEA), em conformidade com as recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT, adotadas na última Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho - 19ª CIET, realizada em 2013.

Um dado importante contido no Quadro nº 04 é a redução observada na taxa de desocupação neste período, que passou de 18,99% em 2000 para 10,28% em 2010, indicando que o mercado de trabalho local absorveu maior quantidade de mão de obra.

Em relação ao rendimento, houve uma melhora ao longo dos anos 2000. O valor do rendimento médio mensal da população de 10 anos ou mais na RMB passou de R\$ 309,00 em 2001 para R\$ 752 em 2011, segundo dados da PNAD/IBGE. Esse aumento foi observado em todas as principais regiões metropolitanas do país, entretanto, a variação no crescimento ocorreu de modo distinto entre elas.

A RMB foi a que teve a terceira maior elevação no rendimento, com um acréscimo 143% entre 2001 e 2011, ficando apenas atrás das Regiões Metropolitanas de Salvador e Belo Horizonte, onde o crescimento foi de 162% e 170%, respectivamente. Com este crescimento, a RMB deixou de ocupar a última posição em relação ao rendimento, passando à frente das RMs de Fortaleza e de Recife.

No entanto, cabe mencionar que, embora a variação no rendimento tenha sido positiva nesse período, em termos absolutos ainda persiste uma diferença significativa em relação ao rendimento médio recebido pelos trabalhadores das RMs do eixo sul-sudeste, que em 2011 era liderada pela RM de Curitiba com R\$1.232,00 seguida pelas RMs de Porto Alegre, R\$ 1.228,00 e de São Paulo, R\$ 1.216,00.

Considerando o número de pessoas ocupadas recebendo menos de 1 salário mínimo, um indicador negativo no mercado de trabalho, observa-se um crescimento nesse quantitativo em todas as regiões metropolitanas pesquisadas. Na Região Metropolitana de Belém, esse aumento foi de 44% de 2001 para 2012, o segundo maior, perdendo apenas para a RM de São Paulo, onde o aumento foi de 46%.

Um avanço relevante observado no mercado de trabalho está relacionado com o perfil das pessoas ocupadas, no qual se verificou que uma proporção maior de pessoas com escolaridade mais elevada está ocupando o mercado. Em 2001, 8,37% das pessoas ocupadas na RMB possuíam 15 anos ou mais de estudo; em 2011, passou para 12,07%. Importante salientar que a RMB não está muito atrás das demais regiões metropolitanas neste quesito, havendo uma diferença mais expressiva apenas em relação às RMs do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde a proporção de trabalhadores com 15 anos ou mais de estudo era, em 2011, de 17,98% e 18,60%, respectivamente, de acordo com a Pnad. No mais, a RMB segue a tendência verificada em todas as principais RMs onde a maior proporção da população ocupada se concentra entre as pessoas com 11 a 14 anos de estudo, as quais respondem, em média, por 41% do total de ocupados; na RMB esse percentual é de 41,92%.

Por outro lado, ainda persiste um péssimo indicador no mercado de trabalho brasileiro, e na RMB em especial, que é o expressivo número de trabalhadores no setor informal, representado em parte pelos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada. Na RMB, segundo dados de 2012, 25% dos empregados se encontravam nesta situação, totalizando 146 mil trabalhadores. A situação só não é pior que a da RM de Fortaleza, onde a proporção de trabalhadores sem carteira assinada chegou a 28%. Esses valores não estão tão distantes da taxa média verificada entre as RMs, que ficou em torno de 20%. A composição do total de empregados na RMB está assim distribuída, de acordo com o Quadro abaixo.

Quadro nº 05 – Empregados de 10 anos ou mais de idade no trabalho principal, Região Metropolitana de Belém – 2012

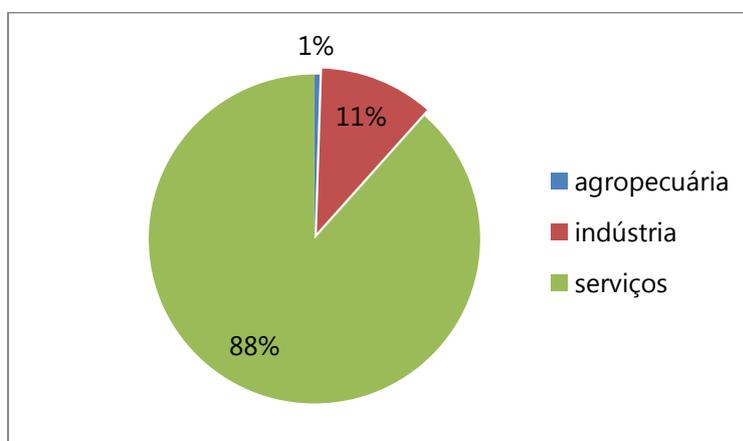
CATEGORIA	ABSOLUTO	RELATIVO
Com carteira de trabalho assinada	330.000	58%
Sem carteira de trabalho assinada	146.000	25%
Militares e funcionários públicos estatutários	97.000	17%
Total	573.000	100%

Fonte: PNAD/IBGE, 2012

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2013.

Por fim, cabe destacar que em Belém os vínculos empregatícios estão concentrados no setor de serviços, seguido pela indústria e agropecuária – esta última com uma participação ínfima como era de se esperar, em se tratando de um centro urbano. Isto é reflexo do peso que cada um desses setores possui no PIB do Município, como já apontado, onde o setor de serviços responde por aproximadamente 85% do PIB. Os vínculos empregatícios estão distribuídos conforme mostra o Gráfico nº 01.

Gráfico nº 01 – Vínculos empregatícios por setor econômico, Belém – 2010



Fonte: RAIS, IDESP.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2013.

4 Aspectos Habitacionais

A cidade de Belém, desde sua fundação em 1616, até o final do século seguinte, cresceu em extensão seguindo as margens do Rio Guamá e da Baía do Guajará. Nessa época, a ocupação era realizada apenas em terrenos de cotas mais altas, enquanto que as áreas de cotas baixas (abaixo de 4,0 metros) permaneciam desocupadas. Somente a partir dos anos finais do século XVIII, o primeiro núcleo urbano de Belém iniciou seu processo de interiorização e adensamento, e as áreas de cotas baixas, anteriormente rejeitadas, foram gradualmente sendo ocupadas (ARAÚJO *et al*, 2012; SUDAM/DNOS/GOVERNO DO PARÁ, 1976; DUARTE, 1997).

Sabe-se assim que havia em Belém, até a década de 1950, uma tendência de limitar a expansão da cidade à chamada Primeira Légua Patrimonial⁸. Até a década de 1960 o centro da cidade já está consolidado, momento no qual se acelera o processo de verticalização, marcado pela intensa especulação imobiliária. Segundo alguns pesquisadores, a partir da década de 60, com a ocupação da Segunda Légua Patrimonial, a cidade se dividiu em duas partes bastante distintas: o centro e a periferia, estando estas partes fisicamente separadas pelo "cinturão institucional"⁹. O centro da cidade, que ocupa a Primeira Légua Patrimonial, é a área melhor provida de infraestrutura, acessibilidade, disponibilidade de serviços urbanos e onde as localizações são mais dispendiosas (NAHON & HOLANDA, 2000). Por sua vez, a Segunda Légua não teve uma ocupação baseada em um plano de alinhamento, tão pouco houve controle urbanístico do setor público sobre o uso das terras.

Nesse sentido, pesquisadores destacam que a população que passou a se estabelecer nas áreas baixas da cidade, em geral, possuía baixo poder aquisitivo e era oriunda do interior do Estado, tendo vindo em busca das perspectivas oferecidas pela cidade em desenvolvimento. Assim, o processo do êxodo rural, aliado, futuramente, ao grande déficit habitacional enfrentado pelo país em meados do século XX, foram os responsáveis pela célere ocupação das baixadas de Belém (SUDAM/DNOS/GOVERNO DO PARÁ, 1976).

⁸A Primeira Légua Patrimonial refere-se à área da cidade que foi ocupada desde sua origem no Forte do Presépio até o bairro do Marco, contemplando os bairros centrais de Belém na atualidade. Ademais existe a Segunda Légua Patrimonial que se caracteriza por ser área de expansão da cidade em direção a Rodovia Augusto Montenegro e da BR316 (em direção à Belém/Brasília) (VELOSO, 2011).

⁹ Instituições públicas localizadas nos terrenos mais altos da capital, tais como: Empresa Brasileira de Correios, Embrapa, UFPA, Faculdade de Ciências Agrárias (FCAP), Aeroporto, Marinha etc.

Condições habitacionais do município

Segundo dados do IBGE, em 2010 o município de Belém contava com 368.877 domicílios particulares permanentes, registrando um aumento de 19,66% em relação ao ano 2.000 quando eram 296.352 domicílios.

Registra-se, como demonstrado no Quadro nº 06, que do total de domicílios particulares constantes no ano de 2010, mais de 79% eram próprios. Comparativamente, o ano de 2000 registrava 82% de domicílios próprios. Os domicílios alugados apresentaram aumento de 78% entre os anos analisados. A relação entre o número de habitantes e o número de unidades domiciliares em 2010 ficou em 3,78.

Quadro nº 06 – Domicílios particulares permanentes, por condição de ocupação do domicílio 2000/2010

Ano	Total	Condição de ocupação do domicílio			
		Próprio	Alugado	Cedido	Outra
2000	296.352	244.034	33.799	13.188	5.331
2010	368.877	291.788	60.154	14.551	2.383

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Déficit habitacional básico de Belém

Déficit habitacional básico se refere à soma da coabitação familiar, dos domicílios improvisados e dos rústicos. O item coabitação familiar reporta às famílias residentes em cômodos¹⁰ e aquelas que são conviventes secundárias¹¹ e que desejam constituir novo domicílio. O conceito de domicílios improvisados engloba todos os locais e imóveis sem fins residenciais e lugares que servem como moradia alternativa (imóveis comerciais, embaixo de pontes e viadutos, barracas, carcaças de carros abandonados e cavernas, entre outros), indicando a carência de novas unidades domiciliares. Já os domicílios rústicos são aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada.

Desta forma, a Secretaria Municipal de Habitação de Belém (2012), partindo da projeção do Déficit Habitacional Básico para o ano de 2007 elaborado por COHAB-PA/IDESP-PA (2009), realizou nova projeção para o ano de 2010, conforme Quadro nº 07.

¹⁰ Cômodos são domicílios particulares compostos por um ou mais aposentos localizados em casa de cômodo, cortiço, cabeça-de-porco etc.

¹¹ Segundo o critério do IBGE, as famílias conviventes secundárias são aquelas constituídas por, no mínimo, duas pessoas, ligadas por laço de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, e que residem no mesmo domicílio com outra família, denominada principal.

Quadro nº 07 – Déficit Habitacional Básico absoluto por domicílio, município de Belém, 2000/2010

Município	Déficit Total 2000*			Déficit Total 2010**		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Belém	73.977	73.570	407	69.203	68.822	381

Fonte: IBGE/FJP/IDESP. Elaboração e Cálculo: IDESP/SEPOF.

(*) Déficit baseado nos dados da Fundação João Pinheiro (FJP).

(**) Cálculo da projeção do Déficit Habitacional para 2010 a partir do Cálculo de COHAB-PA/IDESP, 2009 e do Censo Demográfico 2010, IBGE.

Nota: Utilizou-se o total da FJP para os municípios disponíveis e a redistribuição foi realizada com base nos totais de cada microrregião e dados da BME do IBGE / Censo 2000.

Observa-se redução de 6,5% no déficit habitacional entre os anos 2000 e 2010. Verifica-se, ainda, que o déficit se concentra nas áreas urbanas. Nesse sentido, os componentes do déficit de Belém indicam preponderância de domicílios com famílias conviventes, sendo tal característica recorrente nos anos 2000, 2007 e 2010, conforme o Quadro nº 08 abaixo.

Quadro nº 08 – Estimativa dos componentes do Déficit Habitacional Básico Belém, 2000, 2007 e 2010

Especificação	FJP 2000			Projeção COHAB/IDESP 2007			Projeção DHB 2010			
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	%
Domicílios Improvisados	629	601	28	573	548	26	588	562	26	0,84
Famílias Conviventes	56.652	56.469	183	51.632	51.465	167	52.996	52.852	171	76,37
Cômodos (1)	12.619	12.484	135	11.501	11.378	123	11.805	11.678	126	17,05
Domicílios Rústicos (2)	4.077	4.016	61	3.716	3.660	56	3.814	3.757	57	5,74
TOTAL	73.977	73.570	407	67.421	67.050	371	69.203	68.822	381	100

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatísticas e Informações (CEI), Déficit Habitacional no Brasil – Municípios Selecionados, 2005.

Notas: (1) Em Belém se considera cômodo os domicílios que se restringem a apenas um compartimento, podendo ser de madeira ou tijolo e localizam-se predominantemente nas áreas subnormais ou bairros de extrema pobreza. (2) O total de domicílios rústicos das regiões, unidades da Federação, inclui as estimativas inferiores a 50 unidades.

Entre 2000 e 2007 houve redução de 8,86% no déficit de Belém. Entretanto, no período de 2007 a 2010 constata-se ligeiro aumento de 2,64%. Dados do Quadro nº 08 indicam, ainda, que o déficit habitacional de Belém no ano de 2010 é expressão, principalmente, de 52.852 famílias conviventes (76,37%) e 11.678 cômodos utilizados como moradia (17,05%).

Inadequação dos domicílios

A inadequação habitacional reflete especificidades internas do domicílio que influenciam na qualidade de vida de seus moradores, e tem como componentes: carência de infraestrutura, adensamento excessivo de moradores, problemas de natureza fundiária e domicílios sem unidade sanitária domiciliar exclusiva. Entretanto,

não é possível somar os valores identificados para os componentes da inadequação habitacional, isto porque um mesmo domicílio pode apresentar mais de uma situação de inadequação, ocasionando uma múltipla contagem. No Quadro nº 09 apresenta-se a estimativa dos componentes da inadequação habitacional em Belém.

Quadro nº 09 – Estimativa dos componentes da Inadequação Habitacional – Belém, 2010

ESPECIFICAÇÃO	Projeção DHB 2010		
	TOTAL	URBANA	RURAL
Densidade Excessiva	45.422	45.138	284
Inadequação fundiária	24.985	24.782	203
Carência de Infraestrutura (1)	167.195	167.195	1.967
Domicílios sem banheiro (2)	4.348	-	-

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatísticas e Informações (CEI), Déficit Habitacional no Brasil - Municípios Selecionados, 2005; COHAB/IDESP, 2009; IBGE, 2012.

Notas: (1) Casas e apartamentos que não possuem um ou mais dos serviços de infraestrutura: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica, e coleta de lixo. (2) Segundo dado disponibilizado pelo IBGE como resultado parcial do Censo 2010, sem distinguir ainda urbano e rural.

Em Belém, a carência de infraestrutura é um dos maiores componentes da inadequação habitacional, sendo verificada em 167.195 domicílios. Por seu turno, a densidade excessiva é o segundo maior componente, totalizando 45.222 domicílios.

Ao considerar que os aspectos habitacionais e as características dos domicílios de qualquer cidade mantêm estreita relação com a renda auferida por seus moradores, cabe verificar as classes de rendimentos nos domicílios de Belém, expostas no Quadro nº 10.

Quadro nº 10 – Número de Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita – Município de Belém, 2010

Classes de rendimento nominal mensal domiciliar <i>per capita</i>	Nº de Domicílios	% dos Domicílios
Até 1/4 de salário mínimo	30.205	8,19
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	65.530	17,76
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	99.942	27,09
Mais de 1 a 2 salários mínimos	71.375	19,35
Mais de 2 a 3 salários mínimos	27.420	7,43
Mais de 3 a 5 salários mínimos	23.936	6,49
Mais de 5 salários mínimos	30.906	8,38
Sem rendimento	19.576	5,31
Total	368.889	100

Fonte: IBGE, 2011/ Secretaria Municipal de Habitação de Belém.

A maior proporção dos domicílios da capital paraense (27,09%) apresenta renda nominal mensal per capita de mais de ½ a 1 salário mínimo. Com o segundo

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

maior percentual (19,35%) encontram-se os domicílios com renda de mais de 1 a 2 salários mínimos. Cabe ressaltar o quantitativo de 19.576 domicílios que aparecem como sem rendimento (5,31%).

Aglomerados subnormais

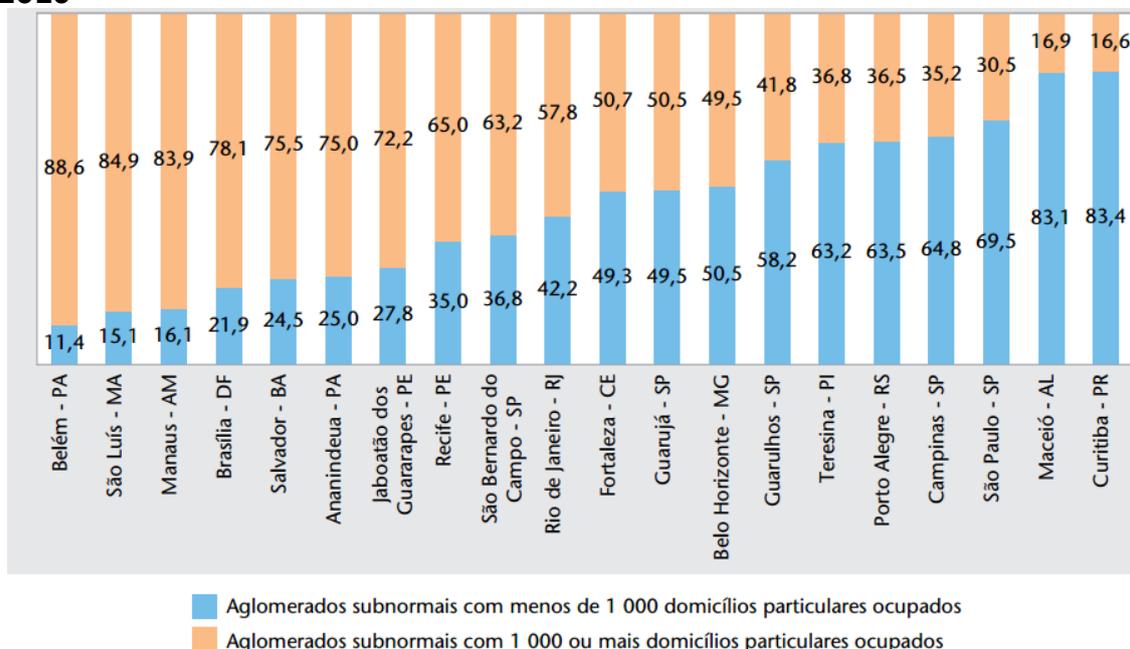
Buscando um olhar mais aproximado sobre a questão habitacional do município, utiliza-se, ainda, o conceito de aglomerados subnormais¹² aplicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE. O conceito faz referência a um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

A identificação dos Aglomerados Subnormais é feita com base nos critérios: ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); possuir pelo menos uma das seguintes características: urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; precariedade de serviços públicos essenciais.

Nesse sentido, o IBGE, ao investigar os aglomerados subnormais com 1000 ou mais domicílios particulares ocupados e aqueles com menos de 1000 domicílios, indica que Belém figura em primeiro lugar com o maior percentual de aglomerados subnormais com 1000 ou mais domicílios particulares ocupados entre vinte municípios brasileiros, conforme Gráfico nº 2.

¹² O conceito de aglomerado subnormal foi utilizado pela primeira vez no Censo Demográfico 1991. Possui certo grau de generalização de forma a abarcar a diversidade de assentamentos irregulares existentes no País, conhecidos como: favela, invasão, grota, baixada, comunidade, vila, ressaca, mocambo, palafita, entre outros.

Gráfico nº 02 – Distribuição percentual de domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, por classes de tamanho dos aglomerados subnormais, segundo os municípios selecionados e respectivas Unidades da Federação – 2010



Fonte: IBGE (2010, p. 32).

No quadro nº 11 expõe-se o número de domicílios particulares permanentes e domicílios situados em aglomerados subnormais, em municípios com aglomerado subnormal pesquisados na RMB.

Quadro nº 11 – Número de domicílios particulares permanentes e domicílios situados em aglomerados subnormais, em municípios com aglomerado subnormal pesquisados na RMB

Município	Domicílios ocupados		Proporção de domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais (%)	População residente em domicílios particulares ocupados		Proporção da população em áreas de aglomerados subnormais (%)
	Total	Em aglomerados subnormais		Total	Em aglomerados subnormais	
Belém	369.177	193.557	52,4	1.392.332	758.524	54,5
Ananindeua	125.922	76.770	61,0	471.604	288.611	61,2
Benevides	13.694	224	1,6	51.498	765	1,5
Marituba	27.413	21.220	77,4	107.997	83.368	77,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

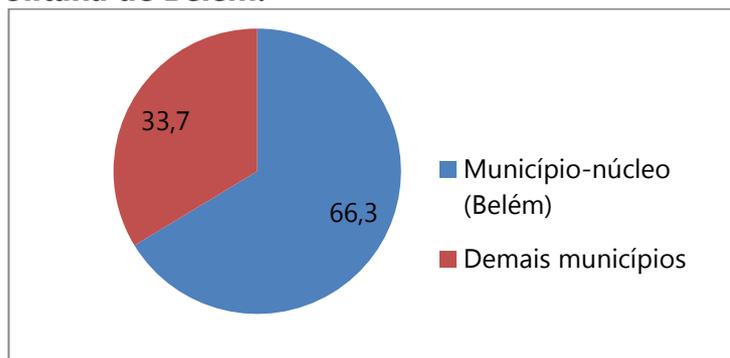
Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

Constata-se que em Belém 54,5% da população residente em domicílios particulares ocupados se encontra em áreas de aglomerados subnormais.

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

Outro dado relevante é que o município-núcleo das regiões metropolitanas brasileiras estudadas pelo IBGE concentra a maior parte dos domicílios em aglomerados subnormais, o que se explica pela alta concentração demográfica e grande oferta de emprego ali presentes. Esse é o caso do município de Belém, conforme Gráfico nº 03.

Gráfico nº 03 – Distribuição percentual dos domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais no município-núcleo (Belém) e demais municípios da Região Metropolitana de Belém.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2014.

É possível, ainda, observar, acompanhando no Quadro nº12, dados comparativos de aglomerados subnormais entre algumas regiões metropolitanas brasileiras e a RM de Belém.

Quadro nº 12 – Comparação de aglomerados subnormais entre algumas regiões metropolitanas brasileiras e a região de Belém

Região Metropolitana	Total de população residente	População residente em aglomerados subnormais	População residente em áreas urbanas regulares	Proporção entre os domicílios em Aglomerados subnormais da RM e o total nacional (%)
RM São Paulo	19.611.862	2.162.368	17.449.494	18,9
RM Rio de Janeiro	11.793.174	1.702.073	10.091.101	14,9
RM Belém	2.097.287	1.131.268	966.019	9,9
RM Salvador	3.564.343	931.662	2.632.681	8,2
RM Recife	3.681.067	857.700	2.823.367	7,5

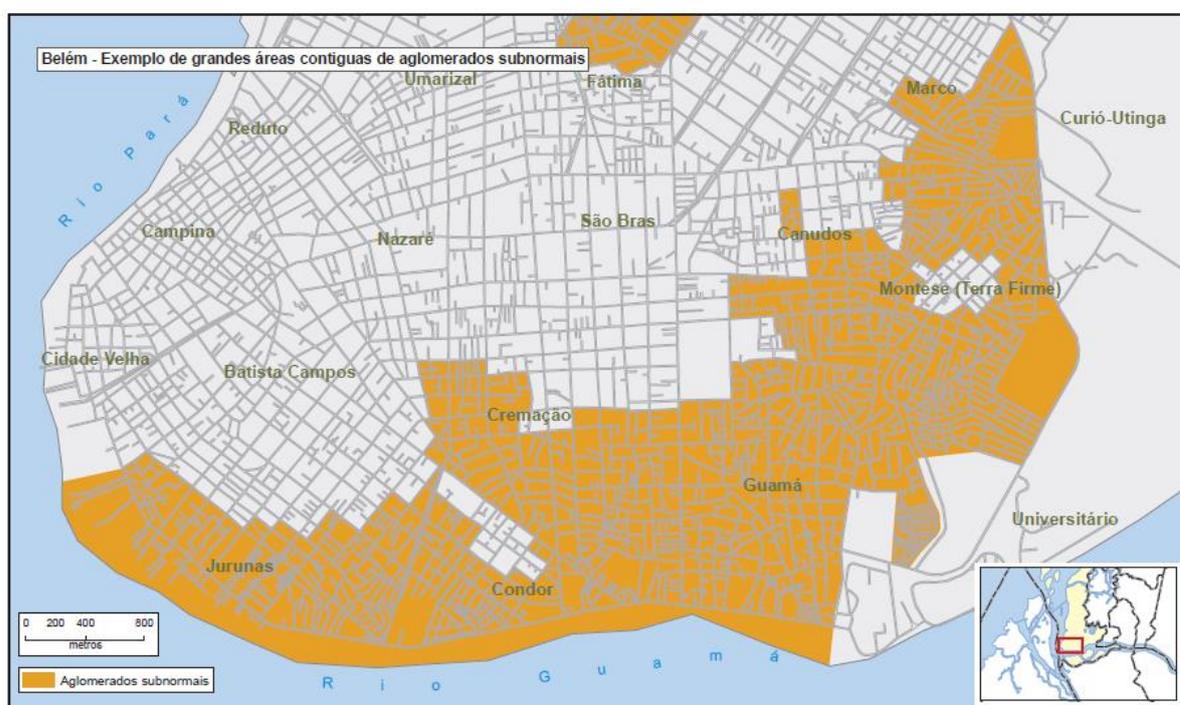
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Verifica-se que mais da metade da população residente na RM de Belém vive em aglomerados subnormais. Com relação ao total nacional de domicílios em aglomerados subnormais, a RMB ocupa a terceira posição; entretanto, é preciso atentar que o total de domicílios ocupados da RMB é bastante inferior àqueles da RM de São Paulo e Rio de Janeiro, em termos absolutos.

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

Uma das características marcantes em Belém é a grande extensão das áreas de aglomerado subnormal. Nesse sentido, as baixadas junto ao Rio Guamá, próximas ao centro, suscetíveis a inundações periódicas, são de ocupação mais antiga e consolidada, sendo caracterizadas por altas densidades demográficas. A área central é cercada ao norte e a leste pelo cinturão institucional. Dessa forma, as ocupações mais recentes estão afastadas, no norte do município, onde existem grandes ocupações compondo um arco de aglomerados subnormais, como explicitado na Figura nº 01, que estão conurbados com áreas similares em Ananindeua, município vizinho.

Figura nº 01 – Grandes áreas contíguas de aglomerados subnormais



Fonte: IBGE (2010, p. 30).

Trabalha-se a seguir dados referentes à totalidade dos domicílios no município de Belém, analisando a oferta dos serviços públicos de água, esgoto e energia elétrica.

Oferta dos serviços de água, esgoto e energia elétrica

Atualmente a distribuição de água em Belém é feita por 9 setores operacionais e 2 zonas de expansão, que recebem a água e a transportam para os reservatórios, seguindo pelas tubulações, até chegar nas residências. Conta-se com estações de tratamento (ETAs) abastecidas pelos lagos Bolonha e Água Preta (SANTOS *et al*, 2012). Segundo dados do Atlas Brasil (ANA, 2010), do ponto de vista institucional, o abastecimento de Belém apresenta uma peculiaridade, registrando-se a atuação

conjunta da Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA e do SAAEB – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém. Desse modo, no Quadro nº13 apresentam-se os sistemas de abastecimento de água na região metropolitana de Belém.

Quadro nº13 – Sistemas de abastecimento de água na região metropolitana de Belém

Sistema		Principais mananciais	Sedes urbanas atendidas
Integrado Bolonha- Utinga	ETA Bolonha	Rio Guamá (Lago Água Preta e lago Bolonha)	Ananindeua; Belém; Marituba
	ETA São Braz		Belém
	ETA 5º Setor		
Sistemas Isolados		Poços	Benevides; Santa Bárbara do Pará

Fonte: Agência Nacional de Águas, 2010.

Quadro nº 14 – Domicílios particulares permanentes, por forma de abastecimento de água 2000/2010

Ano	Total	Forma de abastecimento de água		
		Rede Geral de Distribuição	Poço ou Nascente na Propriedade	Outra
2000	296.352	218.066	67.305	10.981
2010	368.877	278.467	75.965	14.428

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2014.

Entre 2000 e 2010, observa-se, de acordo com o Quadro nº 14, aumento de 27,7% no número de domicílios abastecidos através de rede geral de distribuição. Em 2010, o percentual de domicílios atendidos pela rede era de 75,5%. Nesse sentido, Bordalo *et al* (2012), baseados em informação do IBGE/Censo 2010, afirmam que a média nacional de abastecimento pela rede alcança 90%, logo, Belém está abaixo dessa média. Registra-se ainda que o IBGE (2010) classifica o abastecimento de água através de poço ou nascente como inadequado, sendo que, em 2010, esse tipo de abastecimento era utilizado por aproximadamente 21% dos domicílios de Belém.

Com relação à água tratada, houve aumento considerável desse volume na Região Metropolitana de Belém no período 2005-2010. Do volume total de água tratada pela rede pública, cerca de 76% recebe tratamento convencional realizado nas estações de tratamento de água – ETA's; em 15% do volume de água são aplicados simples desinfecção. O percentual de 9% restantes do volume de água distribuído não passou por nenhum tipo de tratamento.

Apresentam-se a seguir, no Quadro nº15, o quantitativo de domicílios particulares permanentes, por existência de banheiro ou sanitário e tipo de esgotamento sanitário, assim como o número de domicílios particulares permanentes, por destino do lixo, no Município de Belém, ambos em 2010.

Quadro nº 15 – Domicílios particulares permanentes, por existência de banheiro ou sanitário e tipo de esgotamento sanitário - 2010

Ano	Total ⁽¹⁾	Existência de Banheiro ou Sanitário				
		Tinham				Não tinham
		Total ⁽²⁾	Tipo de esgotamento sanitário			
			Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Outro	
2010	368.877	364.510	138.781	113.529	112.200	4.348

Fonte: IDESP/SEPOF - IBGE, Censo Demográfico 2010.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2014.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração da existência de banheiro ou sanitário.

(2) Inclusive os domicílios sem declaração do tipo de esgotamento sanitário.

O IBGE considera como adequado o esgotamento sanitário feito através de Rede geral de esgoto ou pluvial e fossa séptica. Essas formas eram utilizadas, em 2010, por 69,2% dos domicílios. Contudo, 30,7% das residências apresentam esgotamento feito de outra forma.

Chama-se atenção ainda no Quadro nº16 para o quantitativo de domicílios particulares permanentes, por destino do lixo, no Município de Belém em 2010.

Quadro nº 16 – Domicílios particulares permanentes, por destino do lixo, no Município de Belém – 2010

Total	Domicílios particulares permanentes							
	Destino do lixo							
	Coletado			Queima do (na propriedade)	Enterra do (na propriedade)	Jogado em terreno baldio ou logradouro	Jogado em rio, lago ou mar	Outro Destino
	Total de coletados	Por serviço de limpeza	Em caçamba de serviço de limpeza					
368.877	347.211	303.942	19.846	5.169	137	5.947	213	439

Fonte: SEGEP, Anuário Estatístico de Belém 2012.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2014.

Considera-se adequado o lixo coletado diretamente por serviço de limpeza ou coletado em caçamba de serviço de limpeza. Partindo desse princípio, 93% dos domicílios belenenses dão destino considerado adequado a seu lixo. Entretanto, segundo fala de lideranças comunitárias, ainda é comum, especialmente nas áreas periféricas e de difícil acesso para a coleta diária, a colocação de lixo em terrenos baldios e até mesmo lançados aos diversos canais que entrecortam as áreas mais carentes de serviços de saneamento básico. Por sua vez, quanto ao destino final do lixo coletado, Belém vem se adequando de modo a atender as determinações da Política Nacional de Resíduos Sólidos, encerrando as atividades no Aterro Sanitário do Aurá, para onde o lixo tradicionalmente era levado e causava sérios danos ao meio ambiente e aos moradores das proximidades.

O Atlas Brasil¹³ destaca, dentre seus indicadores de habitação, a evolução no percentual da população de Belém residente em domicílios com energia elétrica, apontando, no ano de 2000, o registro do percentual de 99,45% e, já no ano de 2010, contabilizou 99,76% dos domicílios servidos com energia elétrica.

Os percentuais de fornecimento de energia elétrica de Belém são próximos de 100%, havendo aumento de 0,31 pontos percentuais entre 2000 e 2010. Como demonstra o Quadro nº 17, no ano de 2012, o fornecimento de energia para residências representava mais de 90% do total de consumidores.

Quadro nº 17 – Consumidores de energia elétrica por classe - 2012

Classe	Consumidores
Residencial	384.472
Comercial	39.593
Industrial	449
Outros	2.419
Total	426.933

Fonte: IDESP/SEPOF/Rede Celpa.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2014.

5 Aspectos de Cultura, Esporte e Lazer

Magnani (1994), analisando a realidade brasileira e, especificamente a dos moradores de bairros periféricos, defende que, mesmo havendo precariedades no mercado de trabalho, as pessoas demonstram uma ampla e variada forma de usar seu tempo livre por meio de diversas atividades que mantêm relação com seus modos de vida e tradições. Entretanto, o autor ressalta que existe uma barreira no acesso a uma rede de lazer, esporte e cultura mais ampla, devido, por exemplo, à desigualdade na distribuição geográfica dos equipamentos destinados a esse fim.

Em Belém essa realidade não é diferente, pois apesar da pujança cultural, os espaços físicos dessa área de política pública, além de em números escassos, concentram-se em maior quantidade na zona central da cidade.

Praças e academias ao ar livre

De acordo com informações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA/2015, a cidade de Belém possui 397 praças, dentre as quais destacam-se as praças D. Pedro II, Batista Campos, Princesa Isabel, da República, Brasil, Justo Chermont (Praça Santuário), D. Frei Caetano Brandão, Operário, do Pescador, Siqueira Campos (Praça do Relógio), Waldemar Henrique, Visconde do Rio Branco (Largo da Trindade), Barão do Rio Branco. Chama-se atenção para as praças da República e

¹³Fonte: PNUD, IPEA e FJP. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/belem_pa>. Acesso em: 09/05/2014.

Batista Campos, cujas belezas refletem uma época de efervescência cultural e econômica historicamente conhecida como *belle époque* e, na atualidade, constituem significativos espaços de lazer para as famílias com feiras artesanais, manifestações artísticas e culturais ao ar livre e outras manifestações programadas especialmente aos domingos e feriados.

Por sua vez, as praças localizadas nas áreas periféricas, segundo escuta às lideranças comunitárias, são, em sua maioria, desprovidas de condições eficientes para a satisfação das necessidades recreativas da população residente de suas proximidades, além do que muitas dessas praças especialmente das áreas centrais vêm se constituindo espaços de convivência diária de pessoas em situação de rua, usuárias de álcool, crack e outras drogas ilícitas.

Como ponto relevante, observa-se a instalação, nos últimos 10 anos, de *academias ao ar livre* que, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer – SEJEL,¹⁴ vêm sendo instaladas em logradouros públicos da cidade e se destinam à prática de atividades físicas e de lazer, possuindo a seguinte distribuição espacial (Quadro nº 18).

Quadro nº 18 – Academias ao ar livre em Belém – 2015

Logradouros	Bairro
Praça Brasil	Umarizal
Av. Rômulo Maiorana	Marco
Avenida Marques de Herval	Pedreira
Avenida João Paulo II	Marco
Praça da Matriz	Icoaraci
Orla do Cruzeiro	Icoaraci
Conj. Satélite	Coqueiro
Conj. Médice II	Marambaia
Praça Ipê Roxo	Terra Firme
Praça Amazonas	Cidade Velha
Rua do Jambreiro	Mosqueiro
Praia do Amor	Outeiro
Conj. Cordeiro de Farias (Alameda 06)	Tapanã

Fonte: SEJEL, 2015/2016.

PRO PAZ nos Bairros

Também no campo do esporte, cultura e lazer precisa-se destacar a existência do Projeto PRO PAZ nos Bairros, que, mantido pelo governo estadual, oferece atividades de esporte, lazer, arte e cultura no formato de complementação escolar, envolvendo crianças e adolescentes na faixa etária de 8 a 18 anos. Atualmente

¹⁴ A SEJEL foi criada em janeiro de 2008 para formular e gerir políticas públicas que levem à prática saudável do esporte e das atividades de lazer, respeitando aspectos essenciais como saúde e equilíbrio ambiental.

existem quatro polos em funcionamento nos bairros do Guamá, Terra Firme, Sacramento e Mangueirão.

Parques, Bosques e Orlas

Ainda em relação aos espaços para lazer ao ar livre, a cidade conta com 08 parques ambientais, 04 orlas e 01 sambódromo que, com suas expressivas belezas, constituem os principais espaços de lazer por possibilitarem, via de regra, o acesso das famílias mais empobrecidas. Indica-se no Quadro nº 19 os parques e orlas de Belém.

Quadro nº 19 – Parques e Orlas em Belém - 2012

Tipo de Logradouro	Nome
Parque Ambiental	Parque Zoobotânico Bosque Rodrigues Alves
	Museu Paraense Emílio Goeldi
	Parque Naturalístico Mangal das Garças
	Parque Estadual do Utinga
	Bioparque Amazônia Crocodilo Safári
	Portal da Amazônia
	Parque dos Igarapés
	Espaço Ver o Rio
Orla	Icoaraci
	Mosqueiro
	Outeiro
	Cotijuba
Sambódromo	Aldeia Amazônica Davi Miguel (Pedreira)

Fonte: SEGEP, Anuário Estatístico de Belém 2012

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

Teatros e Cinemas

Com relação aos espaços teatrais, a cidade apresenta uma expressiva carência haja vista disponibilizar de poucos equipamentos, com destaque aos teatros da Paz, Waldemar Henrique, Margarida Schiwazappa, Maria Sylvia Nunes, Estação Gasômetro, Teatro do SESC e Universitário Claudio Barradas, cujos acessos são dados, significativamente, pelas classes mais abastadas. Por mais que concentrem um público mais elitizado – seja pela escolaridade ou renda – é necessário destacar a importância em especial do Teatro da Paz, pela realização de eventos já consagrados como o *Festival Anual de Ópera*.

Em Relação ao cinema, Belém, nas duas últimas décadas, sofreu significativa transformação com o fechamento de cines tradicionais e a abertura de salas modernas localizadas em shopping center, conforme observa-se no Quadro 20.

Quadro nº20 – Salas de exibição por bairro, em Belém-2014

Salas de exibição	Bairro
12 salas	Parque Verde
10 salas	Reduto

07 salas	Castanheira
05 salas	Batista Campos

Fonte: Internet.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

Compondo o chamado circuito alternativo, com uma programação de filmes diferenciada, tem-se o Cine Teatro Líbero Luxardo (fundado em 1986), e o Cinema Olympia (bairro da Campina), datado de 1912, tido como o cinema mais antigo em funcionamento no país¹⁵.

Bibliotecas / Acervos literários

No que concerne à presença e suficiência de Bibliotecas Públicas, registra-se outra expressiva lacuna, reafirmada pelo Primeiro Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais¹⁶, realizado em 2009 pelo Ministério da Cultura, que aponta que de 263 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, Belém/PA ocupava a 260ª colocação na quantidade de bibliotecas públicas municipais, com 0,06956038 BPM/100 mil habitantes¹⁷, estando à frente apenas de três municípios: Salvador, Manaus e Fortaleza. O primeiro lugar ficou com o município de Barueri/SP, com 4,07146532 BPM/100 mil habitantes.

O Quadro nº 21 abaixo, realizado a partir de informações do IDESP e do Cadastro Nacional de Bibliotecas da Fundação Biblioteca Nacional do Ministério da Cultura, relaciona a existência de 20 bibliotecas/acervos, dentre os quais apenas 12 pertencem a órgão público.

Quadro nº 21 – Bibliotecas em Belém - 2013

Nº	BIBLIOTECA	TIPO	BAIRRO
01	Biblioteca Arthur Viana	Pública Estadual	Batista Campos
02	Biblioteca do CCBEU,	Língua Inglesa	Batista Campos
03	Arquivo Público do Pará – APEP	Arquivo Público	Comércio
04	Biblioteca Fran Paxeco	Especializada em obras raras	Comércio
05	Biblioteca do Museu de Arte de Belém	Especializada em arte, memória e patrimônio	Cidade Velha
06	Biblioteca Central da UFPA	Universitária	Guamá
07	Moarana	Escolar	Guamá
08	Espaco Cultural Nossa Biblioteca	Comunitária	Guamá
09	Biblioteca Pública Municipal de Belém Avertano Rocha	Pública municipal	Icoaraci
10	Associação Cultural Biblioteca Comunitária Antonio Tavernard	Comunitária	Icoaraci

¹⁵ Desde que se considere nunca haver mudado sua localização e não haver parado suas atividades por muito tempo.

¹⁶ Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/site/2010/04/30/primeiro-censo-nacional-das-bibliotecas-publicas-municipais/>>. Acesso em: 13/06/2014.

¹⁷ O *ranking* foi produzido a partir da população total do município, dividida por 100 mil (que gerou um índice) e do número absoluto de bibliotecas abertas dividido por este valor gerado.

11	Biblioteca Profa. "Telma Veloso"	Escolar	Jurunas
12	Biblioteca Comunitária "Bruno Fenzl"	Comunitária	Mosqueiro
13	Biblioteca Comunitária Creação	Comunitária	Marambaia
14	Biblioteca Benedita Bolares R. da Costa	Especializada	Nazaré
15	Sistema Integrado de Bibliotecas do CESUPA	Universitária	Nazaré São Brás Sousa
16	Fundação Pública Hospital de Clínicas Gaspar Vianna	Especializada na área de saúde	Pedreira
17	Biblioteca Dalcídio Jurandir	Comunitária	Sacramenta
18	Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna / Museu Emílio Goeldi	Especializada em Ciências Humanas e naturais e assuntos Amazônicos	Terra Firme
19	Biblioteca Clara M. Galvão / Museu Emílio Goeldi		São Brás
20	Biblioteca Central da UNAMA,	Universitária	Umarizal

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional/IDESP.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

Observa-se que, segundo informações da SEMEC, a rede de ensino municipal mantém 59 bibliotecas escolares que são, na verdade pequenos acervos.

Museus e Galerias

Outros equipamentos a serem destacados na área da arte, cultura e lazer são os museus e galerias que propiciam aos munícipes contatos, especialmente, com as artes plásticas em exposições permanentes ou temporárias.

Com relação aos Museus, destacam-se: Museu do Estado do Pará – MEP, Museu de Arte de Belém – MABE, Museu de Arte Sacra – MAS, Museu da Universidade Federal do Pará, Museu do Círio de Nazaré, Museu da Imagem e do Som – MIS, Museu da Eletricidade do Pará Dário Gomes, Museu do Judiciário, Museu Naval, Museu de Arte do CCBEU – MABEU, Museu Diplomático do Setor Amazônico e Museu Emílio Goeldi ¹⁸.

Dentre as Galerias de Arte, destacam-se: Galeria Angelis, Galeria Debret, Galeria Edgar Contente (CCBEU), Galeria Espaço Cultural da Caixa Econômica Federal, Galeria Ismael Nery, Galeria Portinari, Galeria Theodoro Braga, Galeria Augusto Fidanza, Galeria de Arte e Espaço da Memória (UNAMA), Espaço Cultural Ernesto Pinto Filho (Ministério Público) e Galeria Municipal de Artes.

Outros Aspectos da Identidade Cultural de Belém

A cidade de Belém compõe o imenso cenário amazônico e, como tal, apresenta-se como uma área de múltiplas práticas culturais produzidas por uma população que vivencia especificidades históricas, ambientais e socioculturais, a

¹⁸ Este último difere dos demais por propiciar aos visitantes acesso a uma rica amostra da fauna, flora e arqueologia amazônica.

começar por sua origem interétnica enquanto população descendente de europeus, indígenas e negros.

O escritor Leandro Tocantins (1968) percebe a região amazônica como uma das ilhas do que seria o grande arquipélago cultural brasileiro. Expressa que, para compreendê-la, e por extensão a cidade de Belém, precisa-se partir de variáveis como floresta, rio, trocas culturais e miscigenação, fatores que produzem o que denomina de Brasil-amazônico.

Considerando ainda que a paisagem cultural amazônica tomou forma no cotidiano das relações entre indígenas, quilombolas, ribeirinhos, garimpeiros, pescadores e extrativistas, bem como na interação e adaptação de todos ao meio ambiente local, a cidade de Belém torna-se um palco de heterogeneidades culturais que se expressam em seus ritmos musicais, folclore, hábitos alimentares, tradições festivas e religiosidades, e outros elementos integrantes da identidade e do patrimônio cultural material e imaterial da cidade, que serão a seguir abordados.

Musicalidade

A paisagem sonora local tem dois ritmos/danças que fazem parte da identidade cultural do Pará e de Belém: o carimbó e o brega. O primeiro é fruto de uma mescla de sonoridades indígenas e africanas que tomaram forma na região do Salgado, especialmente nos municípios de Marapanim, Curuçá, Maracanã, tendo também se popularizado na Ilha do Marajó.

Os carimbozeiros Pinduca e Verequete são alguns dos mais conhecidos divulgadores da "Dança do Carimbó" que, dada sua importância, foi consagrada pela Lei Estadual Nº 7.345/2009 como patrimônio cultural e artístico do estado do Pará, representando as tradições e costumes paraenses.

Por sua vez, o brega é o gênero musical mais tocado nas chamadas "festas de aparelhagens" que fervilham em toda Belém e se concentram especialmente em seus bairros periféricos. Em muitos casos, essas festas são comandadas pelos *Dj's* que animam o público através das aparelhagens (equipamentos de som), com seus efeitos sonoros e visuais. A cidade conta atualmente com uma vasta gama de aparelhagens e casas de show que compõem um verdadeiro circuito bregueiro¹⁹ com dimensões econômicas e de lazer.

Folclore

Em Belém as diversas manifestações folclóricas como boi-bumbá, cordão de pássaros e quadrilhas juninas possuem origens remotas e mantém íntima relação com a história da cidade. São práticas culturais oriundas das classes populares e que

¹⁹ Termo extraído de Costa (2009).

expressam simbolismos diversos. Entretanto, a aceitação dessas práticas nem sempre foi tranquila, o Boi-bumbá, por exemplo, durante boa parte do século XIX até as primeiras décadas do século seguinte, foi visto como vadiagem e alvo de repressão do poder público local.

Atualmente o bumbá é manifestação presente em vários bairros de Belém e, juntamente com outros folguedos, tem no mês de junho seu período de maior expressão. Dentre os vários grupos presentes no cenário cultural belenense, estaca-se o “Arraial do Pavulagem”, um dos mais famosos do Estado, inclusive por se tornar um dos responsáveis pelo resgate da cultura do Boi-Bumbá na capital paraense.

Frisa-se aqui que os bois-bumbás, cordões de pássaros, quadrilhas juninas e grupos de toadas serão elencados nas territorialidades de cada um dos doze CRAS de Belém.

Artesanato

A diversidade de artesanato que Belém possui é bastante expressiva. Cotidianamente são confeccionados objetos em miriti, palha, galhos secos, cascas, raízes, madeira, sementes, bambu, pedras decorativas, fibras regionais, argila, entre outros materiais, vendidos em abundância nas feiras e ruas da cidade.

Como parte integrante desse rico artesanato encontra-se, no Distrito de Icoaraci, o Polo de Produção de Cerâmica Marajoara que, localizado no bairro do Paracuri, constitui um dos grandes atrativos turísticos do Distrito. Ali, o artesão Raimundo Saraiva Cardoso, popularmente conhecido como mestre Cardoso, foi pioneiro na confecção de cerâmicas à moda indígena (réplicas da cerâmica arqueológica marajoara e tapajônica), tornando-se o fundador de um modo singular de produção, e influenciando toda uma comunidade de artesãos, que hoje tem suas produções vendidas nos mercados regional, nacional e mesmo internacional.

Nesse contexto destaca-se, também, a produção e comercialização das essências tradicionalmente conhecidas como “Cheiros do Pará”, produzidas a partir de folhas, raízes e madeiras como patichuli, priprioca, sândalo, cumaru, copaíba, cedro e outras que dão origem a uma rica variedade de perfumes, sabonetes, sachês, óleos, unguentos, e ainda produtos frutos do imaginário popular como “comigo ninguém pode”, “chora nos meus pés”, “amansa corno” que dão graça e leveza no cotidiano de vendas e entretenimentos aos turistas.

Mercados

Mercados populares são espaços de efervescência cultural onde se concretizam não apenas trocas econômicas, mas também trocas culturais, simbólicas e sociais, constituindo-se em locais de trabalho, lazer e sociabilidade. Em Belém dois mercados merecem destaque: Mercado de São Brás e Mercado do Ver-o-Peso.

O Mercado de São Brás foi construído tendo em vista a grande movimentação comercial gerada pela ferrovia Belém/Bragança, sendo em São Brás o ponto final do trem. Sua construção foi iniciada no dia 1º de Maio de 1910 e concluída em 21 de Maio de 1911. Criado pelo arquiteto italiano Filinto Santoro, a estrutura do mercado foi construída em ferro e combina elementos do *art nouveau* e neoclássico, com detalhes em ferro e azulejos decorativos²⁰. Por sua importância foi tombado pelo patrimônio histórico municipal e estadual em 1982

Quanto ao Complexo do Ver-o-Peso, conhecido com a maior feira ao ar livre da América Latina, engloba duas praças (do Pescador e do Relógio), um mercado a céu aberto, constituído por duas feiras (do Açaí e do Ver-o-Peso), uma doca de embarcações, e dois mercados - Mercado de Ferro (venda de Peixe) e o Mercado de Carne (antigo Mercado Municipal).

O conjunto arquitetônico e paisagístico do Ver-o-Peso, historicamente consolidado como cartão postal e símbolo da cidade, é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 1977, e nele destaca-se o Mercado de Ferro, obra que mede 1.197 m², com peso estimado em 1.133.389 toneladas. Sua estrutura metálica de zinco *veille-montaine* foi trazida da Europa seguindo a tendência francesa de *art nouveau* da *belle époque*.

No mercado do Ver-o-Peso são comercializados inúmeros produtos. Ali, saberes, experiências e mesmo as barracas de venda são transmitidas de geração em geração entre peixeiros, balanceiros, geleiros, vendedores de ervas medicinais e outros feirantes.

Religiosidade

As religiões interpretam a realidade natural, construindo uma realidade humana, o que ocorre através da imaginação, compreendida como capacidade humana de atribuir sentido às coisas (ALVES, 1984). Nessa lógica, a religião cumpre funções individuais e sociais, sendo múltiplas as religiões por serem, também, variadas aquelas funções. Nessa ótica, conforme indica o Quadro nº 22, a religiosidade belenense comporta, dentre outras, a presença da religião católica, evangélicas de diversas origens, espíritas e afro-brasileiras.

Quadro nº 22 – Ordenamento da população residente por tipo de religião em Belém/ Brasil- 2010

RELIGIÃO	BELÉM	BRASIL
Católica apostólica romana	863.109	123.280.172
Evangélicas	397.759	42.275,440
Espírita	21.306	3.848,876

²⁰ In: <<https://belemsemprebelem.wordpress.com/2012/08/19/mercado-de-sao-bras/>> Acesso em: 07/07/15.

Outras religiões ²¹	20.229	3.443,359
Testemunha de Jeová	6.465	1.393,208
Umbanda e Candomblé	2.593	-
Budismo	1.924	243.966
Umbanda	1.906	407.331
Judaísmo	1.346	107.329
Candomblé	571	167.363

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

Em muitos aspectos Belém acompanha a tendência nacional na comparação entre o universo de praticantes das maiores religiões. Assim, em Belém e no Brasil, dentre as expressões religiosas mais representativas, a religião católica apostólica romana aparece com a maior quantidade de adeptos. Com o segundo maior número encontram-se a religião evangélica e em terceiro a espírita.

Considerando dados dos últimos dois censos do IBGE, expostos no Quadro nº 23, notam-se algumas variações na quantidade de pessoas que professam as três religiões com maior representatividade em Belém.

Quadro nº23 – População residente por três maiores religiões em Belém-2000/2010

RELIGIÃO	POPULAÇÃO	
	2000	2010
Católica apostólica romana	914.343	863.109
Evangélicas	231.209	397.759
Espírita	17.201	21.306

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

Observa-se que, apesar dos católicos permanecerem em maior quantidade nos dois anos pesquisados, houve redução de 5,6% no total de praticantes dessa religião. Por outro lado, registrou-se aumento no número de evangélicos em 72%. No mesmo caminho, o número de espíritas cresceu 23,8%.

Considerando a população indicada no Censo de 2010, de um total de 1.393.399 habitantes, 61,9% se declararam católicos. Em Belém a religiosidade católica e a devoção aos seus santos é herança dos colonizadores portugueses. Entretanto, essa população convive com um verdadeiro caldeirão de manifestações religiosas e outras crenças tão típicas da região amazônica como visagens, encantarias e pajelanças.

Religião Católica

²¹ Referentes à religião Católica apostólica brasileira, católica ortodoxa, Hinduísmo, religião não determinada e múltiplo pertencimento, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, islamismo, novas religiões orientais, outras declarações de religiosidades afro-brasileiras, outras religiões orientais, outras religiosidades cristãs, tradições esotéricas, espiritualista e tradições indígenas.

Em acordo com o Anuário 2014/2015 da Arquidiocese de Santa Maria de Belém do Grão Pará, a Igreja Católica em Belém está organizada em 53 paróquias e 353 comunidades de evangelização.

Registram-se aqui algumas Igrejas cuja importância se dá, também, por constituírem um rico patrimônio histórico e cultural desta cidade, guardando diversas relíquias da colonização portuguesa²² presentes nos detalhes dos seus estilos arquitetônicos, predominantemente barroco e neoclássico.

Catedral Metropolitana de Belém ou Igreja da Sé. Basílica Santuário de Nossa Senhora de Nazaré Igreja de Santo Alexandre Igreja de Nossa Senhora do Carmo Capela de São João Batista Igreja de Nossa Senhora das Mercês Igreja de Nossa Senhora de Sant'Ana da Campina Capela do Senhor Bom Jesus dos Passos (Capela dos Pombos) Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Campina Igreja e Convento de Santo Antônio Igreja da Santíssima Trindade.

Outra expressão do catolicismo em Belém é a realização, nos bairros da capital, de diversas festividades religiosas (procissões, círios, romarias, festas de santos, etc.), contando com ampla participação popular.

O Círio de Nossa Senhora de Nazaré constitui a maior manifestação religiosa católica do Pará, tratando-se de uma homenagem à santa que reúne anualmente mais de dois milhões de devotos, romeiros e promesseiros pelas ruas que compõe o trajeto da procissão principal. Realizado há mais de dois séculos, o primeiro Círio aconteceu em 8 de setembro de 1793, sendo que a partir de 1901 a procissão começou a ser realizada sempre no segundo domingo de outubro. Juntamente com a procissão de domingo, o Círio agrega várias outras manifestações de devoção, como a traslado, a romaria fluvial e outras peregrinações e romarias que ocorrem na chamada quadra Nazarena. Sem esquecer do almoço do círio, momento em que parentes, amigos e vizinhos se reúnem ao redor de uma mesa para se deliciar com

²² Fonte: <<http://www.portalamazonia.com.br/secao/amazoniadeaz/interna.php?id=943>>. Acesso em: 09/01/2015.

pratos típicos da região, tais como a maniçoba e o pato no tucupi. Observa-se, portanto, que o Círio é um ritual completo e complexo, reunindo aspectos sagrados, econômicos, políticos e culturais.

Religião Evangélica

O IBGE mapeia, em Belém, a presença das Igrejas Evangélicas que se subdividem, entre outras, em evangélica de missão e pentecostais, conforme Quadros nº 24 e nº 25 a seguir.

Quadro nº 24 – População residente por subdivisões de religião evangélica de missão, Belém - 2010

RELIGIÃO	POPULAÇÃO	%
Igreja Evangélica Adventista	20.366	48,4
Igreja Evangélica Batista	18.499	44,0
Igreja Evangélica Presbiteriana	1.884	4,5
Igreja Evangélica Luterana	831	2,0
Igreja Evangélica Metodista	77	0,2
Igreja Evangélica Congregacional	-	-
Outras	361	0,9
Total Evangélicas de Missão	42.018	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

Evangélicos de missão são os adeptos de igrejas protestantes com raízes europeias, também chamadas de igrejas históricas, como anglicanas, luteranas e presbiterianas. Na capital paraense as igrejas evangélicas Adventista e Batista concentram 92,4% da população residente que professa religião evangélica de missão. As demais religiões registram pequeno percentual de adeptos.

Por seu turno, os evangélicos pentecostais são os maiores responsáveis pelo crescimento no universo total de evangélicos registrado nacionalmente. Trata-se de uma religiosidade formada nos Estados Unidos no início do século XX e que em Belém possui mais de 300.000 praticantes.

Quadro nº25 – População residente por subdivisões de religião evangélica de origem pentecostal, Belém - 2010

RELIGIÃO	POPULAÇÃO	%
Igreja Assembleia de Deus	149.226	47,6
Igreja Evangelho Quadrangular	82.778	26,4
Igreja Universal do Reino de Deus	39.153	12,5
Igreja Deus é Amor	13.385	4,3
Comunidade Evangélica	2.354	0,8
Igreja Maranata	950	0,3
Igreja Congregação Cristã do Brasil	545	0,2
Igreja o Brasil para Cristo	473	0,1
Igreja Casa da Bênção	152	0,05
Evangélica Renovada não determinada	-	-
Igreja Nova Vida	-	-

Outras	24.196	7,7
Total Pentecostais	313.212	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

A igreja evangélica pentecostal de maior expressão no Brasil é a Assembleia de Deus²³ que, fundada em Belém em 1911, concentra o maior percentual de adeptos das religiosidades pentecostais, 47,6%. Em segundo e terceiro lugar encontram-se as igrejas do Evangelho Quadrangular (26,4%) e Universal do Reino de Deus (12,5%), respectivamente.

Religião Espírita

Segundo site da União Espírita Paraense²⁴, os Centros Espíritas têm por objetivo promover o estudo, a difusão e a prática da Doutrina Espírita, atendendo as pessoas que buscam esclarecimento, orientação e amparo para seus problemas espirituais, morais e materiais; querem conhecer e estudar a Doutrina Espírita; querem trabalhar, colaborar e servir em qualquer área de ação que a prática espírita oferece.

Em Belém, ainda em acordo com esse site, registra-se a existência 51 Centros Espíritas cujas localizações geográficas podem ser observadas no Quadro nº 26 a seguir.

Quadro nº26 – Centros Espíritas em Belém - 2014

Bairro	Quantidade
Marambaia	05
Batista Campos	02
Condor	02
Terra Firme	02
Telégrafo	03
Pedreira	06
Cremação	02
Guamá	07
Sacramenta	02
Cabanagem	02
Marco	03
São Brás	04
Val-de-Cães	01
Souza	01

²³ Segundo dados do site da Assembleia de Deus, existem em Belém mais de 400 templos e quase 700 pastores. Disponível em:

<http://www.adbelém.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=53&Itemid=118>.

Acesso em: 08/08/14.

²⁴ Site: <<http://www.paraespirita.com.br/site3/>>

Barreiro	01
Tapanã	01
Jurunas	02
Cidade Velha	01
Umarizal	02
Mangueirão	01
Fátima	01
Total	51

Fonte: Site Paraespirita.

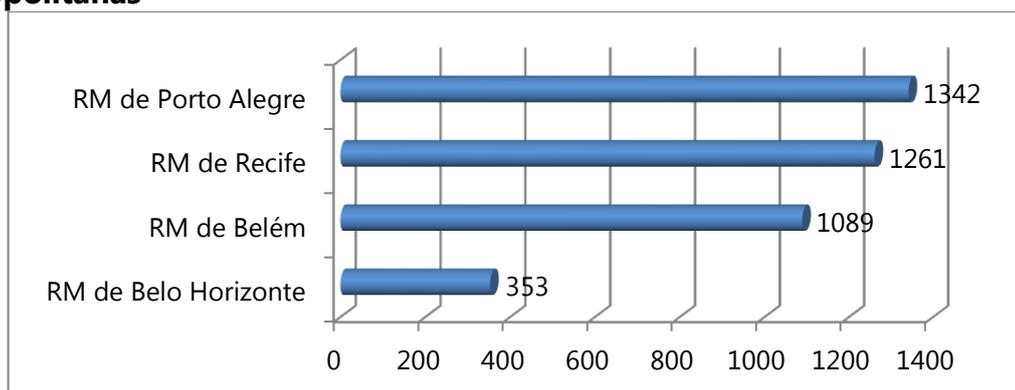
Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

Religiões de Matriz Afro

Salienta-se ainda, como demonstrou o Quadro nº 22, a presença de religiões afro-brasileiras na capital paraense. Trata-se de religiões sincréticas originadas de reconstruções de práticas e sistemas de crenças de inúmeros grupos africanos que vieram para o Brasil na condição de escravos. Dentre aquelas com maior destaque em Belém estão o Tambor de Mina ou Mina Nagô, Umbanda e Candomblé.

Os espaços de prática das religiões de matriz africana são os chamados terreiros, espaços, muitas vezes, localizados em áreas de vulnerabilidade social e onde imperam sociabilidades, saberes artesanais e espirituais, bem como onde se organizam lutas contra o histórico preconceito e desigualdade social que sofrem os adeptos dessa religiosidade. Nesse caminho, o Gráfico nº 04 indica as casas ativas segundo quatro regiões metropolitanas.

Gráfico nº 04 – Casas ativas identificadas na Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros segundo quatro regiões metropolitanas



Fonte: Filmes de Quintal/MDS, 2010.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

A RM de Porto Alegre aparece com o maior número de casas de terreiro (1342), seguida pela RM de Recife (1261). A RM de Belém²⁵ encontra-se em terceiro lugar, com 1.089 casas ativas. Ressalta-se que em cada terreiro pode ser praticada mais de uma tradição religiosa.

Destaca-se também no Quadro nº 27 as manifestações religiosas afro-brasileiras e afro-indígenas na RM de Belém.

Quadro nº 27 – Manifestações religiosas afro-brasileiras e afro-indígenas na Região Metropolitana de Belém - 2010

DENOMINAÇÃO	CASAS PRATICANTES (FREQ.)	POSIÇÃO
Umbanda	533	1º
Tambor de Mina	523	2º
Pena e Maracá	402	3º
Candomblé	190	4º
Nagô	61	5º
Mina de caboclo	42	6º
Pajelança	10	7º

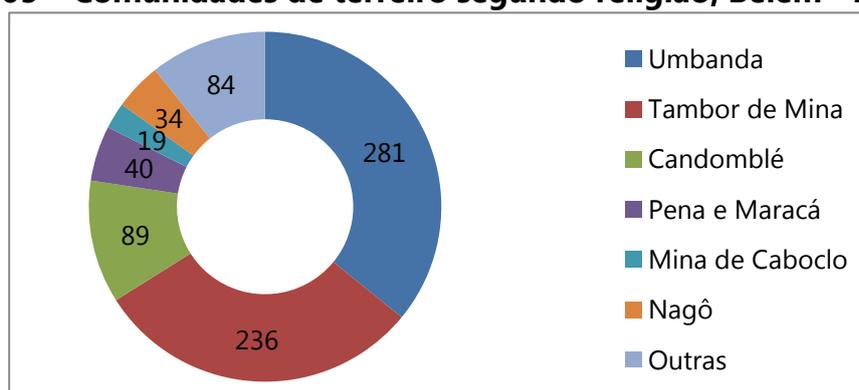
Fonte: Filmes de Quintal/MDS, 2010.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial /FUNPAPA, 2015.

Na RM de Belém, a denominação religiosa Umbanda apresenta maior frequência de casas nas quais é praticada. Na segunda colocação aparece o Tambor de Mina. As manifestações Pena e Maracá e Candomblé ocupam a terceira e quarta posição, respectivamente.

Dados da Associação Filmes de Quintal²⁶, obtidos por meio de pesquisa de campo realizada em 2010, indicam, especificamente para o município de Belém, um total de 783 comunidades tradicionais de terreiro.

Gráfico nº05 – Comunidades de terreiro segundo religião, Belém - 2010



Fonte: Filmes de Quintal/MDS, 2010.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

²⁵ Foi realizado, entre maio e agosto de 2010, o Mapeamento das Comunidades Tradicionais de Terreiro, em Belém do Pará e nos demais municípios que compõem sua área metropolitana (Ananindeua, Benevides, Benfica, Marituba e Santa Izabel, agregando os distritos e localidades de Cotijuba, Ilha do Maracujá, Mosqueiro, Outeiro, Pau d'Arco e Quilombo do Macapazinho).

²⁶ Disponível em: <<http://www.mapeandoaxe.org.br/terreiros>>. Acesso em: 03/06/2014.

A Umbanda é praticada em um maior número de comunidades (281), seguida pelo Tambor de Mina (236) e Candomblé (89). Em quarto e quinto lugares encontram-se, respectivamente, a Pena e Maracá (40) e Nagô (34), conforme exibido no Gráfico nº 05.

Quanto aos que não professam nenhuma religião, o Censo 2010 utiliza a classificação em três categorias: sem religião, ateus e agnósticos, tudo de acordo com o Quadro nº28. Em síntese, os ateus são os que negam a existência de Deus, já os agnósticos afirmam a impossibilidade de provar a sua existência ou não existência.

Quadro nº28 – População residente sem religião- Belém, 2010.

SEM RELIGIÃO	POPULAÇÃO	%
Sem religião	71.471	93,3
Agnóstico	825	1,1
Ateu	4.275	5,6
Total	76.571	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

Dados do Quadro nº 28 revelam maior percentual de pessoas que não professam nenhuma religião nem se consideram ateus ou agnósticos, 93,3%. Pequeno percentual de pessoas se declara agnósticos (1,1%). Esses são superados em 4,5 pontos percentuais pelos ateus.

6 Aspectos educacionais

A educação é um dos pilares no qual se assenta o desenvolvimento social de um país, sendo vista como um processo de emancipação e de plena realização do indivíduo e um meio de equalização de oportunidades. No Brasil, a educação é um dos direitos sociais reafirmado pela Constituição Federal de 1988, tendo o Estado e as famílias o dever de promovê-la. O sistema educacional brasileiro é desenhado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394 de 20/12/1996), vigorando atualmente a sua terceira versão.

A LDB organiza a educação formal no Brasil em dois níveis: a educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e educação superior.

Um indicador importante referente à educação é a taxa de analfabetismo do país, ou seja, a proporção da população que não sabe ler nem escrever. Isto porque o analfabetismo é uma das formas de exclusão social mais sérias ao dificultar o acesso do indivíduo a oportunidades de emprego melhores e mais bem remunerados e também por cercear a sua realização enquanto agente com necessidades constantes de saberes e aprendizagens.

Desse modo, O Quadro nº 29 apresenta a evolução da taxa de analfabetismo para o Brasil, Pará e Belém nos anos de 2000 e 2010 para diferentes grupos de idade. Conforme o referido quadro, houve uma redução nas três esferas e em todos os grupos de idade na taxa de analfabetismo, demonstrando o avanço nos resultados das medidas adotadas com vista a eliminá-lo.

Quadro nº 29 – Taxas de analfabetismo por grupos de idade, Brasil, Pará, Belém, em (%) – 2000/2010

Nível geográfico	Grupos de Idade					
	15 a 24 anos		25 a 59 anos		60 anos ou mais	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Brasil	5,8	2,5	13,0	8,5	35,2	26,5
Pará	8,3	4,0	17,8	11,8	43,0	34,0
Belém	2,2	1,3	4,6	2,8	16,6	10,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

O município de Belém segue a tendência do comportamento da taxa de analfabetismo verificada em nível nacional e estadual, em que ocorre uma elevação à medida que aumenta a idade. No entanto, Belém apresenta taxas menores tanto da média nacional quanto da estadual em todos os grupos de idade, denotando o fato de as capitais normalmente apresentarem melhor nível de desenvolvimento socioeconômico, o que se reflete nos indicadores de educação. No Brasil, a redução maior ocorreu proporcionalmente na faixa etária de 15 a 24 anos, seguida pela faixa de 25 a 29 e, por último, de 60 anos ou mais, o mesmo ocorrendo no âmbito estadual e municipal (Quadro nº 29).

No sistema educacional brasileiro, existe uma divisão teórica entre as etapas de ensino e a idade adequada de ingresso e conclusão destas. A situação ideal é que todos os alunos estejam cursando as respectivas séries correspondentes às suas idades, sendo que as distorções existentes vêm dimensionar problemas correlatos ao ensino, como ingresso tardio dos estudantes, abandono escolar e repetência. A taxa de distorção idade-série é o indicador utilizado para medir o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada.

Em 2012, Belém apresentava uma taxa de distorção idade-série, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, superior à média das capitais brasileiras. A média para o ensino fundamental ficou em 20,8% já para o ensino médio, tradicionalmente maior, ficou em 32,8%; em Belém, essas mesmas taxas ficaram em 28,5% e 45,3%, respectivamente, conforme mostra o quadro a seguir.

Quadro nº 30 – Taxa de distorção idade-série no ensino fundamental e médio, capitais brasileiras – 2012

UF	Capital	Taxa de Distorção Idade-Série – Ensino Fundamental de 8 e 9 anos	Taxa de Distorção Idade-Série – Ensino Médio
RO	Porto Velho	29,4	31,9
AC	Rio Branco	17,2	29,1
AM	Manaus	29,1	42,8
PA	Belém	28,5	45,3
AP	Macapá	33,5	50,4
RR	Boa Vista	17,0	24,2
TO	Palmas	14,7	28,9
PI	Teresina	18,1	46,5
CE	Fortaleza	24,9	33,1
RN	Natal	26,1	38,8
PE	Recife	22,4	36,7
AL	Maceió	32,5	39,5
BA	Salvador	35,3	47,7
MA	São Luís	15,6	28,5
PB	João Pessoa	23,2	30,5
SE	Aracaju	29,8	33,6
MG	Belo Horizonte	14,2	29,3
RJ	Rio De Janeiro	21,3	37,7
SP	São Paulo	6,8	20,4
ES	Vitória	15,2	26,2
MS	Campo Grande	18,3	29,1
MT	Cuiabá	10,3	30,2
DF	Brasília	17,5	28,5
GO	Goiânia	12,6	24,7
PR	Curitiba	9,2	18,7
SC	Florianópolis	11,8	20,9
RS	Porto Alegre	27,9	32,9

Fonte: MEC, 2012.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

Como se observa no Quadro nº 30, existe uma diferença considerável entre as taxas de distorção das capitais brasileiras. Em São Paulo, onde se obteve a menor taxa de distorção no ensino fundamental, esse percentual foi de 6,8%; por outro lado, Salvador apresentou a maior taxa, com 35,3% dos alunos com idade acima da recomendada para esta etapa de ensino. Referente à distorção no ensino médio, Curitiba apresentou a menor taxa com 18,7% e Macapá, a maior, com 50,4%.

Considerando esses indicadores extremos, verifica-se que Belém está situada mais próxima das piores taxas, ou seja, encontra-se mais próxima dos indicadores de Salvador e de Macapá. Mesmo levando-se em consideração a realidade regional,

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

Belém ainda apresenta dados preocupantes, principalmente no que se refere à taxa de distorção do ensino médio, na qual só fica atrás do município de Macapá. Os dados indicam que a conclusão das etapas da educação básica na idade própria ainda constitui um desafio a ser enfrentado para desenvolver a educação no Brasil e, por conseguinte, em Belém/PA.

O nível de escolarização da população brasileira apresentou uma melhora ao longo dos últimos anos, havendo uma redução em 14% no número de pessoas acima de 10 anos de idade sem instrução e menos de 1 ano de estudo de 2001 para 2012 e um aumento na proporção de pessoas com 15 anos ou mais de estudo, em 117%, segundo a PNAD. Entre as regiões metropolitanas, ocorreu um aumento expressivo no número de pessoas com 15 anos ou mais de estudo, com destaque para a RM de Belém, onde o aumento foi de 144%. Em relação à proporção da população sem instrução e menos de 1 ano, o comportamento variou entre as regiões metropolitanas.

Em seis, das nove regiões pesquisadas pela PNAD, houve redução no número de pessoas com baixo nível de escolaridade, sendo cinco do eixo sul-sudeste; nas RMs de Belém, Fortaleza e Recife, aumentou 13%, 32% e 1%, respectivamente. Embora em Belém a proporção de pessoas de baixa escolaridade tenha diminuído, passando de 5,7% em 2001 para 5% em 2012, como consta no Quadro nº 31, em termos absolutos aumentou de 83 mil para 94 mil, indicando apenas que o aumento da população foi proporcionalmente maior ao de pessoas de baixa escolaridade.

Quadro nº 31 – Percentual de Pessoas de 10 anos ou mais, sem instrução ou com 15 anos ou mais de estudo, Brasil e Regiões Metropolitanas – 2001/2012

Nível Geográfico	Sem instrução e menos de 1 ano		15 anos ou mais	
	2001	2012	2001	2012
Brasil	13,0	9,0	4,7	8,5
RM de Belém/PA	5,7	5,0	4,8	9,3
RM de Fortaleza/CE	11,9	10,6	4,5	6,9
RM de Recife/PE	10,5	9,0	6,4	8,6
RM de Salvador/BA	7,8	5,2	5,2	9,2
RM de Belo Horizonte/MG	5,9	4,6	6,2	11,3
RM do Rio de Janeiro/RJ	6,6	4,9	8,2	12,9
RM de São Paulo/SP	6,3	4,8	8,1	13,3
RM de Curitiba/PR	7,8	5,0	7,1	13,7
RM de Porto Alegre/RS	4,5	3,9	7,1	11,2

Fonte: IBGE/PNAD, 2012.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

Um requisito fundamental para desenvolver a educação formal no Brasil é a formação adequada dos profissionais da educação. Para o exercício do magistério estão habilitados os profissionais de nível superior, sendo permitida a formação

mínima de ensino médio, na modalidade Normal, para exercer a docência na educação infantil e nas primeiras séries do ensino fundamental.

Apesar de não haver a obrigatoriedade de formação superior para os profissionais que atuam nas etapas iniciais de ensino, a formação continuada e de nível superior são importantes requisitos para capacitar os professores para desenvolver seu plano de ensino.

Em 2012, entre as capitais brasileiras, a média de funções docentes com ensino superior por etapa de ensino para educação infantil ficou em 66,5%, para ensino fundamental, 87,5% e para ensino médio, 96,7%. Belém ficou acima da média em relação aos ensinos fundamental e médio, com 89,2% e 98,2%, respectivamente, mas abaixo no que se refere à educação infantil.

De um modo geral, a maioria dos docentes tem formação adequada, mas persiste uma considerável discrepância entre as capitais, principalmente em relação à educação infantil, onde o percentual de professores com curso superior varia de 13,8%, observado em Macapá, a 93,3% de Rio Branco; no ensino fundamental, a diferença é menor, mas ainda considerável variando de 60,7% para 97,6%, de Macapá e Campo Grande, respectivamente. No ensino médio as formações estão aproximadas entre as capitais variando de 88,4% de Maceió a 100% em Macapá.

Outro fato notório na educação brasileira é a diferença entre os ensinos público e privado comprovado pelo desempenho dos alunos dessas duas redes nos principais instrumentos de avaliação da qualidade do ensino no Brasil, como o Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico (IDEB) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Embora as escolas públicas federais mantenham uma distância menor para as escolas privadas nesses instrumentos de avaliação, a diferença ainda é notável.

No IDEB 2011²⁷, que leva em consideração a taxa de rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono) e a média do desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática, a média das escolas privadas nas séries iniciais do ensino fundamental ficou 1,8 ponto acima das escolas públicas com os valores de 6,5 e 4,7, respectivamente. Nos anos finais do ensino médio, a diferença é maior ainda, passando para 2,1 pontos, em que as escolas privadas registraram um IDEB de 6,0 e as públicas 3,9. No ensino médio, a diferença aumenta novamente para 2,3, tendo como média as escolas privadas 5,7 e as públicas 3,4.

O que se observa a partir dos resultados do IDEB é que a qualidade do ensino cai, para ambas as redes, à medida que se avançam as séries, mas se mantém uma diferença considerável entre escolas privadas e públicas. Em Belém, a média das

²⁷ O IDEB é realizado a cada dois anos, sendo que o IDEB 2011 é o último divulgado até o fechamento desta pesquisa.

escolas municipais no IDEB 2011 ficou abaixo da média das escolas públicas, tanto para as séries iniciais quanto finais do ensino fundamental, com 4,4 e 3,7, respectivamente.

É importante frisar também que entre o IDEB de 2009 e 2011, as escolas públicas obtiveram melhora no seu rendimento proporcionalmente maior que as escolas privadas, indicando algum progresso no ensino público.

No Enem 2012, as escolas que obtiveram os melhores desempenhos foram as particulares, sendo as cinco primeiras colocadas da região sudeste. A escola que ficou em primeiro lugar no ranking tirou a pontuação média de 741,450. O estado do Pará amargou a última colocação dentre as 11.273 escolas avaliadas, ficando uma escola do município de Colares na última posição com apenas 388,769 pontos. Em relação ao estado, as escolas com melhores colocações estavam concentradas na capital. A escola melhor colocada do Pará ocupou a 228 posição, com 645,921 pontos, estando localizada no município de Belém.

7 Aspectos de Saúde

Embora pareça à primeira vista um conceito trivial como algo relacionado à ausência de doenças, a saúde é hoje vista a partir de uma perspectiva mais completa, envolvendo o bem-estar físico, mental e social. Este conceito tem como corolário a noção de qualidade de vida que perpassa por um complexo emaranhado de fatores.

No Brasil, embora a assistência à saúde seja livre à iniciativa privada, é o sistema público de saúde que concentra uma parcela significativa dos atendimentos. O sistema público de saúde brasileiro evoluiu de ações pontuais de sanitarismo campanhista – embasado na noção de saúde enquanto ausência de doenças – que vigorou aproximadamente até a década de 1940, para um modelo plural, introduzido pela Constituição Federal de 1988 com a criação o Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS é de responsabilidade das três esferas de governo (União, estados e municípios) tendo, cada qual, as suas competências.

Traçar o panorama geral da saúde, atrelado ao conceito de qualidade de vida, é tarefa extremamente complexa, seja qual for o nível geográfico considerado, em função da abrangência dos fatores que podem ser envolvidos (econômicos, ambientais, psicológicos, etc.). A análise de alguns indicadores selecionados afetos à saúde da população oferece, portanto, uma visualização apenas parcial sobre as reais condições de saúde de uma dada região. Tendo em mente esta observação e também as limitações em termos de estatísticas municipais sobre saúde (em relação aos estados e à União), são apresentados alguns dados sobre o município de Belém,

para se ter um perfil geral do município neste aspecto, os indicadores são basicamente relacionados à mortalidade.

O Coeficiente Geral de Mortalidade (CGM) avalia o número de óbitos em determinado local e período em relação à sua população, expressando a ocorrência anual de óbitos em determinada localidade. Em Belém, o CGM se manteve relativamente estável entre 2002 e 2011, conforme o Quadro nº 32 abaixo, passando de 5,3 em 2002 para 5,5 em 2011.

Quadro nº 32 – Coeficiente Geral de Mortalidade (CGM), de residente, no município de Belém - 2002-2011

ANO	TOTAL		
	Óbitos	População	CGM
2002	7.034	1.322.682	5,3
2003	7.167	1.342.201	5,3
2004	7.359	1.361.672	5,4
2005	7.350	1.405.873	5,2
2006	6.908	1.428.368	4,8
2007	7.082	1.451.699	4,9
2008	7.571	1.424.124	5,3
2009	7.643	1.437.604	5,3
2011	7.948	1.437.604	5,5

Fonte: SESMA/SEGEP, Anuário Estatístico do Município de Belém 2012.

Desagregando-se os óbitos por faixa etária, observa-se maior incidência nas camadas etárias superiores. Em relação à população de 65 a 79 anos, a proporção de óbitos ficou em 25,8%, seguida pela população de 80 anos ou mais, com 23,5%, como consta no Quadro nº 33.

Quadro nº 33 – Nº e Proporção de Óbitos segundo faixa Etária em Residentes de Belém em 2012

Faixa Etária	2012*	%
Menor 1 ano	644	7,1
1 a 9 anos	101	1,1
10 a 14 anos	65	0,7
15 a 19 anos	262	2,9
20 a 34 anos	952	10,5
35 a 49 anos	966	10,7
50 a 64 anos	1.601	17,7
65 a 79 anos	2.342	25,8
>80 anos	2.133	23,5
Total	9.066	100

Fonte: SESMA, 2013

Nota: (*) Dados sujeitos a alterações – Abril /2013.

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

Quando se trata de mortalidade, é importante destacar duas categorias específicas: a mortalidade materna e a mortalidade infantil, as quais refletem a qualidade do atendimento de saúde prestado às gestantes e à população infantil, e mesmo do nível de desenvolvimento socioeconômico da região, visto ser notável que as maiores taxas de mortalidade, tanto materna quanto infantil, estão concentradas em países pobres.

A taxa de mortalidade infantil é mensurada a partir do número de óbitos de menores de um ano de idade por cada mil nascidos vivos, na população residente em um determinado local. Essa taxa estima, em linhas gerais, o risco de morte enfrentado pela população infantil do local ao qual ela se refere. O Brasil vem apresentando, nos últimos anos, taxas decrescentes de mortalidade infantil, passando de 30,10 (por mil nascidos vivos) em 2000 para 19,60 em 2013. O município de Belém segue esta tendência, de modo que passou de uma taxa de mortalidade de 28,4 (por mil nascidos vivos) em 2000 para 17,3 em 2012. No que concerne à mortalidade materna, entretanto, o movimento de melhora é mais tímido.

A taxa de mortalidade materna reflete o número de óbitos maternos por cada cem mil nascidos vivos de mães residentes em determinada localidade. A morte materna pode ser por causas obstétricas diretas ou indiretas, o que tem a ver com o nível de associação das doenças com a gravidez. Em que pesem as reduções observadas nas últimas duas décadas em relação à mortalidade materna no país, o índice ainda é alto. De 2006 para 2013, o número de óbitos maternos por mil nascidos vivos no Brasil passou de 77,2 para 69,0, uma redução de 11%; Belém apresentou uma piora nesse dado, visto que sua taxa aumentou de 2006 para 2012, passando de 41,46 para 43,62, um aumento de aproximadamente 5%, de acordo com o Quadro nº 33.

Quadro nº 34 – Série Histórica dos óbitos Maternos por Causas Obstétricas em residentes de Belém – 2006-2012

Causa Obstétricas	ÓBITOS							%
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
Nascidos Vivos	24.117	24.079	24.088	23.228	22.128	21.561	20.633	00
Causa Obstétrica Indireta	01	01	00	00	00	00	01	3,4%
Causa Obstétrica Direta	09	14	07	09	06	08	08	96,5%
Coefficiente de M Materna*	41,46	62,29	29,06	38,75	27,11	37,10	43,62	00
Total	10	15	07	09	06	08	09	100

Fonte: Sistema de Mortalidade – SIM/SINASC/SESMA.

Nota: Dados sujeito a alterações - Atualizados - Abril /2013

(*)CMM por 100.000 Nascidos Vivos.

Um indicador que está intimamente relacionado à saúde materna é o acompanhamento pré-natal dedicado às gestantes. Os estados e municípios

brasileiros adotam como parâmetro de atendimento a realização de, no mínimo, seis consultas de pré-natal distribuídas ao longo da gestação.

O Quadro nº 35 a seguir demonstra a cobertura pré-natal realizada pelo município de Belém no ano de 2011, fazendo um paralelo com a cobertura feita em outras esferas. A cobertura é medida a partir da distribuição percentual de mulheres com filhos nascidos vivos de acordo com o número de consultas de pré-natal realizadas. De um modo geral, o município apresentou bons índices, principalmente se for comparado com a cobertura da Região Norte e do estado do Pará, onde menos da metade das gestantes tiveram 7 ou mais consultas; em Belém, mais de 60% das gestantes tiveram esse acompanhamento pré-natal mais sistemático, seguindo a tendência nacional.

Quadro nº 35 – Cobertura de consultas pré-natal, Brasil, Região Norte, Pará e Belém - 2011

Área	Cobertura de consultas pré-natal			
	Nenhuma consulta	De 1 a 3 consultas	De 4 a 6 consultas	7 consultas e mais
Brasil	2,72	7,45	27,99	61,84
Região Norte	4,71	15,48	39,82	39,99
Pará	3,88	14,11	42,17	39,84
Belém	2,15	7,31	28,25	62,28

Fonte: DATASUS, 2014.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

8 Aspectos de Assistência Social

A Assistência Social, enquanto preocupação oficial do Executivo Municipal de Belém, data de 1966 com a instituição em 08 de maio, pelo então Prefeito Stélio de Mendonça Maroja, da Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA, através do sancionamento da Lei Municipal Nº 6.022, posteriormente alterada pelas Leis nº 7.231 de 14/11/1983 e 7.504 de 08/01/1991.

Como o próprio nome indica, a FUNPAPA não fugia à regra da raiz que balizava as iniciativas públicas de assistência social implantadas em todo o país: suas ações eram assistencialistas e focalistas, inicialmente realizadas por funcionários de outras secretarias municipais colocados à disposição e por grupos de mulheres da sociedade que, de boa vontade, prestavam ajuda aos “pobres e necessitados”.

Em sua evolução, passou a adotar como principais estratégias de ação o Plantão Social direcionado à atenção das necessidades imediatas da população e à realização de Projetos Sociais que, muitas vezes, iniciavam e encerravam a cada nova gestão do Executivo Municipal. Geralmente se tratava de projetos voltados a atividades produtivas como confecção de vassouras, roupas, picolés, venda de jornais

por adolescentes; cursos de iniciação profissional e atividades de esporte, cultura e lazer direcionadas, majoritariamente, a crianças, adolescentes e pessoas idosas.

Em 1987, a FUNPAPA é desligada do Gabinete do Prefeito, passando a dispor de dotação orçamentária e de quadro de pessoal próprio. Em meados dessa década (1980), assume o Programa de Creches para atendimento de crianças de 0 a 6 anos de idade, responsabilidade que permaneceu até 1997, quando, atendendo determinação da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a atenção direta passou para a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação – SEMEC. Entretanto, a FUNPAPA permaneceu até 2009 financiando a atenção indireta por meio de convênio de apoio técnico e financeiro com entidades sociais privadas.

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, a FUNPAPA passa a responsabilizar-se pela execução da medida protetiva “Abrigo”, com a implantação de 04 espaços de acolhimento para crianças e adolescentes, das quais somente 03 permanecem em funcionamento.

A partir de 1993, com a aprovação da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993), a FUNPAPA passa a se reordenar em acordo com as novas orientações nacionais, implantando as “Casas Famílias”, o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o NAF – Núcleo de Atendimento à Família, este para atenção às famílias com histórico de violação de direitos, prioritariamente através do Projeto Sentinela, voltado ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual.

Outra medida importante desse período e até hoje em funcionamento foi a implantação em 05/06/1997 da “Casa Abrigo Emanuelle Rendeiro Diniz”, direcionada ao acolhimento temporário de mulheres vítimas de violência doméstica sob ameaça de morte e seus filhos.

Em 2004 e 2005, com a aprovação, respectivamente, da Política Nacional de Assistência Social – PNAS e do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, ora em vigências, a FUNPAPA, por já possuir todos os requisitos descritos na Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, adere à Gestão Plena da Política de Assistência Social e, sob orientação nacional, passa a se reordenar, contando atualmente com uma rede composta por áreas de complexidade: Proteção Social Básica; Proteção Social Especial de média e de Alta complexidade.

Nesse período outra importante medida foi tomada, a instituição do Plano de Cargos e Carreiras da FUNPAPA, Lei 8.447 de 20 de julho de 2005, composto por um conjunto de normas e procedimentos que objetivam regular a vida laboral dos funcionários públicos da FUNPAPA, o que significou um importante avanço rumo à consolidação da Política.

Proteção Social Básica

A rede oficial é composta por 12 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, 01 Centro de Convivência Para a terceira Idade (Centro de Convivência Zoé Gueiros), o Programa de Inclusão Socioproductiva (CIP) e a Central de Gestão do CadÚnico e Programa Bolsa Família (anexo II). A rede privada conta, em julho de 2015, com 26 entidades de Proteção Social Básica (anexo II), devidamente registradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, das quais 11 mantiveram convênio de apoio técnico-financeiro com a FUNPAPA, durante o ano de 2014 e 2015 para o desenvolvimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.

Observa-se que, para o Município de Belém, por ser de Porte 3 - Metrópole (mais de 900.000 habitantes), as diretrizes nacionais estabelecem a exigência de um CRAS para cada 5.000 famílias referenciadas²⁸ sendo que, considerando a existência, segundo o IBGE 2010, de 143.356 famílias em condições de vulnerabilidade social, Belém necessitaria de um total de 29 CRAS, havendo, portanto, necessidade de implantação de mais 17. Salienta-se que os 12 CRAS em funcionamento realizam apenas dois dos três serviços nacionalmente tipificados: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, necessitando, portanto, implantar o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com Deficiências e Idosas.

A necessidade de ampliação da rede de CRAS é reafirmada ao considerar-se, conforme o Quadro nº 36, que, entre 08 capitais brasileiras com quantitativo aproximado de habitantes, Belém e Recife apresentam menor número de CRAS (12 e 10 respectivamente), abaixo, inclusive, de Teresina (19), São Luís (20) e Goiânia (15), que possuem população menor que Belém, respectivamente 814.230, 1.014.837 e 1.302.001 habitantes.

Quadro nº 36 – População e quantitativo de CRAS em capitais brasileiras

Cidade	População (censo 2010)	CRAS Existentes (2016)
Teresina	814.230	19
São Luís	1.014.837	20
Goiânia	1.302.001	15
Belém	1.393.399	12
Porto Alegre	1.409.351	22
Recife	1.537.704	10

²⁸ “É a unidade de medida de famílias que vivem nos territórios de abrangência dos CRAS e que são elegíveis ao atendimento ofertado pelo Centro”. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-especial-basica/cras-centro-de-referencias-de-assistencia-social/cras-instituicao>>

Curitiba	1.751.907	45
Manaus	1.802.014	20

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 / MDS, 2016.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2017.

Observa-se que essa cobertura de Proteção Social Básica, além de pequena, se localiza, majoritariamente, no território continental, havendo apenas dois CRAS na região Insular, ilhas de Mosqueiro e Outeiro, deixando ilha, como Cotijuba, que já possui expressivo contingente populacional e vivencia sérias situações de vulnerabilidade e risco social, bem como as demais 37 ilhas, praticamente a descoberto, haja vista a inexistência de equipes volantes e veículo específico (lança) para garantia regular de acesso e acompanhamento das famílias.

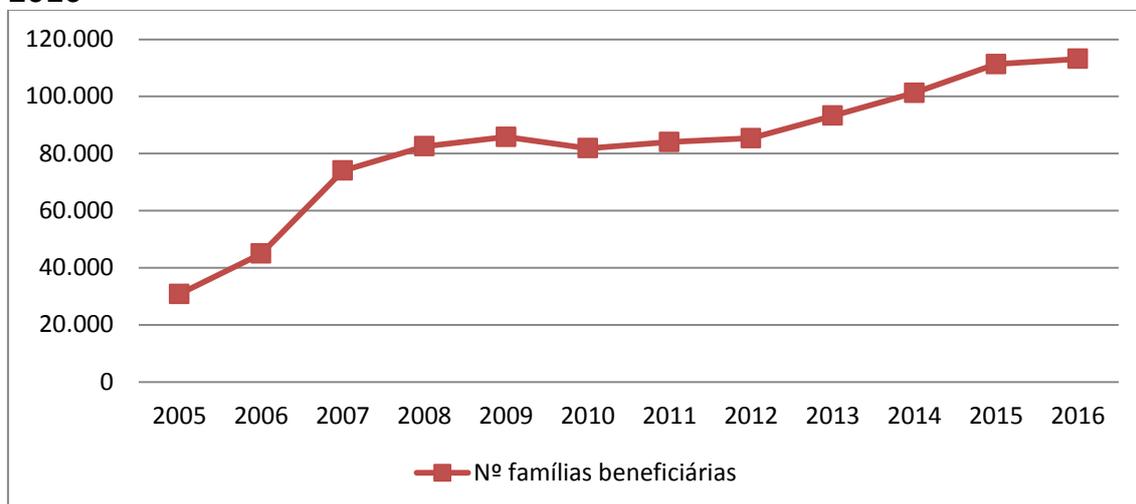
Na área da formação profissional, a FUNPAPA mantém, desde 2007, o Programa de Inclusão Socioproductiva, responsável pelo gerenciamento de cursos de iniciação profissional às famílias inseridas no CadÚnico, especialmente as beneficiárias do Programa Bolsa Família. A gestão desse Projeto propicia a execução direta de cursos e responsabiliza-se pelo gerenciamento local dos cursos ofertados pelo PRONATEC. Em 2014 a ação foi fortalecida com a adesão, junto ao MDS, ao Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho, cujo objetivo é promover a integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho por meio de ações articuladas e mobilização social, envolvendo encaminhamento e acompanhamento dos usuários para acesso ao mercado de trabalho e demais ações de inclusão sócio-productiva. A gestão desse Programa contou até 2013 com espaço físico de qualidade, com oficinas de formação devidamente montadas e equipe ampliada para esse fim (Centro de Inclusão Produtiva – CIP), entretanto, em 2013 esse espaço foi desativado o que, segundo os operadores, foi bastante prejudicial, especialmente no que refere à execução direta pela FUNPAPA, que oferecia cursos de capacitação profissional a um expressivo contingente de munícipes usuários do Programa Bolsa Família que não preenchiam o perfil exigido pelas demais agências de formação profissional, tal como escolarização.

Quanto aos Programas Federais de Transferência de Renda, a FUNPAPA gerencia o CadÚnico (Cadastro dos Programas Sociais do Governo Federal), com responsabilidade direta pelas exigências locais do Programa Bolsa Família que apresenta, em dezembro/2014, uma cobertura de 101.226 famílias, atingindo 105,4% do total de famílias indicadas pelo IBGE/2010 com perfil para o Programa no município de Belém, que é de 96.000 famílias²⁹.

²⁹ Fonte: Relatório CCU/PBF (dez./2014).

Na série histórica a seguir, é possível constatar o crescimento da cobertura do Programa Bolsa Família em Belém/PA entre o ano de sua criação (2005) e dezembro de 2016.

Gráfico nº 6 – Volume de famílias beneficiárias do PBF entre os anos de 2005 a 2016



Fonte: Relatórios mensais CCU/PBF.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

O Quadro nº 37 abaixo demonstra o alcance, em dezembro de 2016, do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal e a cobertura do Programa Bolsa Família por territorialidade dos CRAS, o que é indicativo, em termos absolutos, de maior ou menor concentração de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

Quadro nº 37 – Famílias Inseridas no CadÚnico e usuárias do PBF/por territorialidade dos CRAS, em dezembro 2016

Territorialidade de CRAS	Famílias Inseridas no CadÚnico	Famílias Usuárias do PBF
Icoaraci	26.940	18.506
Benguí	19.134	12.546
Tapanã	16.629	11.903
Barreiro	16.562	11.158
Guamá	14.574	9.783
Terra Firme	13.804	9.689
Jurunas	10.871	7.851
Aurá	10.386	7.125
Pedreira	10.331	6.265
Mosqueiro	9.416	7.470
Cremação	8.564	5.417
Outeiro	6.586	4.946
Total	163.797	112.659

Fonte: Relatório CCU/PBF, dezembro 2016.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2017.

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

Nota: Existem na base do CadÚnico 6.884 Famílias desatualizadas (Base V.6) as quais estão sem informação de território. Na base total do CadÚnico, então, constam $163.797 + 1.623 = 165.420$ famílias; com Bolsa Família = $112.659 + 479 = 113.138$ famílias.

Outra estratégia de transferência de renda é o Benefício de Prestação Continuada (BPC) em que, embora o processo de habilitação seja de responsabilidade do INSS, o atendimento e orientação para o início e acompanhamento do processo é de competência dos CRAS e CREAS.

Em Belém, segundo o site do MDS, em dezembro/2016, a cobertura do BPC atingia 54.072 beneficiários, ocorrendo um acréscimo de 91,20% se comparado ao ano de 2005, quando registrou uma cobertura a 28.281 beneficiários, conforme demonstra o quadro abaixo.

Quadro nº 38 – Alcance do BPC em Belém – 2005/2016

BENEFICIÁRIOS	2005	2016
Pessoas Idosas	13.562	28.908
Pessoas com deficiência	14.719	25.164
TOTAL	28.281	54.072

Fonte: MDSA, 2016.

Proteção Social Especial de Média Complexidade

A rede pública de proteção social especial de média complexidade é composta de 05 Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS, 02 Centros de Referência Especializada para População em Situação de Rua (Centro POP), 01 Centro Dia de Referência (proteção social especial para pessoas com deficiência) (anexo II). Já a rede privada está composta por 04 entidades (anexo III) das quais 03 mantiveram em 2014 a 2016 convênio de apoio técnico e financeiro com o órgão gestor, para o desenvolvimento do Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência e suas famílias.

Com relação aos CREAS, a PNAS estabelece que, para cada 200.000 habitantes, deve ser implantado um CREAS no município. Belém, segundo estimativa do IBGE para 2016, conta com aproximadamente 1.446.042 habitantes, o que, só aí, indica a necessidade de 7 CREAS.

Quanto ao Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias e o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, são, respectivamente, desenvolvidos pelo Centro Dia e pelos Centros POP.

É possível notar entre os anos de 2013 e 2014 melhoria na atenção dessa área de complexidade, com a implantação, nesse período, de mais dois CREAS, dois Centros Pop e um Centro Dia, além do que os 05 CREAS passaram a desenvolver o Serviço de Proteção Social Especial a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviço à Comunidade –

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

PSC, que anteriormente era desenvolvido apenas pelo CREAS Ilka Brandão. Entretanto, o Município ainda necessita ampliar sua rede de serviço, haja vista a presença crescente de pessoas em situação de rua e o consequente envolvimento com a drogadição; a prática do trabalho infantil estimada pelo IBGE 2010 em 6.033 situações; o abuso e exploração de crianças e adolescentes, o cometimento de ato infracional e outras situações emblemáticas e indicativas da presença das mais diversas situações de vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais presentes no chão deste município, descritas no item “aspectos de vulnerabilidades” deste estudo.

Proteção Social Especial de Alta Complexidade

A rede pública de alta complexidade compreende 13 espaços socioassistenciais, dos quais 07 são de responsabilidade do município (4 Espaços de Acolhimento Temporário para crianças e adolescentes, 1 Espaço de Acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica sob ameaça de morte, e 2 Espaços de Acolhimento para pessoas adultas em situação de rua), e 04 de responsabilidade do Estado (02 Unidades de Acolhimento para pessoas idosas, 1 Unidade de acolhimento emergencial para pessoas em trânsito e 1 Unidade de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica). Por sua vez, a rede privada compõe-se de 7 espaços (3 espaços de acolhimento para crianças e adolescentes, 1 espaço de acolhimento para pessoas idosas, 1 espaço de acolhimento para crianças e adolescentes com paralisia cerebral e 2 espaços de acolhimento temporário para crianças e adolescentes com graves problemas de saúde, oriundas do interior do Estado (anexo III)).

Nota-se que, desde suas implantações, os Espaços de Acolhimento de crianças e adolescentes mantidos pela FUNPAPA, apesar de zelarem pelo princípio disposto no ECA relativo ao “atendimento personalizado e em pequenos grupos” (cada casa atende até 20 crianças e adolescentes ao dia), feria outro importante princípio estatutário, como o “não desmembramento de grupos de irmãos”, sendo as casas divididas por sexo e faixa etária.

Diante dessa realidade, a FUNPAPA elaborou, em 2014, o Plano de Acolhimento da Rede de Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e jovens que, balizado nas orientações da Política Nacional e na realidade local, propõe o reordenamento, a partir de 2015, dos espaços já existentes e a transformação da Casa de Passagem para Crianças e adolescentes em mais um espaço de acolhimento temporário, garantindo com isso o atendimento de todas as faixas etárias sem diferenciação de gênero, bem como a municipalização do atendimento de crianças de 0 a 6 anos de idade, tradicionalmente efetivado pela esfera estadual por meio do

Espaço de Acolhimento Provisório Infantil – EAPI e a implantação dos serviços de casa lar, família acolhedora e república.

No Quadro nº 39, demonstra-se as proposições do Plano de Acolhimento³⁰ para a implementação da rede de acolhimento de crianças, adolescentes e jovens. Observa-se que foi acrescido ao quadro original um item no qual se visualiza a situação atual de cada proposição.

Quadro nº 39 – Rede de Acolhimento Institucional necessária para expansão dos serviços de acolhimento

Nº	Serviço/Espaço de Acolhimento	Capacidade	Faixa etária	Perfil	Situação Atual (2016)
01	Euclides Coelho Filho (reordenamento)	20 crianças	0 a 6 anos incompletos	Crianças de ambos os sexos, grupo de irmãos	Já reordenado e em funcionamento
02	Ronaldo Araújo (reordenamento)	20 adolescentes	12 a 18 anos incompletos	Adolescente de ambos os sexos, Grupos de irmãos	Já reordenado e em funcionamento
03	Dulce Accioli (reordenamento)	20 crianças e adolescentes	0 a 18 anos incompletos	Crianças e adolescentes de ambos os sexos, grupos de irmãos	Já reordenado e em funcionamento
04	Espaço de Acolhimento IV (implantação)	20 crianças e adolescentes	07 a 18 anos incompletos	Crianças e adolescentes de ambos os sexos, grupo de irmãos	Novo espaço de acolhimento, implantado a partir do reordenamento da Casa de Passagem.
05	República (implantação)	06 usuários	12 a 21 anos incompletos	Jovens egressos do serviço de acolhimento institucional, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem meios para autossustentação.	Não implantado
06	Serviço de Acolhimento Provisório – Casa Lar (implantação)	10 crianças e adolescentes	0 a 18 anos incompletos	Crianças e adolescentes de ambos os sexos, grupos de irmãos	Não implantado
07	Serviço de Família Acolhedora (implantação)	15 famílias para atender no mínimo 15 crianças e adolescentes	0 a 18 anos incompletos	Crianças e adolescentes de ambos os sexos, grupo de irmãos	Não implantado
08	Cordeirinho de Deus (em funcionamento)	20 crianças	0 a 12 anos	Crianças e adolescentes de ambos os sexos, grupo de irmãos	Em funcionamento. Entidade socioassistencial

Fonte: FUNPAPA, Plano de Acolhimento 2014.

³⁰ FUNPAPA. **Plano de Acolhimento da Rede de Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens.** Belém, 2014.

Elaboração: Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

O Estudo Diagnóstico que referenciou o Plano de Acolhimento, entre outros, demonstrou que, em alguns espaços, o número de acolhidos entre os anos de 2010 a 2013 foi aquém da capacidade ao dia, que é de 20 crianças e adolescentes, conforme se observa no quadro a seguir.

Quadro nº 40 – Número de Crianças e Adolescentes acolhidos nos Espaços de Acolhimento da FUNPAPA – 2010-2013

Ano do Acolhimento	Espaço de Acolhimento			Total	%
	Euclides C. Filho	Ronaldo Araújo	Dulce Accioli		
2010	17	72	97	186	39,6
2011	08	37	66	111	23,6
2012	07	34	48	98	18,9
2013	07	34	43	84	17,9
Total	39	177	254	470	100

Fonte: FUNPAPA, Plano de Acolhimento 2014.

Elaboração: Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Salienta-se aqui que dados de relatórios mensais do Espaço de Acolhimento Ronaldo Araújo que, tradicionalmente, esteve voltado ao acolhimento de adolescentes do sexo masculino, demonstram a ocorrência de situação inadequada em que o adolescente permanece algum tempo no espaço após os 18 anos de idade, quer pela dificuldade de retorno à família de origem ou substituta, quer pela dificuldade de autossustento ou mesmo pela inexistência de outra estratégia socioassistencial transitória, como a República para Jovens Egressos do Serviço de Acolhimento.

Quanto ao Acolhimento Institucional de pessoas em situação de rua, a FUNPAPA disponibiliza 90 vagas/dia através da manutenção de dois espaços de acolhimento – CAMAR I e CAMAR II, entretanto, segundo avaliação da Coordenação de Proteção Social Especial de Alta Complexidade (CPSEAC), bem como dos Centros POP, esse total não é suficiente para fazer frente ao volume que esse fenômeno social apresenta, comprovado pela pesquisa “A População em Situação de Rua em Belém do Pará e Ananindeua”, realizada pela UFPA em 2014 e apresentada neste estudo no item *aspectos de vulnerabilidades*.

Registra-se ainda, nessa área de complexidade, a inexistência de espaços importantes e necessários para a composição da rede, tais como república para pessoas em situação de rua, serviço de acolhimento de longa permanência de pessoas idosas e para pessoas com deficiência; esses dois últimos ainda são mantidos pela esfera estadual, necessitando, portanto, de serem municipalizados de modo a cumprir o princípio constitucional da descentralização político-administrativa (CF. Art. 204,I).

No que concerne ao Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Pública e Emergências (SICAPE), reordenado em 2012, observa-se que apresenta algumas fragilidades, como a necessidade de um espaço físico que possibilite melhor acolhimento das famílias vitimizadas e um corpo de operadores com composição interdisciplinar.

Infraestrutura Física e de Pessoal

Para realização dos Serviços, Programas e Projetos dos três níveis de complexidade, a FUNPAPA dispunha, em dezembro de 2016, de uma infraestrutura física composta por 30 espaços socioassistenciais, dos quais apenas 07 são próprios, 19 são alugados e 04 são cedidos por outros órgãos.

Observa-se que a rede física mantida pela FUNPAPA necessita, via de regra, de intervenções, especialmente nos quesitos acessibilidade, disposição espacial e tamanho, de modo a comportar todos os serviços, garantir o sigilo ético e possibilitar um acesso e acolhimento mais humanizado. Essa realidade é indicativa da necessidade de construção de espaços próprios capazes de assegurar, entre outros, os princípios da inclusão e equidade.

Quanto à estrutura de pessoal, o quadro a seguir demonstra um total de 967 profissionais, dos quais 80,25% são efetivos, 6,10% são assessores e 13,65% contratados.

Quadro nº 41 - Quadro de pessoal da FUNPAPA

Nível	Efetivo	DAS	Contratado	Total
Fundamental	261	01	0	262
Médio	311	16	117	444
Superior	204	42	15	261
Total	776	59	132	967

Fonte: FUNPAPA/DRH.

Ref.: setembro/2016.

Apesar de contar com 80,25% de profissionais efetivos, a FUNPAPA necessita de capital humano, em especial para a composição das equipes de referência (assistente social, psicólogos, pedagogos e educadores sociais) e de apoio operacional (Auxiliar de serviços gerais e auxiliar de copa e cozinha) para os serviços dos três níveis de complexidades, que vivenciam um déficit, segundo informação da Diretoria Administrativa/DRH, na ordem de 29,32% do total atual, sendo, em termo absoluto, 63 apenas entre assistentes sociais e psicólogos. Observa-se que, em doze anos de existência do SUAS, a FUNPAPA realizou apenas 01 (um) concurso público (em 2012) por meio do qual contratou novos profissionais, o que ainda é insuficiente frente ao expressivo crescimento deste órgão nos últimos 12 anos.

De modo mais amplo, observa-se que, segundo o CADSUAS, dentre as 26 capitais brasileiras, apenas três (Belém, Porto Alegre e Curitiba), a Política de

Assistência Social ainda não é gerida por uma Secretaria Municipal e sim por Fundação. No que concerne a Belém, registra-se que o SUAS ainda não foi municipalizado através de Lei, bem como os Benefícios Eventuais.

9 Aspectos de Vulnerabilidade Social

Alguns temas em específico podem ser utilizados como recorte para retratar a vulnerabilidade social no município, por rebatem diretamente nas políticas sociais, especialmente na política de assistência social, a saber: o homicídio de crianças e adolescentes; homicídios de mulheres; pessoas com deficiência; pessoas em situação de rua; Violência sexual contra crianças e adolescentes em cometimento de ato Infracional.

Homicídio de crianças e adolescentes

De acordo com o “Mapa da Violência 2014: Os jovens do Brasil” os registros de homicídios em geral, e os de crianças, adolescentes e jovens em particular constitui um dos maiores desafios das políticas públicas no país, por sua pesada incidência nos setores considerados vulneráveis, ou de proteção específica: crianças, adolescentes, jovens, idosos, mulheres, negros, etc.

O Quadro nº 42 demonstra o comportamento das capitais brasileiras em relação às taxas de homicídios nos anos de 2002 e 2012, apresentando a sua variação ao longo deste período. Dentre as capitais, 12 reduziram a sua taxa de homicídio na população jovem e 15 tiveram aumento. Destacam-se positivamente as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro que ocupavam, respectivamente, a 6ª e 3ª posições em 2002, passando para as últimas colocações em 2012, ficando na 23ª posição o Rio de Janeiro e 27ª São Paulo. Já as capitais nordestinas tiveram um comportamento preocupante. Em cinco capitais (João Pessoa, Fortaleza, Salvador, Natal e São Luís) houve um aumento vertiginoso na taxa de homicídio juvenil, passando algumas delas das últimas posições em 2002 para as primeiras colocações em 2012, como é o caso de Natal, Salvador e São Luís. Na Região Norte, a cidade de Manaus teve um comportamento similar, elevando a sua taxa de 49,4 para 108,3 nesse período de 10 anos.

A cidade de Belém, quando vista a partir dessa evolução temporal, apresentou piora na taxa de homicídio na população jovem quando passou da 20ª posição em 2002 para ocupar o 12º lugar em 2012; entretanto, o comportamento recente é de queda, visto que, embora não conste no Quadro nº39, de 2010 para 2012 a taxa de homicídio decresceu de 126,1 para 101,8. Ressalta-se ainda que o Município segue a tendência nacional quando se analisa o perfil das crianças e adolescentes vítimas de

homicídio. De cada 05 adolescentes mortos, 04 são homens, residentes de áreas periféricas, de famílias empobrecidas e são negros ou pardos.

Quadro nº 42 – Ordenamento das capitais por taxas de homicídio na população jovem (por 100 mil). Brasil - 2002-2012.

Capital	2002		2012	
	Taxa	Posição	Taxa	Posição
Recife	195,8	1º	116,2	9º
Vitória	182,3	2º	140,7	4º
Rio de Janeiro	136,4	3º	42,4	23º
Maceió	124,7	4º	218,1	1º
Porto Velho	118,8	5º	70	20º
São Paulo	111,2	6º	28,7	27º
Aracaju	110,2	7º	118,1	7º
Cuiabá	100	8º	83,5	16º
Belo Horizonte	92,6	9º	91,9	14º
Rio Branco	88,5	10º	55	21º
Porto Alegre	88,1	11º	97,3	13º
Macapá	85,4	12º	82,5	17º
Boa Vista	84,6	13º	52,8	22º
João Pessoa	83,5	14º	177,8	2º
Goiânia	70,1	15º	106,2	11º
Curitiba	69,2	16º	86,1	15º
Brasília	68,4	17º	74,5	19º
Campo Grande	60,7	18º	36,4	25º
Fortaleza	59,9	19º	176,6	3º
Belém	59,8	20º	101,8	12º
Teresina	53,4	21º	76	18º
Florianópolis	51,1	22º	33,9	26º
Manaus	49,4	23º	108,3	10º
Salvador	48,8	24º	138,5	5º
São Luís	35,3	25º	119,9	6º
Palmas	28,4	26º	40,5	24º
Natal	28,2	27º	117,6	8º

Fonte: Mapa da Violência Contra Jovens no Brasil, 2014.

Elaboração: Vigilância socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

Homicídio de mulheres

A violência envolvendo mulheres no Brasil tem sido um dos temas que, nas três últimas décadas, demandaram da agenda das políticas públicas esforços consideráveis para a prevenção e o enfrentamento dessa problemática. Esforços que culminaram com ações políticas e legislações específicas, dentre elas a Lei Maria da Penha (Lei nº 1.340, de 07 de agosto de 2006).

Contudo, ainda tem sido marcante a violência dirigida às mulheres no Brasil. Desde 1980, foram assassinadas no país cerca de 91 mil mulheres, 43,5 mil só na última década. O Quadro nº 43 demonstra que têm sido, sobretudo, no norte do Brasil, as maiores taxas de ocorrência de violência com vítimas fatais, estando as

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

capitais dessa região nos 7 primeiros lugares. Belém ocupa a 5ª posição na taxa de feminicídio, com uma taxa de 7,6 em cada 100 mil mulheres.

Quadro nº 43 – Ordenamento das capitais por taxas e posição de homicídios femininos (em cada 100 mil mulheres) no Brasil - 2012

CAPITAIS BRASILEIRAS	ANO 2012	
	Taxa	Posição
Porto Velho	12,4	1º
Rio Branco	11,9	2º
Manaus	11,5	3º
Boa Vista	10,4	4º
Belém	7,6	5º
Macapá	6,8	6º
Palmas	6,7	7º
São Luiz	6,6	8º
Teresina	6,4	9º
Fortaleza	6,4	10º
Natal	6,3	11º
João Pessoa	6,2	12º
Recife	6,1	13º
Maceió	5,9	14º
Aracajú	5,8	15º
Salvador	5,6	16º
Belo Horizonte	5,4	17º
Vitória	5,2	18º
Rio de Janeiro	5,2	19º
São Paulo	4,8	20º
Curitiba	4,7	21º
Florianópolis	3,5	22º
Porto Alegre	3,5	23º
Campo Grande	3,3	24º
Cuiabá	3,2	25º
Goiânia	2,6	26º
Brasília	1,7	27º

Fonte: Mapa da Violência: mulheres do Brasil, 2012. SIM/SVS/MS

Elaboração: Vigilância socioassistencial/FUNPAPA, 2013.

Pessoas com deficiência

Em Belém, segundo o Censo IBGE/2010, residem 508.946 pessoas com deficiência, dentre as quais 15.679 são deficiências de ordem mental/intelectual e, dentre as deficiências de ordem auditiva, motora e visual, 90.166 são categorizadas como “grandes dificuldades”; 10.013 categorizadas como “não conseguem de modo algum” e 393.088 categorizadas como “alguma dificuldade”. Por sua vez, segundo o MDS, em dezembro de 2014, o município de Belém possuía 23.149 pessoas com deficiência usuárias do Benefício de Prestação Continuada – BPC, destinado, além das pessoas com deficiência, ao idoso com 65 anos ou mais, devendo ambos os grupos possuir renda familiar mensal *per capita* inferior a ¼ do salário mínimo vigente.

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

Em Belém, a existência de uma rede social pública para atendimento de pessoas com deficiência ainda é bastante frágil e insuficiente, especialmente para as que vivenciam em seu cotidiano situações de vulnerabilidades e risco pessoal e social. A limitação de tecnologias assistivas ainda é uma realidade bastante perceptível pelas insuficientes medidas de acessibilidades nos logradouros e vias públicas, nos transportes urbanos, nas repartições públicas e nas instituições especializadas de saúde e reabilitação, o que, por si, limita o ir e vir dessa população, gerando muitas vezes o isolamento e, até mesmo, seu esquecimento.

Pessoas em situação de Rua

Outro segmento que amarga graves problemas sociais é a população em situação de rua, caracterizada pela sua heterogeneidade e por abranger pessoas em extrema pobreza, com vínculos familiares fragilizados ou interrompidos e sem moradia convencional, o que as leva a ocupar logradouros públicos, fazendo deles seu espaço de moradia e de sustento³¹.

Dada sua falta de referência domiciliar, a população em situação de rua ainda não é incluída em pesquisas elaboradas pelo órgão de estatísticas oficiais do país, o IBGE³², o que exige um esforço adicional no sentido de conhecer a dimensão e o perfil dessa população no território brasileiro.

O primeiro esforço nesse sentido foi engendrado pelo MDS através do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizado em 2007, com o objetivo de quantificar e caracterizar esta população em 71 municípios, sendo 23 capitais, inclusive Belém. Nesse levantamento, foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua em que a ampla maioria era de homens, 82%, e com idade entre 25 e 54 anos, 69,5%.

No Município de Belém, foram identificadas 403 pessoas em situação de rua nessa pesquisa, com uma proporção (esse quantitativo em relação à população residente) de 0,029%. Quando comparada às demais capitais pesquisadas, o percentual de Belém é superior apenas ao de quatro capitais, incluindo Manaus, que apresentou um valor ligeiramente menor, de 0,028%. A cidade ocupou uma posição que pode ser considerada boa dentre as capitais que ficaram com média de 0,054%, mas também ficou com percentual bem acima das cidades com menores proporções

³¹ Ver Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

³² O IBGE realizou, no ano de 2013, uma pesquisa-piloto com as pessoas em situação de rua feita na cidade do Rio de Janeiro. "A pesquisa, que foi feita por amostragem, tem como objetivo preparar o IBGE para incluir essa parcela da população no censo demográfico nacional." Fonte: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/2014/julho/ibge-apresenta-resultado-de-pesquisa-experimental-sobre-populacao-em-situacao-de-rua>>. Acessado em 16/01/2015.

de pessoas em situação de rua, Betim/MG e Guarulhos/SP, que ficaram ambas com 0,011%.

Em 2014, a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), promoveu uma pesquisa em Belém e Ananindeua sobre a população em situação de rua com a mesma finalidade do I Censo Nacional. Nessa pesquisa, realizada pela UFPA, foram identificadas no município de Belém 478 pessoas nessa situação. Quando vista em relação à população estimada do município em 2014, observa-se, assim como em termos absolutos, que houve um aumento na proporção desse grupo social, ficando em 0,033% contra 0,029% verificado em 2007.

Nessa pesquisa foram realizadas entrevistas com uma amostra do universo total de pessoas em situação de rua identificadas nos municípios de Belém e Ananindeua. Das 583 pessoas identificadas, foi traçado o perfil de 270 a partir das entrevistas. Esses dados foram apresentados de forma agregada, ou seja, considerando o perfil geral dos entrevistados sem fazer distinção por município. Entretanto, como Belém respondia por aproximadamente 82% do universo das pessoas em situação de rua, esse perfil, embora não faça referência apenas à capital, se aproxima dos resultados caso o fossem.

Da população em situação de rua entrevistada, 83,7% eram homens, 77,4% tinham de 18 a 44 anos e 77,1% não possuíam instrução ou cursaram até 8º série do ensino fundamental. 76,7% eram naturais do estado do Pará, com 48,9% nascidos na capital. Dos que responderam sobre o tempo de permanência na rua, a frequência maior foi de 1 a 2 anos, representando 16,7% dos entrevistados. 49,3% disseram não manter vínculo ou contato com a família, mas 55,2% manifestaram interesse em reestabelecer este vínculo. 77,4% declararam fazer uso de drogas ou álcool. Sobre esse tema, 54,1% disseram não ter feito qualquer tratamento e 16,7% já haviam frequentado clínica de reabilitação.

Em relação à ocupação e rendimento, 49,6% declararam trabalhar por conta própria e 12,2% não trabalhavam e nem procuravam emprego. Dos que possuíam ocupação, 27% eram reparadores de carros e 9,6% vendedores ambulantes. A grande maioria, 80,4%, declarou não receber apoio financeiro do governo; 5,9% recebiam Bolsa Família; 4,1% BPC e apenas 1,9% eram aposentados. A renda mensal da maioria, 46%, era de menos de 1 salário mínimo e 20% recebiam na faixa de 1 a 2 salários mínimos.

Demonstrando que a rua não é espaço de vivência digna, 83,3% dos entrevistados responderam que desejam sair das ruas. Os motivos principais que os fariam deixar as ruas seriam ter casa para morar, 26,7%; um trabalho fixo, 18,1% e voltar a morar com a família, 8,5%.

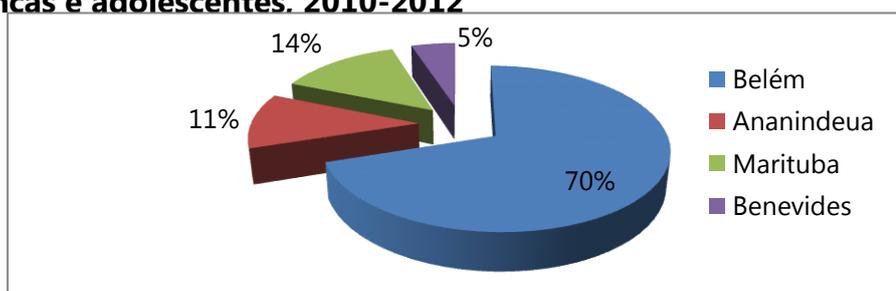
Violência sexual contra crianças e adolescentes

Em Belém, a prática da violência sexual contra crianças e adolescentes, embora subnotificada, vem se avolumando em suas mais diversas manifestações. Hazeu e Fonseca (1998), ao se debruçarem sobre a temática, afirmam que Belém, capital e centro político do Estado, oferece uma grande variedade de serviços sexuais. Informam que investigação realizada pelo Ministério Público em 1993 levantou 73 pontos de prostituição que exploravam crianças e adolescentes. Por sua vez, em 1996, os Conselhos Tutelares, a DATA e o Juizado da Infância e Juventude registraram mais de 200 casos de prostituição infantojuvenil, 06 casos de pornografia juvenil e um grande número de adolescentes presentes em locais como boates, locais de prostituição, residências, portos, navios, barcos, praças, posto de gasolina, shoppings, etc.. Para esses dois estudiosos, os turistas e comerciantes que passam em Belém constituem um grupo especial de clientes, por despertarem no adolescente a fantasia da possibilidade para fugir de uma vida de pobreza e morar na Europa, Estados Unidos ou sul do Brasil, sonho esse que, muitas vezes, acaba no mercado do sexo.

Num cenário mais recente, estudo realizado por Deslandes (2013), através da FIOCRUZ, constata que, nos anos de 2005 a 2010, entre os 100 municípios com maior número de registro, o estado do Pará ocupa a 9ª posição em número de denúncias, contabilizando 641 casos, estando em primeira posição a Bahia, com 1.803 e em último Roraima, com 46 denúncias.

A mesma pesquisa informa que, nos anos de 2010-2012, foram contabilizados 208 pontos vulneráveis à prática de exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas federais que cortam o estado do Pará. Por sua vez, a Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, no ano de 2010, para apurar a prática de violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes no âmbito deste Estado, contabilizou 842 denúncias, das quais 80 na região metropolitana de Belém, sendo o município de Belém responsável por 70%, conforme demonstra o Gráfico nº 07 abaixo.

Gráfico nº 07 – Distribuição percentual da violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes. 2010-2012



Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Pará, 2010.

Elaboração: Vigilância socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

Em que pese a escassez de registro, os números - muitas vezes divergentes - revelam uma realidade preocupante, conforme apresentam os Quadros nº 44 e nº 45 elaborados por Deslandes (2013), a seguir dispostos.

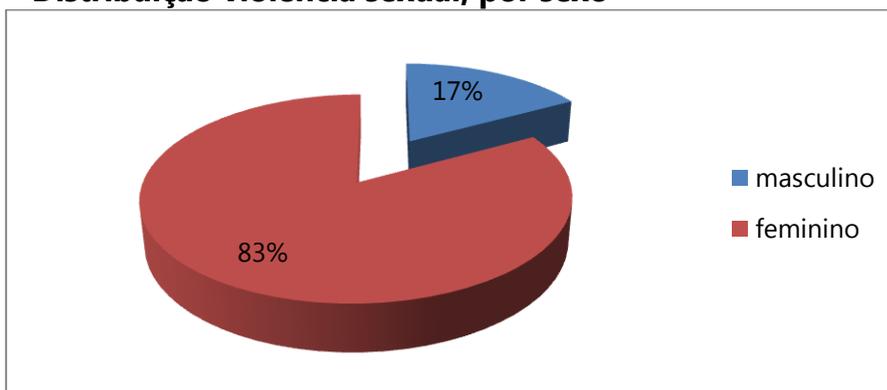
Quadro nº 44 – Distribuição de casos de violência sexual por sexo, faixa etária, cor e escolaridade, segundo município de notificação, Belém, Pará, Brasil, 2010-2011

Característica	Masculino	Feminino
Faixa etária	N	N
< 1 ano	14	36
01 – 04 anos	72	36
05 – 09 anos	174	358
10 – 14 anos	90	491
15 a 19 anos	00	751
Total	358	1.745
Cor	N	N
Sem informação	57	237
Branca	33	190
Preta	24	129
Amarela	-	02
Parda	244	1.184
Indígena	-	03
Total	358	1.745
Escolaridade	N	N
Sem Informação	19	128
Analfabeto	01	12
1ª a 4ª série incomp. EF	112	458
4ª série comp. EF	31	273
5ª a 8ª série incomp. EF	29	298
EF completo	03	19
EM incomp.	01	62
EM comp.	-	03
Ed. Superior incomp.	01	01
Não se aplica	161	491
Total	358	1.745

Fonte: Deslandes/FIOCRUZ (2013, p.45).

A leitura do Quadro nº 44 mostra uma maior predominância entre crianças e adolescentes na faixa etária de 10 a 14 anos (841 casos), de cor parda (1.428 casos), com escolaridade de 1ª a 4ª série incompleta do ensino fundamental (570 casos), sendo predominante do sexo feminino, conforme Gráfico nº 08 a seguir.

Gráfico nº 08 – Distribuição violência sexual, por sexo



Fonte: Deslandes/FIOCRUZ, 2013.

Elaboração: Vigilância socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

Quadro nº 45 – Distribuição dos casos de pornografia infantil por sexo, faixa etária cor e escolaridade, segundo município de notificação, Belém, Pará, Brasil, 2010-2011

Característica	Masculino	Feminino
Faixa etária	N	N
< 1 ano	02	04
01 – 04 anos	10	52
05 – 09 anos	32	107
10 – 14 anos	22	194
15 a 19 anos	3	52
Total	69	409
Cor	N	N
Sem informação	27	125
Branca	04	42
Preta	05	22
Amarela	-	01
Parda	33	217
Indígena	-	02
Total	69	409
Escolaridade	N	N
Sem Informação	01	52
Analfabeto	-	4
1ª a 4ª série incomp. EF	17	66
4ª série comp. EF	5	46
5ª a 8ª série incomp. EF	13	107
EF completo	02	11
EM incomp.	01	21
EM comp.	-	01
Ed. Superior incomp.	-	01
Não se aplica	24	100
Total	69	409

Fonte: Deslandes/FIOCRUZ (2013, p. 46).

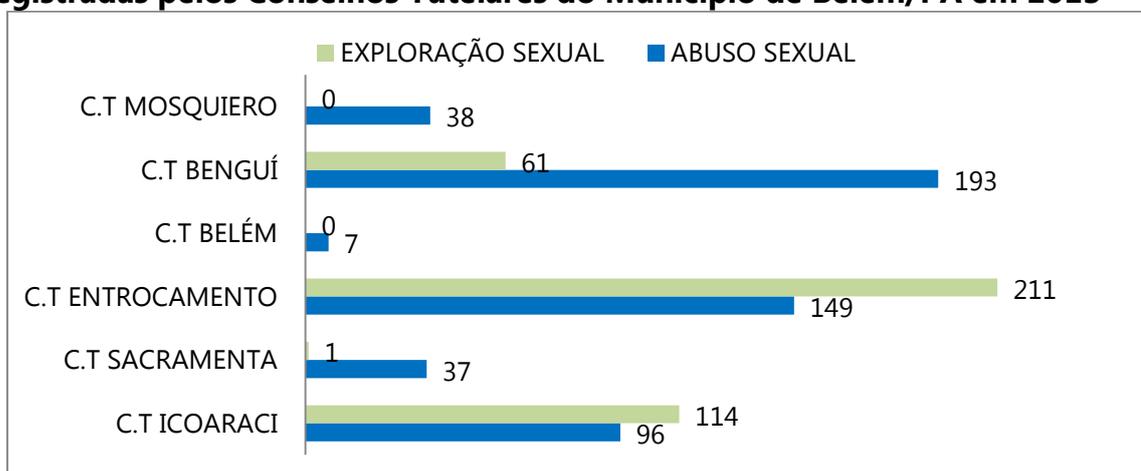
Analisando o Quadro nº 45, verifica-se que, em relação à pornografia infantil, ao comparar com os dados contidos no Quadro 44, o perfil predominante das

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

crianças e adolescentes envolvidas se assemelha pois, com exceção da escolaridade, cuja maior quantidade registrada foi entre 5ª a 8ª série incompleta do ensino fundamental (120 casos), os demais indicadores foram majoritários: 216 entre 10 a 14 anos de idade, 250 de cor parda, sendo 14,43 % do sexo feminino e 85,56% do sexo masculino.

Estudos realizados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDAC, para elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente 2015 – 2025, com dados dos relatórios dos Conselhos Tutelares, apontam que, em 2013, foram atendidas 907 situações de violência sexual de crianças e adolescentes, das quais 520 são referentes ao abuso sexual e 387 à exploração sexual, conforme disposto no Gráfico nº 09.

Gráfico nº 09 – Situações de Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, Registradas pelos Conselhos Tutelares do Município de Belém/PA em 2013



Fonte: COMDAC, 2015.

Quanto ao gênero, os registros dos Conselhos Tutelares informam que 59% são crianças e adolescentes do sexo feminino e 41% do sexo masculino, com maior prevalência na faixa etária de 11 a 15 anos (39%), seguida por 16 as 18 anos (36%), 6 a 10 anos (16%) e 0 a 5 anos (9%).

Nos anos 2013 e 2014, dados dos atendimentos efetuados pelos CREAS e pelo PRO PAZ Integrado, informam a seguinte realidade:

Quadro nº 46 – Atendimento realizado pelos CREAS e PROPAZ, 2013/2014

TIPOLOGIA	2013			2014		
	CREAS	PROPAZ/Santa Casa	Total	CREAS	PROPAZ/Santa Casa	Total
Abuso Sexual	82	686	768	80	713	793
Exploração Sexual	02	-	02	07	-	07
Tráfico de Pessoas	03	-	03	05	-	05

Fonte: Relatório CREAS, 2014/PROPAZ, 2015.

Elaboração: Vigilância socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

A análise dos dados fornecidos pelos órgãos oficiais responsáveis pelo atendimento das famílias e das pessoas vitimadas revela que o atendimento pelo PRO PAZ é bem superior ao dos CREAS, conforme demonstra o quadro acima, o que ocorre, em grande medida, em função do PRO PAZ ser “porta de entrada” para as denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes, com atendimento nas áreas psicossocial, médica e policial, devendo o acompanhamento psicossocial ser realizado pelas unidades socioassistenciais – CREAS. Contudo, no que tange a esse fluxo, constata-se a necessidade de maior articulação entre esses diferentes espaços, de modo a assegurar a complementariedade no atendimento das vítimas e suas famílias.

A partir das análises supra evidenciadas, pode-se perceber que a prática do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no âmbito do município de Belém/Pará, embora subnotificada, é uma realidade que a cada dia se avoluma e solicita intervenções urgentes.

Adolescentes em cometimento de ato infracional

Em Belém a atenção ao adolescente sentenciado com medidas socioeducativas de internação e semiliberdade é de responsabilidade da esfera estadual através de Fundação da Criança e do Adolescente do Pará – FASEPA, que nos anos 2013 e 2014 realizou 529 atendimentos, distribuídos conforme o Quadro nº 47.

Quadro nº 47 – Adolescentes por modalidade de sentença e gênero, atendidos pela FASEPA nos anos de 2013/2014

Modalidade	2013			2014		
	Gênero			Gênero		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Internação	156	08	163	240	16	256
Semiliberdade	54	07	61	35	13	48
Total	210	15	225	275	29	304

Fonte: UASE/FASEPA 2014.

Por sua vez, as medidas socioeducativas em meio aberto: Liberdade Assistida - LA e Prestação de Serviço à Comunidade - PSC, são de responsabilidade, desde 2007, da FUNPAPA, órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social que, em 2014, realizou o Estudo Diagnóstico: Perfil dos Adolescentes Sentenciados com Medidas Socioeducativa em Meio Aberto, atendidos pela FUNPAPA entre janeiro de 2009 a janeiro de 2014, a partir do qual constatou haverem sido atendidos, nesse período, 1.816 adolescentes, distribuídos por modalidade de sentença, de acordo com o Quadro nº 48.

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

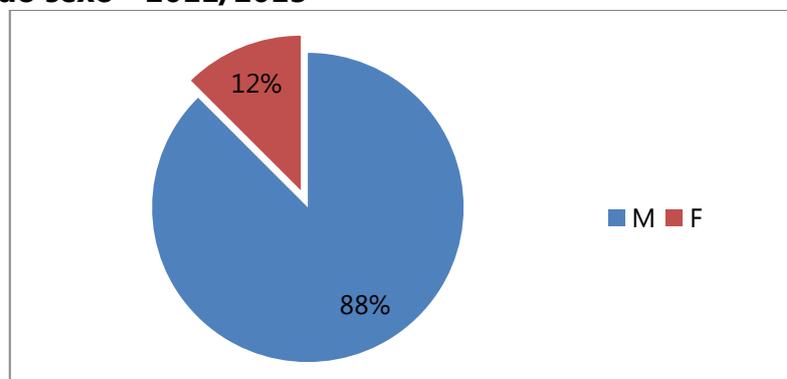
Quadro nº 48 – Adolescentes atendidos por modalidade de sentença - 2009-2013

ANO	LA	PSC	LA e PSC	TOTAL
2009	175	102	195	472
2010	112	35	96	243
2011	99	40	142	281
2012	218	22	251	491
2013	179	11	139	329
Total	783	210	823	1.816

Fonte: Relatório Mensal de Atendimento 2009-2013- CREAS Ilka Brandão.

A conferência por sexo constatou que apenas 12% são do sexo feminino; majoritariamente (88%) são do sexo masculino, conforme o Gráfico nº 10.

Gráfico nº 10 – Percentual de cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto segundo sexo - 2011/2013*



Fonte: Relatório Mensal de Atendimento 2009-2013- CREAS Ilka Brandão.

(*) Embora o Quadro nº 46 quantifique o cumprimento de medidas desde 2009, a separação por sexo só estava disponível a partir de 2011.

A partir desse estudo que investigou variáveis como quantidade de atendimentos, modalidade de medida, idade, sexo, escolaridade, moradia e renda, pode-se observar que o perfil do adolescente autor de ato infracional confunde-se com o de grupos vulneráveis em razão de fatores socioeconômicos, históricos e culturais.

Nesse sentido, quanto ao gênero, constatou-se um universo composto majoritariamente por adolescentes do sexo masculino (88%); com baixa escolaridade, haja vista que 67% do universo investigado, possuía, apenas, o ensino fundamental. Atentando para a idade, constatou-se que a faixa etária de 16 a 17 anos representa mais da metade do universo específico investigado: 54,7% do total. O mesmo Estudo, ao analisar um grupo específico de 148 adolescentes atendidos em janeiro de 2014, reafirma as características supra postas e aponta que 49,4% possuem renda familiar de um salário mínimo; 48,7% residem apenas com a mãe; 58,8% declararam já haverem consumido algum tipo de drogas ilícitas, com maior predominância a maconha; 67,6% foram sentenciados por crimes contra o patrimônio (roubo/assalto,

furto) e, majoritariamente, são residentes em bairros periféricos cercados pelas mais variadas situações de vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais.

Ante o exposto, pode-se inferir que o perfil predominante do adolescente sentenciado com medidas socioeducativas em meio aberto, atendido no CREAS Ilka Brandão é: sexo masculino, na faixa etária de 15 a 17 anos, com cometimento de ato infracional relacionado a crimes contra o patrimônio, residente de bairros periféricos, com nível de escolaridade compatível ao ensino fundamental, pertencente a famílias cuja pessoa de referência é a mulher e com renda familiar mensal de um salário mínimo.

Conhecimentos acumulados pelo Serviço Especializado em Abordagem Social/CREAS apontam as áreas de maior concentração de situações de vulnerabilidades e riscos sociais no Município no que concerne à violência sexual contra crianças e adolescentes, relacionadas no Quadro nº 49. Aliam-se a ele, informações apontadas pelo estudo da FIOCRUZ (2014) a partir de escuta de gestores e conselheiros Tutelares.

Quadro nº 49 – Espaços públicos com concentração de situações de vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais

Fenômeno Social	Área/Logradouros
Pessoas em Situação de Rua	<ul style="list-style-type: none"> - Batista Campos (Praça, Pariquis c/Pe. Eutíquio e Mundurucus c/ Pe. Eutíquio; -Jurunas (Mundurucus c/ Honório) -Av. P. Vargas (toda extensão, principalmente Riachuelo entre Pres. Vargas e 1º de Março); - Av. Nazaré (Travessa 14 de março da Gov. José Malcher até a Gentil, nas ruas próximas da Pça da Basílica de Nazaré); -Cidade Velha (canal da Almirante Tamandaré até Pça do Carmo, na beira mar); - Ver-o-Peso (Complexo de feiras, Pça D. Pedro II, dos Estivadores, dos Pescadores, Waldemar Henrique e Magalhães); - Doca (Rua Municipalidade próximo da UNIMED e Ver-o-Rio na rua da fábrica de trigo Mirella); - São Braz (próximo ao Terminal Rodoviário. Feira e seu complexo); -Feira do Barreiro e proximidades da ponte do Galo; -Feira da Terra Firme; - Entroncamento (Complexo viário). -Av. Independência (Cabanagem) Av. Centenário / Augusto Monenegro - Entorno do Shopping Castanheira; -Mosqueiro (Praça da matriz Mosqueiro); -Icoaraci (Orla, Feira da Rua 08 de maio, Praça da Igreja Matriz de São João Batista)

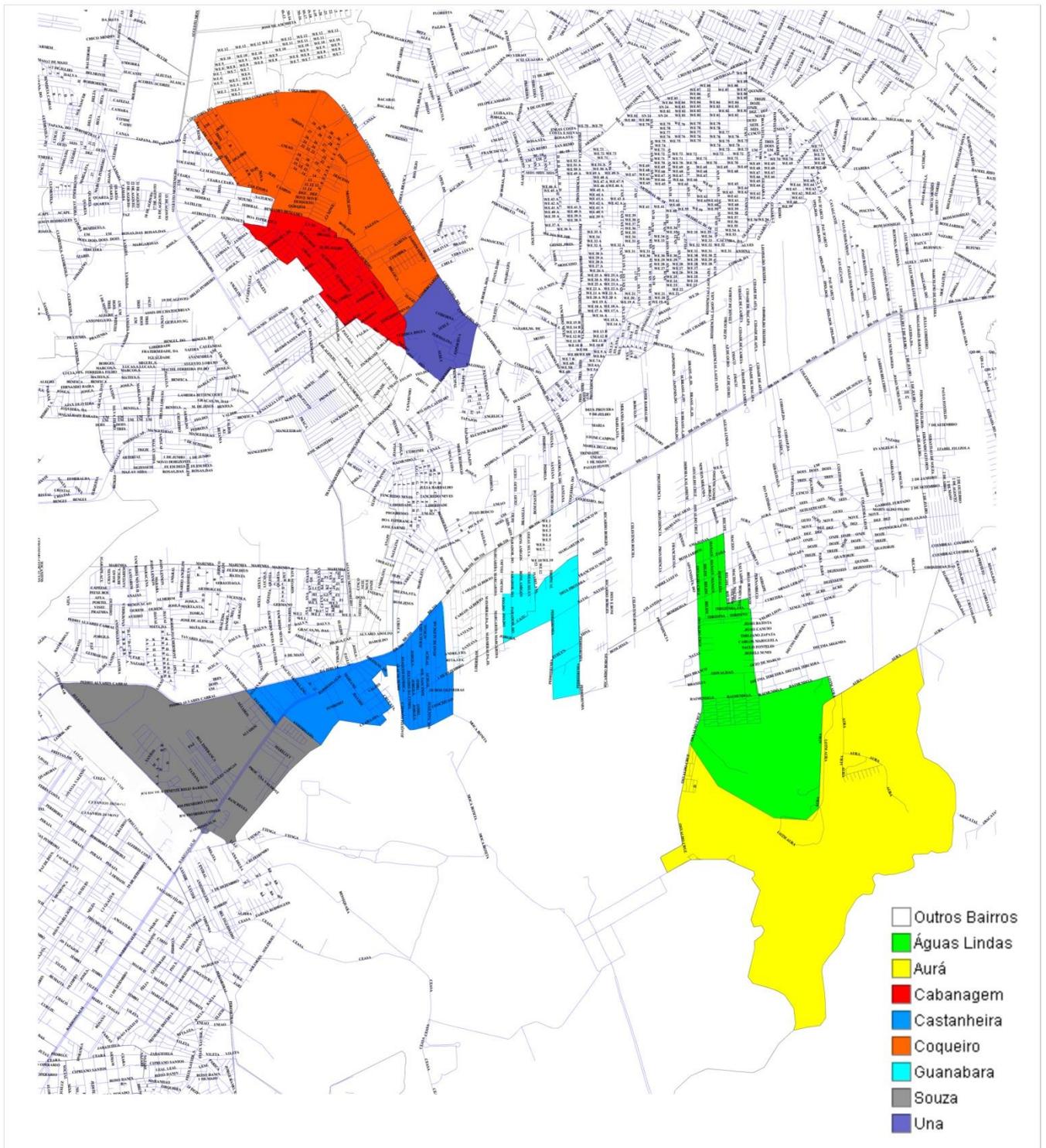
Consumo abusivo de drogas	<ul style="list-style-type: none"> - Batista Campos (Praça, Rua Pariquis c/Pe. Eutíquio e Rua Mundurucus c/ Pe.Eutíquio); - Jurunas (Rua dosMundurucus c/ Honório); -Av. P. Vargas (toda extensão, principalmente Riachuelo, entre Pres. Vargas e 1º de março); -Av. Nazaré (Travessa 14 de março com Gentil, nas ruas próximas da Pça da Basílica de Nazaré); -Cidade Velha (canal da Almirante Tamandaré até Pça do Carmo na beira mar); - Ver-o-Peso (Pça D. Pedro II, Feira do Açaí, Complexo da feira, Pça. dos Estivadores, dos Pescadores, Waldemar Henrique e Magalhães); - Doca (Municipalidade próximo UNIMED e Ver-o-Rio na rua da fábrica de trigo Mirella), - São Braz (próximo ao Terminal Rodoviário, Feira e seu Complexo); -Entroncamento (Complexo Viário); -Icoaraci (Orla, Feira da Rua 08 de maio); -Outeiro (Praia Grande e Praia da Brasília);
Presença de trabalho Infantil	<ul style="list-style-type: none"> - Av. Nazaré (ruas e travessas próximas à Basílica); - Complexos de Feira (Terra Firme, Jurunas, Batista Campos, Barreiro, Pratinha I e Entroncamento); - Complexo Feliz Lusitânia, - Av. Duque de Caxias com Dr. Freitas; -Br 316 Km1(Entorno do Shopping Castanheira), -Av. Independência com Augusto Montenegro, -Mosqueiro (Praias do Farol, Chapéu Virado e Paraíso); -Outeiro (Praia Grande e Praia da Brasília); - Icoaraci (Feira da Rua 08 de maio);

<p>Exploração sexual de Crianças e Adolescentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> -São Braz (feira e seu complexo); - Jurunas (feira e seu complexo); -CEASA; -Mercado do Ver-o-Peso; - Portal da Amazônia; -Pça. da República; -Pça. Kennedy, -Pça. Magalhães (ao lado de PARATUR) -Pça. da Cabanagem (ao lado no Entroncamento);; - Pça. Princesa Isabel (Condor); -Outeiro (Praia Grande e da Brasília); -Icoaraci (Orla). -Cotijuba (Orla) -Mosqueiro (Orla); -Reduto (adolescentes travestis e homossexuais nos semáforos); -Cruzamento ao lado do Hospital Adventista; -Av. Pedro Álvares Cabral; -Canal Água de Cristal (ao lado do Shopping Castanheira); -Shopping Pátio Belém; -Rodovia Augusto Montenegro; -Festas de Aparelhagem; -Festas com diversas denominações ("rave", "barca", "beija logo e cala boca" que acontecem em Mosqueiro.
-----------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Serviço Especializado em Abordagem Social dos CREAS Comércio, Marco, Icoaraci e Mosqueiro, 2015.

TERRITORIALIDADES CRAS

DIAGNÓSTICO TERRITORIALIDADE CRAS AURÁ



1 Olhar sobre o território

1.1 Visão Geral

A territorialidade do CRAS Aurá, implantado em 20 de janeiro de 2005, abrange os bairros Aurá, Águas Lindas, Guanabara, parte do Una, parte da Cabanagem, parte do Castanheira, parte do Coqueiro e parte do Souza, compreendendo uma área total de 26,1991 km², sendo que o Aurá, que dá nome ao CRAS, ocupa área de 6,8439 km², tendo sua denominação atribuída pela comunidade devido à proximidade com rio Aurá³³.

Observa-se que no estudo a seguir serão focalizados apenas os três primeiros bairros mencionados, tendo em vista que os demais foram abordados em outras territorialidades de CRAS, às quais também pertencem.

Há, nessa territorialidade, duas importantes singularidades com relação às demais, a primeira em virtude do CRAS Aurá possuir sua área de abrangência em posição limítrofe entre os municípios de Belém e Ananindeua, a exemplo do que ocorre com os bairros Aurá, Águas Lindas e Guanabara, cujos espaços territoriais não possuem delimitações fronteiriças precisas. A segunda, por sediar, nessa área, um Aterro Sanitário que, ainda de forma inadequada recebe resíduos sólidos da capital paraense, e dos municípios de Ananindeua e Marituba, trazendo sérias consequências às famílias de suas proximidades, portanto, de todos os bairros que compõem essa territorialidade.

O Aterro Sanitário do Aurá, implantado em 1991, foi situado na periferia da cidade de Belém, à esquerda do rio de mesmo nome, na divisa com o município de Ananindeua, numa localidade denominada Santana do Aurá, distante 13 km do centro de Belém. Suas dimensões estão em torno de 160 ha; destes, 60 ha correspondem à área de aterramento de lixo e infraestrutura. De acordo com Menezes (2000 apud VALE *et al.*, 2011), o aterro do Aurá foi a princípio projetado para funcionamento de três unidades básicas de tratamento de resíduos, constituído por: uma usina de incineração de resíduos perigosos (funcionou até 1994); uma usina de reciclagem (não foi instalada) e um aterro sanitário que receberia cinzas e escórias da usina de incineração, reciclagem e compostagem. Tendo em vista a desativação da usina de incineração e a ausência da instalação prevista para a usina de reciclagem e compostagem, o aterro sanitário passou a receber todos os tipos de resíduos, sem

³³ O Rio Aurá está localizado na extremidade sudeste da cidade de Belém, e forma uma micro-bacia, pertencente à bacia do Rio Guamá, com drenagens de pequeno porte e reduzida extensão, como é o caso dos igarapés Santo Antônio do Aurá, Pescada, Juvêncio, Jaruca e Santana do Aurá. A bacia do Rio Aurá possui uma extensão total de aproximadamente 10.400 m distribuídos pelos principais corpos de água da seguinte forma: Rio Aurá com 6800 m; igarapé Santo Antonio do Aurá com cerca de 2000 m, e igarapé Santana do Aurá com aproximadamente 1600 m.

que houvesse nenhum tipo de tratamento anterior, acarretando a sua transformação em um imenso “lixão” (MENEZES, 2000 apud VALE *et al.*, 2011).

Um dos agravantes em relação a esse lixão está relacionado à sua localização às proximidades do rio Aurá, que desemboca no rio Guamá, onde a Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA realiza a captação dirigida aos lagos Água Preta e Bolonha, seguindo então para o sistema de tratamento da ETA-BOLONHA que atende cerca de 80% da população de Belém. O Rio Aurá desemboca a cerca de 250m do ponto de captação do rio Guamá, além do que o aterro do Aurá localiza-se, também, próximo da Área de Preservação Ambiental do Utinga.

Somando-se ao fato acima citado, existe uma população residente às margens do rio Aurá, denominada Comunidade Nossa Senhora dos Navegantes, que, conforme Lisboa (2009), ocupa uma área de 17 km², habitada desde o início da década de 1940, registrando atualmente um total de 240 pessoas, distribuídas às margens do rio Aurá, rio Uriboquinha (braço direito do rio Uriboca) e no interflúvio entre os rios Aurá e Uriboca, na margem direita do rio Guamá. Sabe-se, ainda, que nas áreas de invasão que circundam o Aterro do Aurá há pelo menos duas mil famílias (SANCHES, 2011).

Estudos realizados por Ricardo (2000 apud VALE *et al.*, 2011) concluíram que os solos da vizinhança do Aterro do Aurá estão enriquecidos em metais pesados³⁴. Pesquisa encomendada ao Instituto Evandro Chagas, em 2010, constatou que a água consumida em 10 comunidades ao entorno do Aurá apresenta contaminação. Os municípios que usam o Aterro do Aurá como local de disposição final de resíduos também lidam com outro problema: o esgotamento da vida útil. O aterro apresenta 9 células para o confinamento dos resíduos, sendo que 7 dessas já alcançaram seu nível de capacidade, enquanto que as duas restantes estão em operação para receber os resíduos produzidos diariamente, observando que cada célula possui uma vida útil de 18 a 24 meses (VALE *et al.*, 2011).

Em 2003, a área estava sob a intervenção de um projeto de biorremediação. Esse projeto combina atividades de biotecnologia aplicadas à deposição e tratamento do lixo (1.200 tonelada/dia) com ações na área social. A contenção do chorume só foi possibilitada a partir da entrada em operação da primeira célula de deposição de lixo, em janeiro de 2002, através da impermeabilização da base (solo) com argila. No tocante ao lixo lá depositado antes da biorremediação, foi confinado por camadas de terra, caracterizando um aterro controlado (PARANAGUÁ *et al.*, 2003).

³⁴ Em 1998, Morales (2002 apud PARANAGUÁ *et al.* 2003) constatou que o chorume proveniente do lixo se infiltrava no solo e fluía para as lagoas localizadas no sul da área, atingindo principalmente os igarapés Santana do Aurá, Jarucá e Santo Antônio.

No Censo 2013 dos Catadores do Lixão do Aurá, realizado pela Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Saneamento de Belém - SESAN com outros órgãos e associações, foram identificados 1.802 (mil oitocentos e dois) trabalhadores da cadeia produtiva da reciclagem vinculada diretamente à catação no Aurá. Destes, 1.772 (mil setecentos e setenta e dois) foram entrevistados. O Censo mostrou que a indústria da catação movimenta cerca de 1,5 milhões de reais por mês. Entretanto, conforme o Censo, mais de 100 (cem) pessoas trabalham por menos de R\$ 200,00 (duzentos reais) e dezenas de crianças cumprem tarefas de catação e triagem do material nas residências, antes de serem vendidos para as indústrias. A análise de gênero revela ainda que o número de homens é quase igual ao de mulheres, havendo uma leve predominância feminina.

Contudo, observando a renda, tem-se que, entre os catadores que ganham menos de um salário mínimo, 70% são mulheres. Contrariamente, entre aqueles que ganham mais de R\$1.500,00 por mês, 65% são homens.

No primeiro semestre de 2015, a Prefeitura Municipal de Belém assinou, em caráter emergencial, contrato com a empresa Guamá Tratamento de Resíduos, proprietária de um aterro sanitário, único devidamente licenciado em todo o Estado do Pará, localizado em Marituba, o qual passará a receber o lixo produzido em Belém, a partir do dia 5 de julho de 2015. O fechamento do lixão do Aurá está previsto na Lei Nº 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos e que determinou que todas as administrações públicas municipais, independente do seu porte e localização, devem construir aterros sanitários e pôr fim às atividades dos lixões.

Segundo informações do site da Prefeitura de Belém³⁵, os atuais catadores do Aurá vão trabalhar na coleta seletiva domiciliar e em outras atividades de inclusão sócio-produtiva. Contudo, ainda que tenham sido tomadas medidas para mitigar o impacto do fechamento do lixão do Aurá na vida dos catadores, o processo ainda se dá de forma conflituosa, tendo em vista os diversos interesses envolvidos na questão.

Referente ao bairro da Guanabara, também englobado nessa territorialidade, encontra-se localizado à margem da principal via de acesso à Belém e da região metropolitana, a BR 316, tendo muitas de suas ruas asfaltadas e drenadas, possuindo grande variedade de serviços comerciais, como bancos, concessionárias de automóveis, residenciais fechados, supermercados, lojas de departamento, universidade, o Hospital Metropolitano, estando próximo de outros serviços, como um shopping center.

³⁵ Informações extraídas dos sites: <http://www.agenciabelem.com.br/noticias/detalhes/113580>; <http://www.agenciabelem.com.br/noticias/detalhes/113426>. Em 22/06/15.

O campo associativo local registra presença de entidades como a Associação dos Catadores do Aurá, Associação de Moradores do Bairro Castanheira, Sociedade Beneficente e Cooperativa Cristo Redentor, Associação Esportiva e Cultural da Cabanagem, União de Moradores do Bairro de Águas Lindas, Comunidade Sagrada Família, Associação de Moradores do Conjunto Jardim Europa, Associação Comunitária Parque Cabanagem, ONG Vitória Regia, Associação dos Moradores do Conjunto Verdejantes IV, Grupo Espírita Jardim das Oliveiras, entre tantas outras.

Dentre os elementos culturais³⁶ ali vivenciados pela população local encontram-se o Boi Lírio do Norte (Guanabara) Caprichoso (Castanheira) e Atrador e Lírio da Noite (Cabanagem); as quadrilhas juninas: Nova Geração, Sorriso Junino e Luar do Sertão (Águas Lindas); Mistura Brasileira, Os Kaboclos e Encanto de Santa Luzia (Cabanagem), e Impacto Junino e Caipiras (Una); o grupo parafolclórico Canto da Mata (Cabanagem) e grupo de toada Pai e Filho (Cabanagem). Registra-se ainda a Escola de Samba Portela, no bairro da Cabanagem.

A seguir serão apresentadas algumas características demográficas e socioeconômicas da territorialidade aqui analisada.

Focalizando o quantitativo populacional referenciado, depreende-se do Quadro 01 um total de 82.882 moradores, tendo os bairros Coqueiro e Águas Lindas as maiores populações, 25.888 e 17.520, respectivamente. O bairro Guanabara aparece com o menor número de pessoas referenciadas ao CRAS Aurá.

Quadro nº 01 - População referenciada ao CRAS Aurá

Bairro	População
Auré	1.827
Águas Lindas	17.520
Guanabara	1.588
Una*	3.362
Cabanagem*	13.890
Castanheira*	12.212
Coqueiro*	25.888
Souza*	6.595
TOTAL	82.882

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

*População total dividida por dois, considerando que os bairros pertencem à territorialidade de dois CRAS.

A população acima analisada tem moradia distribuída em 22.502 domicílios, com destaque para os bairros Coqueiro e Águas Lindas (7.076 e 4.715, respectivamente); no bairro Guanabara encontra-se o menor número de residências (430), de acordo com o Quadro a seguir.

³⁶ Dados fornecidos pela Fundação Municipal de Cultura – FUMBEL.

Quadro nº 02 - Domicílios particulares permanentes referenciados na territorialidade CRAS Aurá, no Município de Belém- 2010

Bairro	Domicílios
Aurá	516
Águas Lindas	4.715
Guanabara	430
Una*	917
Cabanagem*	3.573
Castanheira*	3.354
Coqueiro*	7.076
Souza*	1.921
TOTAL	22.502

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

*Total de domicílios divididos por dois, considerando que os bairros pertencem à territorialidade de dois CRAS.

Importante mencionar a existência do aglomerado subnormal de Águas Lindas, onde localizam-se 2.407 domicílios, nos quais reside população estimada em 9.125 pessoas, com média de 3,8 moradores por domicílio.

Observando-se a renda local entre pessoas de 10 anos ou mais de idade nos bairros da territorialidade em análise, seguindo Quadro 03, chega-se a um total de 51.483 pessoas sem rendimento. Das pessoas com algum rendimento, a maioria (27.446) tem renda de mais de ½ a 1 salário mínimo.

Quadro nº 03 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classe de rendimento nominal mensal, segundo três bairros da territorialidade CRAS Aurá, no Município de Belém – 2010

Bairro	Total	Até ½ salário mínimo	Mais de ½ a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 5 salários mínimos	Mais de 5 a 10 salários mínimos	Mais de 10 a 20 salários mínimos	Mais de 20 salários mínimos	Sem rendim ento
Aurá	1.467	160	440	187	82	9	-	-	589
Águas Lindas	13.966	1.151	3.907	2.035	542	93	10	-	6.228
Cabanagem	22.945	1.329	6.412	3.200	958	165	24	3	10.854
Castanheira	21.227	613	4.790	3.852	2.659	988	226	46	8.053
Coqueiro	44.103	1.305	8.536	7.646	5.943	1.988	364	75	18.246
Guanabara	1.301	60	322	187	85	11	3	-	633
Souza	11.692	159	1.536	1.776	2.124	1.285	419	86	4.307
Una	5.509	227	1.503	833	310	52	9	2	2.573
TOTAL	122.210	5.004	27.446	19.716	12.703	4.591	1.055	212	51.483

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010/SEGEP, Anuário Estatístico de Belém, 2012.

Os dados indicados até aqui ajudam a estabelecer uma imagem inicial sobre a territorialidade do CRAS Aurá e suas especificidades. Nessa direção, para clarificar ainda mais a referida imagem serão listados a seguir os equipamentos públicos ali atuantes.

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

1.2 Oferta de serviços pela rede intersetorial

No quadro a seguir são quantificados os equipamentos da rede intersetorial para os bairros que compreendem a territorialidade do CRAS Aurá.

Quadro nº 04 - Rede de equipamentos de políticas sociais básicas da territorialidade do CRAS Aurá

POLÍTICA SOCIAL	EQUIPAMENTO	BAIRROS								TOTAL
		Aurá	Águas Lindas	Guana bara	Cabana gem	Castan heira	Coquei ro	Sousa	Una	
Rede de Educação	UEI	01	-	-	-	01	-	01	-	03
	UP	-	02	01	01	01	-	-	-	05
	UEIF	-	01	-	01	01	02	02	-	07
	UEF	-	-	-	01	01	03	03	-	08
	UEFM	-	-	-	-	-	05	03	-	08
Rede de Saúde	UBS	-	-	-	01	-	02	-	-	03
	USF	-	02	-	04	-	-	01	01	08
	Farmácia pop.	-	-	-	01	-	-	-	-	01
	Hospital Metropolitano	-	-	-	-	-	01	-	-	01
	Laboratório Central	-	-	-	-	-	01	-	-	01
Rede de Assistência Social	CRAS	01	-	-	-	-	-	-	-	01
	Entidade Socioassistencial	-	-	-	-	01	01	-	-	02
Rede de Cultura e Lazer	Praças	-	-	-	-	-	13	10	-	23
	Biblioteca Escolar Municipal	-	02	-	01	-	01	-	-	04
	Quadra de esporte (Escolar)	-	01	-	01	-	01	-	-	03
Rede de Apoio Comunitário*	Entidades Comunitárias	-	11	-	03	01	01	04	-	20

Fonte: SEMEC/SESMA/FUMBEL/FUNPAPA/SEGEL/SEMMA/CMAS/IDESP/Ministério da Cultura.

*Entidade que presta apoio à comunidade, mas não está inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, conforme relação fornecida pelo CRAS Aurá.

Chama atenção no quadro acima os bairros do Aurá, Guanabara e Una que apresentam uma quantidade muito reduzida de equipamentos. O Aurá, por exemplo, possui apenas 01 Unidade de Educação Infantil (UEI) e 01 CRAS; a Guanabara, por sua vez, conta apenas com 01 Unidade Pedagógica (UP) e o Una, com 01 Unidade de Saúde da Família (USF).

Na rede de cultura e lazer, observa-se que as praças estão concentradas em somente dois bairros da territorialidade, Coqueiro (com 13) e Souza (com 10). No bairro do Coqueiro também estão localizadas 02, das 03 Unidades Básicas de Saúde (UBS) da territorialidade.

A rede de educação é a que possui a maior capilaridade, estando presente em todos os bairros, à exceção do Una.

2 Olhar da Comunidade sobre o território

2.1 Percepção sobre o espaço de vivência e a oferta dos serviços

Os participantes da consulta realizada na territorialidade do CRAS Aurá, partindo do conhecimento de que dispõem sobre o território, identificaram e quantificaram a oferta de serviço da rede intersetorial, especificamente dos serviços públicos de educação, saúde, lazer e segurança, que se efetivam por meio de equipamentos existentes nos bairros que compreendem esta territorialidade. Para melhor análise do conhecimento individual, foi tirada a quantidade média indicada para cada equipamento, como consta no Quadro 05.

Quadro nº 05 – Quantificação de equipamentos da rede intersetorial

Equipamentos	Quant.
Escolas Fund./Médio	02
Escolas Ed. Infantil/Creches	01
Postos de saúde	01
Delegacias	0
CRAS	01
Equip. Lazer	0

Fonte: Material de consulta.

A oferta geral de equipamentos nesta territorialidade é muito baixa, conforme os participantes da consulta. Não foram identificados nenhum equipamento de lazer ou delegacias e apenas 02 escolas de ensino fundamental/médio. Fazendo-se um contraponto deste quadro em relação ao quadro 05 (de oferta dos serviços), verifica-se que existe uma oferta maior de equipamentos, entretanto, eles ficam concentrados nos bairros da Cabanagem, Castanheira, Coqueiro e Souza. Aurá, Águas Lindas, Guanabara e Una contam com reduzida oferta em todas as políticas sociais mostradas no quadro 06.

Na avaliação que os participantes fizeram sobre essa quantidade, consta o seguinte:

Quadro nº 06 – Avaliação das ofertas (em %)

Equipamentos	Avaliação		
	Suficiente	Insuficiente	Não sabe informar
Escolas Fund./Médio	25,0	62,5	12,5
Escolas Ed. Infantil/ Creches	0	87,5	12,5
Postos de saúde	0	100	0

Delegacias	0	80,0	20,0
CRAS	33,3	60,0	6,7
Equip. Lazer	0	100	0

Fonte: Material de consulta.

Naturalmente que a avaliação feita pelos participantes foi influenciada pela baixa oferta de serviços nesta territorialidade, de modo que a maioria considerou a oferta de todos os equipamentos como “insuficiente”, principalmente o posto de saúde e os equipamentos de lazer que receberam de 100% dos consultados tal avaliação; em seguida vieram as escolas de educação infantil/creches, avaliadas por 87,5% dos consultados como “insuficiente”. O CRAS, embora a maioria (60%) tenha avaliado sua oferta insuficiente foi o que apresentou o maior percentual no item “suficiente”, com 33,3%.

Essa oferta dos serviços em alguma medida rebate sobre a avaliação feita pelos participantes sobre a *condição de vida* nos seus bairros de moradia – que compreendem a territorialidade do Aurá. Dos participantes, 6% a consideraram *muito boa*; nenhum a considerou *boa*; 50% avaliou como sendo *regular*; 44%, como *ruim* e nenhum chegou a considerá-la como *muito ruim*. De um modo geral, avaliação feita da condição de vida nos bairros da territorialidade do CRAS Aurá ali representados ficou em regular tendendo para ruim.

Dentro da territorialidade, no que diz respeito ao espaço de vivência, os participantes não identificaram muitos atrativos culturais específicos do Aurá, mas chegaram a quantificar algumas festas populares/religiosas como os festejos de Santo Antonio, o boi-bumbá Caprichoso, eventos esportivos, festas juninas, quadrilha e apresentação de grupos de dança.

Os representantes comunitários também identificaram as potencialidades presentes nesta territorialidade que, como definido na metodologia, se referem aos serviços/espços já disponíveis no território, independente de estarem ou não funcionando a contento. O Quadro 07 relaciona os recursos citados.

Quadro nº 07 – Recursos identificados na territorialidade

Recurso/potencialidade
UMS
PSF/Casas Família
ACS
UEI
CRAS
Escolas
Linhas de ônibus

Entidades socioassisten./centros comunitários
Igrejas
Projetos sociais
Conselho tutelar
Associação de moradores
Feira/mercado
ONG's

Fonte: Material de consulta.

2.2 Principais vulnerabilidades, demandas e sugestões de melhorias

Quanto a situações específicas de violências/vulnerabilidades presentes no território, os participantes avaliaram a sua ocorrência ou não, segundo consta no quadro 08.

Quadro nº 08 – Avaliação de situações de violências/violação de direitos específicos (em %)

Violência/violação	Frequência		
	Muitas vezes	Poucas vezes	Nunca
Trabalho infantil	46,7	40,0	13,3
Violência contra crianças e adolescentes	56,3	31,3	12,5
Pessoas em situação de rua	60,0	33,3	6,7
Conflito familiar	50,0	43,8	6,3
Usuários de substâncias psicoativas	81,3	12,5	6,3

Fonte: Material de Consulta.

Apenas em relação aos usuários de substâncias psicoativas houve uma larga vantagem entre os que a verificam “muitas vezes” (81,3%) e os que disseram “poucas vezes” (12,5%), nos demais casos não houve uma diferença tão significativa. No trabalho infantil, por exemplo, 46,7% dos participantes disseram verificá-lo muitas vezes na territorialidade do CRAS Aurá ao passo que 40% marcaram a opção “poucas vezes”; no conflito familiar, os percentuais ficaram aproximados onde 50% avaliou sua ocorrência como “muitas vezes” e 43,8% “poucas vezes”.

Na avaliação feita pelos técnicos do CRAS Aurá das situações contidas no quadro 8, a que é mais frequentemente atendida é o conflito familiar seguido pela violência contra crianças e adolescentes; já o trabalho infantil e os usuários de substâncias psicoativas são atendidos poucas vezes no CRAS; em relação às pessoas em situação de rua, segundo os técnicos, nunca houve atendimento.

De acordo com a percepção sobre a oferta dos serviços, os participantes avaliam as principais demandas da territorialidade. O Gráfico 1 mostra os temas mais citados na consulta.



Fonte: Material de consulta.

Os temas mais citados entre as demandas desta territorialidade foram esporte, cultura e lazer, aparecendo em 76,5% das tarjetas; em seguida, vieram o transporte público, a educação e a saúde, com 52,9% cada.

Quando desagregadas em subtemas, percebem-se as necessidades mais latentes dentro de cada área. Nas áreas de esporte/cultura/lazer, todas as tarjetas mencionaram a necessidade de mais praças (áreas recreativas), espaços públicos para a prática de esportes (ginásios poliesportivos), academias ao ar livre e espaços culturais. No tema educação, 55,6% citaram a necessidade de mais creches, 44,4%, mais escolas de ensino médio e 11,1% a melhoria nas escolas. Na assistência social, foi feita referência à atenção às mulheres com filhos no lixão. Das tarjetas que mencionaram o tema transporte público, 55,6% apontavam para a ampliação/melhoria no transporte coletivo e 11,1% a construção de passarelas, dentre outros subtemas contidos no quadro 09.

Quadro nº 09 – Subtemas mais citados nas demandas da territorialidade

Tema	Subtema	%
Educação	Mais creches	55,6
	Mais escolas de ensino médio	44,4
	Melhoria das escolas	11,1
Transporte público	Ampliação/melhoria no transporte coletivo	55,6
	Construção de passarelas	11,1
	Novas linhas de ônibus	11,1
	Reorganização do trânsito	11,1
	Pintura e/ou instalação de sinais	11,1
Saúde	Ampliar atendimento especializado	22,2

	Mais unidade de saúde da família	22,2
	Mais médicos	11,1
	Mais medicamentos e ambulância	11,1
	Implementar a atenção básica	11,1
	Ampliar a cobertura dos ACS	11,1
	Atendimento de urgência e emergência	11,1
Segurança pública	Posto policial	25,0
	Combate à violência urbana	25,0
Esporte/cultura/lazer	Mais praças/áreas recreativas/espços públicos para a prática de esportes/ginásios poliesportivos/academias ao ar livre/espços culturais	100,0
Saneamento básico	Pavimentação asfáltica	14,3
	Água potável	14,3
Trabalho	Cursos profissionalizantes/oficinas	100,0
Assistência social	Atenção às mulheres com filhos no lixão	100,0

Fonte: Material de consulta.

Os participantes fizeram sugestões direcionadas à melhoria da territorialidade que venham a contornar as dificuldades e atender em alguma medida as demandas por eles levantadas. Para o transporte público, ratificaram a necessidade de ampliação da quantidade de ônibus e a quebra de monopólio para criação de uma nova linha de ônibus. Na saúde, sugeriram a implantação de PSF; investimento no posto de saúde; implementação do trabalho preventivo da saúde básica; contratação de médicos especializados e desburocratização dos atendimentos para agilizar os pedidos de exames especializados.

Para a área de lazer, os participantes sugeriram a construção de praça; criação de quadras esportivas; reforma de espaço esportivo presente no bairro da Cabanagem e a oferta de atividades esportivas e culturais para os jovens. Na educação, reiteraram a necessidade de novas creches e construção de escolas. Falaram sobre a necessidade de melhoria no saneamento básico e de educação ambiental.

A participação popular e a aproximação do poder público junto à comunidade através de esclarecimentos e levantamento de necessidades também foram mencionadas. As sugestões nesta direção foram: articulação política entre comunidade e poder público, visando garantir a efetuação das demandas levantadas pela comunidade; maior participação social nas tomadas de decisão quando da elaboração de projetos e leis pertinentes às políticas públicas; esclarecimento sobre

as áreas de abrangência dos serviços públicos e orientações sobre como adquirir os benefícios de acordo com as necessidades.

Os participantes e os técnicos do CRAS sugeriram de maneira mais específica, por ciclo de vida, as atividades/ações que deveriam ser voltadas para esses grupos, as quais perpassam, um pouco, sobre o que já foi comentado.

Quadro nº 10 – Sugestões de melhoria por ciclo de vida

Ciclo	Sugestões
Crianças	Serviço convivência, projetos esportivos, creches, criação do CRAS Entroncamento, escola, escolinha de futebol, praças, cursos Curro Velho, esportes/ parque de diversão, programa de atendimento à saúde da criança.
Jovens	Palestras com temas variados (drogas, gravidez adolescência), cursos de qualificação, menor aprendiz, centro de inclusão social e Infocentro, dança de rua, esporte e lazer, quadras de esporte, canto e arte, serviço de convivência e vínculos, habitações.
Adultos	Cursos profissionalizantes, projetos de qualificação, PRONATEC e cursos técnicos, capacitação/geração de renda, atividades esportivas; academia ao ar livre, inserção no mercado de trabalho formal.
Idosos	Palestras, melhoria da qualidade de vida, oficinas, atividade físicas e culturais no bairro, dança, hidroginástica, atividades de saúde, praças, centro/serviço de convivência, habitações.

Fonte: Material de Consulta.

3 Outros aspectos de vulnerabilidade

Na territorialidade do CRAS Aurá, existem 10.241 famílias inscritas no CadÚnico, das quais 9.026 são beneficiárias do PBF, representando 8,9% do total de famílias beneficiadas no Município³⁷.

O Censo SUAS-MDS 2014, que é uma ferramenta de levantamento de dados dos serviços prestados pelos equipamentos socioassistenciais e que se pauta também no conhecimento do território, relaciona as situações mais frequentemente identificadas no território de abrangência do CRAS Aurá, conforme segue: crianças e adolescentes fora da escola; indivíduos sem documentação civil; famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família; famílias elegíveis não inseridas nos programas ou benefícios de transferência de renda e famílias em situação de insegurança alimentar.

³⁷ Dados extraídos do Relatório CCU/PBF dez. 2014.

Além disso, foram identificados no território de abrangência deste CRAS a presença de: altos índices de criminalidade; de conflito/violência vinculado ao tráfico de drogas; lixão; moradias irregulares como favelas, invasões, grotas, cortiços e/ou similares.

Os técnicos do CRAS, a partir da experiência que possuem e do conhecimento acumulado sobre a territorialidade, elencaram as seguintes situações de risco e vulnerabilidade mais presentes no território do Aurá: uso de álcool e outras drogas; abuso e exploração sexual; violência doméstica; conflitos familiares; extrema pobreza; dificuldade de acesso à rede socioassistencial, trabalho infantil; violência urbana; violência contra o idoso e falta de saneamento básico.

3.1 Cálculo de vulnerabilidade social (VS)

As doze variáveis mensuradas para a territorialidade do CRAS Aurá apresentaram o seguinte comportamento em relação à média do Município de Belém: duas com avaliação de *muito ruim*; três, com *ruim*; uma considerada *regular*; quatro, como *muito bom* e duas como *bom*. Entre os indicadores que apresentaram as maiores discrepâncias positivas em relação ao Município constam o nível de ocupação (Nocp), em que o valor de Belém ficou em 4,4% e o do CRAS Aurá ficou acima, 5,5%, mostrando que uma quantidade maior de pessoas em idade ativa desta territorialidade possui ocupação; outro indicador é o percentual de famílias com membros em idade escolar obrigatória que nunca frequentaram a escola (Pnfe), cujo valor encontrado para a territorialidade (15,4%) ficou abaixo do Município (17,4%), o que é positivo. Já entre as variáveis consideradas *muito ruim*, tem-se o percentual de famílias com renda *per capita* inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo com pelo menos uma pessoa com deficiência (Pfpd), ficando o indicador do CRAS Aurá acima do percentual do Município, com 4,4% e 3,3%, respectivamente.

Segundo este panorama e em acordo com a metodologia utilizada, os resultados de cada indicador apontaram para um valor de **2,8** para a vulnerabilidade social da territorialidade do CRAS Aurá, conforme especificada no quadro 11, se encaixando na faixa classificada como média vulnerabilidade social.

Quadro nº 11 – Cálculo de vulnerabilidade territorialidade CRAS Aurá

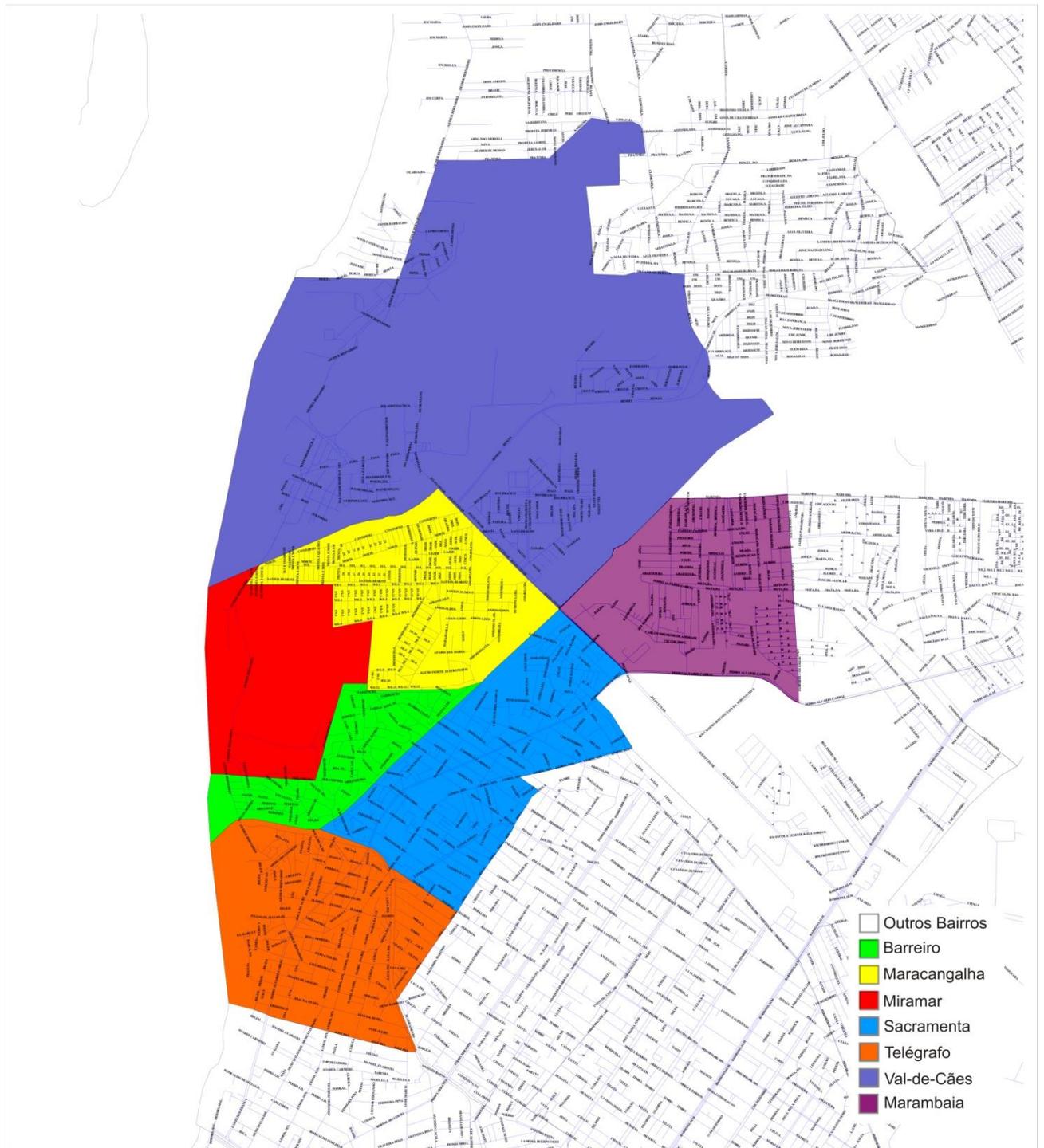
TERRITORIALIDADE CRAS AURÁ						
Dimensão	Indicador	Valor calculado (%)	Valor Município (%)	Avaliação indicador	Numeração	VS
Trabalho e renda	Fpob	81,6	79,1	ruim	4	2,8 média
	Pinf	6,8	6,2	ruim	4	
	Nocp	5,5	4,4	muito bom	1	
Educação	Panf	7,7	8,7	muito bom	1	
	Pnfe	15,4	17,4	muito bom	1	
	Pesu	1,0	1,0	regular	3	
Saúde	Pmed	10,9	11,1	bom	2	
Domicílio	Pdmi	18,6	17,7	ruim	4	
Grupos específicos	Pfcm	2,9	2,4	muito ruim	5	
	Pfti	0,8	0,9	bom	2	
	Pfid	6,6	9,2	muito bom	1	
	Pfpd	4,4	3,3	muito ruim	5	

Fonte: CadÚnico, Set./2014.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

É importante lembrar que este cálculo não deve ser visto de maneira isolada, sem levar em consideração as outras nuances de vulnerabilidade aqui delineadas, buscando-se, assim, com o conjunto de dados aqui analisados, traçar um quadro multifatorial do fenômeno de vulnerabilidade social na territorialidade do Aurá.

DIAGNÓSTICO TERRITORIALIDADE CRAS BARREIRO



1 Olhar sobre o território

1.1 Visão Geral

A territorialidade do CRAS Barreiro, implantado em 07 de abril de 2006, abrange os bairros Barreiro, Sacramento, Telégrafo, Maracangalha, Miramar, Val-de-Cães e parte da Marambaia, compreendendo uma área total de aproximadamente 22,7866 km², sendo Val-de-Cães o bairro com maior extensão: 8,7648 km². Pontua-se que o bairro Marambaia, por já ter seus dados analisados no âmbito da territorialidade CRAS Benguí, não será mais abordado na análise a seguir.

O bairro que dá nome ao CRAS possui recente formação, sendo originado de uma área de ocupação promovida por pessoas vindas do interior do Pará (BARROS *et al.*, 2014). Ao que parece, um processo de inchaço demográfico de bairros próximos, com a presença de uma superpopulação, ocasionou a criação “espontânea” do Barreiro, cuja oficialização se deu pela lei nº 7.806 de 30 de julho de 1996 (nova Lei dos Bairros), vindo integrar o conjunto de bairros componentes do Distrito Administrativo da Sacramento (DASAC). Sua denominação, segundo fonte popular, teria surgido em decorrência da grande quantidade de barro que era dali extraído. Reafirmando essa informação, o Relatório de Impacto Ambiental (2008) coloca que esse nome deriva de ser uma área de abundante ocorrência de barro ou *tabatinga*, apropriada e usada para confecção de artigos de cerâmica. Ainda conforme esse documento, grande parte da área do Barreiro foi ocupada por pessoas vindas do interior do Estado, muitos oriundos da Ilha do Marajó.

O Barreiro, conhecido como um dos bairros mais violentos da capital paraense, em seu processo de constituição não contou com planejamento urbano, acarretando distribuição desordenada dos domicílios e deficiências na oferta de serviços básicos, o que tem influenciando negativamente a qualidade de vida dos moradores locais. Expressão desse cenário é, por exemplo, a poluição ambiental do igarapé São Joaquim. Por outro lado, o Projeto da Macrodrenagem da Bacia do Una³⁸ (PMU) promoveu alguns benefícios em bairros dessa territorialidade, como a pavimentação de ruas e melhorias quanto a outros aspectos do saneamento.

Nessa área, de acordo com Lopes e Lima (2014), pode-se observar que as quadras são irregulares, com vias tortuosas e larguras variadas, além do que a disposição das edificações são aleatórias e com ocorrência de quintais. Nos bairros do Barreiro e Telégrafo predominam edificações construídas em madeira com padrão considerado baixo e popular. Como não houve um projeto de integração viária nos bairros mais isolados (como Barreiro), seu acesso continua precário e desarticulado

³⁸ A Bacia do Una é a maior bacia hidrográfica da capital, com uma área de 3.665,1 hectares, atingindo 20 bairros, sendo que 16 situam-se integralmente dentro da mesma.

do seu entorno por conta das áreas institucionais próximas e dos cursos d'água em seus limites. Esses autores afirmam ainda que, mesmo depois do fim do PMU, segundo o Censo 2010, há uma sobreposição entre as áreas de baixada e os aglomerados subnormais no Una. Tais áreas sofreram intervenções de saneamento, o que, contudo, não implicou um completo acesso à infraestrutura urbana.

Como espaço de referência, pode-se mencionar a famosa Feira do Barreiro, que era uma extensão da feira da Rua São Benedito, que, paulatinamente, perdeu sua condição hegemônica no bairro. Conforme Medeiros (2010), a Feira do Barreiro, com cerca de 700 feirantes, se consolidou como um dos principais pontos de feiras da cidade de Belém em função da grande variedade de mercadorias disponível e também pela concentração de grandes redes de comércio varejistas no local, possibilitando a intensificação das trocas comerciais naquele lugar, com um constante fluxo de pessoas de outras localidades da cidade. Esta Feira desempenha, pois, uma importante função para a economia do bairro, concentrando empreendimentos que geram emprego e renda e abastecem a população de bens e insumos domésticos.

O bairro Maracangalha, também incluído nessa territorialidade, tem seu nome oriundo da antiga estrada da Maracangalha, hoje Avenida Júlio César. Sendo uma área, na sua maior parte, não sujeita aos alagamentos, mesmo durante o período das chuvas, nela foi construído o Conjunto Residencial Paraíso dos Pássaros (CRPP), destinado ao recebimento das famílias remanejadas de áreas alagadas da Bacia do Una. Mais à frente serão abordados dados socioeconômicos e indicativos de vulnerabilidade dessa área.

Outro bairro abarcado no território estudado é o Miramar, no qual se localiza o Terminal Petroquímico de Belém - centro de armazenagem e distribuição de produtos petroquímicos, onde se encontram empresas como Shell, Texaco, Atlantic, Esso, Petrobrás, Butano e SHV Gás. O Porto de Miramar fica na margem direita da Baía do Guajará, a 5 km, por água, do Porto de Belém. Esse bairro tem ruas explicitamente planejadas, possuindo uma pequena população comparativamente a outros bairros de Belém, conforme se mostrará adiante.

Quanto ao bairro do Telégrafo, denominado até os anos de 1950 de Telégrafo sem Fio, tem seu nome originário em virtude de que ali se localizavam os rádios-transmissores dos Correios e Telégrafos. Trata-se de um dos bairros mais antigos e populosos de Belém, estando situado na porção oeste da cidade, nas proximidades da baía de Guajará, o que contribui para que sua área territorial possua partes inundáveis pelo fluxo e refluxo da maré.

Localiza-se nesse bairro a Vila da Barca, local que há alguns anos tinha sua área ocupada por inúmeras palafitas. Atualmente, através do Projeto de Habitação e Urbanização da Vila, idealizado em 2000 e iniciado em 2004, parte da Vila passou a contar com mais infraestrutura urbana e habitabilidade, porém ainda persistem problemas de segurança, saneamento e outras situações de vulnerabilidade social que vêm sendo alvo de discussões por parte de entidades comunitárias, como a Associação de Moradores da Vila da Barca, atuante desde 1984.

No Telégrafo encontram-se espaços referenciais, tais como a Escola Técnica Estadual Magalhães Barata, um Campus da Universidade Estadual do Pará - UEPA, a Paróquia do Perpétuo Socorro, o conjunto de lojas It Center, a Fundação Curro Velho, entre outros. Sobre esse último cabe realçar sua importância, enquanto espaço que oferta à população local, e de toda Belém, atividades de linguagem verbal, visual, cênica, musical e design, enfocando a ludicidade, arte, educação, cultura, desenvolvimento sustentável e iniciação à geração de renda.

Também integra essa territorialidade o bairro da Sacramento que, segundo Penteado (1968), teria se desenvolvido a partir do bairro do Marco. Observa-se que a partir da década de 1960 o bairro da Sacramento ganhou maior relevância com um intenso crescimento populacional, haja vista que, em 1950, sua população residente era 6.686 pessoas, enquanto que, em 1960, chegou a 20.773 pessoas, alcançando o terceiro maior crescimento da população absoluta entre os bairros deste município (PENTEADO, 1968 *apud* ALVES, 2013).

Segundo Alves (2013), a Sacramento, como muitos bairros belenenses, localiza-se em área de baixada, com inúmeras partes alagadas ou alagáveis, além do que, sua ocupação foi composta expressivamente por pessoas de baixa renda e, embora obras realizadas pelo Estado o tenha valorizado, permanece a oferta insuficiente de muitos serviços públicos, estando também, conforme o autor, entre os bairros mais perigosos do Município.

Ainda na territorialidade CRAS Barreiro, encontra-se o bairro de Val-de-Cães, onde fica localizado o Aeroporto Internacional Júlio Cezar Ribeiro, a Base Aérea e a Base Naval de Val-de-Cães, organização militar subordinada ao 4º Distrito Naval da Marinha do Brasil. Em estudo sobre a Microbacia Hidrográfica do Igarapé de Val-de-Cães³⁹, situada na porção norte do Município de Belém, o geógrafo Magalhães (2007) afirma que essa microbacia apresenta como características a densa ocupação urbana, representada pelas ocupações ilegais e pelos conjuntos residenciais (CDP e Promorar), bem como a ocupação por áreas institucionais (Base Aérea de Belém,

³⁹ A rede de drenagem natural estende-se por seis bairros, que são: São Clemente (DABEN), Bengui (DABEN), Pratinha (DABEN), Val-de-Cães (DAENT), Maracangalha (DASAC) e Miramar (DASAC).

Infraero e Base Naval de Val-de-Cães). Na década de 40, com a presença das Forças Armadas, iniciou-se o processo de ocupação da microbacia de Val-de-Cães, sendo construído o Aeroporto de Belém e a Base Naval.

A área de abrangência do CRAS Barreiro tem uma densa vida cultural, com festividades religiosas, quadrilhas juninas, cordões de pássaros e outros movimentos culturais populares, dos quais a Fundação Municipal de Cultura – FUMBEL, aponta: Bois bumbás Flor do Campo e Maíra (Sacramento); Cordão de Pássaro Tucano (Telégrafo); Grupos Parafolclóricos Pará Caboclo (Barreiro), Flor da Amazônia, Tribo do Feiticeiros e Os Caipiras (Sacramento) e Frutos do Pará (Telégrafo); Grupos de Toadas Encantos do Sol, Tribo Xavante, Tribo Kawahiba e Apurinã (Sacramento) Projeto Cultural Ananin Dance, Tribo Awaeté e Auê Tupã (Val-de-Cães); Quadrilhas Juninas Sabor açaí e Rosa de Ouro (Barreiro), Sorriso de um Caipira e Roceira da Amizade (Sacramento), Explode Coração (Telégrafo), Paraíso Junino e Explosão Junina (Val-de-Cães) e Família Trapo e Simpatia da Juventude (Marambaia). Referente às associações carnavalescas e escolas de samba listam-se: A Grande Família, Embaixadores Azulinos e Cacareco (Telégrafo), Feras da Sacramento e Chupicopico (Sacramento).

Percebe-se também que muitos dos bairros desse território estão de frente para a baía de Guajará, incentivando que o rio mantenha estreita relação com a vida de muitos moradores locais, servindo como espaço de trabalho, local de aquisição de alimentos, bem como espaço de lazer e sociabilidade. Essa realidade em nada é estranha aos cidadãos amazônidas.

Nos quadros a seguir serão explicitadas mais algumas características socioeconômicas e populacionais que ajudam a formatar os perfis dos bairros e dos moradores da territorialidade CRAS Barreiro.

Quadro nº 01 – População residente na territorialidade do CRAS Barreiro - 2010

Bairro	Pop. Total
Barreiro	26.003
Sacramento	44.413
Maracangalha	30.534
Marambaia*	22.236
Miramar	515
Telégrafo	42.952
Val-de-Cães	7.032
TOTAL	173.685

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

*O bairro Marambaia está inserido na territorialidade de três CRAS (Barreiro, Benguí e Pedreira). Assim, dividindo-se sua população total (66.708) por três, chega-se a um contingente de 22.236 pessoas referenciadas para cada CRAS.

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

Chama atenção no quadro 1 o pequeno contingente populacional do bairro Miramar (515 pessoas). De outro modo, a Sacramenta registra o maior número de residentes (44.413 indivíduos). Quanto ao sexo, o número de mulheres supera o de homens.

Focando o número de domicílios, como era esperado, os bairros Sacramenta e Telégrafo concentram a maioria das unidades residenciais, 11.504 e 10.578, respectivamente (quadro 02).

Quadro nº 02 – Domicílios particulares permanentes segundo os bairros da territorialidade CRAS Barreiro, no Município de Belém- 2010

Bairro	Domicílios
Barreiro	6.301
Sacramenta	11.504
Maracangalha	7.705
Marambaia*	5.850
Miramar	139
Val-de-Cães	1.908
Telégrafo	10.578
TOTAL	43.985

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

*O bairro Marambaia está inserido na territorialidade de três CRAS (Barreiro, Benguí e Pedreira). Assim, dividindo-se o total de domicílios (17.551) por três, chega-se a um contingente aproximado de 5.850 domicílios referenciadas para cada CRAS.

Quando se direciona o olhar para a presença de áreas de aglomerados subnormais, verifica-se um elevado número dessas áreas, alcançando um total de 23.109 domicílios, nos quais reside população estimada em 93.030 indivíduos, com média de 4 moradores por domicílio, conforme o quadro 03.

Quadro nº 03 – Alguns aglomerados subnormais, domicílios particulares, população residente e média de moradores, bairros da territorialidade CRAS Barreiro, 2010

Aglomerado Subnormal	Bairro	Nº Domicílios	Pop. Residente	Média Moradores
Área das Malvinas	Sacramenta	3.586	13.766	3,8
Bacia do Una-Sacramenta	Sacramenta	2.395	9.117	3,8
Nova Aliança	Sacramenta	1.556	6.450	4,2
Bacia do Una-Telégrafo	Telégrafo	7.379	30.094	4,1
Bacia do Una-Barreiro	Barreiro	6.303	26.003	4,1
Santos Dumont	Maracangalha	1.890	7.600	4,0
TOTAL		23.109	93.030	4,0

Fonte: IBGE, 2010/Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Belém 2012.

A população residente em aglomerados subnormais tem vários de seus direitos constitucionais violados devido não poder usufruir de infraestrutura urbana

básica. Dos aglomerados subnormais contidos no quadro 63, aquele que apresenta maior número de domicílios e população residente é a Bacia do Una (Telégrafo), com 7.379 domicílios e 30.094 pessoas.

Um elemento indispensável para conhecer o perfil socioeconômico local é a renda auferida pela população. Assim, no recorte espacial aqui analisado, 76.394 pessoas não possuem rendimento, representando quase 41% do universo investigado. No conjunto daqueles com algum rendimento, 46.276 indivíduos têm renda de mais de 1/2 a 1 salário mínimo. Esses números seguem tendência presente em outras territorialidades analisadas. O quantitativo de pessoas com rendimentos de mais de 10 a mais de 20 salários mínimos é maior no bairro Marambaia (1.112 pessoas), de acordo com o quadro 04.

Quadro nº 04 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classe de rendimento nominal mensal, segundo os bairros da territorialidade CRAS Barreiro, no Município de Belém – 2010

Bairro	Total	Até ½ salário mínimo	Mais de ½ a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 5 salários mínimos	Mais de 5 a 10 salários mínimos	Mais de 10 a 20 salários mínimos	Mais de 20 salários mínimos	Sem rendimento
Barreiro	21.243	1.469	6.535	2.877	729	109	22	02	9.500
Sacramenta	38.262	1.540	10.421	6.266	3.439	844	183	16	15.553
Maracangalha	25.886	1.075	6.502	4.238	2.435	593	120	28	10.895
Marambaia	57.764	1.868	12.410	9.101	7.554	3.267	924	188	22.452
Miramar	425	25	100	69	43	17	04	03	164
Val-de-Cães	6.065	121	791	690	890	676	342	132	2.423
Telégrafo	36.882	1.317	9.517	5.921	3.372	1.047	256	45	15.407
TOTAL	186.527	7.415	46.276	29.162	18.462	6.553	1.851	414	76.394

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010/SEGEP, Anuário Estatístico de Belém, 2012.

Refletindo sobre o conjunto de informações apresentadas, é possível asseverar que o território em questão possui promissores ativos sociais e ambientais, expressando, por outro lado, vulnerabilidades que sintetizam uma dívida social acumulada durante décadas para com sua população. Nesse sentido, quantificam-se a seguir os equipamentos públicos de políticas sociais disponíveis na territorialidade.

1.2 Oferta de serviços pela rede intersetorial

Para melhor conhecer essa territorialidade que, além do Barreiro, conta com bairros tradicionais e populosos como Telégrafo e Sacramenta, torna-se imprescindível mensurar sua rede de equipamentos urbanos composta pelas políticas públicas básicas, conforme quadro abaixo.

Quadro nº 05 - Rede de equipamentos das políticas sociais básicas da territorialidade do CRAS Barreiro

POLÍTICA SOCIAL	EQUIPAMENTO	BAIRROS							TOTAL
		Barreiro	Sacramenta	Telég-rafo	Val-de-Cães	Marambaia	Miramar	Maracangalha	
Rede de Educação	UEI	02	01	01	03	01	-	-	08
	UP	-	03	02	-	01	-	-	06
	UEIF	01	02	02	03	04	-	-	12
	UEF	01	03	03	05	05	-	-	17
	UEFM	-	03	03	04	02	-	-	12
	UEM	-	-	01	-	01	-	-	02
Rede de Saúde	UBS	-	01	02	02	02	-	-	07
	USF	01	05	02	-	01	-	-	09
	CAPS	-	-	-	-	01	-	-	01
	Casa Dia /Doenças Infecciosas Adquiridas	-	01	-	-	-	-	-	01
	URE-DIP/Doenças Inf. Parasitárias Especiais	-	-	01	-	-	-	-	01
	ERE/ Reabilitação	-	01	-	-	-	-	-	01
	Ambulança	-	-	-	01	-	-	-	01
Rede de Assistência Social	CRAS	01	-	-	-	-	-	-	01
	Entidades Socioassistenciais	-	01	02	-	-	-	-	03
Rede de Cultura e Lazer	Praças	01	05	03	10	36	01	04	60
	Biblioteca Escolar	-	02	01	-	02	-	-	05
	Biblioteca comunitária	-	01	-	-	01	-	-	02
	Academia ao ar livre	-	-	-	-	01	-	-	01
	Quadra de esporte (Escolar)	01	02	01	-	02	-	-	06
	Polo do PRO PAZ nos Bairros	-	01	-	-	-	-	-	01
Rede de Apoio Comunitário*	Entidades Comunitárias	08	07	01	03	02	-	02	23

Fonte: SEMEC/SESMA/FUMBEL/FUNPAPA/SEGEL/SEMMA/CMAS/IDESP/Ministérioda Cultura.

*Entidade que presta apoio à comunidade, mas não está inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, conforme relação fornecida pelo CRAS Barreiro.

Pelo quadro 5 é possível visualizar a escassez na oferta de equipamentos nos bairros Miramar e Maracangalha os quais contam, dos equipamentos listados, com apenas 05 praças. Entre os demais bairros da territorialidade, existe melhor distribuição dos serviços, especialmente no que se refere à rede de educação.

Observa-se, em relação aos equipamentos da rede de cultura e lazer, o indicativo, fornecido pela SEMMA, de 36 praças no bairro da Marambaia, o que é destoante ao comparar-se com outros bairros de Belém. Registra-se, entretanto, que cerca de 90% desses logradouros estão localizados nos diversos conjuntos residenciais presentes naquele bairro.

Na rede de saúde, a territorialidade conta com 07 Unidades Básicas de Saúde (UBS) presentes nos bairros da Sacramento (01), Telégrafo (02), Val-de-Cães (02) e Marambaia (02); em relação à Unidade de Saúde da Família (USF), são 09, estando 05 delas concentradas no bairro da Sacramento.

Na territorialidade, além do CRAS, foram identificadas 03 entidades socioassistenciais na rede de assistência social; 02 no bairro do Telégrafo e 01 na Sacramento.

2 Olhar da Comunidade sobre o território

2.1 Percepção sobre o espaço de vivência e a oferta dos serviços

Os participantes da consulta realizada na territorialidade do CRAS Barreiro, partindo do conhecimento de que dispõem sobre o território, identificaram e quantificaram a oferta de serviço da rede intersetorial, especificamente dos serviços públicos de educação, saúde, lazer e segurança, que se efetivam através de equipamentos existentes nos bairros que compreendem esta territorialidade. Para melhor análise do conhecimento individual, foi tirada a quantidade média indicada para cada equipamento, como consta no Quadro 06.

Quadro nº 06 – Quantificação de equipamentos da rede intersetorial

Equipamentos	Quant.
Escolas Fund./Médio	05
Escolas Ed. Infantil/ Creches	02
Postos de saúde	02
Delegacias	0
CRAS	01
Equip. Lazer	01

Fonte: Material de consulta.

O quadro 6, quando comparado ao quadro referente à rede de equipamentos das políticas sociais básicas (Quadro 05), mostra que existe uma oferta desses equipamentos superior ao que foi identificado pelos participantes da consulta. Em

relação ao número de escolas de ensino fund./médio, por exemplo, o quadro 5 quantifica um total de 31 escolas nessas etapas de ensino; já no quadro 6 foram apontadas apenas 05. Nos equipamentos de lazer, as diferenças são mais acentuadas se comparadas as do quadro anterior, só praças, há 60, e o quadro 6 indica a existência de apenas 01.

No caso da consulta, a quantificação foi pautada no conhecimento dos participantes, que certamente é maior em relação aos seus bairros de moradia; como boa parte dos participantes da consulta desta territorialidade eram do bairro do Barreiro, é normal esperar que essas quantidades expressem melhor a oferta dos equipamentos deste bairro. Tendo em mente esta consideração, observa-se uma proximidade maior entre os quantitativos dos quadros 6 e 7.

Na avaliação que os participantes fizeram sobre a quantidade equipamentos da rede intersetorial, consta o seguinte:

Quadro nº 07 – Avaliação das ofertas (em %)

Equipamentos	Avaliação (%)		
	Suficiente	Insuficiente	Não sabe informar
Escolas Fund./Médio	57,1	14,3	28,6
Escolas Ed. Infantil/ Creches	0	85,7	14,3
Postos de saúde	42,9	57,1	0
Delegacias	0	100	0
CRAS	40,0	60,0	0
Equip. Lazer	20,0	60,0	20

Fonte: Material de consulta.

Nos equipamentos de educação, as escolas de ensino fundamental e médio foram consideradas suficientes por 57,1% dos participantes; já as escolas de educação infantil/creches não foram consideradas suficientes por nenhum, ao contrário, 85,7% disseram ser em número insuficiente para atender à demanda desta territorialidade. Em relação aos postos de saúde, houve uma certa divisão entre os que julgaram suficiente e insuficiente, mas a maioria, 57,1%, os considerou insuficientes. No que diz respeito ao CRAS, 60% dos participantes consideraram a quantidade insuficiente; avaliação igual receberam os equipamentos de lazer.

A oferta dos serviços na territorialidade do CRAS Barreiro, além da maneira como se percebe a realidade ao seu entorno, rebate, em alguma medida, na avaliação feita pelos participantes sobre a *condição de vida* nos seus bairros de moradia. Nenhum considerou a condição de vida *muito boa*; 13% avaliou como sendo *boa*; 75% consideraram *regular*; 13% ruim e nenhum julgou a condição de vida em seus bairros como *muito ruim*.

Na escala de áreas mais deficientes, a primeira mais citada foi *segurança pública* e em seguida *saneamento básico*. Por outro lado, a área apontada como menos deficiente foi a *assistência social*.

Os moradores também citaram alguns festejos/atrativos culturais na territorialidade do Barreiro, dentre eles a Festividade do Perpétuo Socorro, festas populares/religiosas, grupo Encanto do Sol, quadrilhas, festas nas igrejas, festas juninas, carnaval e desfile escolar.

Os representantes comunitários que avaliaram a territorialidade também identificaram as potencialidades presentes nesta territorialidade que, como definido na metodologia, se referem aos serviços/espços já disponíveis no território, independente de estarem ou não funcionando a contento. O Quadro 08 relaciona os recursos citados.

Quadro nº 08 – Recursos identificados na territorialidade

Recurso/potencialidade
Posto/unidade de saúde
UMS
PSF/Casas Família
ACS
UEI
CRAS
Escolas
Entidades socioassisten./centros comunitários
Igrejas
Projetos sociais
Associação de moradores
PROPAZ
Casa Dia
Praça
Grupos culturais

Fonte: Material de consulta.

2.2 Principais vulnerabilidades, demandas e sugestões de melhorias

Quanto a situações específicas de violências/vulnerabilidades presentes no território, os participantes avaliaram a sua ocorrência ou não, segundo consta no quadro 09.

Quadro nº 09 – Avaliação de situações de violências/violação de direitos específicos (em %)

Violência/violação	Frequência		
	Muitas vezes	Poucas vezes	Nunca
Trabalho infantil	28,6	42,9	28,6
Violência contra crianças e adolescentes	83,3	16,7	0

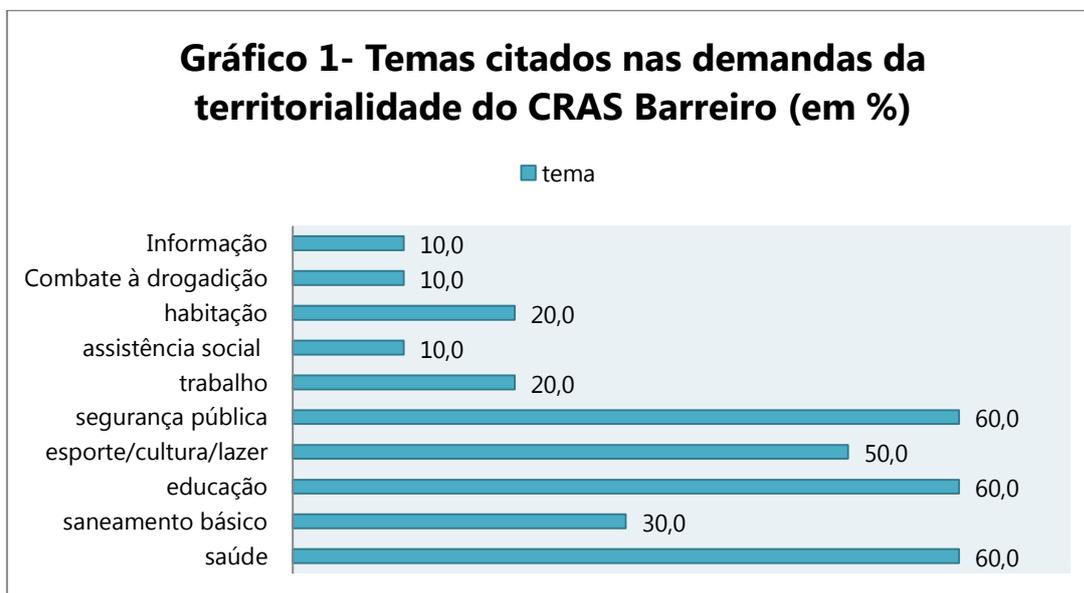
- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

Pessoas em situação de rua	71,4	28,6	0
Conflito familiar	100	0	0
Usuários de substâncias psicoativas	100	0	0

Fonte: Material de Consulta.

A única situação contida no quadro anterior em que alguns participantes, mais precisamente 28,6%, disseram nunca ter presenciado no território foi a de trabalho infantil, as demais são verificadas no território pela maioria dos pesquisados com muita frequência. Inclusive no caso de conflito familiar e usuários de substâncias psicoativas, todos disseram presenciá-las muitas vezes nesta territorialidade.

De acordo com a percepção sobre a oferta dos serviços, os participantes avaliam as principais demandas da territorialidade. O Gráfico 1 mostra os temas mais citados na consulta.



Fonte: Material de consulta.

Assim como indicado em outros momentos da pesquisa, as áreas mais mencionadas quando se trata das demandas da territorialidade do Barreiro foram segurança pública, saúde e educação, citadas em 60% das tarjetas. A habitação é um tema que foi lembrado, constando em 20% das tarjetas.

Quando desagregadas em subtemas, percebem-se as necessidades mais latentes dentro de cada área. Dos que citaram o tema educação, por exemplo, 66,7% mencionaram a necessidade de mais creches; na saúde, das tarjetas que abordaram este tema, 50% mencionaram implantar mais unidades de saúde da família. Na habitação, houve uma divisão entre construção de casas e cheque-moradia, com 50% cada.

Quadro nº 10 – Subtemas mais citados nas demandas da territorialidade

Tema	Subtema	%
Educação	Mais creches	66,7

	Mais escolas de ensino médio	16,7
Saúde	Implantar unidade de saúde da família	50,0
	Implementar a atenção básica	16,7
	Ampliar a cobertura dos ACS	16,7
	Implementar ações voltadas às mulheres	16,7
	Atendimento de urgência e emergência	16,7
Esporte/cultura/lazer	Mais praças/áreas recreativas/espços públicos para a prática de esportes/ginásios poliesportivos/academias ao ar livre/espços culturais/bibliotecas	80,0
	Revitalização de praças	20,0
Saneamento básico	Limpeza de vias públicas/bueiros	33,3
	Água encanada/abastecimento de água	33,3
Trabalho	Capacitação profissional (oferta de cursos profissionalizantes/oficinas)	100,0
Habitação	Construção de casas	50,0
	Cheque-moradia	50,0

Fonte: Material de Consulta.

Os participantes fizeram sugestões direcionadas à melhoria da territorialidade que venham a contornar as dificuldades e atender em alguma medida as demandas por eles levantadas. Na área de habitação, apontaram a necessidade de conclusão do projeto da Vila da Barca, assim como otimizar os terrenos vazios com a construção de habitações populares; mencionaram também a realização de parcerias entre os governos (gov. federal – PSU - e municipal - CODEM) para a regularização fundiária. Na saúde, citaram a ampliação do atendimento da Unidade de Saúde da Família, a ampliação das equipes da família saudável como também do quadro de pessoal (médicos e demais profissionais) dos centros de saúde e a criação de espaço para cuidar da saúde da mulher e implantação de urgência e emergência no posto Paraíso dos Pássaros.

Para o lazer, as sugestões foram centradas na construção/revitalização de praças em que sugeriram a utilização das sobras de áreas dos canais do Galo e Una para tal e também intervenção da SESAN/SEMMA para revitalização das praças existentes (como a D. Mário e Marajó). Na segurança pública, a sugestão foi para o aumento do policiamento e investimento em ações de mapeamento/monitoramento das áreas de risco. Sugeriram também a articulação de órgãos municipais (SEJEL, FUNPAPA, Guarda Municipal) na participação de eventos e também a necessidade de um papel mais protagonista da assistência social, visando atender aos interesses da comunidade.

Os participantes e os técnicos do CRAS sugeriram de maneira mais específica, por ciclo de vida, as atividades/ações que deveriam ser voltadas para esses grupos, conforme ilustra o quadro 11.

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

Quadro nº 11 – Sugestões de melhoria por ciclo de vida

Ciclo	Sugestões
Crianças	Construção de creches, áreas de lazer, escola tempo integral, atividades lúdicas, leitura, produção e interpretação de textos, oficinas temáticas.
Jovens	Cursos/oficinas de capacitação, reciclagem, atividades esportivas/educativas, orientação sexual, leitura, produção e interpretação de textos, 2 casas famílias
Adultos	Cursos/oficinas de profissionalização, oficinas, geração de renda, saúde.
Idosos	Grupos da terceira idade, oficinas (atividades manuais, direitos), grupo de convivência.

Fonte: Material de Consulta.

3 Outros aspectos de vulnerabilidade

Na territorialidade do CRAS Barreiro, existem 14.180 famílias inscritas no CadÚnico, das quais 10.169 são beneficiárias do PBF, representando 10% do total de famílias beneficiadas no Município⁴⁰.

O Censo SUAS-MDS 2014, que é uma ferramenta de levantamento de dados dos serviços prestados pelos equipamentos socioassistenciais e que se pauta também no conhecimento do território, relaciona as situações mais frequentemente identificadas no território de abrangência do CRAS Barreiro, conforme segue: situações de negligência em relação a crianças/adolescentes; indivíduos sem documentação civil; famílias elegíveis não inseridas nos programas ou benefícios de transferência de renda; famílias em situação de insegurança alimentar; jovens em situação de vulnerabilidade e risco social; moradias irregulares como favelas, invasões, grotas, cortiços, e/ou similares; presença de altos índices de criminalidade; presença de conflito/violência vinculado ao tráfico de drogas.

Os técnicos do CRAS, a partir da experiência que possuem e do conhecimento acumulado sobre a territorialidade, elencaram as seguintes situações de risco e vulnerabilidade mais presentes no território do Barreiro: tráfico de drogas, violência urbana extrafamiliar, prostituição, carência de abrangência de políticas públicas, violência doméstica e conflitos familiares.

3.1 Cálculo de vulnerabilidade social (VS)

Na territorialidade do CRAS Barreiro, as variáveis utilizadas para o cálculo de vulnerabilidade social (VS) apresentaram, na sua ampla maioria, avaliação entre bom e muito bom quando comparadas à média do Município. O único indicador cuja avaliação foi ruim, foi o percentual de domicílios improvisados (Pdmi) em que 19,3% das famílias inscritas no CadÚnico nesta territorialidade habitavam domicílios com

⁴⁰ Dados extraídos do Relatório CCU/PBF dez. 2014.

esta classificação, ficando acima da média de 17,7% de Belém. O percentual de analfabetos (Panf) e o percentual de famílias com membros em idade escolar obrigatória que nunca frequentaram a escola (Pnfe) ficaram abaixo dos valores do Município, em um patamar avaliado como muito bom.

Segundo este panorama e em acordo com a metodologia utilizada, os resultados de cada indicador apontaram para um valor de **2,2** para a vulnerabilidade social da territorialidade do CRAS Barreiro, conforme especificada no quadro 12, se encaixando na faixa classificada como média vulnerabilidade social.

Quadro nº 12 - Cálculo de vulnerabilidade territorialidade CRAS Barreiro

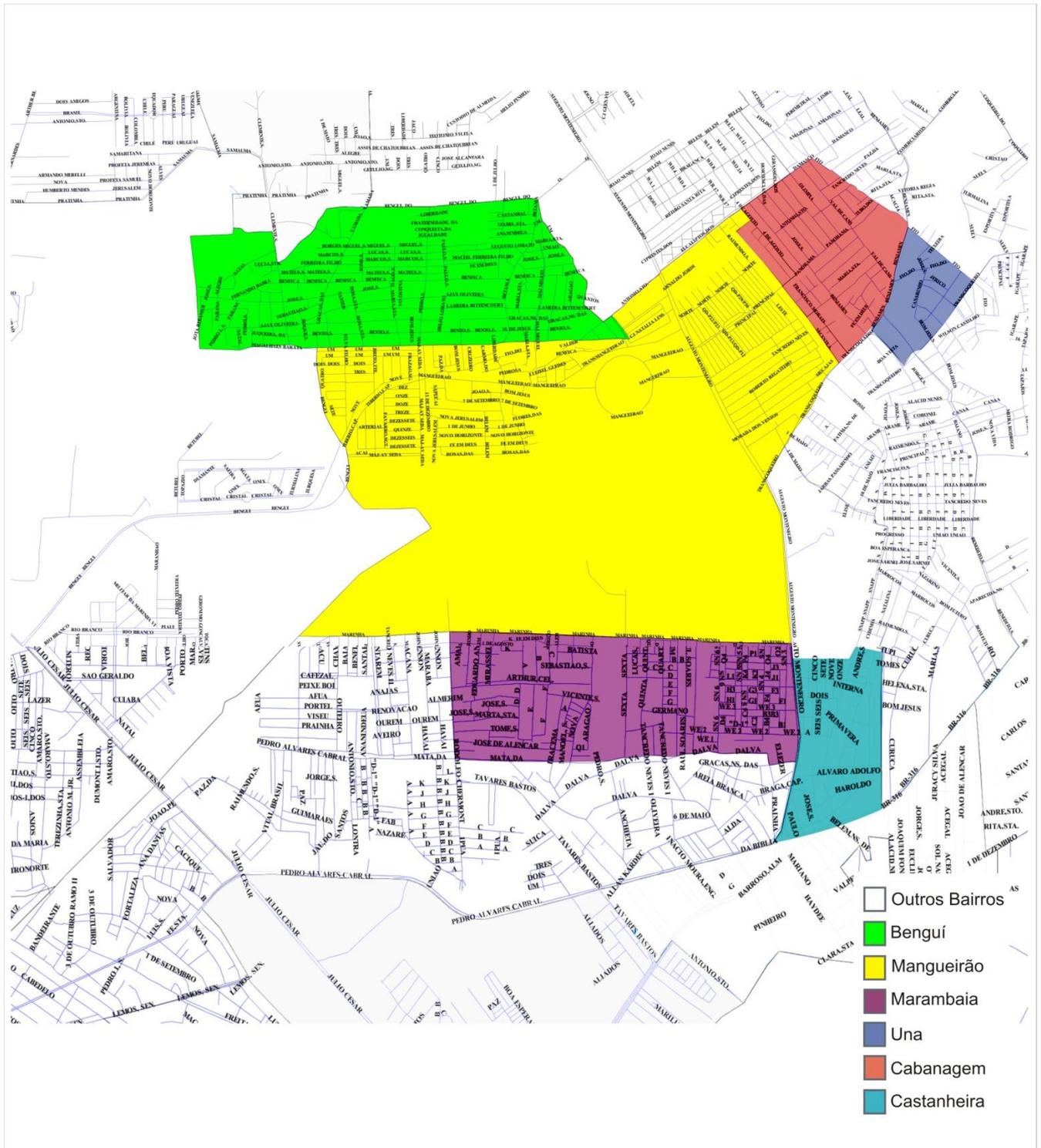
TERRITORIALIDADE CRAS BARREIRO						
Dimensão	Indicador	Valor calculado (%)	Valor Município (%)	Avaliação indicador	Numeração	VS
Trabalho e renda	Fpob	75,7	79,1	bom	2	2,2 média
	Pinf	6,0	6,2	bom	2	
	Nocp	4,8	4,4	bom	2	
Educação	Panf	7,7	8,7	muito bom	1	
	Pnfe	15,3	17,4	muito bom	1	
	Pesu	1,0	1,0	regular	3	
Saúde	Pmed	10,0	11,1	bom	2	
Domicílio	Pdmi	19,3	17,7	ruim	4	
Grupos específicos	Pfcm	2,4	2,4	regular	3	
	Pfti	0,5	0,9	bom	2	
	Pfid	9,0	9,2	bom	2	
	Pfpid	3,4	3,3	bom	2	

Fonte: CadÚnico, Set./2014.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

É importante lembrar que este cálculo não deve ser visto de maneira isolada, sem levar em consideração as outras nuances de vulnerabilidade aqui delineadas, buscando-se, assim, com o conjunto de dados aqui analisados, traçar um quadro multifatorial do fenômeno de vulnerabilidade social na territorialidade do Barreiro.

DIAGNÓSTICO TERRITORIALIDADE CRAS BENGUÍ



O CRAS Benguí, implantado em 01 de junho de 2006, tem sua territorialidade composta pelos bairros do Benguí, Mangueirão, Parte da Marambaia, Parte do Una, Parte da Cabanagem e Parte de Castanheira, compreendendo uma área total de 17,8262 km². Observa-se que a grande extensão territorial de bairros como a Marambaia, Castanheira, Una e Cabanagem e o fato da territorialidade do CRAS ser estabelecida considerando o espaço de vivência dos usuários, bem como a maior facilidade de acesso ao equipamento, faz com que um mesmo bairro pertença à área de abrangência de mais de um CRAS.

De acordo com Lamarão e Maciel (2006 apud BRASIL, 2007), os moradores do Benguí, bairro sede do CRAS, são em geral belenenses, mas também descendentes de imigrantes (principalmente japoneses) e pessoas provenientes dos Estados do Maranhão, Ceará, Piauí e interior do Pará. Deslocaram-se, possivelmente, para a Região norte, na época da ditadura militar, em busca do trabalho e riqueza que seriam originados pelos projetos de ocupação da Amazônia⁴¹.

Referente à denominação de Benguí, o Relatório de Cidadania III (2002) afirma que o primeiro nome do bairro foi Água Cristal, devido um igarapé de água cristalina que havia no local. Pesquisadores relatam que o nome Benguí foi criado nos anos 40, porque nas terras onde atualmente se localiza o bairro residia uma família de imigrantes italianos, cuja propriedade ficava às margens da estrada de ferro Belém Bragança. Assim, para sinalizar a parada do trem em frente a sua propriedade, a mãe dos garotos, Benjamim e Guilherme, teria fixado uma placa com suas iniciais, BEN e GUI. Tal fato teria feito com que os moradores ao entorno passassem a chamar a parada de BENGUI. Termo mantido com o passar dos anos, mas depois popularmente falado como Benguí (BRASIL, 2007; CONCEIÇÃO, 2011).

Brasil (2007), baseada em reportagens de jornais de circulação municipal e no bairro do Benguí, esclarece que a família de imigrantes doou as terras posteriormente para a Sociedade Eunice Weaver, responsável por cuidar de filhos sadios de hansenianos. A doação estabelecia que o terreno deveria ser aproveitado pela entidade, não havendo autorização para que fosse vendido a terceiros, sob pena de ser incorporado pelo Estado. Ainda segundo a autora, o bairro do Benguí surgiu e foi

⁴¹ "A política dos governos militares para a Amazônia, utilizou o lema 'ocupar para não entregar', como se aquela imensa região fosse um 'vazio demográfico'. Essa política de ocupação da Amazônia pós 1970, foi pensada e gerada a partir da 'Doutrina de Segurança Nacional' [...]. Naquele momento as políticas dos governos militares utilizam o espaço físico da Amazônia com uma finalidade prática, aproveitando a grandeza do território, e o baixo índice demográfico, aliando essa nova ocupação para a manutenção da segurança, interna e externa". In: SANTANA, Arthur. *A BR-163: "ocupar para não entregar", a política da ditadura militar para a ocupação do "vazio" Amazônico*. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

sendo expandido, através da sucessão de ocupações desordenadas ocorridas a partir das décadas de 1960 e 1970. Ocupado por pessoas que acreditavam que o terreno era de propriedade da "Liga dos Leprosos", como era conhecida a entidade para filhos de hansenianos, as moradias e comércios foram sendo edificados sem planejamento urbano.

Por sua vez, o bairro do Manguirão, o mais populoso da territorialidade, foi assim batizado por sediar o Estádio de Futebol "Manguirão" oficialmente inaugurado em 1978. Sua construção recebeu interferência do governo militar e de políticos da época e seu nome foi motivo de disputa e discussões, haja vista que inicialmente nominado como "Alacid Nunes", em homenagem ao Governador da época, não alcançou popularidade, pois o torcedor paraense adotou o nome "Manguirão", utilizado até hoje.

Atualmente, o estádio Manguirão, informalmente rebatizado como Estádio Olímpico do Pará, encontra-se totalmente concluído e reformulado. Sua capacidade é para 45.007 espectadores devidamente sentados, contando com pista olímpica oficial para competições de atletismo e com modernos vestiários equipados com aparelhos de alta tecnologia presentes nos melhores estádios europeus⁴². Observa-se, entretanto, que sua utilização pouco alcança a população do entorno, que sofre com a carência de espaços para a prática de esporte, cultura e lazer.

A seguir, delineiam-se algumas características urbanas, socioeconômicas e culturais atuais dessa territorialidade, de modo a vislumbrar facetas da realidade social local.

Na territorialidade do CRAS Benguí estão referenciadas 117.303 pessoas, a maioria mulheres. Considerando os únicos bairros inseridos exclusivamente nessa área de abrangência (Benguí e Manguirão), verifica-se o bairro Manguirão como aquele no qual reside o maior contingente populacional (36.224 pessoas), consoante o Quadro 01.

Quadro nº 01- Estimativa de população referenciada na territorialidade do CRAS Benguí - 2010.

Bairro	Pop. Total
Benguí	29.379
Marambaia**	22.236
Manguirão	36.224
Una*	3.362
Cabanagem*	13.890
Castanheira*	12.212
TOTAL	117.303

⁴² Fonte: <<http://www.seel.pa.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

*População total dividida por dois, considerando que os bairros pertencem à territorialidade de dois CRAS.

** O bairro Marambaia está inserido na territorialidade de três CRAS (Barreiro, Benguí e Pedreira). Assim, dividindo-se sua população total (66.708) por três, chega-se a um contingente de 22.236 pessoas referenciadas para cada CRAS.

Os bairros componentes dessa territorialidade também vêm passando por um processo de intensa pressão imobiliária para construção de conjuntos habitacionais fechados, tendo em vista a escassez e altos preços dos espaços de moradia na área central de Belém. O quadro 02 abaixo indica o quantitativo de domicílios particulares permanentes no território aqui abordado.

Quadro nº 02 - Estimativa de domicílios particulares permanentes referenciados ao CRAS Benguí, no Município de Belém- 2010

Bairro	Domicílios
Benguí	7.592
Marambaia**	5.850
Mangueirão	10.084
Una*	917
Cabanagem*	3.573
Castanheira*	3.354
TOTAL	31.370

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

*Total de domicílios dividido por dois, considerando que os bairros pertencem à territorialidade de dois CRAS.

**O bairro Marambaia está inserido na territorialidade de três CRAS (Barreiro, Benguí e Pedreira). Assim, dividindo-se o total de domicílios (17.551) por três, chega-se a um contingente aproximado de 5.850 domicílios referenciadas para cada CRAS.

Os domicílios localizados em aglomerados subnormais/assentamentos precários dão uma dimensão aproximada das condições de moradia da população dos bairros que compreendem esta territorialidade, como se verifica no quadro 03.

Quadro nº 03 - Alguns aglomerados subnormais, domicílios particulares, população residente e média de moradores, bairros da territorialidade CRAS Benguí, 2010.

Aglomerado Subnormal	Bairro	Nº Domicílios	Pop. Residente	Média Moradores
Cabanagem	Cabanagem	4.615	17.917	3,9
Cabanagem II	Cabanagem	5.030	19.069	3,8
Boa Esperança	Cabanagem	637	2.491	3,9
Castanheira	Castanheira	1.351	5.108	3,8
Água Cristal II	Marambaia	330	1.187	3,6
Assentamento Água Cristal	Marambaia	1.444	5.725	4,0
Ocupação Castro Alves	Marambaia	391	1.470	3,8
Marambaia	Marambaia	3.505	13.263	3,8
Carmelândia	Mangueirão	1.804	6.902	3,8
Entorno do Conjunto Euclides Figueiredo	Mangueirão	2.826	11.278	4,0

Ocupação Parque dos Pinheiros	Mangueirão	575	1.953	3,4
Una	Una	1.836	6.724	3,7
TOTAL		24.344	93.087	-

Fonte: IBGE 2010 / Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Belém 2012.

O quadro acima demonstra a existência de um total de 24.344 domicílios e 93.087 pessoas convivendo cotidianamente com as mais diversas situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, tais como esgoto a céu aberto; inexistência de fossas sépticas; iluminação pública, fornecimento de água potável e coleta de lixo de forma precarizada.

Analisando as classes de rendimento entre pessoas de 10 anos ou mais de idade, destaca-se o elevado número de pessoas sem rendimento (67.585 indivíduos) o que representa 41,5% do total. Dentre os que possuem rendimento, a faixa de renda que concentra o maior quantitativo de pessoas (38.025) é aquela de mais de ½ a 1 salário mínimo, conforme o quadro 04.

Quadro nº 04 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classe de rendimento nominal mensal, segundo os bairros da territorialidade CRAS Benguí, no Município de Belém – 2010

Bairro	Total	Até ½ salário mínimos	Mais de ½ a 1 salário mínimos	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 5 salários mínimos	Mais de 5 a 10 salários mínimos	Mais de 10 a 20 salários mínimos	Mais de 20 salários mínimos	Sem rendimen to
Benguí	24.490	1.327	6.687	3.899	1.336	235	23	05	10.978
Cabanagem	22.945	1.329	6.412	3.200	958	165	24	03	10.854
Castanheira	21.227	613	4.790	3.852	2.659	988	226	46	8.053
Marambaia	57.764	1.868	12.410	9.101	7.554	3.267	924	188	22.452
Mangueirão	30.780	1.261	6.223	4.971	3.776	1.417	350	107	12.675
Una	5.509	227	1.503	833	310	52	09	02	2.573
TOTAL	162.715	6.625	38.025	25.856	16.593	6.124	1.556	351	67.585

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010/SEGEP, Anuário Estatístico de Belém, 2012.

Nota: Os bairros que dividem a territorialidade com outros CRAS (Marambaia, Una, Cabanagem e Castanheira) não tiveram seus quantitativos divididos, como feito em quadros anteriores, devido os rendimentos estarem vinculados às quantidades.

De acordo com o Relatório da Cidadania III (2002), os principais pontos de referência do bairro Benguí são o Conjunto Catalina; a Paróquia Católica Nossa Senhora Rainha da Paz, localizada na principal rua do bairro, a Ajax de Oliveira; o "Zé Galeto", o mais antigo ponto comercial do bairro, e a Escola de Emaús que fica no final da linha do principal coletivo urbano, na Rua São Clemente.

A forma de ocupação dos terrenos favoreceu o surgimento de movimentos comunitários, de modo que o bairro é reconhecido como local de intensa organização comunitária, com associações de moradores e outros movimentos sociais que travam negociações em busca da oferta de serviços básicos de saúde, segurança pública, saneamento básico e educação, entre outros. Dentre esses

movimentos, é mister destacar a República de Emaús, o qual tem como missão institucional lutar pela defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente em situação de risco pessoal e social e de exclusão social na região Amazônica.

Destacam-se também organizações comunitárias como Associação de Moradores do Benguí (AMOB), Grupo de Mulheres do Benguí (GMB), Associação dos Moradores Independentes do Benguí (AMIB), Comunidade São José Operário, Comunidade da Piçarreira (RELATÓRIO DA CIDADANIA III, 2002). Na Consulta às Lideranças Comunitárias, registrou-se a participação de entidades como o Centro Social da Criança e do Adolescente Santa Edwiges, Sociedade Unidos Venceremos, Centro Comunitário Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Associação dos Moradores do Conjunto Catalina, Movimento Familiar Cristão, Igreja Fé em Deus e Núcleo de Educação Popular “Raimundo Reis” - NEP.

Diante desse cenário, vem à tona um mosaico de estratégias implementadas pela população local que tem possibilitado, ainda que minimamente, a conquista de alguns direitos sociais. Na área cultural, cita-se, por exemplo, importantes festividades tradicionais que acontecem anualmente, entre elas a festa de São Clemente e o Terreiro da Dona Dica, com apresentação de quadrilhas juninas e brincadeiras. Na territorialidade CRAS Benguí, a efervescência cultural é manifestada, ainda, pela existência de grupos culturais, como grupo folclórico Paranativo (Benguí), grupo Canto da Mata (Cabanagem), grupo folclórico Tapajós, grupos de hip hop, Associação de Capoeira Arte Nossa Popular- ACANP, e quadrilhas juninas (RELATÓRIO DE CIDADANIA III, 2002). Dessa forma, menciona-se a quadrilha Tradição Junina de Benguí, Balão de Ouro (Mangueirão); Mistura Brasileira, Os Kablocos e Encanto de Santa Luzia (Cabanagem); Impacto Junino e Os Caipiras (Una); Família Trapo e Simpatia da Juventude (Marambaia). No bairro da Marambaia encontra-se também a ONG Mana-Maní que desenvolve ações de educação, cultura e comunicação. Têm-se ainda os bois-bumbás Brilho da Noite e Atrador (Cabanagem); Caprichoso (Castanheira); grupo de toada Pai e Filho (Cabanagem) e Expressões Indígenas Ayrakyrã (Benguí). Escola de samba Portela e Mocidade Unida do Benguí.⁴³

No que concerne à religiosidade, constata-se nesse território uma verdadeira proliferação de igrejas das mais diferentes confissões religiosas, como Assembleia de Deus, a I. Pentecostal, Deus é Amor, Batista, Universal, Quadrangular, Adventista do Sétimo Dia, Testemunhas de Jeová, Nova Aliança, Deus é a Luz, Jardim de Deus, Igreja

⁴³ Dados fornecidos pela Fundação Municipal de Cultura – FUMBEL.

Católicas, assim como terreiros de Candomblé, dentre outras denominações religiosas.

1.2 Oferta de serviços pela rede intersetorial

Várias pesquisas realizadas nessa territorialidade esboçam um retrato social no qual os bairros que a compõem aparecem com inúmeras fragilidades sociais e insuficiência ou ausência de equipamentos públicos das políticas setoriais. No quadro 05 a seguir são quantificados os equipamentos da rede intersetorial para os bairros que compreendem a territorialidade do CRAS Benguí.

Quadro nº 05 - Rede de equipamentos de políticas sociais básicas do CRAS Benguí

POLÍTICA SOCIAL	EQUIPAMENTOS	BAIRROS						TOTAL
		Benguí	Mangu eirão	Maram baia	Una	Cabana gem	Castan heira	
Rede de Educação	UEI	02	-	01	-	-	-	03
	UP	02	01	01	-	-	-	04
	UEIF	03	-	04	-	-	-	07
	UEF	04	04	05	01	-	01	15
	UEFM	04	-	02	-	-	-	06
	UEM	-	-	01	-	-	-	01
	ERC	01	-	-	-	-	-	01
Rede de Saúde	UBS	02	-	02	-	01	-	05
	USF	01	01	01	01	04	-	08
	CAPS	-	-	01	-	-	-	01
	CC Dep. Químicos	-	-	01	-	-	-	01
	Farmácia Popular	01	-	-	-	01	-	02
Rede de Assistência Social	CRAS	01	-	-	-	-	-	01
	Entidade Socioassistencial	03	01	-	-	-	01	05
Rede de Cultura e Lazer	Praças	07	03	36	-	-	-	46
	Núcleo do PROPAZ	-	01	-	-	-	-	01
	Biblioteca Escolar	02	01	02	-	01	-	06
	Biblioteca Comunitária	-	-	01	-	-	-	01
	Academia ao ar livre	-	-	01	-	-	-	01
	Estádio de Futebol	-	01	-	-	-	-	01
	Quadra de esporte (Escolar)	02	01	02	-	01	-	06
	Polo do PRO PAZ nos Bairros	-	01	-	-	-	-	01
Rede de Apoio Comunitário*	Entidades Comunitárias	01	03	02	-	03	01	10

Fontes: SEMEC/SESMA/FUMBEL/FUNPAPA/SEJEL/SEMMA/CMAS/IDESP/Ministério da Cultura.

*Entidade que presta apoio à comunidade, mas não está inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, conforme relação fornecida pelo CRAS Benguí.

Ao realizar análise relacionando os dados expostos no quadro 5 com os dos quadros anteriores, constata-se a expressiva carência de equipamentos urbanos, haja vista tratar-se de uma territorialidade de 17,8262 km² com uma população apontada pelo IBGE 2010 na ordem de 117.303 habitantes em que, entre os com 10 anos ou mais de idade, 38.025 ganhavam de ½ a 1 salário mínimo e 67.585 não possuíam rendimentos, ou seja, uma população numerosa, economicamente vulnerável e mais dependente da oferta de equipamentos públicos.

No caso da Assistência Social, por exemplo, a existência de apenas 01 Centro de Referência (CRAS) não cobre as necessidades de proteção social básica de assistência social desse vasto contingente populacional.

No que concerne ao esporte, a territorialidade, apesar de sediar o principal Estádio de Futebol do Estado do Pará, que mantém em seu espaço um núcleo do PROPAZ direcionado à prática de esporte e lazer para crianças e adolescentes do entorno, bem como o projeto "Vida Ativa", que envolve adultos e pessoas idosas, sofre com a insuficiência de equipamentos públicos dessa área de política social, direcionado ao uso habitual da população ali residente. Na rede de cultura e lazer, os equipamentos mais numerosos são as praças, em que, das 46 quantificadas, 36 delas estão no bairro da Marambaia, espalhadas pelos diversos conjuntos residenciais presentes neste bairro.

A rede de educação está concentrada nos bairros do Benguí, Mangueirão e Marambaia; a rede de saúde está mais presente nos bairros do Benguí, Marambaia e Cabanagem. Os bairros que contam com a menor concentração de equipamentos são o Una e o Castanheira.

2 Olhar da Comunidade sobre o território

2.1 Percepção sobre o espaço de vivência e a oferta dos serviços

Os participantes da consulta realizada na territorialidade do CRAS Benguí, partindo do conhecimento de que dispõem sobre o território, identificaram e quantificaram a oferta de serviço da rede intersetorial, especificamente dos serviços públicos de educação, saúde, lazer e segurança, que se efetivam através de equipamentos existentes nos bairros que compreendem esta territorialidade. Para melhor análise do conhecimento individual, foi tirada a quantidade média indicada para cada equipamento, como consta Quadro 06.

Quadro nº 06 – Quantificação de equipamentos da rede intersetorial

Equipamentos	Quant.
Escolas Fund./Médio	03
Escolas Ed. Infantil/creches	03

Postos de saúde	01
Delegacias	01
CRAS	01
Equip. Lazer	01

Fonte: Material de consulta.

De um modo geral, ao se fazer um comparativo deste quadro com os quantitativos apresentados no quadro 5 (sobre a rede de equipamentos na territorialidade), verificam-se discrepâncias entre os equipamentos disponíveis e o conhecimento dos participantes sobre eles. Em relação à rede de educação, por exemplo, o quadro 5 mostra que existem, na territorialidade do CRAS Benguí, em torno de 21 escolas de ensino fund./médio, sendo 08 apenas no bairro do Benguí. Já os participantes indicaram a existência de somente 03 escolas.

Na avaliação que os participantes fizeram sobre essa quantidade, consta o seguinte:

Quadro nº 07 – Avaliação das ofertas (em %)

Equipamentos	Avaliação		
	Suficiente	Insuficiente	Não sabe informar
Escolas Fund./Médio	0	77,8	22,2
Escolas Ed. Infantil/creches	0	66,7	33,3
Postos de saúde	20,0	70,0	10,0
Delegacias	20,0	70,0	10,0
CRAS	37,5	37,5	25,0
Equip. Lazer	16,7	66,7	16,7

Fonte: Material de consulta.

O conhecimento que os participantes da consulta dispunham sobre os equipamentos existentes na territorialidade do CRAS Benguí de certo influenciou a avaliação feita sobre a oferta dos serviços, mostrada no quadro acima. Em relação aos equipamentos de educação, nenhum participante julgou suficiente sua oferta, embora o percentual daqueles que não souberam avaliar tenha sido considerável, aproximadamente 28%. A unidade de saúde e a delegacia foram consideradas *suficiente* por 70% dos que as avaliaram. Para o CRAS, houve uma divisão entre os que avaliaram como suficiente e insuficiente, ficando em torno de 37% cada um.

Esses fatores se desdobram na percepção que os moradores possuem sobre a *condição de vida* nos seus bairros. Entre os bairros representados na consulta e que compõem a territorialidade do CRAS Benguí, 22% consideraram a condição de vida no seu bairro *muito boa*; nenhum avaliou como *boa*; *regular* e *ruim* ficaram com 33% cada e *muito ruim* foi a avaliação feita por 11% dos participantes.

Na escala de áreas mais deficientes, as mais citadas foram *segurança* e *saúde*. As áreas menos deficientes foram *lazer* e *assistência social*.

Os participantes também mencionaram, por outro lado, os principais atrativos culturais com destaque para os festejos religiosos e as festas populares. Falaram sobre Círio de Sta Edwiges, festa dos padroeiros da comunidade (Sta Luzia, Espírito Santo, São Leonardo Murialdo e Sagrada Família); mencionaram escola de samba e quadrilhas juninas.

Os representantes comunitários também identificaram as potencialidades presentes nesta territorialidade que, como definido na metodologia, se referem aos serviços/espços já disponíveis no território, independente de estarem ou não funcionando a contento. O Quadro 08 relaciona os recursos citados.

Quadro nº 08 – Recursos identificados na territorialidade

Recurso/potencialidade
UBS
UMS
PSF/Casas Família
UEI
CRAS
Escolas
Entidades socioassisten./centros comu.
Igrejas
Projetos sociais
Conselho Tutelar
Associação de moradores
PROPAZ
Delegacia/batalhão de polícia

Fonte: Material de consulta.

2.2 Principais vulnerabilidades, demandas e sugestões de melhorias

Quanto a situações específicas de violências/vulnerabilidades presentes no território, os participantes avaliaram a sua ocorrência ou não, segundo consta no quadro 09.

Quadro nº 09 – Avaliação de situações de violências/violação de direitos específicos (em %)

Violência/violação	Frequência		
	Muitas vezes	Poucas vezes	Nunca
Trabalho infantil	50,0	40,0	10,0
Violência contra crianças e adolescentes	10,0	70,0	20,0
Pessoas em situação de rua	40,0	50,0	10,0

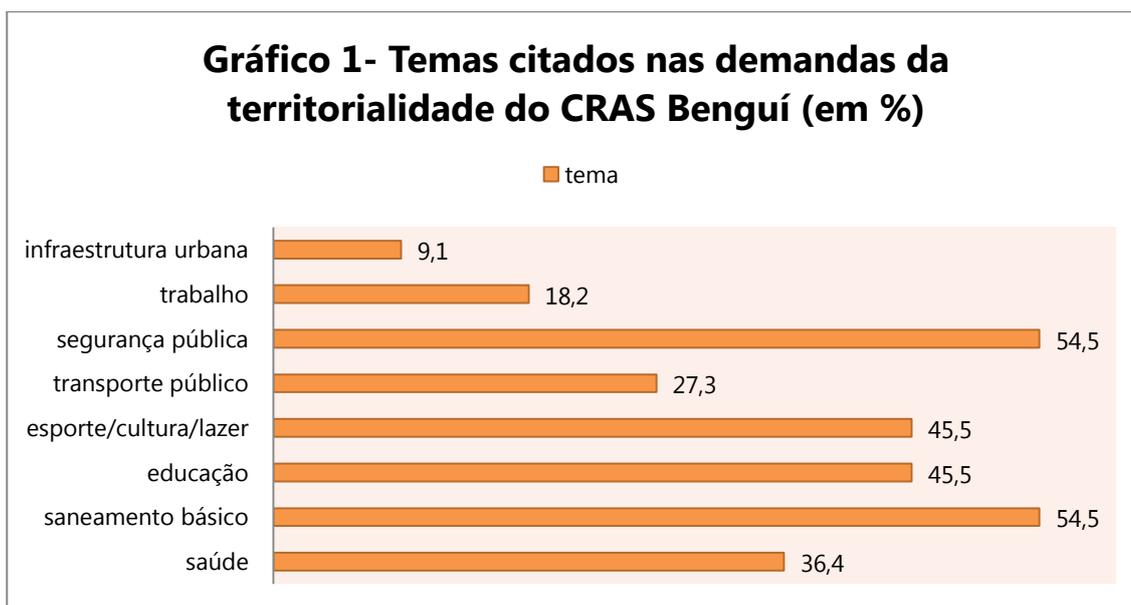
Conflito familiar	20,0	70,0	10,0
Usuários de substâncias psicoativas	30,0	60,0	10,0

Fonte: Material de Consulta.

A situação de violência/violação mais percebida na territorialidade do CRAS Benguí foi a de trabalho infantil, em que 50% dos participantes disseram presenciar *muitas vezes* sua ocorrência; em contrapartida, os 50% restantes disseram *poucas vezes* ou *nunca*; em relação à violência contra crianças e adolescentes e ao conflito familiar, 70% dos consultados avaliaram ocorrer *poucas vezes* no território. De um modo geral, as violências tiveram a avaliação de sua ocorrência concentrada entre *poucas vezes* e *nunca*.

À exceção do conflito familiar, todas as demais situações de violência/violação contidas no quadro 9 são atendidas com pouca frequência no CRAS, segundo os técnicos do espaço. Metade dos técnicos consultados disseram inclusive nunca terem atendido demanda de pessoas em situação de rua no âmbito do CRAS Benguí.

De acordo com a percepção sobre a oferta dos serviços, os participantes avaliam as principais demandas da territorialidade. O Gráfico 1 mostra os temas mais citados na consulta.



Fonte: Material de consulta.

Entre as demandas mais citadas nessa territorialidade, as principais foram a segurança pública e o saneamento básico, mencionadas em 54,5% das tarjetas. Logo após, vieram as áreas de esporte/cultura/lazer e educação, citadas em 45,5% das tarjetas.

Quando desagregadas em subtemas (Quadro 10), percebem-se as necessidades mais latentes dentro de cada área. Entre os que citaram segurança pública, por exemplo, 33,3% falaram sobre aumentar policiamento/rondas. Na

educação, todas as tarjetas que citaram o tema mencionaram a necessidade de mais creches e 20% melhorias nas escolas e mais escolas de ensino médio. No saneamento básico, 33,3% citaram a limpeza de vias públicas/bueiros e também pavimentação asfáltica.

Quadro nº 10 – Subtemas mais citados nas demandas da territorialidade

Tema	Subtema	%
Educação	Mais creches	100,0
	Mais escolas de ensino médio	20,0
	Melhoria das escolas	20,0
Transporte público	Pintura e/ou instalação de sinais	7,3
	Ampliação/melhoria no transporte coletivo	3,7
Saúde	Mais médicos	25,0
Segurança pública	Mais policiamento/rondas	33,3
Esporte/cultura/lazer	Mais praças/áreas recreativas/espços públicos para a prática de esportes/ginásios poliesportivos/academias ao ar livre/espços culturais/bibliotecas	80,0
	Revitalização de praças	20,0
Saneamento básico	Limpeza de vias públicas/bueiros	33,3
	Pavimentação asfáltica	33,3
Trabalho	Capacitação profissional (oferta de cursos profissionalizantes/oficinas)	50,0
	Mais postos de trabalho	50,0
Infraestrutura urbana	Iluminação pública	100,0

Fonte: Material de consulta.

Os participantes fizeram sugestões direcionadas à melhoria da territorialidade que venham a contornar as dificuldades e atender em alguma medida as demandas por eles levantadas. Visando reduzir a violência, sugeriram a implantação de projetos de conscientização com as famílias em relação à violência doméstica contra mulheres e crianças, assim como a implantação de espaços de esporte e lazer. Sugeriram a construção de unidades de segurança e aumento do efetivo policial; na área da saúde, citaram a necessidade de construção de postos de saúde na territorialidade do CRAS Benguí e também o aumento no quadro de médicos e enfermeiros nos centros de saúde. De maneira mais pontual, sugeriram a criação de comissão para fiscalizar escolas públicas e também atendimento da defensoria pública no espaço do CRAS.

Os participantes e os técnicos do CRAS sugeriram, por ciclo de vida, conforme Quadro 11, as atividades/ações que deveriam ser voltadas para as crianças, jovens, adultos e pessoas idosas, algumas das quais já mencionadas em outros momentos da pesquisa.

Quadro nº 11 – Sugestões de melhoria por ciclo de vida

Ciclo	Sugestões
Crianças	Creches, espaço de esporte e lazer, projetos de prevenção, SCFV, palestras, teatro, brincadeiras, atividades culturais.
Jovens	Cursos profissionalizantes, esporte, palestras, rodas de conversas, projetos de prevenção, SCFV, projeto teatro, música, jogos na arena de futebol, projetos socioeducativos, espaço de lazer.
Adultos	Cursos profissionalizantes, palestras educativas, SCFV, cultura e lazer, geração de renda, centro de capacitação profissional e de encaminhamento ao mercado de trabalho, acompanhamento da saúde, atividades culturais.
Idosos	Projetos para 3ª idade, orientação familiar-afetiva, grupos esportivos, atividades físicas, dança, centro de convivência, atividades culturais e de lazer.

Fonte: Material de Consulta.

3 Outros aspectos de vulnerabilidade

Na territorialidade do CRAS Benguí, existem 12.783 famílias inscritas no CadÚnico, das quais 8.788 são beneficiárias do PBF, representando 8,7% do total de famílias beneficiadas no Município⁴⁴.

O Censo SUAS-MDS 2014, que é uma ferramenta de levantamento de dados dos serviços prestados pelos equipamentos socioassistenciais e que se pauta também no conhecimento do território, relaciona as situações mais frequentemente identificadas no território de abrangência do CRAS Benguí, conforme segue: violência contra mulheres; crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil; indivíduos sem documentação civil; famílias em descumprimento de condicionalidades do Bolsa Família; famílias elegíveis não inseridas nos programas ou benefícios de transferência de renda e famílias em situação de insegurança alimentar. O Censo indica ainda a presença de altos índices de criminalidade; presença de conflito/violência vinculado ao tráfico de drogas e existência, no território, de moradias irregulares como invasões, cortiços, e/ou similares.

Os técnicos do CRAS, a partir da experiência que possuem e do conhecimento acumulado sobre a territorialidade, elencaram as seguintes situações de risco e vulnerabilidade mais presentes no território do Benguí: desemprego, drogadição, defasagem escolar, insegurança alimentar.

3.1 Cálculo de vulnerabilidade social (VS)

Na territorialidade do CRAS Benguí, o comportamento das 12 variáveis utilizadas para o cálculo de vulnerabilidade social oscilou bastante, com 06

⁴⁴ Dados extraídos do Relatório CCU/PBF dez. 2014.

indicadores avaliados como ruim ou muito ruim e 05 com avaliação de bom ou muito bom, sendo 1 regular. Dentre os indicadores avaliados com muito ruim, consta o percentual de famílias que possuem despesa com medicamentos de uso regular (Pmed), cujo valor, de 13,5% ficou acima da média do Município, de 11,1%; além deste, o percentual de famílias com renda *per capita* inferior a ½ salário mínimo com pelo menos um membro sendo pessoa com deficiência (Pfpd) também foi classificado como muito ruim, já que o percentual de famílias desta territorialidade nesta condição, 4,1%, ficou acima da de Belém, com 3,3%. Por outro lado, o percentual de analfabetos (Panf) apresentou um comportamento melhor que o do Município com 7,4% contra 8,7%.

Segundo este panorama e em acordo com a metodologia utilizada, os resultados de cada indicador apontaram para um valor de **3,0** para a vulnerabilidade social da territorialidade do CRAS Benguí, conforme especificada no quadro 12, se encaixando na faixa classificada como média vulnerabilidade social.

Quadro nº 12 – Cálculo de vulnerabilidade territorialidade CRAS Benguí

TERRITORIALIDADE CRAS BENGUÍ						
Dimensão	Indicador	Valor calculado (%)	Valor Município (%)	Avaliação indicador	Numeração	VS
Trabalho e renda	Fpob	79,9	79,1	ruim	4	3,0 média
	Pinf	5,7	6,2	bom	2	
	Nocp	4,1	4,4	ruim	4	
Educação	Panf	7,4	8,7	muito bom	1	
	Pnfe	15,4	17,4	muito bom	1	
	Pesu	0,9	1,0	ruim	4	
Saúde	Pmed	13,5	11,1	muito ruim	5	
Domicílio	Pdmi	19,4	17,7	ruim	4	
Grupos específicos	Pfcm	2,1	2,4	muito bom	1	
	Pfti	0,9	0,9	regular	3	
	Pfid	8,8	9,2	bom	2	
	Pfpd	4,1	3,3	muito ruim	5	

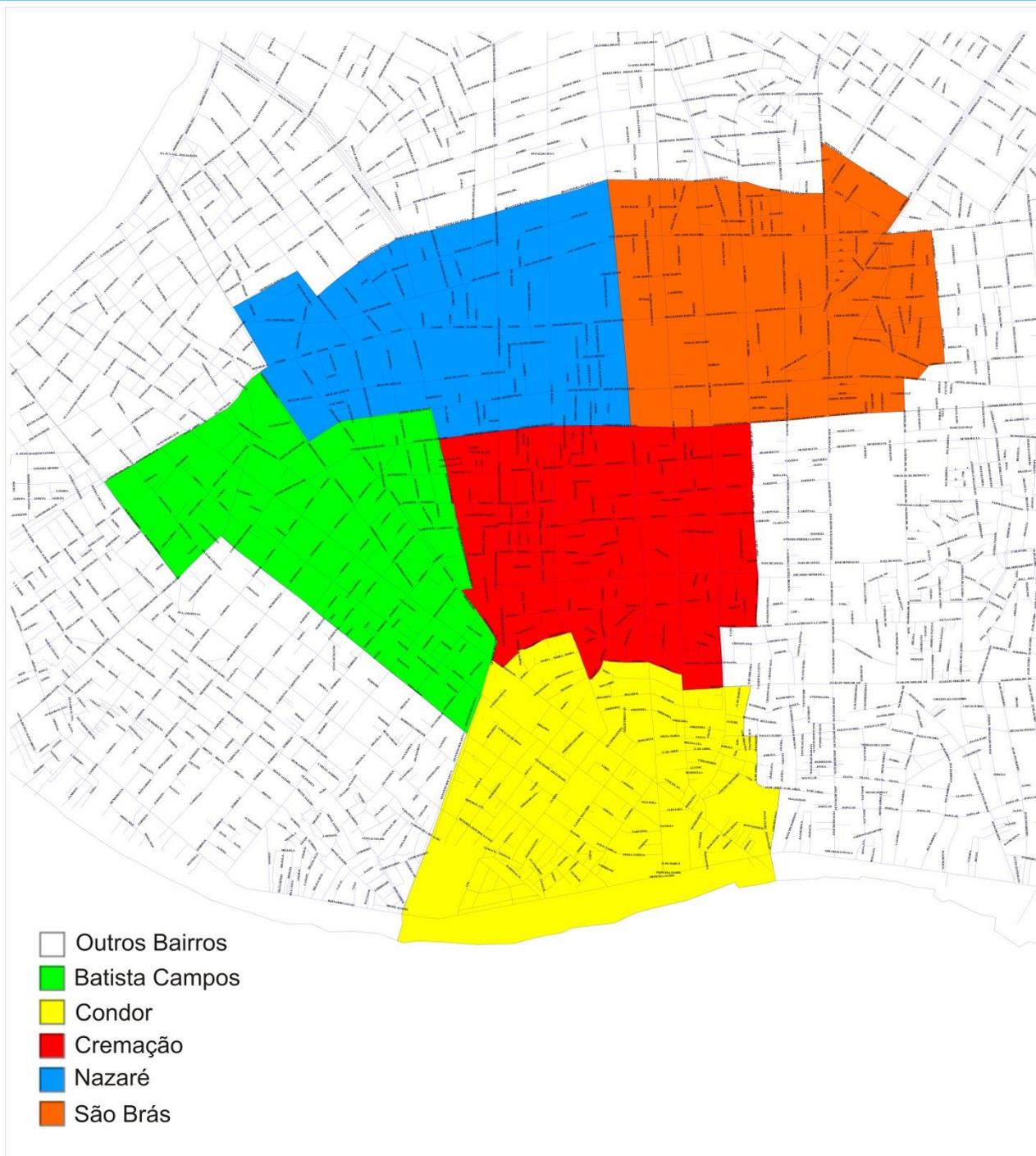
Fonte: CadÚnico, Set./2014.

Elaboração: Vig. Social/FUNPAPA, 2015.

É importante lembrar que este cálculo não deve ser visto de maneira isolada, sem levar em consideração as outras nuances de vulnerabilidade aqui delineadas, buscando-se, assim, com o conjunto de dados aqui analisados, traçar um quadro multifatorial do fenômeno de vulnerabilidade social na territorialidade do Benguí.

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

DIAGNÓSTICO TERRITORIALIDADE CRAS CREMAÇÃO



1 Olhar sobre o território

1.1 Visão Geral

A territorialidade do CRAS Cremação, implantado em 20 de janeiro de 2005, abrange os bairros Cremação, Condor, São Brás, Batista Campos e Nazaré, compreendendo uma área total de 7,7505 km², sendo que o bairro Condor ocupa a maior área com 1,7088 km². Ressalte-se que os bairros centrais dessa territorialidade são o da Cremação e de Condor que, como será visto neste estudo, apresentam maiores graus de vulnerabilidades e riscos sociais.

O bairro que empresta seu nome ao CRAS deve sua denominação ao antigo Forno Crematório construído durante a administração do Intendente Municipal Antônio Lemos (1897-1910) para incinerar lixo e animais mortos, tendo em vista que a população citadina e seus arredores sofriam com grandes epidemias. Em tempos atuais, o Forno se encontra desativado e ali se localiza a Praça Dalcídio Jurandir.

Penteado (1968) assevera que os bairros Cremação e Batista Campos⁴⁵ possuem algumas características semelhantes. Considerando suas estruturas urbanas, ambos possuem quarteirões amplos e traçados com uma regularidade que denuncia a existência de certo planejamento, sendo o desenho de suas ruas, em certa medida, adaptado às condições do sítio.

Contudo, no tocante à ocupação espacial, ainda segundo Penteado (1968), o bairro Batista Campos é o mais antigo e estabilizado, destacando-se sua arborização, com a presença de inúmeras casas ajardinadas, onde residiam integrantes da classe média belenense. Vê-se, contemporaneamente, que algumas características desse bairro permaneceram, entretanto hoje ele é marcado pelo grande número de edifícios residenciais e diversos estabelecimentos comerciais (de lojas de roupas e de calçados a bares e restaurantes), havendo também um *shopping* center. Por sua vez, a Cremação é classificada por Penteado como bairro popular, onde residiam, em geral, modestos funcionários, comerciários e operários, os quais habitavam casas de madeira ou de pau-a-pique cobertas com folhas de palmeiras.

A Cremação possui um sistema viário que permite fácil acesso ao centro tradicional da cidade, gerando vantagem locacional. Encontram-se ali os canais da Dr. Moraes, Caripunas, 14 de março e Quintino Bocaiúva, que desembocam às margens do Rio Guamá, vinculados à Bacia Hidrográfica da Estrada Nova. Durante o "inverno paraense" (período mais chuvoso de Belém) o local sofre com a presença de áreas alagadas, alagáveis ou com drenagem lenta, especialmente nas regiões próximas aos

⁴⁵O nome deve-se por homenagem ao Padre Batista Campos, que exerceu vários cargos de importância na vida política do Pará, sendo um dos inspiradores da Cabanagem.

canais, o que ocasiona transtornos quanto ao deslocamento e representa graves riscos à saúde de seus moradores (BRITO, 2012).

Os bairros Cremação e Batista Campos, mesmo não estando em contato direto com o rio, estão inseridos física e administrativamente na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN). Nesse sentido, conforme Brito (2012), atualmente a Cremação se encontra em processo de reconstrução estrutural devido à implantação do Projeto da BHEN, iniciado em 2009, e que visa solucionar os problemas de caráter socioambiental, provocados pelas enchentes do Rio Guamá e pelo acúmulo de lixo, o qual promove o surgimento de condições inadequadas de moradia e saúde. Atualmente as obras estão por conta do Programa de Saneamento Básico da Bacia Estrada Nova (PROMABEN I e II), o qual, como o próprio nome indica, é o programa de saneamento municipal.

Nesse caminho, as intervenções para contenção das águas das marés nas décadas de 1940 e 1950 podem ser indicadas como umas das causas que levam ao adensamento populacional nas áreas de baixada em Belém, principalmente em bairros circunscritos à Bacia da Estrada Nova. Com a implementação do Projeto Dique e Drenagem é construído um dique ao longo do rio Guamá que vai beneficiar uma extensa área. Bairros como Batista Campos, Cremação e Condor, entre outros, tiveram expressivo crescimento populacional entre 1950 e 2010 devido a esta intervenção. Assim, Batista Campos e Cremação tiveram um crescimento populacional de 384,09% e 621,28%, respectivamente, entre os anos 1960 e 2000. Já o bairro da Condor registrou admiráveis 2.299,67% de crescimento populacional neste período (JÚNIOR, 2013). Mais à frente será mostrada a população atual desses bairros

Situado às margens do rio Guamá e com 100% de suas áreas classificadas como *alagáveis*, o bairro da Condor, inserido na territorialidade em questão, deve seu nome à existência da Companhia Aérea Sindycato Condor, localizando-se no bairro um terminal de passageiros para pouso e decolagem de hidroaviões⁴⁶, tendo o bairro surgido junto a esse local (PENTEADO, 1968). Dos anos cinquenta aos setenta, a Condor era o lócus da movimentação boêmia suburbana em Belém, abrigando desde os bares e clubes mais “chiques” da cidade, até os pequenos estabelecimentos destinados à prostituição e às diversões noturnas. Ficaram famosos muitos bares dispostos no entorno da Praça Princesa Isabel, podendo-se citar o “Bar da Condor” (atualmente Palácio dos Bares), o Aldeia, o “Bar São Jorge”, o “Cabaré da Tia Maria”, “Royal”, “O Lapinha”, “Bartira”, dentre outros bares e gafieiras espalhados nas ruas e

⁴⁶ Informação disponível em: < <http://fragmentosdebelem.tumblr.com/post/25360307013>>.

passagens do bairro (JÚNIOR, 2011). Pode-se mencionar ainda nesse pedaço da cidade a famosa Feira do Porto da Palha, local de circulação de pessoas e produtos, com a venda de pescados, frutas, farinha etc., e onde se desenvolve uma trama de redes e relações socioculturais típicas das cidades amazônicas.

São Brás e Nazaré são os outros bairros inseridos na territorialidade do CRAS Cremação, e eles se configuram como bairros centrais da cidade. Assim, por exemplo, existem inúmeras linhas de ônibus que ligam São Brás com os outros bairros da capital paraense, considerando-se ainda que o Terminal Rodoviário de Belém fica ali localizado. Encontramos, como alguns outros espaços referenciais desse bairro, o Mercado de São Brás - erguido por conta do grande movimento da antiga estrada de ferro Belém/Bragança, sendo que atualmente funcionam em suas dependências lojas de artesanato, produtos domésticos e vestuário etc.; o Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi, local de pesquisas científicas e ponto turístico; o Parque da Residência - antiga residência oficial dos governadores do Pará; e a Praça da Leitura, em cujo centro existe um monumento em forma de capacete em homenagem ao ex-governador do estado do Pará, Magalhães Barata.

O bairro de Nazaré, em síntese, é percebido como um dos espaços mais valorizados da cidade, agregando um significativo contingente populacional de classe média e alta. Registra-se no bairro a presença de construções históricas do áureo período da borracha, sendo impossível deixar de mencionar ainda a Basílica Santuário de Nossa Senhora de Nazaré, local de chegada do conhecido Círio belenense.

Tais como outros bairros de Belém, na territorialidade CRAS Cremação há uma esfera associativa e sociocultural repleta de fazeres e saberes, com inúmeras entidades comunitárias e expressões culturais. Exemplifica-se com o Lar de Maria – desenvolve programas/projetos socioassistenciais; Legião da Boa Vontade (LBV) – com trabalho nas áreas da educação e da assistência social; Centro de Estudos e Defesa do Negro do Estado do Pará (Cedenpa) - que contribui no processo de superação do racismo, preconceito e discriminação; e a Associação Voluntária de Apoio à Oncologia (AVAO)- cuja finalidade é prestar apoio assistencial a doentes acometidos de câncer em tratamento no Hospital Ophir Loyola – HOL.

No campo cultural menciona-se, por exemplo, a Associação de Malhadores de Judas e Grupo de Amigos Malhadores de Judas da Cremação (Gamajuc), responsável por promover a tradicional malhação de Judas na Semana Santa; bois-bumbás, pássaros e grupos parafolclóricos, como o Grupo Muiraquitã, e Os Curupiras (Cremação); quadrilhas juninas: Rainha da Juventude, Revelação da Cremação e Amor Caipira (Cremação), Renovação de São João (Condor), Alegria Junina de São Brás

(São Brás), entre outras. Escolas de samba e blocos carnavalescos: Xodó da Nega, Estrela Reluzente, Cheiro Cheiroso (Cremação), Alegria-Alegria (Condor).

A efervescência cultural, nessa territorialidade, é também oriunda da religiosidade vivenciada pelas famílias que se congregam por diferentes confissões de fé professadas em seus templos religiosos.

A partir daqui, expõem-se dados socioeconômicos que ajudam a compreender a moldura na qual se desenvolve a vida dos moradores nos bairros desta territorialidade.

Consoante quadro 01, um total de 133.598 pessoas residem na área de abrangência do CRAS Cremação. Os bairros Condor e Cremação registram o maior e o segundo maior quantitativo de habitantes, respectivamente. Quanto ao sexo, o número de mulheres supera o de homens em 17,8%.

Quadro nº 01- População residente na territorialidade do CRAS Cremação por sexo- 2010.

Bairro	Pop. Total	Homens	Mulheres
Cremação	31.264	14.327	16.937
São Brás	19.936	8.707	11.229
Condor	42.758	20.165	22.593
Batista Campos	19.136	8.265	10.871
Nazaré	20.504	8.809	11.695
TOTAL	133.598	60.273	73.325

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Enquanto bairros que concentram o maior número de pessoas, Condor e Cremação também agregam o mais volumoso número de residências, 10.406 e 8.312, respectivamente. Batista Campos surge com o menor número de domicílios (5.787), tudo de acordo com o quadro 02.

Quadro nº 02 - Domicílios particulares permanentes segundo os bairros da territorialidade CRAS Cremação, no Município de Belém- 2010

Bairro	Domicílios
Cremação	8.312
São Brás	5.846
Condor	10.406
Batista Campos	5.787
Nazaré	6.403
TOTAL	36.754

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Considerando o total de domicílios (36.754), atenta-se que 14.008 deles se localizam em áreas de aglomerados subnormais, alcançando percentual de aproximadamente 38%, com média de 4 moradores. Boa parte deles se concentra nas baixadas da Condor. Chama atenção também o total de 57.158 pessoas residentes

em aglomerados, conforme quadro 03; número que, quando comparado ao total de residentes nessa área de abrangência (133.598), representa 42,7% da população.

Quadro nº 03 - Alguns aglomerados subnormais, domicílios particulares, população residente e média de moradores, bairros da territorialidade CRAS Cremação, 2010.

Aglomerado Subnormal	Bairro	Nº Domicílios	Pop. Residente	Média Moradores
Batista Campos	Batista Campos	252	1.037	4,1
Cremação	Cremação	4.341	17.248	4,0
Baixadas da Condor	Condor	9.415	38.873	4,1
TOTAL		14.008	57.158	4,1

Fonte: IBGE 2010 / Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Belém 2012.

A análise das classes de rendimento, contidas no quadro 04, demonstra que nessa área de abrangência, 43.474 pessoas de 10 anos ou mais de idade não possuem nenhum rendimento, ao passo que, dentre aqueles que possuem algum rendimento, a maioria (21.917) tem renda de mais de ½ a 2 salários mínimos. Como era esperado, os bairros Nazaré, Batista Campos e São Brás concentram os maiores rendimentos (mais de 10 a mais de 20 salários mínimos).

Quadro nº 04 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classe de rendimento nominal mensal, segundo os bairros da territorialidade CRAS Cremação, no Município de Belém – 2010

Bairro	Total	Até ½ salário mínimo	Mais de ½ a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 5 salários mínimos	Mais de 5 a 10 salários mínimos	Mais de 10 a 20 salários mínimos	Mais de 20 salários mínimos	Sem rendimento
Cremação	27.661	664	5.859	4.318	3.446	1.772	746	291	10.565
Condor	36.613	1.528	10.301	5.657	2.655	629	110	37	15.696
Batista Campos	17.346	143	1.932	1.920	2.869	2.525	1.587	787	5.583
São Brás	18.238	181	2.383	2.525	3.207	2.345	1.160	520	5.917
Nazaré	18.851	53	1.442	1.526	3.394	3.459	2.184	1.080	5.713
TOTAL	118.709	2.569	21.917	15.946	15.571	10.730	5.787	2.715	43.474

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010/SEGEP, Anuário Estatístico Belém 2012.

O corpo cultural e cívico dos bairros desse território é marcado pela presença de agentes sociais que organizam ações as mais diversas para viver a cidade e seus direitos. Nesse caminho, relaciona-se a seguir com quais equipamentos coletivos contam esses atores sociais.

1.2 Oferta de serviços pela rede intersetorial

No quadro 5 a seguir são quantificados os equipamentos da rede intersetorial para os bairros que compreendem a territorialidade do CRAS Cremação.

Quadro nº 05 - Rede de equipamentos de políticas sociais básicas da territorialidade do CRAS Cremação

POLÍTICA SOCIAL	EQUIPAMENTO	BAIRROS					TOTAL
		Cremação	Condor	São Brás	Batista Campos	Nazaré	
Rede de Educação	UEI	01	-	01	-	-	02
	UEIF	01	04	03	-	02	10
	UEF	03	02	02	03	-	10
	UEFM	02	01	01	02	02	08
	UEM	-	-	01	-	01	02
	UEE	-	-	-	01	-	01
	CE Supletivo	-	-	01	-	-	01
Rede de Saúde	UBS	01	01	-	-	-	02
	USF	-	02	-	-	-	02
	CAPS	-	-	-	01	01	02
	Casa Mental Adulto	-	-	01	-	-	01
	Casa Mental Crian. Adolescente	-	-	01	-	-	01
	Hospital Ofir Loyola	-	-	01	-	-	01
	Hosp./Clínicas conveniadas	-	-	01	-	02	03
	Policlínica Infantil	-	-	-	-	01	01
	Casa do Trabalhador	01	-	-	-	-	01
	CIM – Centro Infor. Medicamentos	-	-	-	-	01	01
Rede de Assistência Social	CRAS	01	-	-	-	-	01
	Centro POP	-	-	01	-	-	01
	Espaço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes	-	-	-	01	-	01
	Entidade Socioassistencial	-	-	04	01	02	07
Rede de Cultura e Lazer	Praças	02	01	07	04	08	22
	Biblioteca Pública Estadual	-	-	-	01	-	01
	Biblioteca Escolar Municipal	-	03	04	-	01	08
	Quadras de esporte (Escola Municipal)	-	03	03	-	01	07
	Parque Zoobotânico	-	-	01	-	-	01
Rede de Apoio Comunitário*	Entidades Comunitárias	06	-	01	01	02	10

Fonte: SEMEC/SESMA/FUMBEL/FUNPAPA/SEGEL/SEMMA/CMAS/IDESP/Ministério da Cultura.

*Entidade que presta apoio à comunidade, mas não está inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, conforme relação fornecida pelo CRAS Cremação.

Dentre os bairros desta territorialidade, o de São Brás é o que concentra o maior número de equipamentos, mas, de um modo geral, a oferta de equipamentos das diferentes políticas públicas estão presentes em todos os bairros que compreendem a territorialidade do CRAS Cremação. A exceção é a rede de assistência social, que não possui nenhum espaço localizado no bairro da Condor.

A rede de educação é a que apresenta maior capilaridade, principalmente em relação às escolas de ensino fundamental e fund./médio, com 18 escolas no total. A rede de saúde, além de contar com 02 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e 02 Unidades de Saúde da Família (USF), também conta com equipamentos que prestam atendimento especializado como a Casa Mental Adulto e a Casa Mental Crianças e Adolescentes, ambas no bairro de São Brás.

Na rede de lazer/cultura, destaca-se a presença no bairro de São Brás do Parque Zoobotânico Museu Emílio Goeldi, fundado em 1866 e reconhecido pela sua atuação em pesquisa científica sobre áreas de ciências naturais e humanas relacionadas à Amazônia. Cabe também destacar a biblioteca pública Arthur Viana, no bairro da Batista Campos, que conta com numeroso acervo bibliográfico em todas as vertentes literárias, técnicas e didáticas, funcionando desde 1986 nas dependências da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves – CENTUR.

Na rede de assistência social, além do CRAS Cremação, também existem outros espaços socioassistenciais, com 01 Centro POP e 01 espaço de acolhimento de crianças e adolescentes, localizados nos bairros de São Brás e Batista Campos, respectivamente, além de 07 entidades socioassistenciais.

2 Olhar da Comunidade sobre o território

2.1 Percepção sobre o espaço de vivência e a oferta dos serviços

Os participantes da consulta realizada na territorialidade do CRAS Cremação, partindo do conhecimento de que dispõem sobre o território, identificaram e quantificaram a oferta de serviço da rede intersetorial, especificamente dos serviços públicos de educação, saúde, lazer e segurança, que se efetivam através de equipamentos existentes nos bairros que compreendem esta territorialidade. Para melhor análise do conhecimento individual, foi tirada a quantidade média indicada para cada equipamento, como consta no Quadro 06.

Quadro nº 06 – Quantificação de equipamentos da rede intersetorial

Equipamentos	Quant.
Escolas Fund./Médio	07
Escolas Ed. Infantil/creches	01
Postos de saúde	01

Delegacias	01
CRAS	01
Equip. Lazer	02

Fonte: Material de consulta.

O quadro acima, quando comparado ao quadro referente à rede de equipamentos das políticas sociais básicas (quadro 5), mostra que existe uma diferença significativa entre o número de equipamentos existentes na territorialidade e a quantidade conhecida pelos participantes. No caso da rede de educação, por exemplo, o quadro 5 indica a existência de 20 escolas de ensino fundamental e/ou médio, mas no quadro 6 aparecem apenas 07. Na rede de cultura e lazer, só de praças, existem 22 na territorialidade, mas no quadro acima constam apenas 02 equipamentos de lazer.

No entanto, se for levado em consideração apenas o bairro central da territorialidade (Cremação), percebe-se que existe uma proximidade entre os quantitativos dos dois quadros; isto porque uma parcela dos consultados ou residiam ou trabalhavam no bairro da Cremação, de modo que seus conhecimentos eram maiores em relação a este bairro, o que foi expressado no quadro 6.

Na avaliação que os participantes fizeram sobre a quantidade de equipamentos por eles conhecida, consta o seguinte:

Quadro nº 07 – Avaliação das ofertas (em %)

Equipamentos	Avaliação		
	Suficiente	Insuficiente	Não sabe informar
Escolas Fund./Médio	20	40	40
Escolas Ed. Infantil/ creches	0	83,3	16,7
Postos de saúde	0	100	0
Delegacias	25	58,3	16,7
CRAS	6,7	93,3	0
Equip. Lazer	0	100	0

Fonte: Material de consulta.

Com exceção das escolas de ensino fund/méd, os demais equipamentos foram avaliados pela maioria como insuficientes, principalmente o posto de saúde e os equipamentos de lazer de que todos os consultados fizeram esta avaliação. O único CRAS existente na territorialidade foi considerado insuficiente por 93,3% dos participantes e as escolas de educação infantil/creches, por 83,3%.

A oferta dos serviços na territorialidade do CRAS Cremação rebate, em alguma medida, na avaliação feita pelos participantes sobre a *condição de vida* nos seus bairros de moradia. Nenhum a considerou *muito boa*; 12,5%, como *boa*; 75% avaliaram como *regular*; 12,5% consideraram *ruim* e nenhum avaliou a condição de

vida na territorialidade como *muito ruim*. Portanto, de um modo geral, tanto aspectos positivos quanto negativos pesaram na avaliação dos participantes que fizeram com que a maioria considerasse a condição de vida como regular.

Os moradores citaram poucos atrativos culturais na territorialidade da Cremação, dentre eles a malhação do Judas, quadrilha da aldeia, festas religiosas e bloco carnavalesco.

De uma maneira geral, os representantes comunitários avaliaram a territorialidade como permeada por algumas fragilidades sociais (várias tipologias de violência), identificando também as potencialidades presentes nela que, como definido na metodologia, se referem aos serviços/espços já disponíveis no território, independente de estarem ou não funcionando a contento. O Quadro 8 relaciona os recursos citados.

Quadro nº 08 – Recursos identificados na territorialidade

Recurso/potencialidade
Posto/unidade de saúde
UBS
UMS
UEI
CRAS
Escolas
Entidades socioassisten./centros comunitários
Igrejas
Projetos sociais
Conselho tutelar
Feira/mercado
ONG's
Praça
Delegacia/batalhão de polícia
Grupos culturais

Fonte: Material de consulta.

2.2 Principais vulnerabilidades, demandas e sugestões de melhorias

Quanto a situações específicas de violências/vulnerabilidades presentes no território, os participantes avaliaram a sua ocorrência ou não, segundo consta no quadro 9.

Quadro nº 09 – Avaliação de situações de violências/violação de direitos específicos (em %)

Violência/violação	Frequência		
	Muitas vezes	Poucas vezes	Nunca
Trabalho infantil	26,7	73,3	0
Violência contra crianças e adolescentes	64,3	28,6	7,1

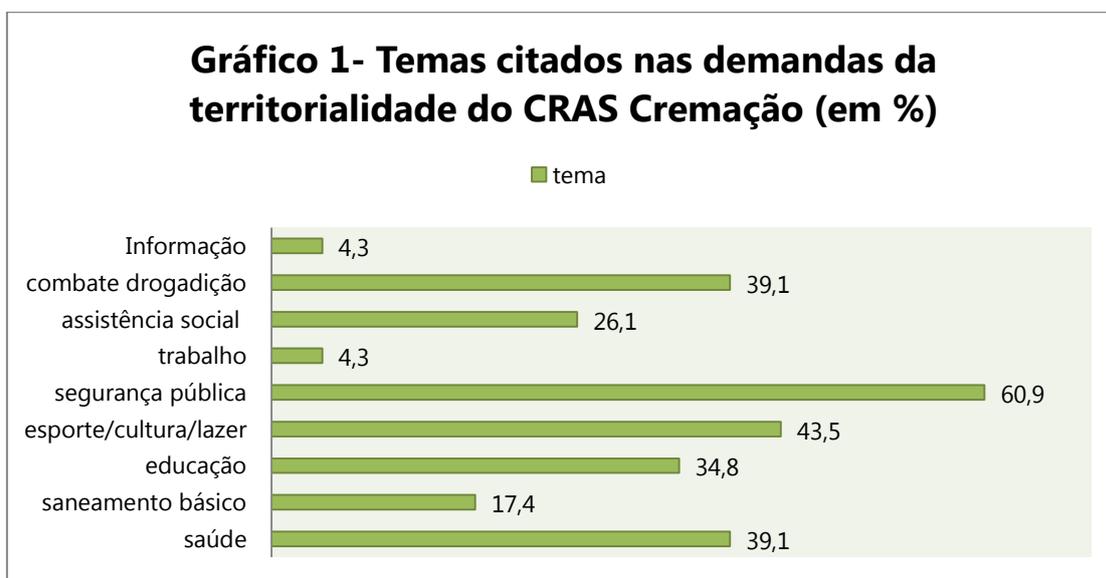
- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

Pessoas em situação de rua	80,0	20,0	0
Conflito familiar	78,6	21,4	0
Usuários de substâncias psicoativas	80,0	20,0	0

Fonte: Material de Consulta.

O trabalho infantil é única situação de violência/violação de direitos cuja ocorrência no território é observada poucas vezes, conforme a percepção dos participantes; todas as demais foram avaliadas pela maioria com a frequência de "muitas vezes", especialmente as pessoas em situação de rua e os usuários de substâncias psicoativas em que 80% dos consultados fizeram tal avaliação. A violência contra crianças e adolescentes foi a única em que houve a marcação no item "nunca", representando 7,1% dos participantes.

De acordo com a percepção sobre a oferta dos serviços, os participantes avaliam as principais demandas da territorialidade. O Gráfico 1 mostra os temas mais citados na consulta.



Fonte: Material de consulta.

A segurança pública foi a área mais citada, estando presente em 60,9% das tarjetas, em seguida veio esporte/cultura e lazer, com 43,5%. Uma demanda bastante lembrada foi o combate à drogadição, que é uma problemática muito presente no território, de acordo com o indicado no quadro 10; este tema foi mencionado em 39,1% das tarjetas, empatado com a saúde.

Quando desagregadas em subtemas, percebem-se as necessidades mais latentes dentro de cada área. Na segurança pública, por exemplo, das tarjetas que mencionaram esta área, 28,6% falou sobre o combate à violência urbana e 7,1% sobre mais policiamentos/rondas. Na educação, 75% citaram a necessidade de mais creches e 12,5% a implantação de escola em tempo integral e melhoria nas escolas. Todas as tarjetas que abordaram o tema trabalho o fizeram mencionando a

necessidade de capacitação profissional. Os moradores de rua foram lembrados em 50% das tarjetas que fizeram referência à área de assistência social (Quadro 10).

Quadro nº 10 – Subtemas mais citados nas demandas da territorialidade

Tema	Subtema	%
Educação	Mais creches	75
	Escola em tempo integral	12,5
	Melhoria das escolas	12,5
Segurança	Combate à violência urbana	28,6
	Mais policiamento/rondas	7,1
Esporte/cultura/lazer	Revitalização de praças	20
	Mais praças/áreas recreativas/espços públicos para a prática de esportes/ginásios poliesportivos/academias ao ar livre/espços culturais/bibliotecas	60
Saneamento básico	Pavimentação asfáltica	25
Trabalho	Capacitação profissional (oferta de cursos profissionalizantes/oficinas)	100
Assistência social	Assistência aos moradores de rua	50,0
	Programas/projetos sociais	33,3
Informação	Serviços ofertados pelo CRAS/serviços sociais	100

Fonte: Material de consulta.

Os participantes fizeram sugestões direcionadas à melhoria da territorialidade que venham a contornar as dificuldades e atender em alguma medida as demandas por eles levantadas. Na educação, reiteraram a necessidade de mais unidades de educação infantil e melhoria na infraestrutura física das escolas. Na segurança pública, além do aumento das rondas, sugeriram montar guaritas com policiais nas praças e também em outros lugares estratégicos, como em pontes. Nas áreas de esporte/cultura e lazer, sugeriram a criação de espaços de lazer, arte e cultura para a comunidade, especialmente a juventude; incentivo à montagem dos pontos de cultura para funcionarem como espaços de convivência e educação; criar um polo de esportes; reformar a Praça Dalcídio Jurandir com oferta de academia ao ar livre e quadra esportiva; estimular a criação de espaços de convivência para pessoas idosas. No saneamento básico, a pavimentação de ruas, limpeza de bueiros e canais a céu aberto foram mencionados.

Para a área de saúde, sugeriram a ampliação da unidade de saúde do bairro; aumento no número de consultas, exames e atendimento em geral; aumento no número de funcionários nas unidades de saúde, principalmente para trabalhar na atenção básica, a fim de evitar o surgimento e agravamento de doenças; sugeriram também a fiscalização periódica dos postos de saúde para melhorar o atendimento e evitar a falta de material. Os participantes também mencionaram ações que deveriam ser voltadas para as pessoas em situação de rua e usuários de substâncias

psicoativas, como a criação de um programa voltado para dependentes químicos no bairro e implantação de casas de recuperação para drogados e viciados. Direcionadas à assistência social, as sugestões foram reforçar os laços familiares e assistir, com programas, os jovens fora do mercado de trabalho; estabelecer parcerias com associações que já desenvolvem atividades socioeducativas e/ou produtivas com adolescentes, jovens e adultos; capacitar os jovens para o mercado de trabalho, ofertando cursos técnicos; implantar CRAS e CREAS no bairro de São Brás; ação intersetorial entre as escolas e o CRAS, visando desenvolver uma cultura de paz com orientações para a não-violência.

Os participantes e os técnicos do CRAS sugeriram, de maneira mais específica, por ciclo de vida, conforme Quadro 11, as atividades/ações que deveriam ser voltadas para esses grupos, as quais perpassam um pouco sobre o que já foi comentado.

Quadro nº 11 – Sugestões de melhoria por ciclo de vida

Ciclo	Sugestões
Crianças	Creches, brinquedoteca, espaço de lazer, atividades esportivas/recreativas nos espaços escolares, polos esportivos, praças com brinquedo, biblioteca, música, dança, teatro, centros de convivência.
Jovens	Ponto de cultura, incentivo ao esporte, cursos profissionalizantes, atividades culturais na igreja, polos esportivos, incentivo a pesquisas, primeiro emprego, fortalecimento de vínculos, artes marciais.
Adultos	Serviço de geração de renda, academias ao ar livre, cursos profissionalizantes, centro de convivência, palestras educativas sobre saúde, casas de acolhimento para pessoas em situação de rua e drogados, incentivo à educação, rodas de conversa, centro de cultura, cooperativas de trabalho, EJA, serviços de orientação aos ambulantes São Brás, atividades de enfrentamento à violência doméstica.
Idosos	Cursos/oficinas, atividades lúdicas, academia ao ar livre, hidroginástica, lazer, atividades físicas e ocupacionais, lazer e saúde, natação, inserção em grupos, campanhas, trabalhos de arte-dança, memorização, centros de convivência, fortalecimento de vínculos, yoga.

Fonte: Material de Consulta.

3 Outros aspectos de vulnerabilidade

Na territorialidade do CRAS Cremação, existem 7.052 famílias inscritas no CadÚnico, das quais 5.336 são beneficiárias do PBF, representando 5,3% do total de famílias beneficiadas no Município⁴⁷.

⁴⁷ Dados extraídos do Relatório CCU/PBF dez. 2014.

O Censo SUAS-MDS 2014, que é uma ferramenta de levantamento de dados dos serviços prestados pelos equipamentos socioassistenciais e que se pauta também no conhecimento do território, relaciona as situações mais frequentemente identificadas no território de abrangência do CRAS Cremação, conforme segue: situação de violência contra mulheres; indivíduos sem documentação civil; famílias em situação de insegurança alimentar; jovens em situação de vulnerabilidade e risco social; usuários de crack e ou outras drogas; pessoas em situação de rua; presença de altos índices de criminalidade; presença de conflito/violência vinculado ao tráfico de drogas; vulnerabilidade emocional.

Os técnicos do CRAS, a partir da experiência que possuem e do conhecimento acumulado sobre a territorialidade, elencaram as seguintes situações de risco e vulnerabilidade mais presentes no território da Cremação: famílias com dependência química, conflitos familiares, trabalho informal, moradia em estado precário, famílias de baixa renda, uso de drogas por adolescentes, desemprego, vulnerabilidade socioeconômica, ausência de contraturno escolar, pequenos furtos, muito lixo e sujeira nas ruas.

3.1 Cálculo de vulnerabilidade social (VS)

A maioria dos indicadores mensurados para a territorialidade do CRAS Cremação ficou com avaliação entre muito bom e bom, situação na qual se encaixaram nove das doze variáveis calculadas, mostrando que os valores foram melhor avaliados que a média do Município. No caso do percentual de famílias abaixo da linha da pobreza (Fpob), por exemplo, enquanto a média do Município ficou em 79,1%, a da territorialidade ficou abaixo, em 73,2%. No percentual de famílias com pelo menos um membro adulto com alguma educação superior (Pesu), o valor calculado para Belém foi de 1%, já para a Cremação foi de 1,8%, um valor mais elevado, o que é considerado positivo. Os indicadores avaliados como muito ruim foram o percentual de famílias com pelo menos um membro em situação de trabalho infantil (Pfti) e o percentual de famílias com renda *per capita* inferior a ½ salário mínimo com pelo menos uma pessoa com deficiência (Pfpd), que ficaram acima da média, com 1,5% e 3,9%, respectivamente (Quadro 12).

Quadro nº 12 – Cálculo de vulnerabilidade territorialidade CRAS Cremação

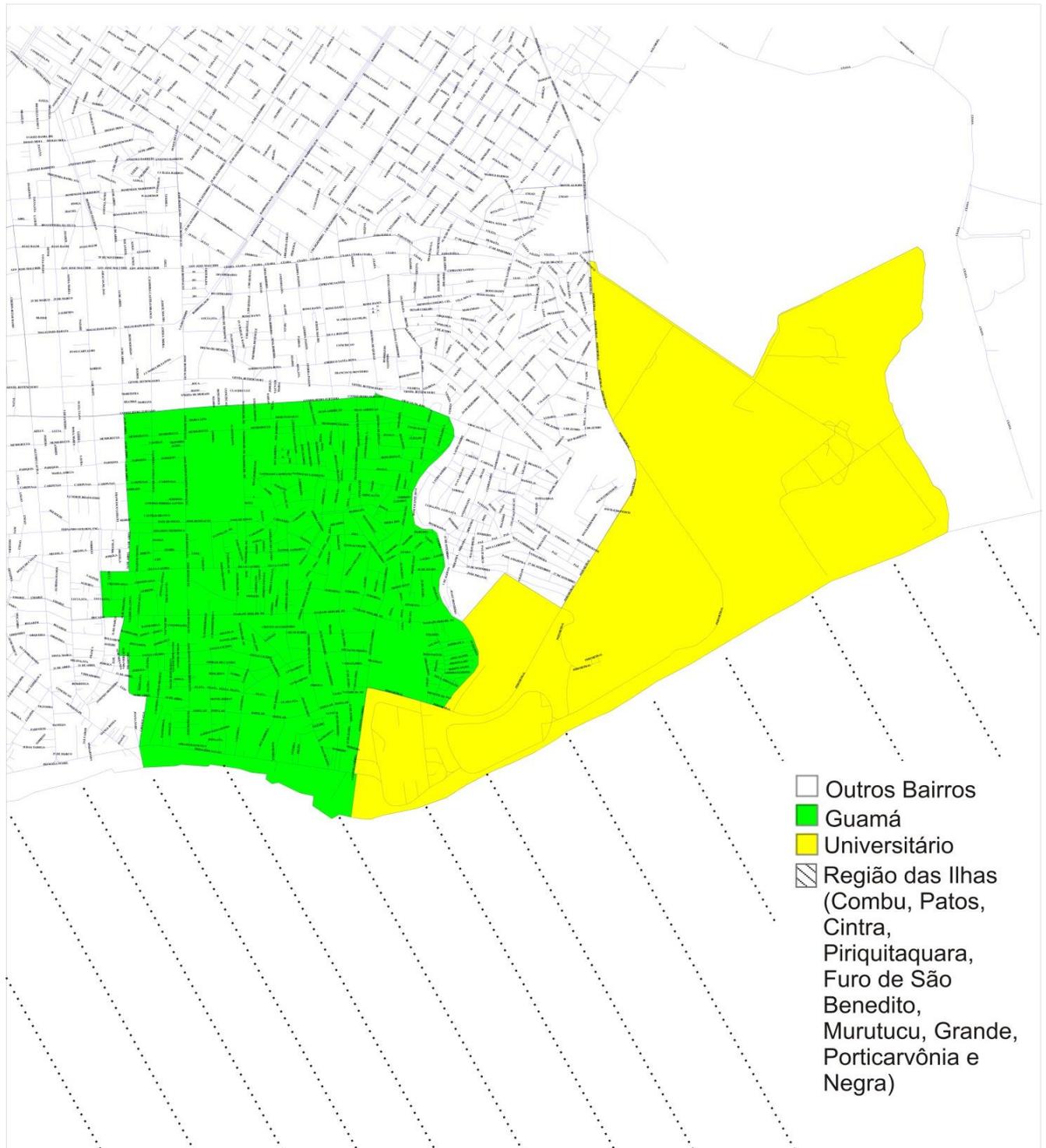
TERRITORIALIDADE CRAS CREMAÇÃO						
Dimensão	Indicador	Valor calculado (%)	Valor Município (%)	Avaliação indicador	Numeração	VS
Trabalho e renda	Fpob	73,2	79,1	muito bom	1	2,3 média
	Pinf	6,0	6,2	bom	2	
	Noçp	4,8	4,4	bom	2	
Educação	Panf	7,5	8,7	muito bom	1	
	Pnfe	15,5	17,4	muito bom	1	
	Pesu	1,8	1,0	muito bom	1	
Saúde	Pmed	10,8	11,1	bom	2	
Domicílio	Pdmi	17,5	17,7	bom	2	
Grupos específicos	Pfcm	2,3	2,4	bom	2	
	Pfti	1,5	0,9	muito ruim	5	
	Pfid	9,5	9,2	ruim	4	
	Pfpd	3,9	3,3	muito ruim	5	

Fonte: CadÚnico, Set./2014.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

É importante lembrar que este cálculo não deve ser visto de maneira isolada, sem levar em consideração as outras nuances de vulnerabilidade aqui delineadas, buscando-se, assim, com o conjunto de dados aqui analisados, traçar um quadro multifatorial do fenômeno de vulnerabilidade social na territorialidade da Cremação.

DIAGNÓSTICO TERRITORIALIDADE CRAS GUAMÁ



1 Olhar sobre o território

1.1 Visão Geral

A territorialidade do CRAS Guamá possui a peculiaridade de abranger áreas do território insular por meio das quais acessam a população ribeirinha. Sua área de abrangência é composta por: Guamá, Universitário (Riacho Doce e Pantanal); Ilhas do Combu, Patos, Cintra, Piriquitaquara, Furo de São Benedito, Murutucu, Grande, Porticarvônia e Negra.

O Guamá, como bairro de referência desta territorialidade, concentra uma população de 94.610 habitantes, segundo o IBGE/2010, sendo o bairro mais populoso do Município. Localiza-se às margens do Rio Guamá, na porção sul da cidade de Belém, cortado pelo Igarapé do Tucunduba, possuindo uma área de 4.175,4 Km². É o bairro referência do Distrito Administrativo do Guamá (DAGUA)⁴⁸.

A primeira forma de ocupação do bairro teria sido através de uma fazenda localizada próxima ao igarapé do Tucunduba, em terras que haviam sido doadas como sesmaria por Portugal a Theodoro Soares Pereira, em 1728 (RAMOS, 2002). A formação socioespacial mais efetiva do Guamá⁴⁹, entretanto, é comumente relacionada a dois movimentos de ocupação do espaço que hoje constitui este bairro: uma que se seguiu a partir do bairro de São Brás, no início do século XX, e outra irradiada através do Rio Guamá, que se intensificou na década de 1950 (DIAS JUNIOR, 2009).

O processo de ocupação que se iniciou a partir do bairro de São Brás foi motivado pela migração, especialmente de nordestinos, atraídos para a região amazônica em função da economia da borracha⁵⁰. Como São Brás configurava a porta de entrada e saída da capital paraense àquela época, os migrantes que chegavam foram se estabelecendo às proximidades, ocupando áreas que mais tarde iriam compor o bairro do Guamá. O outro fluxo de ocupação ocorreu em

⁴⁸ Composto pelos seguintes bairros: Montese (Terra Firme), Condor e parte dos bairros do Jurunas, Batista Campos, Cidade Velha, Cremação, Guamá, Canudos, São Brás, Marco e Curió-Utinga. Uma parcela do bairro do Guamá, entretanto, pertence ao Distrito DABEL. In: SEGEP, 2012.

⁴⁹ O nome Guamá tem origem no tupi-guarani e tem como significado "peixe parecido com coelho", provavelmente fazendo referência à espécie de peixe abundante em tempos passados nos rios da região (RAMOS, 2002).

⁵⁰ "O ciclo da borracha foi um importante momento da história econômica e social do Brasil. Esse período está relacionado com a extração e a comercialização da borracha. A borracha natural começou a ser extraída para exportação em 1827, como matéria-prima, e em 1840, Charles Goodyear criou o processo de vulcanização, que mais tarde viabilizou a produção de pneus. Com isso, houve um estímulo para a exportação da borracha natural, produzida em seringais da região amazônica". In: D'AGONTINI, et al. **Ciclo econômico da borracha**: seringueira *Hevea brasiliensis*. Disponível em: <http://www.biologico.sp.gov.br/docs/pag/v9_1/dagostini3.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2015.

consonância com o próprio crescimento populacional do município de Belém a partir da década de 1950, com a chegada de um contingente de pessoas vindas do interior do Estado, provenientes das áreas do Rio Guamá e também do Rio Acará e do Baixo Tocantins.

Nesses fluxos de migração/ocupação foram formadas as principais ruas do Guamá, como a Avenida José Bonifácio e a Rua Barão de Igarapé Miri. Na segunda metade do século XX, além da consolidação das principais vias do bairro, foram ocorrendo paulatinamente a oferta de serviços de saúde, educação (com as primeiras escolas públicas), linha de transporte coletivo e a implantação do mercado municipal do Guamá (DIAS JUNIOR, 2009; RAMOS, 2013).

Outro ponto a ser destacado na formação no bairro do Guamá é o papel “funcional” que este desempenhou para a capital paraense ainda no século XIX, ao abrigar necrópoles e hospitais de isolamento. Embora próximo ao centro da cidade, Ramos (2013) destaca que o bairro, por muito tempo, esteve inserido à dinâmica da cidade como “depósito de lixo social”. Neste contexto, inclui-se a construção dos cemitérios Santa Izabel (1873) e Ordem Terceira (1886); do Hospício dos Lázaros do Tucunduba (início do séc. XIX), destinado aos hansenianos, e do Hospital Domingos Freire (1900), voltado aos doentes infecciosos, onde está localizado o atual Hospital Universitário João de Barros Barreto.

A construção do conjunto habitacional Alacid Nunes (conhecido como *Montepio*) e, principalmente, a instalação da Universidade Federal do Pará (1968) atuaram no sentido de minorar a identidade do bairro fortemente marcada pela presença de cemitérios e locais de isolamento. A instalação da UFPA (que envolve área denominada de bairro Universitário) engendrou uma mudança ao seu entorno, ao trazer consigo a oferta de serviços como transporte e agências bancárias e incentivar o surgimento de bares e comércio (DIAS JUNIOR, 2009). A Universidade é hoje um dos pontos característicos do Guamá, motivando a circulação de pessoas de diferentes partes da cidade (entre alunos e professores), servindo muitas vezes como *locus* de pesquisa por meio das quais são aprofundados conhecimentos sobre o bairro.

Os corredores principais de escoamento de pessoas e cargas no Guamá são as avenidas José Bonifácio e Bernardo Sayão e a Rua Barão de Igarapé Miri. A Bernardo Sayão, por se localizar na orla, concentra um contíguo de portos que se destinam ao recebimento da produção dos ribeirinhos, como madeira e frutas regionais, e ao transporte de pessoas; apresenta também outros empreendimentos, tais como fábricas, serrarias e hotéis. Na Rua Barão de Igarapé Miri, no perímetro que vai da Avenida José Bonifácio até a Rua Augusto Corrêa, está concentrado o comércio do

bairro, com a presença da feira livre, de inúmeras vendas de hortifruti, lojas, supermercados, farmácias, dentre outros. Além disto, o fato de ser via de circulação de ônibus e dispor, ou dar acesso, a equipamentos que ofertam serviços em diferentes áreas como saúde (Posto de Saúde do Guamá; Unidade Municipal de Saúde do Guamá), educação (escolas privadas e públicas), segurança (20º Batalhão de Polícia Militar) e a Estação Cidadania (espaço de atendimento integrado com diversos serviços de utilidade pública), faz com que este perímetro possua um considerável fluxo de pessoas, principalmente no período da manhã, quando a feira está em pleno funcionamento.

Embora o bairro já conte com uma rede de serviços públicos melhor estruturada, a capilaridade do atendimento é limitada, estando boa parte dos serviços concentrados nas vias principais do bairro. A escassez de equipamentos de lazer, é algo que chama a atenção, já que, mesmo contando com grande adensamento populacional, o bairro do Guamá praticamente não dispõe de espaços públicos de lazer para a população que, como uma das alternativas, utiliza o espaço da rua para a prática de esportes, brincadeiras e jogos de adultos como dominó e baralho.

Pela relação de logradouros públicos da SEMMA, existem apenas quatro praças no bairro e somente em 2008 foi inaugurada a sua praça mais conhecida, a Benedito Monteiro, que rapidamente se tornou um ponto de encontro dos moradores e de referência no bairro, mostrando sua carência na oferta desses espaços públicos.

O bairro do Guamá, no aspecto cultural, reflete as diversidades e diferentes nuances com as quais é formado através de manifestações folclóricas, religiosas e carnavalescas. A maioria dessas manifestações foi herdada de iniciativas de antigos moradores e imprimem no bairro uma dinâmica festiva e popular. Dentre essas manifestações, registra-se a presença de boi bumbá, quadrilhas juninas, grupos de pássaros, blocos carnavalescos, escolas de samba e festejos religiosos.

Um local em que pesquisadores da cultura do local como Ferreira (2011) e Dias Junior (2009) consideram a síntese da cultura do bairro é a Passagem Pedreirinha; nela estão boa parte das manifestações tradicionais do Guamá, como a sede da escola de samba Bole-Bole, os blocos Mexe-Mexe e Galetolândia, o Terreiro de Mina Dois Irmãos e o festejo de São Pedro e São Paulo. Este último é realizado no mês de junho e mistura aspectos religiosos, como a ladainha, com festejos juninos (casamento na roça, quadrilhas, boi bumbá, cordões de pássaros) possuindo, na parte religiosa, vínculo com a Paróquia de São Pedro e São Paulo, existente no Guamá. O Terreiro de Mina Dois Irmãos promove a procissão de São José, além de festejos no

interior do terreiro como os alusivos à festa de Exu (FERREIRA, 2011; DIAS JUNIOR, 2009).

Dentre as quadrilhas juninas citam-se Fogaréu, Roceiros da Barão, Reino de São João e Encanto de Juventude (Guamá). Pássaro junino Tem-Tem do Guamá e Beija-Flor. Bois-bumbás Juventude Curumim Tabatinga, Estrela Dalva, Malhadinho, Boi de Máscara Rei do Campo, Boi de Máscara Veludinho (mirim), Flor do Guamá, Encanto do Guamá, Flor da Juventude. Grupo Parafolclórico Açai⁵¹.

É interessante notar a diversidade nas manifestações religiosas da Passagem Pedreirinha que, além de orientações católicas e de matriz afro, possui também expressões evangélicas através da Igreja Assembleia de Deus nela existente. O bairro, como um todo, aliás, conta com uma expressiva quantidade de igrejas das mais diferentes denominações.

O carnaval possui destaque no Guamá através da escola de samba Bole-Bole (que surgiu a partir da escola de samba Arco-Íris, em 1986) e do bloco Mexe-Mexe que realizam ensaios pelas ruas do bairro no período que antecede o carnaval, juntando brincantes que irão participar do desfile oficial com outros moradores que seguem apenas para se divertir. Os blocos de rua também são comuns no bairro no período carnavalesco.

O Guamá, em que pese toda a riqueza cultural que carrega, também é marcado por inúmeras situações de vulnerabilidade social permeada pela violência e condições de vida precárias. Esses agravos sociais, especialmente a violência urbana, ajudam a criar a imagem de um bairro "violento", "perigoso". O bairro do Guamá ficou em 1º lugar em número de crimes na Região Metropolitana de Belém nos anos de 2011 e 2012, com 7.014 e 6.308 crimes, respectivamente. O mesmo ocorreu com o crime de homicídio, em que os maiores números registrados ficaram concentrados neste bairro, conforme os quantitativos no quadro 1 a seguir.

Quadro nº 01 – Número de crimes e homicídios no bairro do Guamá, 2011-2013

Tipologia	2011	2012	2013
Nº de crimes	7.014	6.308	-
Nº de homicídios	56	65	57

Fonte: SEGUP, 2013/SIAC, 2014.

Chagas (2014) pontua que a espacialidade do crime está concentrada nos bairros mais pobres de Belém, como é o caso do Guamá, apontando a pobreza, a exclusão social e a ausência do poder público como fatores que contribuem para a elevada incidência de crimes nestas áreas. O autor também chama atenção para a

⁵¹ Dados fornecidos pela Fundação Municipal de Cultura – FUMBEL.

presença do tráfico de drogas no bairro do Guamá, onde a disputa por território acaba gerando uma série de crimes, dentre eles, o homicídio.

Os dados sobre rendimento dos moradores do bairro do Guamá, contidos no quadro 2, demonstram que estes apresentam uma distribuição no rendimento próxima à do município de Belém, sendo igualmente baixa. No Guamá, assim como no Município, o maior percentual de pessoas acima de 10 anos se encontravam, de acordo com o Censo 2010, na situação de *sem rendimento*, com aproximadamente 44% das pessoas avaliadas. Dentre as que possuíam algum rendimento, 26% estavam na faixa entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo (SM), com 20.967 pessoas, e 15% se encontravam na faixa de rendimento de 1 a 2 SM, representando, juntos, 41% do total. Nas maiores faixas salariais (de 10 a 20 SM e mais de 20 SM), o percentual de pessoas não chegou a 1%. Esses valores são semelhantes ao da Capital, onde 38% ficaram entre as faixas de rendimento de $\frac{1}{2}$ a 2 SM e 2% dentre as faixas superiores.

Quadro nº 02- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classe de rendimento nominal mensal, bairro do Guamá e Município de Belém – 2010 (em salários mínimos – SM)

	Total	Até $\frac{1}{2}$ SM	Mais de $\frac{1}{2}$ a 1 SM	Mais de 1 a 2 SM	Mais de 2 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 a 20 SM	Mais de 20 SM	Sem rendimento
Belém	1.188.183	52.293	273.194	178.202	116.532	507.48	19.075	6.850	491.289
Guamá	80.362	3.546	20.967	12.174	5.738	1.842	518	132	35.445

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010/SEGEP, Anuário Estatístico Belém 2012.

No entanto, a média do Município acaba obscurecendo as diferenças na distribuição dos rendimentos entre os bairros pois, se comparado o rendimento das pessoas do bairro do Guamá com a de bairros como de Nazaré, por exemplo, verificam-se discrepâncias consideráveis. No bairro de Nazaré, apenas 16% das pessoas com 10 anos ou mais estavam na faixa de $\frac{1}{2}$ a 2 SM, já no Guamá, ficou bem acima, em 41%; por outro lado, 17% das pessoas do bairro de Nazaré se encontravam na faixa de rendimento de 10 a 20 SM, que no Guamá ficou em apenas 0,8%. Embora compreendido como um conceito multidimensional, o rendimento é certamente uma variável-síntese da pobreza, pois a insuficiência ou ausência de renda expõe as pessoas a uma série de vulnerabilidades sociais, muitas das quais observadas no bairro do Guamá.

A moradia é um problema social presente no bairro, não apenas pela presença de residências precárias como também pela disputa por terras, que se arrasta desde quando houve a ocupação espontânea de áreas não dotadas de infraestrutura urbana, principalmente ao longo da várzea do igarapé do Tucunduba. É nessa região, às proximidades da UFPA, que em 1990 se formou a área de ocupação "Riacho

Doce”⁵², em um terreno anteriormente pertencente à Universidade. No início da ocupação, a Riacho Doce foi motivo de disputa entre a Universidade, empresários e os ocupantes da área. Nesse contexto, a organização dos moradores em associações comunitárias fortaleceu a conquista pela permanência dos moradores no local (SOUZA, 2010).

O Quadro 3 a seguir demonstra uma triste realidade sobre as condições de moradia de parcela considerável dos moradores do bairro do Guamá, inclusive os da ocupação Riacho Doce. Ele quantifica os domicílios existentes em áreas classificadas como aglomerados subnormais pelo IBGE, que os define como um conjunto de unidades habitacionais “carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa”⁵³.

Dos 23.395 domicílios particulares permanentes mensurados pelo Censo 2010 no bairro do Guamá, 17.934 estavam concentrados em aglomerados subnormais, conforme mostra o quadro 3, equivalendo a assustadores 77% dos domicílios particulares. A população residente em domicílios com esta classificação também é expressiva, uma vez que dos 94.415 moradores de domicílios particulares, 73.278 moravam em uma das oito áreas no bairro avaliadas pelo IBGE como aglomerado subnormal. Depreende-se, portanto, que 78% dos moradores de domicílios particulares do bairro do Guamá residem em locais não legalizados, cuja infraestrutura e saneamento básico são deficientes; indicador extremamente preocupante.

Quadro nº 03 - Número de domicílios particulares ocupados, população residente e média de moradores em alguns aglomerados subnormais, bairro do Guamá, Belém, 2010

Aglomerado Subnormal	Nº Domicílios particulares em aglomerados subnormais	Pop. Residente	Média moradores por domicílio
Baixada da Agulha	869	3.602	4,1
Baixada do Guamá	7.398	29.609	4,0

⁵² “A comunidade do Riacho Doce deu-se início no dia 4 de setembro de 1990, por um grupo de amigos liderado pelo senhor Juvenal Batista que resolveram ocupar o terreno que estava abandonado, no qual funcionava uma olaria que fabricava tijolos e telhas, localizada às margens do igarapé Tucunduba”. In: SOUZA, Antônia Telma, et al. **Nova cartografia social da Amazônia: Moradores do Riacho Doce e Pantanal, história de lutas e conquistas no igarapé Tucunduba-Belém**. Comitê Ambiental do Tucunduba, 2008.

⁵³ Fonte: IBGE, 2010.

Bacia do Tucunduba - Guamá	5.200	21.656	4,2
Caraparu	1.735	7.166	4,1
Piquiá	892	3.647	4,1
Riacho Doce	1.142	4.905	4,3
Sururina	398	1.553	3,9
Vila das Cobras	300	1.140	3,8
TOTAL	17.934	73.278	4,1

Fonte: IBGE 2010 / Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Belém 2012.

Diante dos inúmeros problemas sociais presentes no bairro do Guamá, a organização dos moradores se mostrou um caminho a ser seguido e um expediente útil pela luta por melhorias. A organização comunitária no bairro, a exemplo do que aconteceu na Riacho Doce, é expressiva e conta com um inúmeros centros comunitários, associações de moradores e comunidades eclesiais (RAMOS, 2013). A partir dos anos de 1970, surgem organizações com papel destacável no bairro por seu cunho sociocultural e também educativo, como é o caso do Lar Fabiano de Cristo (1972), do Espaço Cultural Nossa Biblioteca (1987) e da escola Moaraná (1991). Destaca-se também a formação do polo de leitura *Resistência Guamazônica*, que se constitui em um coletivo de bibliotecas comunitárias das quais fazem parte as bibliotecas Irupé (do Lar Fabiano), Therezinha de Oliveira (do Berço de Belém), Era uma Vez (da Lar de Maria), Maroaná e Espaço Cultural Nossa Biblioteca, cujo objetivo é atender a comunidade em situação de vulnerabilidade social por meio do acesso e promoção do livro e da leitura.

Além do bairro do Guamá, a territorialidade do CRAS abrange também o território insular, através das ilhas do Combu, Patos, Cintra, Murutucu, Grande, Porticarvônia e Negra. A mais conhecida delas é a Ilha do Combu, localizada ao sul da cidade de Belém, estando a 6,30 Km de distância do centro da capital. A Ilha possui uma extensão territorial de aproximadamente 15 km², sendo a quarta maior dentre as 39 ilhas do Município⁵⁴; é circundada pelo Rio Guamá, Furo de São Benedito, Furo da Paciência e Baía do Guajará e entrecortada por alguns igarapés, como o do Combu e o de Piriquitaquara. Sua população, segundo o Censo 2010, conta com 1.006 habitantes.

A Ilha do Combu preserva o modo de vida tradicional das comunidades ribeirinhas, onde a floresta e o rio são os elementos essenciais como fontes de sustento e saberes. O extrativismo é uma das principais atividades desenvolvidas na Ilha, principalmente o do açaí, mas também manejam cacau, pupunha, cupuaçu, dentre outros frutos típicos da região amazônica. Além do extrativismo, a criação de

⁵⁴ Fonte: SEGEP. **Anuário Estatístico Belém 2012.**

animais de pequeno porte, como patos e galinhas, é muito presente na Ilha, bem como a pesca (peixe e camarão) e o artesanato (bijuterias com sementes vegetais) (DERGAN, 2006). Estas atividades se destinam não somente à subsistência dos ribeirinhos como também à comercialização.

A comercialização dos produtos trazidos pelos ribeirinhos marca uma relação muito característica que se estabelece entre o território insular e a cidade de Belém. Estes se dirigem aos portos da capital para vender a sua produção ao mesmo tempo que levam consigo artigos da cidade que não encontram nas Ilhas.

Embora a Ilha do Combu faça parte do Distrito Administrativo do DAOUT, é com o bairro do Guamá que os ribeirinhos estabelecem uma relação de proximidade, para onde vêm comercializar seus produtos e buscar serviços.

A carência de suprimentos e de serviços públicos, aliás, são motivos que ensejam a vinda dos ribeirinhos até Belém. Esta carência é uma herança herdada do olhar que o poder público detinha sobre o território insular desde tempos remotos, que viam as ilhas como *espaços da natureza* e a cidade, como *espaço da civilização*, havendo um tratamento claramente diferenciado entre eles.

A Ilha do Combu conta com uma organização de moradores bem estruturada através de seu centro comunitário, por meio do qual foi motivada, segundo os moradores, a implantação de serviços tais como escola, posto de saúde e a organização de cooperativa em 2003.

Dergan (2006) observa que na Ilha existe uma divisão de tarefas entre homens e mulheres, mas não é rígida. Os homens normalmente se ocupam do extrativismo e da pesca, já as mulheres dos cuidados da casa e dos filhos, no entanto também desenvolvem atividades como o artesanato e, algumas vezes, o extrativismo. As mulheres também são as que detêm boa parte dos conhecimentos sobre as ervas utilizadas como remédio pelos moradores.

A partir dos anos de 1980, outra atividade passou a se destacar na Ilha do Combu, que foi o turismo. Tornou-se mais intenso o fluxo de pessoas à Ilha, seja de moradores da capital que se dirigem aos finais de semana para se entreter ou mesmo de turistas vindos de outros lugares do Brasil, atraídos pelo estilo de vida de comunidades tradicionais da Amazônia encontrada no Combu, revelada através da *cultura ribeirinha* que, como destaca Batista (2011, p.4) "se desvenda nas práticas e nos afazeres do dia-a-dia".

1.2 Oferta de serviços pela rede intersetorial

Para fazer frente à satisfação das necessidades básicas das famílias residentes nesse vasto e populoso território, conta-se com uma rede de equipamentos urbanos que, embora mais volumoso quando comparado aos demais territórios do município,

encontra-se aquém das reais necessidades, em especial por se tratar de um espaço geográfico com inúmeras carências e vulnerabilidades sociais, tanto no que concerne a área continental quanto à área insular (Quadro 4).

Quadro nº 04 - Rede de equipamentos de políticas sociais básicas da territorialidade do CRAS Guamá

POLÍTICA SOCIAL	EQUIPAMENTO	BAIRROS / ILHAS			TOTAL
		Guamá	Universitário	Combu	
Rede de Educação	UEI	02	-	-	02
	UP	02		02	04
	UEIF	03	-	-	03
	UEF	17	-	-	17
	UEFM	01	-	-	01
	UEM	01	-	-	01
Rede de Saúde	PSM	01	-	-	01
	UBS	01	-	-	01
	USF	01	-	01	02
	Hosp. Universitário	02	-	-	02
	C. Odontológico UFPA	01	-	-	01
	C. Informações Toxicológicas	01	-	-	01
Rede de Assistência Social	CRAS	01	-	-	01
	E.A.I de Crianças e Adolescentes	01	-	-	01
	Entidade Socioassistencial	05	-	-	05
Rede de Cultura e Lazer	Praças	04	-	-	04
	Biblioteca Escolar	03	-	-	03
	Biblioteca Comunitária	01			01
	Biblioteca UFPA	01	-	-	01
	Quadras de esporte (Escola Municipal)	03	-	-	03
	Polo do PRO PAZ nos Bairros	01	-	-	01
Rede de Apoio Comunitário*	Entidades Comunitárias	12	-	-	12

Fonte: SEMEC/SESMA/FUMBEL/FUNPAPA/SEGEL/SEMMA/CMAS/IDESP/Ministério da Cultura.

*Entidade que presta apoio à comunidade, conforme relação fornecida pelo CRAS Guamá.

Considerando o bairro central da territorialidade, o Guamá, existe uma oferta diversificada de equipamentos, embora, como já sublinhado, em quantidades insuficientes para atender a demanda do bairro. Na rede de educação, por exemplo, a carência maior é em relação às Unidades de Educação Infantil (UEI) e às escolas com ensino médio (UEFM/UEM) que contam com apenas 02 ofertas cada,

contrastando com a numerosa oferta de escolas de ensino fundamental (UEF), que são 17; isto implica que uma parcela dos concluintes do ensino fundamental tenham que se deslocar para outros bairros para continuar a etapa seguinte de estudo.

Na rede de saúde, além do PSM e da UBS, existem 02 hospitais universitários ligados à Universidade Federal do Pará (Bettina Ferro de Souza e João de Barros Barreto). O Guamá possui somente 01 Unidade de Saúde da Família (USF).

A rede de assistência social no bairro é formada pelo CRAS, por 01 Espaço de Acolhimento Instrucional para crianças e adolescentes e 05 entidades socioassistenciais, não possuindo nenhum equipamento público de média complexidade.

Ao bairro Universitário, que compreende basicamente a UFPA, não foi atribuído nenhum equipamento e a Ilha do Combu apresenta, dentre as ofertas listadas, apenas 02 Unidades Pedagógicas (UP) e 01 Unidade de Saúde da Família.

2 Olhar da Comunidade sobre o território

2.1 Percepção sobre o espaço de vivência e a oferta dos serviços

Os participantes da consulta realizada na territorialidade do CRAS Guamá, partindo do conhecimento de que dispõem sobre o território, identificaram e quantificaram a oferta de serviço da rede intersetorial, especificamente dos serviços públicos de educação, saúde, lazer e segurança, que se efetivam através de equipamentos existentes nos bairros que compreendem esta territorialidade. Para melhor análise do conhecimento individual, foi tirada a quantidade média indicada para cada equipamento, como consta no Quadro 5.

Quadro nº 05 – Quantificação de equipamentos da rede intersetorial

Equipamentos	Quant.
Escolas Fund./Médio	04
Escolas Ed. Infantil/creches	02
Postos de saúde	01
Delegacias	01
CRAS	01
Equip. Lazer	02

Fonte: Material de consulta.

Fazendo-se um contraponto deste quadro em relação ao quadro 4, que quantifica a rede de equipamentos, percebe-se que não houve uma disparidade acentuada entre o conhecimento dos participantes e a oferta dos serviços no bairro do Guamá. A única discrepância maior é em relação às escolas de ensino fundamental e/ou médio, em que o quantitativo mostrado no quadro 4 é bem superior.

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

Na avaliação que os participantes fizeram sobre essa quantidade consta o seguinte:

Quadro nº 06 – Avaliação das ofertas (em %)

Equipamentos	Avaliação		
	Suficiente	Insuficiente	Não sabe informar
Escolas Fund./Médio	12,5	75	12,5
Escolas Ed. Infantil/ Creches	0	100	0
Postos de saúde	12,5	87,5	0
Delegacias	37,5	37,5	25
CRAS	0	85,7	14,3
Equip. Lazer	0	87,5	12,5

Fonte: Material de consulta.

Com exceção das delegacias, em que houve uma divisão na avaliação feita pelos participantes, os demais equipamentos foram considerados pela maioria como insuficiente, chegando a 100% no caso das creches e 87,5% nos postos de saúde e equipamentos de lazer.

Essa oferta dos serviços, em alguma medida, rebate sobre a avaliação feita pelos participantes sobre a *condição de vida* no bairro. Dos consultados, nenhum avaliou a condição de vida como *muito boa*; 37,5% avaliaram como *boa*; 62,5% consideraram *regular* e nenhum chegou a avaliá-la como *ruim* ou *muito ruim*. Portanto, a maioria levou em consideração não apenas os aspectos negativos presentes no bairro do Guamá como também as suas potencialidades o que os fez avaliar a condição de vida como regular.

Na escala de áreas mais deficientes, a primeira mais citada foi *saneamento básico*, seguido pela *segurança pública*; não foram citadas áreas menos deficientes.

Dentro da territorialidade, no que diz respeito ao espaço de vivência, os participantes identificaram inúmeros atrativos culturais promovidos pelas diferentes expressões do bairro, que envolvem festejos religiosos e datas comemorativas. Dentre os mencionados constam a Escola de samba Bole-bole, Boi-bumbá Flor do Guamá, Boi Malhadinho, Pássaros, Procissões, quadrilhas juninas, festas religiosas, Bibliotecas comunitárias e eventos da Nossa Biblioteca.

De uma maneira geral, os representantes comunitários avaliaram a territorialidade como dotada de um forte engajamento cívico, com intensa mobilização pela conquista de direitos em face às vulnerabilidades e riscos vivenciados cotidianamente, identificando também as potencialidades presentes nela que, como definido na metodologia, se referem aos serviços/espços já disponíveis

no território, independente de estarem ou não funcionando a contento. O Quadro 7 relaciona os recursos citados.

Quadro nº 07 – Recursos identificados na territorialidade

Recurso/potencialidade
Posto/unidade de saúde
UMS
UEI
CRAS
Escolas
Linhas de ônibus
Entidades socioassisten./centros comunitários
Igrejas
Projetos sociais
Associação de moradores
Feira/mercado
ONG's
PROPAZ
Praça
Delegacia/batalhão de polícia
Grupos culturais
UIPP
Universidade
SACI

Fonte: Material de consulta.

2.2 Principais vulnerabilidades, demandas e sugestões de melhorias

Quanto a situações específicas de violências/vulnerabilidades presentes no território, os participantes avaliaram a sua ocorrência ou não, segundo consta no quadro 8.

Quadro nº 08 – Avaliação de situações de violências/violação de direitos específicos (em %)

Violência/violação	Frequência		
	Muitas vezes	Poucas vezes	Nunca
Trabalho infantil	55,6	33,3	11,1
Violência contra crianças e adolescentes	75,0	25,0	0,0
Pessoas em situação de rua	44,4	33,3	22,2
Conflito familiar	77,8	11,1	11,1
Usuários de substâncias psicoativas	77,8	11,1	11,1

Fonte: Material de Consulta.

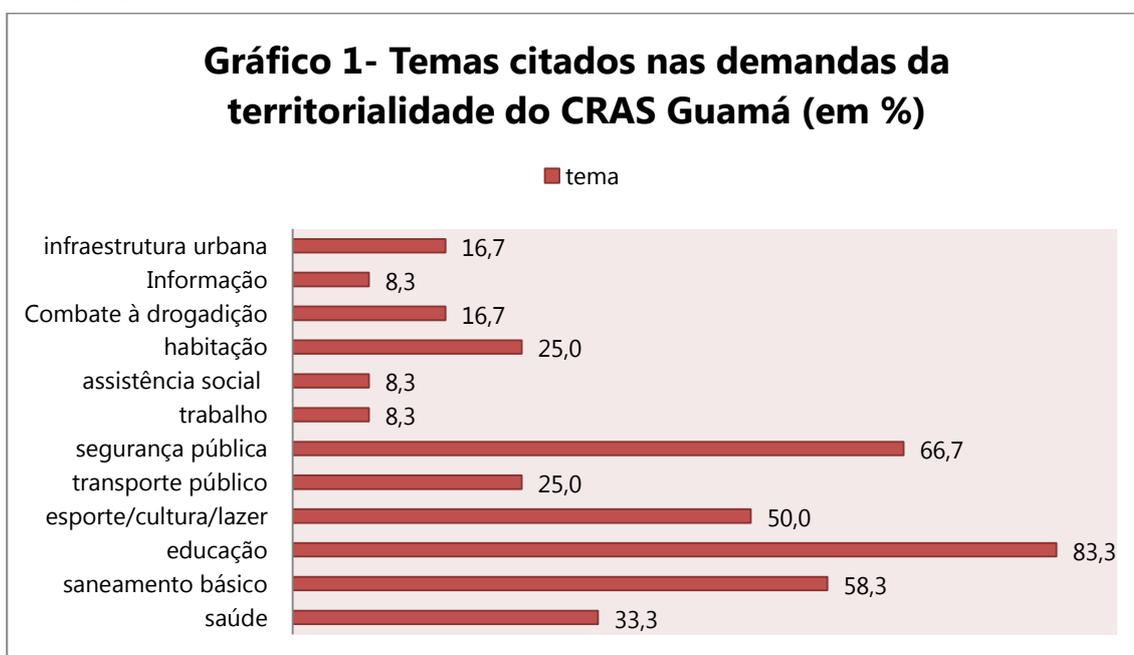
Conflito familiar, usuários de substâncias psicoativas e violência contra crianças e adolescentes são as situações de violência/violação mais frequentemente

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

percebidas pelos participantes da consulta no bairro do Guamá, onde mais de 70% disseram presenciá-las “muitas vezes”; a percepção sobre a presença de pessoas em situação de rua foi a que mais oscilou: 44,4% disseram observar “muitas vezes”, 33,3% “poucas vezes” e 22,2% “nunca”.

Na avaliação feita pelos técnicos do CRAS, das situações mencionadas no quadro 9, as que chegam com mais frequência para atendimento no CRAS são o conflito familiar e os usuários de substâncias psicoativas. Em relação ao trabalho infantil, 50% dos técnicos disseram nunca ter atendido e a outra metade disse ter atendido poucas vezes. Todos os técnicos consultados disseram atender poucas vezes pessoas em situação de rua.

De acordo com a percepção sobre a oferta dos serviços, os participantes avaliam as principais demandas da territorialidade. O Gráfico 1 mostra os temas mais citados na consulta.



Fonte: Material de consulta.

A área mais citada entre as demandas da territorialidade foi a educação, lembrada em 83,3% % das tarjetas; em seguida vieram a segurança pública (66,7%) e o saneamento básico (58,3%).

Quando desagregadas em subtemas, percebem-se as necessidades mais latentes dentro de cada área. Na área mais citada, a educação, 40% das tarjetas que abordaram este tema mencionaram a necessidade de aumentar o número de creches e 10% a melhoria nas escolas. Na segurança pública, 12,5% citaram o aumento do policiamento/rondas no bairro. Os subtemas mais mencionados na área de saneamento básico foram o esgotamento sanitário, a coleta de lixo, regularizar o abastecimento de água e investir na educação ambiental, com 14,3% cada.

Todas as tarjetas que falaram sobre o tema trabalho citaram a necessidade de capacitação profissional e aumento nos postos de trabalho; assim como todas as que citaram a assistência social falaram sobre a necessidade de mais programas/projetos sócias, conforme consta no quadro 9.

Quadro nº 09 – Subtemas mais citados nas demandas da territorialidade

Tema	Subtema	%
Educação	Mais creches	40,0
	Melhoria das escolas	10,0
Transporte público	Educação no trânsito (motoristas/pedestres)	33,3
	Aumentar a fiscalização	33,3
Segurança pública	Mais policiamento/rondas	12,5
Esporte/cultura/lazer	Mais praças/áreas recreativas/espços públicos para a prática de esportes/ginásios poliesportivos/academias ao ar livre/espços culturais/bibliotecas	100,0
Saneamento básico	Esgotamento sanitário	14,3
	Coleta de lixo	14,3
	Água encanada/abastecimento de água	14,3
	Mais educação ambiental	14,3
Trabalho	Capacitação profissional (oferta de cursos profissionalizantes/oficinas)	100,0
	Aumentar os postos de trabalho	100,0
Assistência social	Mais programas/projetos sociais	100,0
Infraestrutura urbana	Iluminação pública	50,0
	Acessibilidade (calçamento)	50,0

Fonte: material de consulta.

Os participantes fizeram sugestões direcionadas à melhoria da territorialidade que venham contornar as dificuldades e atender, em alguma medida, as demandas por eles levantadas. Na educação, ratificaram a necessidade de construção de novas creches ou estabelecer convênios com centros comunitários para esta finalidade. Enfatizaram também a importância do policiamento ostensivo e que este possa ser condizente com a população do bairro, assim como maior proximidade dos órgãos de segurança pública junto à comunidade. Falaram sobre a necessidade de promover campanhas de conscientização sanitária e ambiental que envolvam temas como o despejo de lixo e que estas campanhas tenham como público preferencialmente os adolescentes para que estes se tornem agentes multiplicadores.

No saneamento básico, destacaram a importância de o poder público detectar as áreas que mais precisam de ações de saneamento, com asfaltamento e drenagem das áreas que ainda têm palafitas. Além disto, priorizar a política de saneamento no Riacho Doce e Pantanal, as quais sofrem com alagamentos constantes e reativar as obras sub-bacias 3 e 4 da Estrada Nova. Para as áreas de esporte/cultura/lazer, os

participantes sugeriram a construção de polos esportivos e de mais praças; também falaram sobre o funcionamento efetivo de bibliotecas escolares.

Outras sugestões foram a ampliação do cheque-moradia, criação de centro profissionalizante, encontro comunitário e reforma/investimento nas unidades de saúde do bairro.

Os participantes e os técnicos do CRAS sugeriram de maneira mais específica, por ciclo de vida (Quadro 10), as atividades/ações que deveriam ser voltadas para esses grupos, as quais perpassam um pouco sobre o que já foi comentado.

Quadro nº 10 – Sugestões de melhoria por ciclo de vida

Ciclo	Sugestões
Crianças	Projetos sociais, orientações ambientais, creches, espaços de lazer, biblioteca itinerante, projetos sociais, educação, saúde, lazer, esportes, creches com horário integral.
Jovens	Cursos profissionalizantes, esporte e lazer, orientação profissional, bibliotecas, quadra, cultura, inserção no mercado de trabalho (acesso ao 1º emprego), incentivo para entrada no ensino superior, projetos sociais, escola em tempo integral.
Adultos	Empregos, cursos profissionalizantes, espaços de convivência, profissionalização e lazer, mercado de trabalho, oficinas de artes e alfabetização, centro produtivo, cursos, cultura.
Idosos	Oficinas de danças, outros espaços de convivência, atividades físicas, acesso ao sistema socioassistencial, rodas de conversa, esportes, grupos de convivência e atividades lúdicas, grupos de idosos, cultura e lazer.

Fonte: Material de Consulta.

3 Outros aspectos de vulnerabilidade

Na territorialidade do CRAS Guamá, existem 12.565 famílias inscritas no CadÚnico, das quais 9.915 são beneficiárias do PBF, representando 9,8% do total de famílias beneficiadas no Município⁵⁵.

O Censo SUAS-MDS 2014, que é uma ferramenta de levantamento de dados dos serviços prestados pelos equipamentos socioassistenciais e que se pauta também no conhecimento do território, relaciona as situações mais frequentemente identificadas no território de abrangência do CRAS Guamá, conforme segue: Indivíduos sem documentação civil; famílias elegíveis não inseridas nos programas ou benefícios de transferência de renda; famílias em situação de insegurança alimentar; jovens em situação de vulnerabilidade e risco social; usuários de crack e ou outras drogas. Ainda de acordo com o Censo SUAS, no território também há a presença de

⁵⁵ Dados extraídos do Relatório CCU/PBF dez. 2014.

Contornos geográficos que dificultam a mobilidade (rios); moradias irregulares, como favelas, invasões, grotas, cortiços, e/ou similares e presença de altos índices de criminalidade.

Os técnicos do CRAS, a partir da experiência que possuem e do conhecimento acumulado sobre a territorialidade, elencaram as seguintes situações de risco e vulnerabilidade mais presentes no território do Guamá: falta de conhecimento de vários órgãos de direitos sociais, assaltos, criminalidade, desemprego e exclusão social, uso abusivo de álcool e outras drogas e conflito familiar.

3.1 Cálculo de vulnerabilidade social (VS)

Nos valores apresentados pelas variáveis mensuradas para a territorialidade do Guamá, uma ficou com classificação *muito ruim*; quatro com classificação *ruim*; seis com *bom*; uma com *regular* e nenhuma ficou com avaliação de *muito bom*. Os indicadores do bairro não ficaram, portanto, muito distantes da média do Município, como pode ser verificado no quadro 13. No percentual de famílias abaixo da linha de extrema pobreza (Fpob), por exemplo, o valor calculado para Belém ficou em 79,1% já para o Guamá ficou um pouco acima, em 81,7%. No percentual de famílias com pessoa de referência no setor informal (Pinf), a média do Município ficou em 6,2% e no Guamá, 6,4%. O único indicador que destoou de modo mais significativo da média foi o percentual de domicílios improvisados (Pdmi), em que Belém apresentou o valor de 17,7% e, no bairro, esse percentual subiu para 21,2%.

Segundo este panorama e em acordo com a metodologia utilizada, os resultados de cada indicador apontaram para um valor de **3,0** para a vulnerabilidade social da territorialidade do CRAS Guamá, conforme especificada no quadro 11, se encaixando na faixa classificada como média vulnerabilidade social.

Quadro nº 11 – Cálculo de vulnerabilidade territorialidade CRAS Guamá

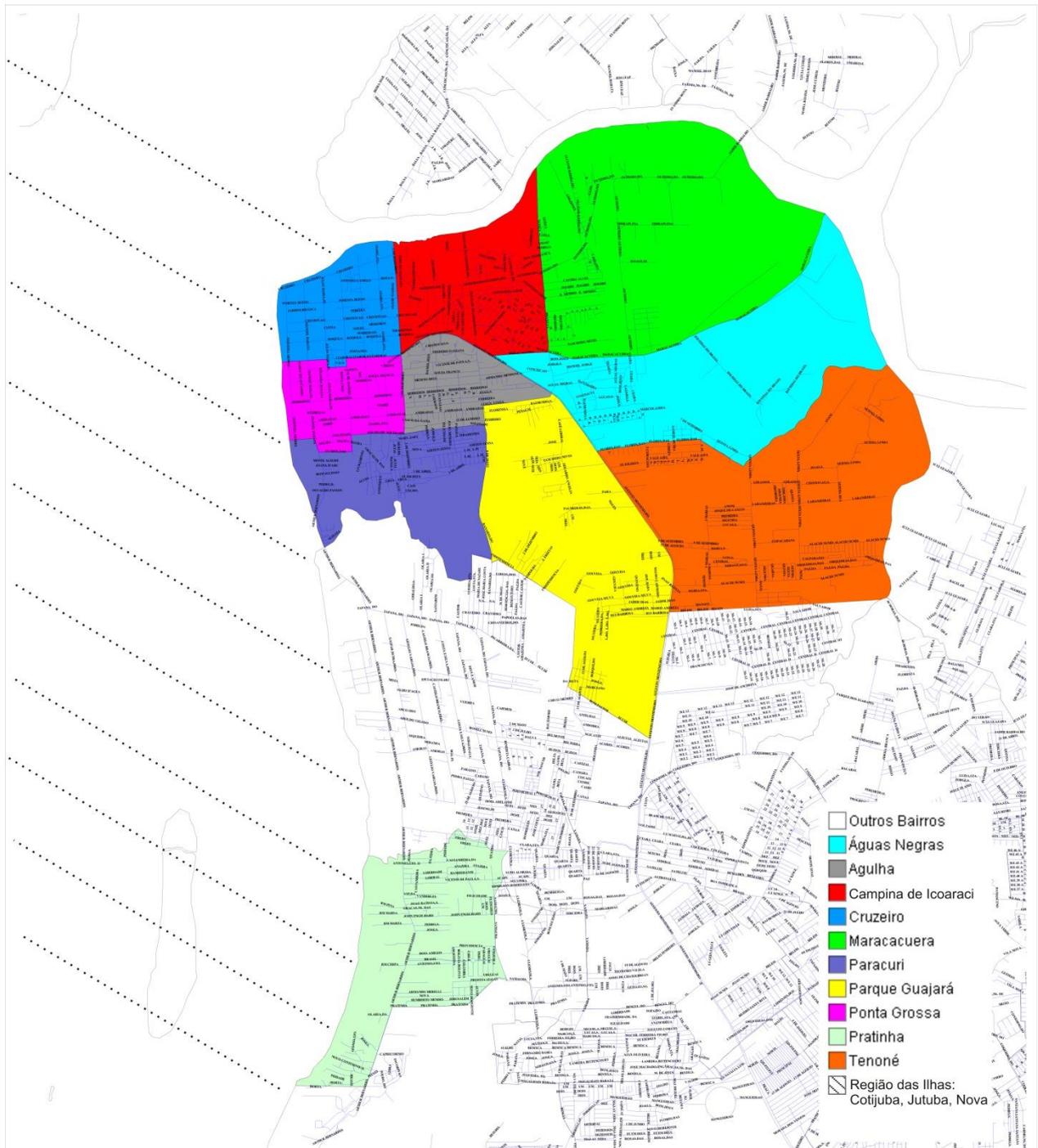
TERRITORIALIDADE CRAS GUAMÁ						
Dimensão	Indicador	Valor calculado (%)	Valor Município (%)	Avaliação indicador	Numeração	VS
Trabalho e renda	Fpob	81,7	79,1	ruim	4	3,0 média
	Pinf	6,4	6,2	ruim	4	
	Nocp	4,7	4,4	bom	2	
Educação	Panf	8,4	8,7	bom	2	
	Pnfe	17,6	17,4	ruim	4	
	Pesu	1,0	1,0	regular	3	
Saúde	Pmed	10,5	11,1	bom	2	
Domicílio	Pdmi	21,2	17,7	muito ruim	5	
Grupos específicos	Pfcm	2,5	2,4	ruim	4	
	Pfti	0,7	0,9	bom	2	
	Pfid	8,9	9,2	bom	2	
	Pfpd	3,1	3,3	bom	2	

Fonte: CadÚnico, Set./2014.

Elaboração: Vig. Social/FUNPAPA

É importante lembrar que este cálculo não deve ser visto de maneira isolada, sem levar em consideração as outras nuances de vulnerabilidade aqui delineadas, buscando-se, assim, com o conjunto de dados aqui analisados, traçar um quadro multifatorial do fenômeno de vulnerabilidade social na territorialidade do Guamá.

DIAGNÓSTICO TERRITORIALIDADE CRAS ICOARACI



1 Olhar sobre o território

1.1 Visão Geral

A territorialidade do CRAS Icoaraci, implantado em 23 de março de 2006, está composta pelos bairros que compõem o Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO): Paracuri, Parque Guajará, Tenoné, Águas Negras, Agulha, Ponta Grossa, Cruzeiro, Campina de Icoaraci e Maracacuera, e, por melhor acessibilidade, bem como pela vivência dos munícipes, agregam-se a essa territorialidade, os bairros da Pratinha I e II e as ilhas de Cotijuba, Jutuba e Nova, que juntos contabilizam uma população, segundo o IBGE/2010, em 192.989 habitantes, correspondendo, aproximadamente a 50.787 famílias.

Icoaraci, também conhecido como Vila Sorriso, localiza-se ao norte do município de Belém/PA, ficando distante cerca de 17,2 quilômetros do centro da cidade, com acesso terrestre feito pelas rodovias Arthur Bernardes e Augusto Montenegro, por meio de linhas interurbanas de ônibus e carros particulares.

Segundo alguns estudos, o termo Icoaraci significa "de frente para o sol". Entretanto, pesquisa do historiador José Valente, publicada com o título de "Sinopse de Icoaraci", afirma ser essa palavra originária da língua Tupi-Guarani e significa "*Mãe de todas as águas*" (Icoara = águas e ci = mãe). Esse autor coloca que, em 1943, o interventor Magalhães Barata contratou o filólogo Jorge Urley para escolher um novo nome para a então Vila de Pinheiro. Urley em visita "*in loco*", verificando os margeamentos da baía do Guajará e furo do Maguari e a grande quantidade de igarapés e riachos cruzando pela Vila em todas as direções, batizou-a de Icoaraci. No entanto, versão não oficial, afirma que Barata quis homenagear o amigo, Coaraci Nunes, ex-governador do Amapá, disfarçando para tal o nome em razão de ser proibido, por lei, dar nome de pessoas vivas a qualquer instituição (GUIMARÃES, 1996; ROQUE, 2001).

O processo de ocupação inicial de Icoaraci se deu a partir da Ponta do Mel, atual bairro do Cruzeiro, no século XVII, inserindo-se na lógica de ocupação e apropriação do espaço regional através da escolha de pontos estratégicos pelo colonizador português, para fundação de fortificações. No caso do Distrito, elegeu-se uma porção de terras às margens da Baía do Guajará próximo ao furo de Maguari (DIAS, 2007).

Atualmente o Distrito Administrativo de Icoaraci constitui um polo de extrema importância para a Região Metropolitana de Belém (RMB), estando, segundo Dias (2007), no que concerne aos quesitos recolhimento de impostos, desenvolvimento econômico, social e cultural, à frente da maioria dos municípios do

estado do Pará, ficando atrás somente daqueles que concentram as atividades de extração e beneficiamento de minérios.

Esse cenário teve início a partir dos governos militares, que puseram em prática políticas públicas visando inserir o grande capital na Amazônia entre as quais a implementação do Projeto Grande Carajás (1979), que previu, dentre outras ações, a instalação de distritos industriais circunvizinhos a Belém, objetivando atrair novos investimentos industriais, gerando mais empregos e, conseqüentemente, maior desenvolvimento da RMB. A instalação do Polo Industrial de Icoaraci data da década de 1980, com a atração de empreendimentos nacionais e estrangeiros para a RMB, dos quais muitos optando por se localizarem em Icoaraci, principalmente aqueles que tinham o beneficiamento industrial de matérias-primas regionais como atividade fim. Essa opção se justifica pela proximidade do Distrito com relação a Belém e seus aeroportos, bancos, etc, estando também de frente para a Baía do Guajará e as margens do furo do Maguari, permitindo o movimento de pessoas, mercadorias, assim como o escoamento da produção (DIAS, 2007).

Na atualidade, dentre as atividades que o distrito industrial abriga encontram-se estaleiros, industriais de beneficiamento de couro, cervejarias, madeireiras, serrarias, olarias, fabricação de telhas e caixas d'água, além do maior pólo de concentração de indústrias pesqueiras (AVIZ, 2006).

Icoaraci se destaca também por ser um importante centro de produção de cerâmica arqueológica marajoara e tapajônica, especialmente no bairro do Paracurí, que abriga uma concentração de oficinas/olarias, que exercem grande atrativo turístico, despertando o interesse comercial em nível nacional e internacional, bem como de pesquisadores como Tavares (2012) que se debruça sobre os saberes dos *"mestres fazedores de cerâmica"*, um conhecimento, segundo a autora, *"de velhos, mulheres, homens e jovens, o qual se constitui em um rico legado, permeado de tensões, esperanças, desilusões, lógicas mercadológicas, expectativas sobre o turismo e uso das referências à cerâmica arqueológica"* (2012, p.21).

Tão rica quanto a cerâmica é a vida festiva de Icoaraci. Os moradores da Vila Sorriso participam, no decorrer do ano, de vários festejos religiosos, com procissões, peregrinações ou ladainhas, levantamento do mastro, entre outros. Tais eventos, em geral, são oriundos de iniciativas familiares, sendo, no passar dos anos, adotados pela comunidade local ou pelas igrejas. Partindo das informações de Figueiredo & Tavares (2006), podem-se listar, dentre esses eventos religiosos católicos, as Festividades de São Sebastião; do Menino Deus; de Nossa Senhora do Livramento; de São Geraldo Magella; de Nossa Senhora de Fátima; de Nossa Senhora das Graças; Missa no trapiche, seguida da Procissão Rodo-Fluvial de Nossa Senhora de Nazaré - realizada

anualmente no segundo sábado de outubro, antecedendo a procissão principal do Círio de Nazaré.

Nesse aspecto religiosidade, registra-se entre seus residentes uma expressiva diversidade de confissões religiosas, representadas, entre outras, pela quantidade de templos ali existentes.

A densidade cultural de Icoaraci também é manifestada pelas suas escolas de samba e blocos carnavalescos, dentre os quais se mencionam: Unidos da Mangueira e Mocidade Independente da Vila Sorriso (Cruzeiro), Canal 19 e Unidos da Baixada (Ponta Grossa), Tradição da Vila e Unidos da São Roque (Campina), Unidos da Maracacuera, Unidos do Paracuri e Unidos da Tarumã (Paracuri), Boêmios da Vila Formosa, Gaviões da Vila, Estação Terceira, Escola de Samba da Pratinha.

Frente à diversidade das atividades culturais desenvolvidas no cotidiano dos icoaracienses, Silveira & Soares (2008, p.134) afirmam que em Icoaraci encontram-se:

Formas tradicionais de sociabilidade (festejos e folguedos, relações de vizinhança que animam a vida nos bairros, conversas de rua junto ao portão das moradias, bumba-boi, cordões de pássaros), de expressões da religiosidade (círio, romarias, festas de santos) e de formas de labuta consubstanciadas nas profissões tradicionais presentes no local (oleiro, sapateiro, barbeiro, marceneiro, alfaiate, artesão, pescador).

Reafirmando esse espírito festivo encontra-se, nessa territorialidade, uma variedade de grupos folclóricos e similares, dentre os quais as quadrilhas juninas Brasileirinha (Cruzeiro), Estrela Junina, Impacto Junino, Guerra Junina, Moreninha da Campina, Roceira Arrastapé, Balancê Junino e Sabor Tropical (Pratinha). Os grupos de Bois-bumbás: Vaquinha Mimosa (Cruzeiro), Resolvido, Vidinho, Rosa Branca e Garantido (Tenoné). Os grupos parafolclóricos: Vaiangá, Cia de Danças Folclóricas Trilhas da Amazônia, Associação Paramazon e Expressões Folclóricas Charme Caboclo.

Destaca-se aqui o Balé Folclórico da Amazônia, criado em 1990, com o nome inicial de Grupo de Tradições da Amazônia - GTAM, tendo como fonte de inspiração as manifestações do folclore e cultura popular da Amazônia. Esse grupo, ao longo de sua trajetória, vem se destacando pelas realizações de inúmeras turnês nacionais e internacionais, representando o Brasil em festivais realizados na Europa e Américas, contabilizando importantes premiações e sendo o único grupo brasileiro a obter a medalha de bronze na mostra competitiva de Dijon, na França, e ser indicado no México para o prêmio Lunas Del Auditório, na categoria melhor espetáculo de folclore e tradição.

Direcionando o olhar para as ilhas que compõem essa territorialidade, Cotijuba, Jutuba e Nova, registra-se estarem localizadas no extremo oeste do município de Belém, fazendo parte do estuário amazônico, precisamente,

entrecortadas pelas baías Guajará e do Marajó e um emaranhado de rios e furos. As áreas geográficas que compõem essas ilhas são, geralmente, compostas por várzeas, árvores de grande porte, matas primárias e secundárias e solo razoavelmente fértil.

No quadro 1 a seguir, visualiza-se a extensão geográfica por km² de cada uma dessas ilhas sendo maior a de Cotijuba com 15,8071 km² e a menor a Nova com 2,6892 km².

Quadro nº 01 - Área Terrestre das Ilhas da Territorialidade do CRAS Cotijuba

ILHA	Área (km²)
Cotijuba	15,8071
Jutuba	5,0436
Nova ou Mirtim	2,6892

Fonte: SEGEP, Anuário Estatístico de Belém, 2012.

Quanto à população residente, o IBGE 2010 indica para a Ilha de Cotijuba cerca de 3.750 habitantes, já as demais não possuem quantificações individualizadas, haja vista comporem um setor censitário que, juntamente com outras ilhas, apresenta um contingente de 1.045 habitantes. Estudo do Instituto Peabiru (2005), entretanto, coloca a dificuldade de estimar ao certo essa população, seja pelo dinamismo que ocorre, seja pelo isolamento e consequente sub-notificação ou outras causas, como informar residência fora das ilhas, mas, na verdade, ali habitar. O referido Instituto coloca que, nas reiteradas visitas às lideranças comunitárias e representantes públicos, sempre falam em 5.000 habitantes permanentes apenas em Cotijuba. Informa, ainda, que a composição etária desse conjunto de ilhas evidencia alta proporção de jovens e crianças por um lado e, por outro, um significativo número de pessoas idosas, sendo alto o índice de migração na faixa etária de 16 aos 30 anos em busca de trabalho, educação e acesso aos serviços urbanos, e ainda pelo baixo interesse em permanecer dedicando-se a atividades tradicionais como a pesca, a coleta de frutos e o roçado (PEABIRU, 2005).

Na verdade, a população nativa desse conjunto de ilhas é constituída por ribeirinhos geralmente habitantes de pequenas casas de madeira, muitas delas em estilo palafita, construídas às margens dos rios e furos ou sobre terrenos alagadiços, sem rede de esgoto, água encanada, coleta de lixo e, comumente, distanciadas umas das outras, o que demonstra um estilo de vida peculiar, diferenciando-se sobremaneira do modelo urbano.

Cotijuba que, entre as ilhas componentes dessa territorialidade, é a maior em extensão territorial (60 km²) e em população (3.750 hab.), localiza-se a uma distância de 9 km do distrito de Icoaraci e 33 km do centro de Belém, sendo seu acesso feito a partir do trapiche de Icoaraci em uma viagem de aproximadamente 50 minutos. Na verdade, os únicos meios de transporte para esse conjunto de ilhas são fluviais,

sendo a mobilidade entre as ilhas realizadas por canoas e pequenos barcos, popularmente conhecidos por *popopôs* que, além de irregulares, são insuficientes, caros e precários, dificultando, sobremaneira, a mobilidade inter e intra as ilhas e o continente.

No aspecto econômico, esse território sobrevive majoritariamente de atividades extrativas de subsistência, especialmente vegetal (coleta de frutos como açaí, castanha do Pará, cupuaçu, bacuri, uxi, taperebá, manga, jaca e outros) e animal (pesca do camarão e de peixe), bem como do cultivo de pequenas roças de produtos da agricultura familiar. Em Cotijuba, embora constituída, desde 1990, Área de Preservação Ambiental - APA (Lei municipal 5.621) o que obriga a manutenção de sua vasta cobertura vegetal e a proibição de circulação de veículos motorizados, excetos os de segurança e saúde, o Instituto Peabiru informa, como uma de suas atividades extrativas, a exploração de areia para a construção civil e a derrubada de árvores para a fabricação de estacas ou para a construção civil. Destaca, ainda, a baixa capacidade de geração local de emprego, sendo a informalidade a tônica geral da economia (PEABIRU, 2014).

Ressalta-se, em Cotijuba, o turismo de verão ou de fim de semana, em virtude da existência de 15 km de litoral com praias de água doce, pouco exploradas, sendo as de maior impacto as banhadas pela baía de Marajó, como a do Vai Quem Quer, Farol, Funda, Pedra Branca e Flexeira. Na vida cultural, encontram-se blocos carnavalescos como Unidos do Xavante, Melado Entra, Carnagordinho, Atração da Ilha, Rabo da Piranha, Olho Gordo e Xirizal.

Por sua vez, a população dessas ilhas vivencia diferentes situações de vulnerabilidades sociais e violações de direitos, especialmente pelo isolamento geográfico, insuficiência e dificuldade de acesso aos equipamentos das políticas sociais públicas como escolas, centros de saúde, aquisição de documentação civil, entre outros cuja insuficiência pode ser observada no quadro 4.

Segundo o Instituto Peabiru em seu estudo "Belém Ribeirinha", de dezembro de 2014, uma das maiores fragilidades dessa região está na baixa capacidade de organização local, com capital social insuficiente para o enfrentamento das principais problemáticas vivenciadas, o que se dá tanto em relação à falta de representação política dos ribeirinhos, como pela baixa capacidade de atuação dos sindicatos e associações, o que torna esse grupo ainda mais invisível.

Ainda assim, o estudo supra mencionado destaca duas importantes organizações que, ao longo de sua história, vêm exercendo papel preponderante na luta por melhores condições de vida. São elas: o "Fórum das Ilhas" organizado, a partir do Grito das Ilhas, pela igreja católica e que, desde 2011, vem buscando

mobilizar as organizações de base local e formalizar suas atuações; e o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB que, sediado em Cotijuba, desenvolve há 15 anos trabalho nas ilhas circunvizinhas, com diferentes frentes que, buscando o fortalecimento da posição da mulher na sociedade, vão desde o ecoturismo e artesanato, à inclusão digital, à segurança energética, entre outros.

Dirigindo a atenção para a qualidade de vida dos moradores da territorialidade do CRAS Icoaraci como um todo, depara-se com uma realidade preocupante, haja vista a insuficiência de investimentos em políticas públicas e infraestruturais, perceptíveis em muitos bairros do Distrito e circunvizinhos, especialmente no que concerne ao sistema de saúde, educação, esporte cultura e lazer, transporte, saneamento, segurança e moradia.

No quadro 2, observa-se a localização de aglomerados subnormais e/ou assentamentos precários nessa territorialidade, nos quais encontram-se 28.912 domicílios, onde reside população estimada em 109.111 pessoas.

Quadro nº 02 - Alguns domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, população residente e média de moradores, bairros territorialidade CRAS Icoaraci 2010

Aglomerado Subnormal	Bairro	Nº Domicílios	Pop. Residente	Média Moradores
Águas Negras	Águas Negras	1.829	6.902	3,8
Baixada da 25	Agulha	869	3.602	4,1
Baixada Fluminense	Agulha	2.641	9.937	3,8
Baixada da Ponta Grossa	Campina de Icoaraci	929	3.355	3,6
Baixada da Campina de Icoaraci	Campina de Icoaraci	1.300	4.820	3,7
Mangue	Campina de Icoaraci	309	1.188	3,8
Vila dos Inocentes I	Campina de Icoaraci	462	1.718	3,7
Vila dos Inocentes II	Campina de Icoaraci	520	1.915	3,7
Paulo Fonteles	Campina de Icoaraci	322	1.147	3,6
Taboquinha	Cruzeiro	1.213	4.666	3,9
Amazonex	Maracacuera	675	2.628	3,9
Área da Brasília	Maracacuera	1.968	7.473	3,8
Uchiteua	Maracacuera	302	1.155	3,8
João Engelhard	Pratinha	709	2.652	3,7
Samaúma	Pratinha	438	1.691	3,9
VIP	Pratinha	587	2.308	3,9
Paraíso Verde	Pratinha	269	1.085	4,0
IBIFAM	Parque Guajará	734	2.320	3,2
Tocantins I	Parque Guajará	348	1.265	3,6

Tocantins II	Parque Guajará	1.174	4.176	3,6
Parque Guajará	Parque Guajará	1.565	5.908	3,8
Café Liberal	Parque Guajará	1.037	3.934	3,8
Baixada da Ezeriel	Ponta Grossa	594	2.524	4,2
Paracuri	Paracuri	2.633	10.160	3,9
Tenoné	Tenoné	1.109	4.097	3,7
Jardim Independência	Tenoné	1.197	4.285	3,6
Jardim Jatobá	Tenoné	506	1.877	3,7
Paraíso	Tenoné	452	1.746	3,9
Gabriele	Tenoné	368	1.400	3,8
Fé em Deus	Tenoné	1.467	5.714	3,9
Boa Conquista	Tenoné	386	1.463	3,8
TOTAL		28.912	109.111	-

Fonte: IBGE 2010/Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Belém 2012.

É relevante também observar as classes de rendimentos locais na territorialidade analisada, informados no quadro 3.

Quadro nº 03 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classe de rendimento nominal mensal, segundo os bairros da territorialidade CRAS Icoaraci, no Município de Belém – 2010

Bairro	Total	Até $\frac{1}{2}$ salário mínimo	Mais de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 5 salários mínimos	Mais de 5 a 10 salários mínimos	Mais de 10 a 20 salários mínimos	Mais de 20 salários mínimos	Sem rendimento
Agulha	16.448	1.078	3.994	2.550	1.322	299	47	8	7.150
Águas Negras	5.729	463	1.386	877	460	106	23	3	2.411
Campina de Icoaraci	22.678	1.250	5.260	3.831	1.995	483	73	9	9.777
Cruzeiro	9.904	501	2.504	1.599	959	319	72	13	3.937
Paracuri	8.005	651	1.903	978	297	34	5	2	4.135
Parque Guajará	28.107	2.330	6.514	3.705	1.849	456	88	11	13.154
Tenoné	24.979	1.514	5.299	3.841	1.911	504	112	18	11.780
Ponta Grossa	11.385	536	2.409	1.940	1.346	370	81	12	4.691
Pratinha	18.295	1.165	4.381	2.647	931	342	176	47	8.606
Maracacuera	11.056	975	2.749	1.723	587	70	6	2	4.944
TOTAL	156.586	10.463	36.399	23.691	11.657	2.983	683	125	70.585

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010/SEGEP, Anuário Estatístico de Belém, 2012

Na área da segurança pública, a situação de Icoaraci é abalada, entre outras, pela presença e convivência cotidiana com o uso e o tráfico de substâncias psicoativas ilícitas, cujos números oficiais mostram proporções alarmantes. Dados da Diretoria de Polícia Metropolitana, tomando por base procedimentos tombados pela Lei do Entorpecente das 13 seccionais urbanas, de janeiro a novembro de 2009, comparando com 2008, constatou que os procedimentos aumentaram muito nas seccionais de todos os bairros, registrando, na Seccional Urbana de Icoaraci, um alarmante aumento de 300%, tornando esta unidade policial uma das que mais realizaram autuações referentes ao tráfico de drogas (Jornal Diário do Pará, 03/01/2010, JR Avelar).

Com relação ao sistema de transporte público que estabelece a comunicação do Distrito com outras áreas da cidade de Belém, destaca-se sua extrema precariedade, com pouca quantidade e qualidade dos serviços ofertados por empresas de transporte, somando-se a isto a falta de sinalização e asfaltamento adequado que se verifica, por exemplo, na Rodovia Augusto Montenegro, principal corredor de acesso a Belém.

1.2 Oferta de serviços pela rede intersetorial

Em relação aos equipamentos de educação, saúde, assistência social, cultura e lazer, o quadro 4 a seguir demonstra plenamente a realidade que é vivenciada especialmente pelas famílias ditas de baixa renda, que dependem, necessariamente, de políticas públicas para satisfazerem suas necessidades básicas.

Quadro nº 04 - Rede de equipamentos de políticas sociais básicas da territorialidade do CRAS Icoaraci

POLÍTICA SOCIAL	EQUIPAMENTO	TERRITORIALIDADE COM EQUIPAMENTOS SOCIAIS				Total
		Icoaraci	Pratinha I e II	Ilhas		
				Cotijuba	Jutuba	
Rede de Educação	UEI	04	02	-	-	06
	UP	06	01	03	02	12
	UEIF	11	03	-	-	14
	UEF	19	05	04	-	28
	UEFM	09	-	-	-	09
	UEM	-	01	-	-	01
Rede de Saúde	PSM	01	-	-	-	01
	UPA	01	-	-	-	01
	UBS	01	01	01	-	03
	USF	08	01	01	-	10
	CAPS	01	-	-	-	01
	Hospital Abelardo Santos	01	-	-	-	01
	Hosp. Clínic. Conveniados	02	-	-	-	02
Rede de Assistência Social	CRAS	01	-	-	-	01
	CREAS	01	-	-	-	01
	Centro POP	01	-	-	-	01
	Espaço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes	02	-	-	-	02
	Entidade Socioassistencial	05	02	01	-	07
Rede de	Praças	10	01	-	-	11

Cultura e Lazer	Biblioteca Pública Municipal	01	-	-	-	01
	Bibliotecas Escolar Municipal	08	03	-	-	11
	Biblioteca Comunitária	01	-	-	-	01
	Academia ao ar livre	01	-	-	-	01
	Quadras de esporte (Escolar)	08	01	-	-	09
	Praias	01	-	09	-	10
Rede de Apoio Comunitário*	Entidades Comunitárias	24	03	-	-	27

Fontes: SEMEC/SESMA/FUMBEL/FUNPAPA/SEGEL/SEMMA/CMAS/IDESP/Ministério da Cultura.

*Entidade que presta apoio à comunidade, mas não está inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, conforme relação fornecida pelo CRAS Icoaraci.

Na área da saúde pública, destaca-se no Distrito o Pronto Socorro Municipal, a Unidade de Pronto Atendimento - UPA e o Hospital Abelardo Santos como principais referências à população de baixo poder aquisitivo, atendendo pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Estes equipamentos de saúde possuem uma grande demanda, enfrentado ainda carências em aspectos como recursos humanos e infraestrutura física, sendo necessário, em alguns casos mais graves, o deslocamento até hospitais de Belém.

No que concerne às ilhas, é visível a insuficiente cobertura da política pública de educação com apenas 04 equipamentos de ensino fundamental e 05 Unidades Pedagógicas, essas últimas caracterizadas pelo estabelecimento de convênios de apoio técnico e financeiro entre entidades não governamentais e Secretaria Municipal de Educação, para prática da educação infantil. A insuficiência de equipamentos de educação revela outra face perversa, pois além da inexistência do ensino médio, a distância entre as poucas escolas existentes dificulta o acesso feito em pequenas embarcações e promove a evasão escolar. Quanto à saúde, a situação é bem mais grave, haja vista contar com apenas uma UBS, obrigando as famílias, em constante situação de isolamento espacial, a se dirigirem ao continente para a satisfação de suas necessidades mais prementes.

2 Olhar da Comunidade sobre o território

2.1 Percepção sobre o espaço de vivência e a oferta dos serviços

Os participantes da consulta realizada na territorialidade do CRAS Icoaraci, partindo do conhecimento de que dispõem sobre o território, identificaram e

quantificaram a oferta de serviço da rede intersetorial, especificamente dos serviços públicos de educação, saúde, lazer e segurança, que se efetivam através de equipamentos existentes nos bairros que compreendem esta territorialidade. Para melhor análise do conhecimento individual, foi tirada a quantidade média indicada para cada equipamento, como consta no Quadro 5.

Quadro nº 05 – Quantificação de equipamentos da rede intersetorial

Equipamentos	Quant.
Escolas Fund./Médio	03
Escolas Ed. Infantil/creches	01
Postos de saúde	01
Delegacias	01
CRAS	01
Equip. Lazer	01

Fonte: Material de consulta.

Fazendo-se um contraponto deste quadro em relação ao quadro 4 (que quantifica a rede de equipamentos), percebe-se a discrepância no quantitativo existente na territorialidade de Icoaraci e os equipamentos conhecidos pelos participantes da consulta. Nos equipamentos de educação, por exemplo, os participantes citaram em média a existência de 03 escolas de ensino fundamental e/ou médio; o quadro 4, no entanto, apresenta um total de 19 escolas de ensino fundamental e 09 de ensino fundamental e médio no distrito de Icoaraci. No posto de saúde houve coincidência, com a identificação do único equipamento existente na territorialidade.

Na avaliação que os participantes fizeram sobre essa quantidade consta o seguinte:

Quadro nº 06 – Avaliação das ofertas (em %)

Equipamentos	Avaliação		
	Suficiente	Insuficiente	Não sabe informar
Escolas Fund./Médio	15,8	73,7	10,5
Escolas Ed. Infantil/ creches	0	93,3	6,7
Postos de saúde	0	100	0
Delegacias	18,8	62,5	18,8
CRAS	13,3	73,3	13,3
Equip. Lazer	7,7	84,6	7,7

Fonte: Material de consulta.

Como era de se esperar, a oferta de todos os equipamentos foram avaliadas como insuficientes, principalmente o posto de saúde; em seguida vieram o número de escolas de educação infantil em que 93,3% dos participantes a julgaram

insuficientes. Por outro lado, a delegacia foi a que obteve o maior percentual de avaliação “suficiente”, com 18,8%.

Essa oferta dos serviços, em alguma medida, rebate sobre a avaliação feita pelos participantes sobre a *condição de vida* nos seus bairros de moradia. No caso dos bairros representados e que compõem a territorialidade de Icoaraci, nenhum participante considerou a condição de vida no seu bairro como *muito boa*; 11% consideraram *boa*; a condição de vida avaliada como *regular* e *ruim* ficaram com 32% cada e 26% avaliaram como *muito ruim*. Este último chama atenção pelo seu percentual acentuado, revelando o descontentamento dos participantes com a condição de vida nos seus bairros.

Na escala de áreas mais deficientes, a primeira mais citada foi a *saúde*, seguida pelo *saneamento básico*; a área menos deficiente citada foi *lazer*.

Dentro da territorialidade, no que diz respeito ao espaço de vivência, os participantes identificaram inúmeros atrativos culturais incluindo festejos religiosos e datas comemorativas. Dentre eles, o Festejo do guerreiro São Serafim, realizado pela Tenda do Guerreiro; concurso de quadrilha; círios, procissões locais, escola de samba e festas populares.

Os representantes comunitários identificaram também as potencialidades presentes nesta territorialidade que, como definido na metodologia, se referem aos serviços/espços já disponíveis no território, independente de estarem ou não funcionando a contento. O Quadro 7 relaciona os recursos citados.

Quadro nº 07 – Recursos identificados na territorialidade

Recurso/potencialidade
UBS
UMS
PSF/Casas Família
CRAS
Escolas
Entidades socioassisten./centros comunitários
Igrejas
Projetos sociais
Delegacia/batalhão de polícia
Unidade móvel/base policial
Projeto PAC
Academia ao ar livre
Orla

Fonte: Material de consulta.

2.2 Principais vulnerabilidades, demandas e sugestões de melhorias

Quanto a situações específicas de violências/vulnerabilidades presentes no território, os participantes avaliaram a sua ocorrência ou não, segundo consta no quadro 8.

Quadro nº 08 – Avaliação de situações de violências/violação de direitos específicos (em %)

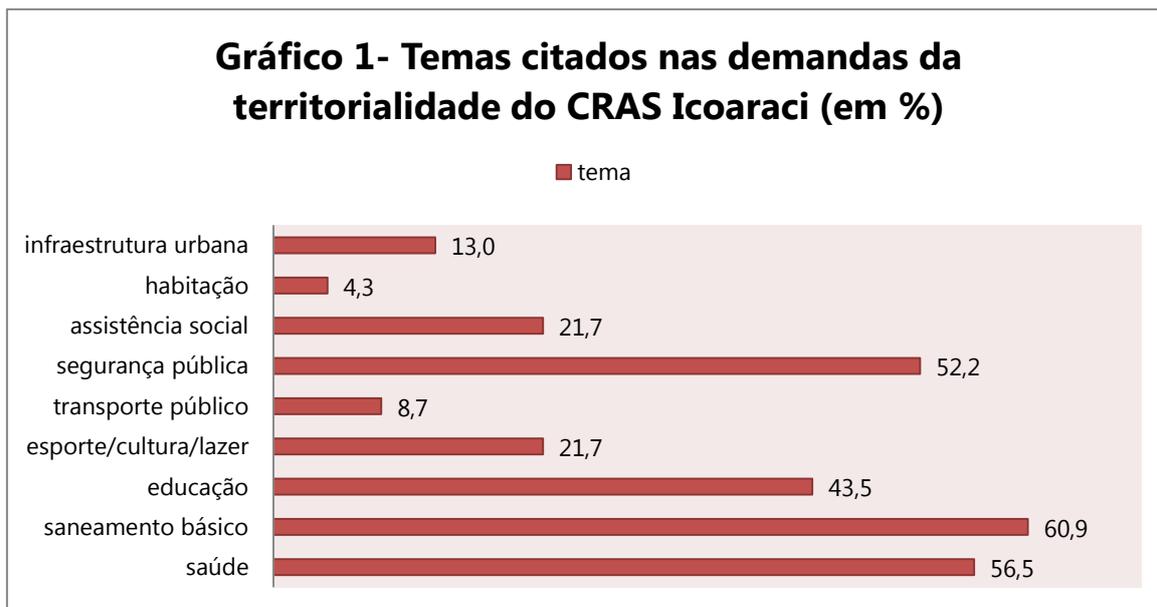
Violência/violação	Frequência		
	Muitas vezes	Poucas vezes	Nunca
Trabalho infantil	21,1	57,9	21,1
Violência contra crianças e adolescentes	35,3	47,1	17,6
Pessoas em situação de rua	52,9	41,2	5,9
Conflito familiar	68,4	26,3	5,3
Usuários de substâncias psicoativas	83,3	11,1	5,6

Fonte: Material de Consulta.

De acordo com o quadro 6, a violência/violação mais frequentemente identificada no território de abrangência do CRAS Icoaraci é a de usuários de substâncias psicoativas, em que 83,3% dos participantes identificaram “muitas vezes”; o conflito familiar foi a segunda situação mais citada (68,4%). O trabalho infantil foi a violência/violação menos identificada, em que 21,1% disseram nunca ter presenciado na territorialidade de Icoaraci.

Na avaliação feita pelos técnicos do CRAS, houve uma divisão em relação às situações acima mencionadas que são atendidas com maior frequência no CRAS. Por exemplo, na violência contra crianças e adolescentes, conflito familiar e usuários de substâncias psicoativas metade dos técnicos citou atender “poucas vezes” e outra metade como “muitas vezes”; isto advém, certamente, da experiência de atendimento que cada técnico possui.

De acordo com a percepção sobre a oferta dos serviços, os participantes avaliam as principais demandas da territorialidade. O Gráfico 1 mostra os temas mais citados na consulta.



Fonte: Material de consulta.

Conforme o Gráfico 1, o tema mais citado entre as demandas foi o saneamento básico, aparecendo em 60,9% das tarjetas, seguido de perto pela saúde, com 56,5%. Esse resultado coincide com as áreas mencionadas como mais deficientes na territorialidade de Icoaraci, contida no item 2.1, mudando apenas a sua ordem.

Quando desagregadas em subtemas (Quadro 9), percebem-se as necessidades mais latentes dentro de cada área. Na educação, por exemplo, 70% das tarjetas que citaram esse tema falaram sobre a necessidade de mais creches; na área mais mencionada, saneamento básico, os dois subtemas mais citados foram a pavimentação asfáltica e a coleta de lixo, com 28,6% e 21,4%, respectivamente. No tema habitação, 100% mencionaram a legalização de áreas.

Quadro nº 09 – Subtemas mais citados nas demandas da territorialidade

Tema	Subtema	%
Educação	Mais creches	70,0
	Escola em tempo integral	10,0
Transporte público	Pintura e/ou instalação de sinais	50,0
	Ampliação/melhoria no transporte coletivo	50,0
Saúde	Necessidade de unidade de saúde da família	23,1
	Mais médicos	7,7
	Mais medicamentos/ ambulância	7,7
Segurança pública	Mais policiamento/rondas	8,3
Esporte/cultura/lazer	Mais praças/áreas recreativas/espços públicos para a prática de esportes/ginásios poliesportivos/academias ao ar livre/espços culturais/bibliotecas	80,0

Saneamento básico	Pavimentação asfáltica	28,6
	Coleta de lixo	21,4
	Limpeza de vias públicas/bueiros	7,1
	Água encanada/abastecimento de água	7,1
Habitação	Legalização de área	100,0
Assistência social	Combate à prostituição infantil	20,0
Infraestrutura urbana	Iluminação pública	100,0

Fonte: Material de consulta.

Os participantes fizeram sugestões direcionadas à melhoria da territorialidade que venham a contornar as dificuldades e atender, em alguma medida, as demandas por eles levantadas. Na segurança pública, além do aumento do policiamento, os participantes sugeriram a instalação de um posto policial fixo e elaboração de plano estadual de segurança pública, assim como rondas nas áreas mais vulneráveis de cada bairro da territorialidade. Citaram também ações voltadas para prevenção da violência tendo a escola papel importante neste processo, por meio de palestras e projetos específicos, assim como a assistência social, com atividades socioeducativas nos bairros.

Na saúde, dentre as sugestões, constam a melhoria na qualidade do atendimento para que, segundo eles, as pessoas não precisem dormir em filas para conseguir marcar consultas; postos do Programa Saúde da Família nas áreas descobertas e implementação daqueles já existentes, mas que funcionam de forma precária; estruturar as unidades básicas de saúde (prover de recursos materiais, remédios e funcionários). Na educação, as sugestões se pautaram na construção de novas creches (o bairro da Brasília foi uma sugestão de local) e também na implantação de escolas em tempo integral, além da adequação do currículo escolar e melhoria na infraestrutura das escolas. No saneamento básico, sugeriu-se a efetiva coleta de lixo, juntamente com a divulgação dos horários de coleta, a realização de drenagem dos canais, limpeza e pavimentação asfáltica de ruas e regularização do abastecimento de água nos bairros.

Os participantes também sugeriram a construção de áreas de lazer e projeto de revitalização da orla de Icoaraci. Falaram também sobre o incentivo à entrada de fábricas/empresas que venham não apenas para explorar matéria-prima, mas também para gerar empregos para os moradores locais. Citaram a inclusão de ruas no programa de regularização fundiária "Chão Legal", da Prefeitura de Belém. Algo bastante citado entre os participantes foi o estabelecimento/fortalecimento de parcerias entre o poder público (governos estadual e municipal) e mesmo entre este e a comunidade na prestação de serviços públicos.

Os participantes e os técnicos do CRAS sugeriram de maneira mais específica, por ciclo de vida, as atividades/ações que deveriam ser voltadas para esses grupos, as quais perpassam um pouco sobre o que já foi comentado, conforme o quadro 10.

Quadro nº 10 – Sugestões de melhoria por ciclo de vida

Ciclo	Sugestões
Crianças	Creches, <i>ballet</i> , teatro, capoeira, danças folclóricas.
Jovens	Esporte e lazer, oficinas, cursos através do CRAS.
Adultos	Oficinas, cursos e palestras, capacitação, cursos profissionalizantes e técnicos, grupos de dança intergeracional, oficinas de geração de renda.
Idosos	Área de lazer, oficinas, palestras, atividade física, abrigos, alfabetização, projeto cultural, convivência, hidroginástica, pintura, culinária, capoterapia, academia.

Fonte: Material de Consulta.

3 Outros aspectos de vulnerabilidade

Na territorialidade do CRAS Icoaraci, existem 21.996 famílias inscritas no CadÚnico, das quais 15.706 são beneficiárias do PBF, representando 15,5% do total de famílias beneficiadas no Município⁵⁶.

O Censo SUAS-MDS 2014, que é uma ferramenta de levantamento de dados dos serviços prestados pelos equipamentos socioassistenciais e que se pauta também no conhecimento do território, relaciona as situações mais frequentemente identificadas no território de abrangência do CRAS Icoaraci, conforme segue: indivíduos sem documentação civil; famílias em descumprimento de condicionalidades do Bolsa Família; famílias elegíveis não inseridas nos programas ou benefícios de transferência de renda; famílias em situação de insegurança alimentar e jovens em situação de vulnerabilidade e risco social. Além disto, constam que neste território há presença de: contornos geográficos que dificultam a mobilidade (rios); moradias irregulares como favelas, invasões, grotas, cortiços, e/ou similares; altos índices de criminalidade e conflito/violência vinculado ao tráfico de drogas.

Os técnicos do CRAS, a partir da experiência que possuem e do conhecimento acumulado sobre a territorialidade, elencaram as seguintes situações de risco e vulnerabilidade mais presentes no território de Icoaraci: violência sexual, tráfico humano e de drogas, violência contra criança e adolescente e idosos, violência doméstica, violência contra a mulher, trabalho infantil e assaltos.

⁵⁶ Dados extraídos do Relatório CCU/PBF dez. 2014.

3.1 Cálculo de vulnerabilidade social (VS)

Para a territorialidade do CRAS Icoaraci, a maioria dos indicadores ficou com avaliação “ruim” ou “muito ruim”. Dentre as variáveis que foram avaliadas como muito ruim, a que se destaca é o percentual de famílias com pessoa de referência no setor informal (Pinf), cujo valor, 7,7%, ficou bem acima da média do Município, de 6,2%. Já o percentual de famílias abaixo da linha de extrema pobreza (Fpob) ficou próximo da média com 79,9% contra 79,1% do Município. O indicador referente ao percentual de analfabetos (Panf) registrou um valor abaixo de Belém, uma vez que neste o valor foi de 8,7% e na territorialidade de Icoaraci ficou em 7,8%.

Segundo este panorama e em acordo com a metodologia utilizada, os resultados de cada indicador apontaram para um valor de **3,3** para a vulnerabilidade social da territorialidade do CRAS Icoaraci, conforme especificada no quadro 11, se encaixando na faixa classificada como alta vulnerabilidade social.

Quadro nº 11 – Cálculo de vulnerabilidade territorialidade CRAS Icoaraci

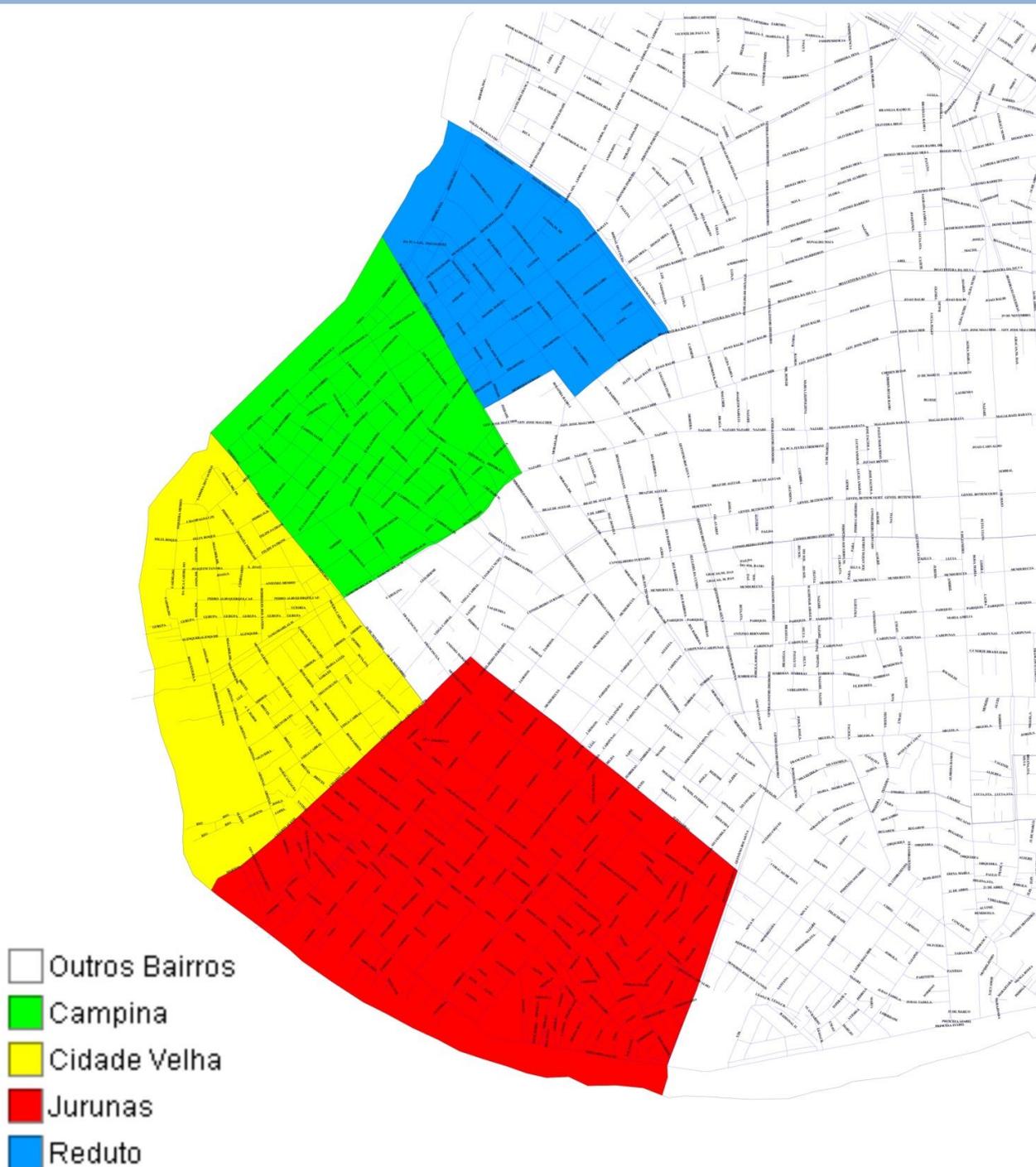
TERRITORIALIDADE CRAS ICOARACI						
Dimensão	Indicador	Valor calculado (%)	Valor Município (%)	Avaliação indicador	Numeração	VS
Trabalho e renda	Fpob	79,9	79,1	ruim	4	3,3 alta
	Pinf	7,7	6,2	muito ruim	5	
	Nocp	5,4	4,4	muito bom	1	
Educação	Panf	7,8	8,7	muito bom	1	
	Pnfe	16,6	17,4	bom	2	
	Pesu	0,6	1,0	ruim	4	
Saúde	Pmed	11,7	11,1	ruim	4	
Domicílio	Pdmi	17,8	17,7	ruim	4	
Grupos específicos	Pfcm	2,6	2,4	muito ruim	5	
	Pfti	1,0	0,9	ruim	4	
	Pfid	7,0	9,2	muito bom	1	
	Pfpd	3,9	3,3	muito ruim	5	

Fonte: CadÚnico, Set./2014.

Elaboração: Vig. Social/ FUNPAPA.

É importante lembrar que este cálculo não deve ser visto de maneira isolada, sem levar em consideração as outras nuances de vulnerabilidade aqui delineadas, buscando-se, assim, com o conjunto de dados aqui analisados, traçar um quadro multifatorial do fenômeno de vulnerabilidade social na territorialidade de Icoaraci.

DIAGNÓSTICO TERRITORIALIDADE CRAS JURUNAS



1 Olhar sobre o território

1.1 Visão Geral

A territorialidade do CRAS Jurunas possui uma abrangência de 5,4659 km² e 89.135 habitantes distribuídos nos bairros Jurunas, Cidade Velha, Campina e Reduto, dentre os quais o Jurunas possui maior densidade demográfica com 27.342,04 habitantes por km² e, com menor, o bairro da Campina com 5.987,74 habitantes por km². Trata-se de uma territorialidade de ocupação antiga, abrigando bairros como a Cidade Velha que, como sugere o nome, é o bairro fundacional de Belém, possuindo um relevante patrimônio histórico-cultural.

O Bairro central da territorialidade é o Jurunas, um dos mais populosos do Município e com significativa concentração de situações de vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais que afetam diretamente as famílias ali residentes, especialmente, segundo relato dos moradores, nas áreas menos valorizadas que compreendem as mais próximas ao rio Guamá: desde a travessa de Breves até a Bernardo Sayão, bem como os limites do bairro da Cidade Velha e da Condor.

A antropóloga Carmem Izabel Rodrigues, em seu livro referencial *Vem do bairro do Jurunas*, analisa a sociabilidade e a construção de identidades no espaço do bairro, onde deixa claro que os moradores do Jurunas constroem e propagam uma identidade elaborada “de dentro”, e que percebe aquele pedaço da cidade como tradicionalmente festivo, alegre e popular, mas também marcado pela pobreza e a violência.

Reafirmando o posicionamento supramencionado, é perceptível, no bairro do Jurunas a existência, entre seus moradores, de uma identidade *jurunense*, construída e elaborada através de tradições festivas (carnaval, festas juninas, festividades de santos padroeiros) perpetuadas através de redes de parentes, vizinhos e amigos e que garantem uma relativa visibilidade social a esses moradores (RODRIGUES, 2008). Nessa direção, ressalta-se que a identidade cultural desse bairro está diretamente atrelada à escola de samba Rancho Não Posso me Amofiná, autodefinindo-se os moradores como *ranchistas*. Esta escola mantém atividades comunitárias durante todo o ano, como clubes de mães, grupos de terceira idade, bem como festas comemorativas de Páscoa, aniversário da escola e outras.

Além do Rancho, encontram-se na territorialidade outras agremiações carnavalescas, como: Grêmio Recreativo “Deixa Falar”; Academia de Samba Jurunense; Grêmio Recreativo Coração Jurunense; Aquarela Brasileira; Habitat do Boto, assim como os blocos Império Jurunense e Pressão Jurunense.

Dentre as quadrilhas juninas, tem-se a Rosa Vermelha (Campina), Santa Luzia, Juventude Roceiros da Dindinha e Sedução Ranchista (Jurunas). Os pássaros Tangará

(Campina) e Cordão de Pássaro Junino (Jurunas). Boi-bumbá Estrela Guia (Campina). Grupo parafolclórico Balé Folclórico da Amazônia e Grupo de Expressão Parafolclórica Uirapurú (Campina) e Mapinguari (Jurunas)⁵⁷.

Tem-se ainda que a imagem de bairro festivo é oriunda dos festejos e procissões de santos realizados todos os anos no Jurunas e em bairros adjacentes. As procissões em homenagem a São Sebastião, São Benedito, N. Sr^a Santana e N. Sr^a da Conceição circulam entre os bairros da Cidade Velha, Jurunas, Condor, Cremação e Batista Campos. Por sinal, as festas de São Sebastião e São Benedito são centenárias no bairro.

Essa religiosidade no bairro do Jurunas é bastante diversificada, sendo perceptível pela presença no território de diferentes confissões religiosas agregadas em templos, igrejas, centros espíritas e comunidades de terreiros.

A relação com o rio é intensa e histórica, não apenas no bairro do Jurunas, mas também nos demais que compõem a territorialidade, tendo em vista que são bairros que se desenvolveram à beira do rio Guamá⁵⁸ e da Baía do Guajará, que constituem uma orla de expressiva vertente comercial em virtude de seus inúmeros portos de embarque e desembarque de pessoas e mercadorias para as ilhas e outros municípios paraenses e mesmo para outros estados.

No aspecto social, esta territorialidade contrasta sobremaneira, existindo diferenças sociais relevantes inter e mesmo intra-bairros em que alguns deles (Reduto, Cidade Velha e Campina) abrigam, no geral, uma população de classe média e possuem infraestrutura urbana melhor distribuída, ao passo que o Jurunas, apesar de contar com áreas urbanizadas, convive com expressivas áreas marcadas por vulnerabilidades sociais, com a presença de habitações precárias que se estendem pelo Beco do Carmo e pelo entorno do Porto do Sal (MIRANDA, 2006; RODRIGUES, 2008).

O quadro 1 mostra o quantitativo de população residente nos bairros da territorialidade do CRAS Jurunas onde se observa que o Jurunas, com seus 64.478 moradores, responde por aproximadamente 72% da população total da territorialidade ao passo que a Campina e o Reduto representam apenas 7% cada um.

⁵⁷ Dados fornecidos pela Fundação Municipal de Cultura – FUMBEL.

⁵⁸ O bairro do Jurunas, por exemplo, surgiu no prolongamento da Cidade Velha, em sentido paralelo ao rio Guamá, a partir de sua entrada principal, a travessa do Jurunas, que deu nome ao bairro. Por sua vez, o nome Jurunas é oriundo de um grupo indígena de língua *yudjá* que tem história antiga de migração e deslocamento pela região do baixo Amazonas.

Quadro 1 – População residente na territorialidade do CRAS Jurunas - 2010

Bairro	Pop. Total
Jurunas	64.478
Campina	6.156
Cidade Velha	12.128
Reduto	6.373
TOTAL	89.135

Fonte: IBGE, CENSO 2010.

Naturalmente, dada a sua população mais volumosa, é no bairro do Jurunas que fica concentrado o maior número de domicílios, com 15.872; em seguida vem o bairro a Cidade Velha com 3.082 domicílios, conforme o quadro 2.

Quadro nº 02 – Domicílios particulares permanentes segundo os bairros da territorialidade CRAS Jurunas, no Município de Belém- 2010

Bairro	Domicílios
Jurunas	15.872
Campina	2.069
Cidade Velha	3.082
Reduto	1.937
TOTAL	22.960

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Trabalham-se no quadro 3 dados referente às classes de rendimentos nos bairros dessa territorialidade, em que se verifica que, no bairro do Jurunas, boa parte do universo investigado não possuía renda (22.411 indivíduos). O quadro indica ainda um total de 29.984 pessoas sem rendimento, e dentre aqueles com algum rendimento, a maioria (18.625) estava na classe de mais de ½ a 1 salário mínimo. O maior quantitativo de pessoas com alto rendimento foi verificado no bairro Reduto.

Quadro nº 03 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classe de rendimento nominal mensal, segundo os bairros da territorialidade CRAS Jurunas, no Município de Belém – 2010

Bairro	Total	Até salário mínimo ½	Mais de ½ a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 5 salários mínimos	Mais de 5 a 10 salários mínimos	Mais de 10 a 20 salários mínimos	Mais de 20 salários mínimos	Sem rendim ento
Jurunas	55.239	2.332	15.497	8.204	4.427	1.630	573	165	22.411
Campina	5.693	23	646	763	1.196	788	356	155	1.766
Cidade Velha	10.909	146	2.002	1.557	1.898	947	321	105	3.933
Reduto	5.928	17	480	631	1.070	969	600	287	1.874
TOTAL	77.769	2.518	18.625	11.155	8.591	4.334	1.850	712	29.984

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010/SEGEP, Anuário Estatístico de Belém, 2012.

Os bairros Reduto, Cidade Velha e Campina contam com inúmeros espaços identitários, com destaque para igrejas seculares, palácios, museus mercado do Ver-o-Peso, teatro da Paz e outros espaços que compõem o Centro Histórico de Belém. Entretanto, esses bairros convivem também com expressiva presença de população em situação de vulnerabilidade social, com destaque para as pessoas em situação de

rua, cuja presença é visível. Em pesquisa datada de 2014⁵⁹, identificou-se a existência de 478 pessoas em situação de rua no Município, com parcela significativa concentrada em logradouros desses bairros.

Entretanto, é de fato o Jurunas que concentra maiores problemáticas sociais, constando entre os 10 bairros com maior incidência de criminalidade nos anos de 2011 e 2012, nos quais foram registrados respectivamente 5.857 e 5.700 crimes (CHAGAS, 2014). Quanto à ocorrência de homicídios, o quadro a seguir registra.

Quadro nº 04 - Número de Homicídios Jurunas, na 4ª Área Integrada de Segurança Pública nos anos de 2011-13.

2011	2012	2013
29	50	35

Fonte: SIAC, 2014.

1.2 Oferta de serviços pela rede intersetorial

No quadro a seguir são quantificados os equipamentos da rede intersetorial para os bairros que compreendem a territorialidade do CRAS Jurunas.

Quadro nº 05 - Rede de equipamentos de políticas sociais básicas do Bairro do Jurunas

POLÍTICA SOCIAL	EQUIPAMENTO	BAIRROS				TOTAL
		Jurunas	C. Velha	Campina	Reduto	
Rede de Educação	UEI	03	-	-	-	03
	UP	03	-	-	-	03
	UEIF	03	-	-	-	03
	UEF	06	03	-	02	11
	UEFM	-	02	01	-	03
	UEM	04	01	01	-	06
	UEE	-	01	-	-	01
Rede de Saúde	UBS	01	-	-	-	01
	URE	-	-	01	01	02
	Casa da Mulher	-	01	-	-	01
	CRE Saúde do Trabalhador	-	-	01	-	01
	Hospital Maternidade do Povo	-	-	01	-	01
	Clic. de criança Pio XII (Conveniada)	-	-	01	-	01
	Unid. Movel Terrestre	-	01	-	-	01
	Farmácia Popular	01	-	01	-	02
	Dep. Regulação	-	-	01	-	01
Rede de Assistência Social	CRAS	01	-	-	-	01
	CREAS	-	01	01	-	02

⁵⁹ SEAS; UFPA (2014).

	Entidade Socioassistencial	01	-	02	-	03
Rede de Cultura e Lazer	Praças	07	11	21	04	43
	Biblioteca Escolar Municipal	02	02	-	-	04
	Academia ao ar livre	-	01	-	-	01
	Quadras de esporte (Escolar)	01	-	-	-	01
	Complexo Portal da Amazônia	01	-	-	-	01
	Parque Mangal das Garças	-	01	-	-	01
Rede de Apoio Comunitário*	Entidades Comunitárias	23	01	01	-	20

Fontes: SEMEC/SESMA/FUMBEL/FUNPAPA/SEGEL/SEMMA/CMAS/IDESP/Ministério da Cultura.

*Entidade que presta apoio à comunidade, mas não está inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, conforme relação fornecida pelo CRAS Jurunas.

Pelo quadro 5 é possível perceber que o bairro do Jurunas possui uma rede de serviços relativamente ampla, não ficando atrás dos demais bairros da territorialidade. Das ofertas verificadas, é o bairro do Reduto que apresenta o menor quantitativo de equipamentos.

A rede mais numerosa no bairro do Jurunas é a de educação, com 19 unidades no total; por outro lado, a rede de saúde conta apenas com 01 Unidade Básica de Saúde (UBS) e 01 Farmácia Popular. Na saúde, o bairro que possui maior número de equipamentos é o da Campina com 06 equipamentos.

A rede de assistência social possui 02 equipamentos no bairro do Jurunas, sendo 01 CRAS e 01 entidade socioassistencial. Na Cidade Velha fica localizado 01 CREAS e no bairro da Campina 01 CREAS e 02 entidades socioassistenciais.

Os espaços de cultura e lazer estão presentes em todos os bairros desta territorialidade através, principalmente, de um número expressivo de praças que somam 43, algumas das quais bem conhecidas como a Praça do Relógio (Cidade Velha) e a da República (Campina). Destaca-se no bairro do Jurunas a presença do Portal da Amazônia, cuja primeira etapa foi inaugurada em 2012, com aproximadamente 1,5 mil metros de área de lazer na orla de Belém.

2 Olhar da Comunidade sobre o território

2.1 Percepção sobre o espaço de vivência e a oferta dos serviços

Os participantes da consulta realizada na territorialidade do CRAS Jurunas, partindo do conhecimento de que dispõem sobre o território, identificaram e quantificaram a oferta de serviço da rede intersetorial, especificamente dos serviços

públicos de educação, saúde, lazer e segurança, que se efetivam através de equipamentos existentes nos bairros que compreendem esta territorialidade. Para melhor análise do conhecimento individual, foi tirada a quantidade média indicada para cada equipamento, como consta no Quadro 6.

Quadro nº 06 – Quantificação de equipamentos da rede intersetorial

Equipamentos	Quant.
Escolas Fund./Médio	08
Escolas Ed. Infantil/ creches	03
Postos de saúde	01
Delegacias	01
CRAS	01
Equip. Lazer	05

Fonte: Material de consulta.

Percebe-se, pelo Quadro 6, que o número de equipamentos conhecidos diverge do número disponível no território conforme mostrado na seção 1.2, quadro 5. No entanto, se for levado em consideração apenas o bairro do Jurunas, existe uma aproximação entre ambos. Na educação, por exemplo, foram identificadas as 03 escolas de educação infantil no quadro 6, o que coincide com a informação do quadro anterior. O mesmo aconteceu com a unidade de saúde. As divergências foram maiores apenas em relação aos espaços de lazer, mas há de se ponderar que neste quesito os participantes levaram em consideração basicamente o número de praças no bairro do Jurunas e o quadro 5 vai além, enumerando outros equipamentos de lazer.

Na avaliação que os participantes fizeram sobre essa quantidade, consta o seguinte:

Quadro nº 07 – Avaliação das ofertas (em %)

Equipamentos	Avaliação		
	Suficiente	Insuficiente	Não sabe informar
Escolas Fund./Médio	45,5	36,4	18,2
Escolas Ed. Infantil/ creches	0	78,9	21,1
Postos de saúde	5,0	85,0	10,0
Delegacias	18,2	72,7	9,1
CRAS	33,3	57,1	9,5
Equip. Lazer	28,6	52,4	19,0

Fonte: Material de consulta.

Como visto no quadro acima, a exceção do número de escolas de ensino fund/médio, em que 45,5% avaliaram como suficiente, todos os demais equipamentos foram considerados insuficientes pela ampla maioria dos

entrevistados, com destaque para posto de saúde, em que 85% dos participantes julgam insuficiente.

Essa oferta dos serviços, em alguma medida, rebate sobre a avaliação feita pelos participantes sobre a *condição de vida* nos seus bairros de moradia. No caso dos bairros representados e que compõem a territorialidade Jurunas, 10% avaliaram como *muito boa*, sendo a mesma porcentagem para os que consideram *boa*; 55% consideram a condição de vida *regular*; 20% *ruim* e 5% *muito ruim*.

Na escala de áreas mais deficientes, a primeira mais citada foi a *segurança pública*, seguida pela *saúde*, *saneamento básico* e *assistência social*; por outro lado, a mais frequentemente citada como menos deficiente foi a área *lazer*.

Dentro da territorialidade, no que diz respeito ao espaço de vivência, os participantes identificaram inúmeros atrativos culturais, incluindo festejos religiosos, datas comemorativas e espaços de socialização. O carnaval e as festas juninas foram os períodos festivos mais citados; o Rancho Não Posso Me Amofiná foi mencionado, assim como a Igreja Santa Terezinha, a quadrilha Sedução Ranchista, a Casa de Show Florentina, o festejo de São Benedito, e a festividade de Nossa Sr^a. da Conceição.

De uma maneira geral, os representantes comunitários avaliaram a territorialidade como festiva, identificando também as potencialidades presentes nela que, como definido na metodologia, se referem aos serviços/espços já disponíveis no território, independente de estarem ou não funcionando a contento. O Quadro 8 relaciona os recursos citados.

Quadro nº 08 – Recursos identificados na territorialidade

Recurso/potencialidade
UBS
UMS
UEI
CRAS
Escolas
Linhas de ônibus
Entidades socioassisten./centros comunitários
Igrejas
Projetos sociais
Feira/mercado
PROPAZ
Unidade móvel/base policial
Orla/Portal da Amazônia
Grupos culturais
INSS

Fonte: Material de consulta.

2.2 Principais vulnerabilidades, demandas e sugestões de melhorias

Quanto a situações específicas de violências/vulnerabilidades presentes no território, os participantes avaliaram a sua ocorrência ou não, segundo consta no quadro 9.

Quadro nº 09 – Avaliação de situações de violências/violação de direitos específicos (em %)

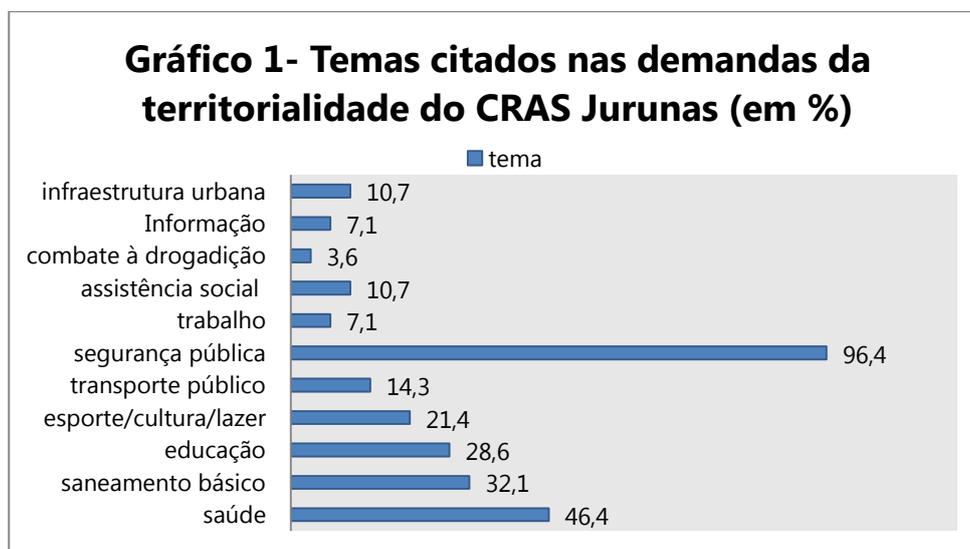
Violência/violação	Frequência		
	Muitas vezes	Poucas vezes	Nunca
Trabalho infantil	52,4	38,1	9,5
Violência contra crianças e adolescentes	57,9	42,1	0
Pessoas em situação de rua	86,4	13,6	0
Conflito familiar	68,2	27,3	4,5
Usuários de substâncias psicoativas	76,2	14,3	9,5

Fonte: Material de Consulta.

De acordo com o Quadro 9, são as pessoas em situação de rua que mais frequentemente são identificadas dentre as situações de violência/violação na territorialidade do Jurunas; 86,4% dos participantes responderam que a presenciam com muita frequência. A segunda situação mais percebida é a de usuários de substâncias psicoativas, seguida pelo conflito familiar em que 76,2% e 68,2%, respectivamente, responderam a opção “muitas vezes”.

Das situações acima mencionadas, segundo os técnicos do CRAS, as que são atendidas com mais frequência são pessoas em situação de conflito familiar e usuárias de substâncias psicoativas.

De acordo com a percepção sobre a oferta dos serviços, os participantes avaliam as principais demandas da territorialidade. O Gráfico 1 mostra os temas mais citados na consulta.



Fonte: Material de consulta.

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

Como indicado na avaliação da oferta dos serviços, a área mais citada quanto à demanda do território é a segurança pública, contida em 96,4% das tarjetas respondidas. Saúde e saneamento básico vieram em seguida, com 46,4% e 32,1%, respectivamente.

Quando desagregadas em subtemas, percebe-se as necessidades mais latentes dentro de cada área. Nas tarjetas que citaram o tema educação, por exemplo, a metade falou sobre a necessidade de mais creches; no caso da segurança pública, 25,9% citaram mais policiamento/rondas e 11,1% combater a violência urbana. Os que mencionaram o tema trabalho se concentraram em dois eixos: capacitação profissional e mais postos de trabalho, com 50% cada.

Quadro nº 10 – Subtemas mais citados nas demandas da territorialidade

Tema	Subtema	%
Educação	Mais creches	50,0
Transporte público	Pintura e/ou instalação de sinais	75,0
Saúde	Mais médicos	23,1
Segurança pública	Mais policiamento/rondas	25,9
	Combater a violência urbana	11,1
Esporte/cultura/lazer	Mais praças/áreas recreativas/espços públicos para a prática de esportes/ginásios poliesportivos/academias ao ar livre/espços culturais/bibliotecas	33,3
Saneamento básico	Coleta de lixo	11,1
Trabalho	Capacitação profissional (oferta de cursos profissionalizantes/oficinas)	50,0
	Mais postos de trabalho	50,0
Assistência social	Programas/projetos sociais	33,3
Infraestrutura urbana	Iluminação pública	66,7
	Acessibilidade (calçamento)	33,3

Fonte: Material de Consulta.

Os participantes fizeram sugestões direcionadas à melhoria da territorialidade que venham a contornar as dificuldades e atender, em alguma medida, as demandas por eles levantadas. Dentre as sugestões constam ações voltadas para os jovens, como atividades extras nas escolas, palestras nos CRAS e nas escolas, trabalho, como adolescente aprendiz, conscientizá-los quanto ao uso de drogas e criação de projetos voltados a esta temática.

Citaram também a construção de mais creches, de ginásio poliesportivo, de mais áreas de lazer/espços culturais e de PROPAZ; a contratação de mais professores para as escolas públicas e mais cursos profissionalizantes.

Para a segurança pública, as sugestões mais mencionadas foram a volta dos PM Box's, com 24h de funcionamento; mais policiamento nas ruas e maior interação da polícia com a comunidade. Na saúde, as recomendações foram no sentido de

mais médicos, melhorar a distribuição dos medicamentos, ampliar o posto médico. Na infraestrutura, a sinalização de ruas, ruas com esgotamento sanitário, reparos em praças e logradouros. De forma mais genérica, recomendaram a aceleração de obras e retomada de projetos que se encontram parados.

Os participantes e os técnicos do CRAS sugeriram de maneira mais específica, por ciclo de vida, as atividades/ações que deveriam ser voltadas para esses grupos, as quais perpassam um pouco sobre o que já foi comentado.

Quadro nº 11 – Sugestões de melhoria por ciclo de vida

Ciclo	Sugestões
Crianças	Creches, lazer, oficinas e projetos nas escolas, natação.
Jovens	Capacitação profissional, oficinas e projetos nas escolas, quadras esportivas, jovem aprendiz, prevenção às drogas e violência, PROPAZ, ginásio/centro poliesportivo.
Adultos	Cursos e empregos, geração de renda, capacitação, capoterapia, espaço para cursos e atividades de lazer.
Idosos	Atividades físicas e psicomotoras, capoterapia, ginástica, dança, passeios, projetos que promovam o conhecimento de seus direitos, convivência familiar e comunitária, promoção da saúde.

Fonte: Material de Consulta.

3 Outros aspectos de vulnerabilidade

Na territorialidade do CRAS Jurunas, existem 7.995 famílias inscritas no CadÚnico, das quais 7.198 são beneficiárias do PBF, representando 7,1% do total de famílias beneficiadas no Município⁶⁰.

O Censo SUAS-MDS 2014, que é uma ferramenta de levantamento de dados dos serviços prestados pelos equipamentos socioassistenciais e que se pauta também no conhecimento do território, relaciona as situações mais frequentemente identificadas no território de abrangência do CRAS Jurunas, conforme segue: situações de negligência em relação a pessoas idosas; crianças e adolescentes fora da escola; indivíduos sem documentação civil; famílias elegíveis não inseridas nos programas ou benefícios de transferência de renda; famílias em situação de insegurança alimentar e usuários de crack e/ou outras drogas.

Além disso, foi identificada, no território de abrangência deste CRAS a presença de: Moradias irregulares como favelas, invasões, grotas, cortiços, e/ou similares; altos índices de criminalidade e de conflito/violência vinculados ao tráfico de drogas.

⁶⁰ Dados extraídos do Relatório CCU/PBF dez. 2014.

Os técnicos do CRAS, a partir da experiência que possuem e do conhecimento acumulado sobre a territorialidade, elencaram as seguintes situações de risco e vulnerabilidade mais presentes no território do Jurunas: tráfico de drogas, insuficiência de renda, usuários de drogas e negligência em relação a pessoas idosas. Situações que se aproximam do verificado no Censo SUAS.

3.1 Cálculo de vulnerabilidade social (VS)

As variáveis utilizadas no cálculo de vulnerabilidade social para esta territorialidade ficaram, na sua maioria, próximos à média de Belém, como é o caso do percentual de famílias abaixo da linha de extrema pobreza (Fpob), que ficou levemente acima da média, com 80,5% das famílias inscritas no CadÚnico na territorialidade possuindo renda *per capita* familiar de até R\$77,00/mês contra 79,1% do Município, além do percentual de famílias que possuem despesas com medicamentos de uso regular (Pmed), que ficou igual à média com 11,1%. Embora próximos à média, seis das doze variáveis foram classificadas como “ruim”, entre elas o percentual de famílias com renda *per capita* inferior a ½ salário mínimo com pelo menos um membro idoso (Pfid), que ficou com 10,1% contra 9,2% de Belém. Dentre os indicadores classificados como “bom” está o percentual de domicílios improvisados (Pdmi) cujo valor ficou abaixo da média de 17,7%, registrando a territorialidade 16,8%.

Segundo este panorama e em acordo com a metodologia utilizada, os resultados de cada indicador apontaram para um valor de **3,1** para a vulnerabilidade social da territorialidade do CRAS Jurunas, conforme especificada no quadro 9, se encaixando na faixa classificada como alta vulnerabilidade social.

Quadro nº 12 – Cálculo de vulnerabilidade territorialidade CRAS Jurunas

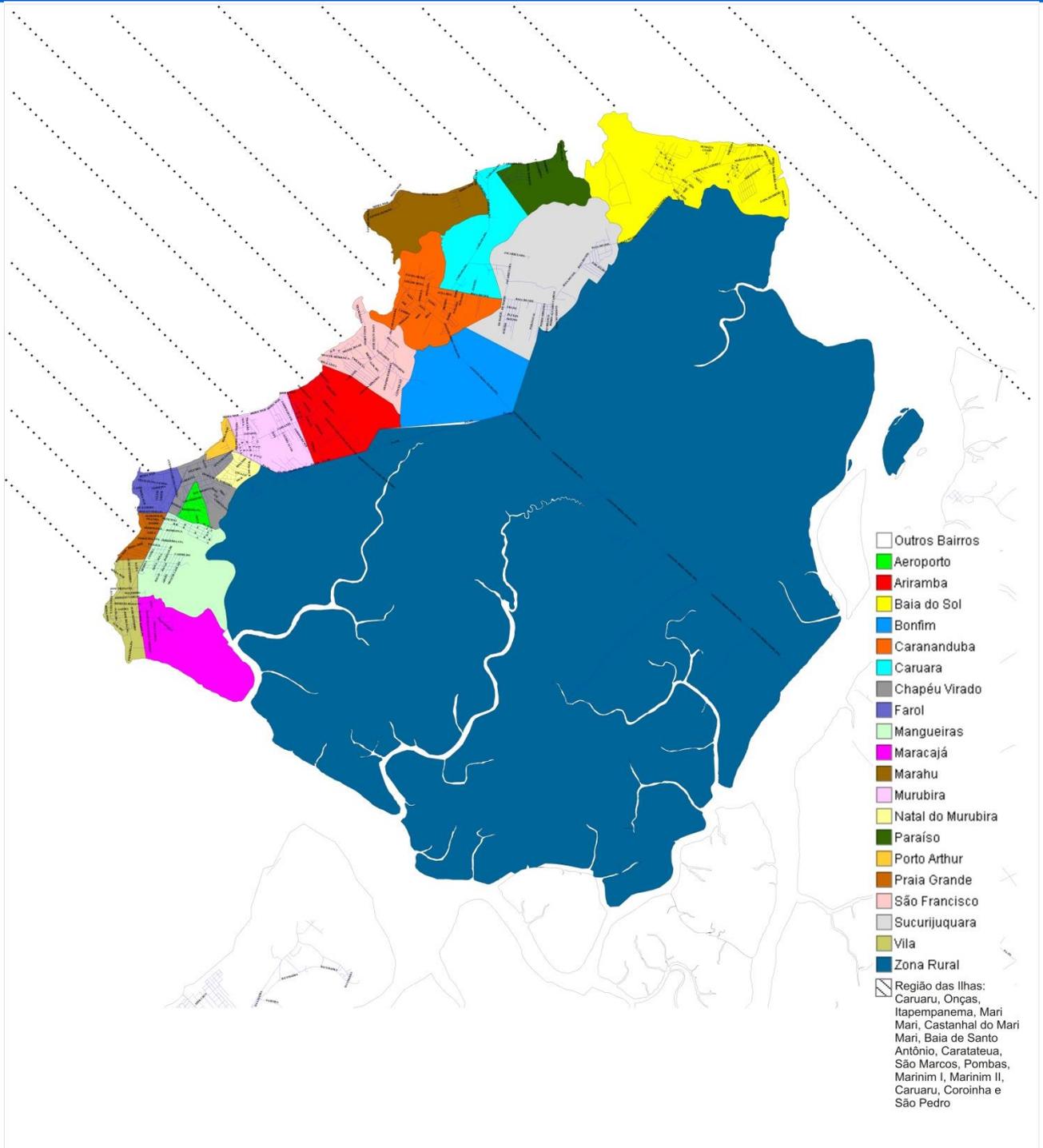
TERRITORIALIDADE CRAS JURUNAS						
Dimensão	Indicador	Valor calculado (%)	Valor Município (%)	Avaliação indicador	Numeração	VS
Trabalho e renda	Fpob	80,5	79,1	ruim	4	3,1 alta
	Pinf	5,7	6,2	bom	2	
	Nocp	4,2	4,4	ruim	4	
Educação	Panf	9,1	8,7	ruim	4	
	Pnfe	17,5	17,4	ruim	4	
	Pesu	1,3	1,0	bom	2	
Saúde	Pmed	11,1	11,1	regular	3	
Domicílio	Pdmi	16,8	17,7	bom	2	
Grupos específicos	Pfcm	2,3	2,4	bom	2	
	Pfti	1,2	0,9	ruim	4	
	Pfid	10,1	9,2	ruim	4	
	Pfpd	3,2	3,3	bom	2	

Fonte: CadÚnico, Set./2014.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

É importante lembrar que este cálculo não deve ser visto de maneira isolada, sem levar em consideração as outras nuances de vulnerabilidade aqui delineadas, buscando-se, assim, com o conjunto de dados aqui analisados, traçar um quadro multifatorial do fenômeno de vulnerabilidade social na territorialidade do Jurunas.

DIAGNÓSTICO TERRITORIALIDADE CRAS MOSQUEIRO



1 Olhar sobre o território

1.1 Visão Geral

A territorialidade do CRAS Mosqueiro, implantado em 01 de janeiro de 2005, abrange todos os bairros da Ilha de Mosqueiro: Aeroporto, Ariramba, Baía do Sol, Bonfim, Carananduba, Caruará, Chapéu Virado, Farol, Mangueiras, Maracajá, Marahu, Murubira, Natal do Murubira, Paraíso, Porto Arthur, Praia Grande, São Francisco, Sucurijuquara e Vila. Compõem também a área de abrangência as Ilhas / povoados de Caruaru, Onças, Itapempanema, Mari Mari, Castanhal do Mari Mari, Baía de Santo Antonio, Caratateua, São Marcos, Pombas, Maritim I, Maritim II, Caruari, Coroinha e São Pedro, que juntos compõem uma área total de aproximadamente 219,67 km².

Segundo Tavares (2006), a história de Mosqueiro⁶¹ iniciaria ainda no período colonial, momento em que boa parte das terras que hoje formam a Ilha (do igarapé do Cajueiro até a Baía do Sol) pertenciam ao Distrito de Benfica⁶². No atual bairro de Carananduba, antigo Nossa Senhora da Conceição do Benfica, foram erguidas, no século XVIII, as primeiras habitações coloniais, as fazendas Santana, na praia do Paraíso, atualmente em ruínas, e, do outro lado, a fazenda ou sítio Conceição, ainda preservada. Em Mosqueiro, os colonizadores se estabeleceram nos terrenos altos, os "caris" na língua indígena, próximo da enseada, onde contavam com segurança para suas embarcações. Ao chegarem à Ilha, os portugueses já encontraram os índios Tupinambás (os "filhos de Tupã"), que fugiram do Nordeste após as invasões estrangeiras no litoral brasileiro (TAVARES, 2006).

A ilha de Mosqueiro, ainda em acordo com Tavares (2006), foi apropriada como refúgio turístico das classes enriquecidas do Estado e dos estrangeiros que vieram como gestores da riqueza promovida pela extração de borracha, no final do século XIX; desde então, seu desenvolvimento como local turístico não primou pela implantação de uma rede técnica de infraestrutura de saneamento (água e esgoto) que oferecesse plena salubridade ao ambiente. Nesse sentido, as populações sem maior acesso à infraestrutura encontram-se localizadas nas áreas periféricas das zonas urbanas (no caso específico, as regiões não centrais de Mosqueiro), que constituem as áreas mais deficitárias em termos estruturais, a exemplo de serviços de esgotamento sanitário.

⁶¹ A atividade pesqueira teria relação com o nome da ilha: Mosqueiro, oriundo da prática do "Moqueio" (tratamento indígena de conservação do peixe através do calor brando do fumeiro). FONTE: COSTA (2007).

⁶² A Ilha de Mosqueiro foi distrito da Freguesia de Benfica até 1901, quando passou a ser um distrito de Belém.

As ilhas e as praias da capital paraense exercem intensa atração no imaginário de seus residentes e visitantes, sendo locais de moradia, trabalho e lazer de distintos agentes sociais. Mosqueiro se configura, assim, como espaço de grande circulação de pessoas, em especial no período de férias escolares e feriados, quando um contingente considerável da população da capital procura os atrativos turísticos deste balneário. Nesse caminho, segundo Costa (2007), o uso das praias mosqueirenses para fins turísticos se origina, ainda no século XIX, da visão de viagem e de lazer dos europeus que vieram a Belém para trabalhar na *Pará Electric Railways Company* (responsável pela instalação de energia elétrica e de meios de transporte interno). A atividade turística teve papel fundamental para as intervenções realizadas pelo Poder Público no sentido de dotar de infraestrutura a ilha.

Tavares (2006) reafirma que, passando por um processo de grandes mudanças, junto com Belém, Mosqueiro conviveu com a riqueza e o luxo e gozou de algumas das benesses trazidas pelo célere desenvolvimento verificado na capital a partir do ciclo da borracha⁶³. Chegaram os ingleses da *Pará Electric*; vieram também alemães, franceses e americanos, funcionários de empresas estrangeiras como a *Port of Pará* e a *Amazon River*, empresas do ramo da navegação e portos.

A ilha de Mosqueiro constitui-se como maior ilha de Belém, situada na Baía de Marajó, a nordeste do Estado do Pará. Desde 1901 Distrito Administrativo do município de Belém, distancia-se da sede deste Município 32 km por via fluvial – única forma de comunicação com a sede até meados da década de 1960 – e aproximadamente 77 km por via terrestre/fluvial quando foi construída, em meados da década de 1970, a ponte Sebastião de Oliveira⁶⁴ sobre o Furo das Marinhas. A construção dessa ponte consolidou a integração da ilha ao continente e marcou um outro momento histórico no Distrito, promovendo novas expectativas de especulações imobiliárias, expansão do comércio e uma nova territorialidade, cada vez mais atrelada ao turismo (COSTA, 2007).

Enquanto área litorânea e entrecortada por rios, a atividade pesqueira ganha destaque em Mosqueiro, sendo a Ilha um dos mais importantes pontos de desembarque de pescado que abastece os principais mercados de peixes na cidade

⁶³ “O ciclo da borracha foi um importante momento da história econômica e social do Brasil. A borracha natural começou a ser extraída para exportação em 1827, como matéria-prima, e em 1840, Charles Goodyear criou o processo de vulcanização, que mais tarde viabilizou a produção de pneus. Com isso, houve um estímulo para a exportação da borracha natural, produzida em seringais da região amazônica”. In: D’AGONTINI, et al. **Ciclo econômico da borracha**: seringueira *Hevea brasiliensis*. Disponível em: < http://www.biologico.sp.gov.br/docs/pag/v9_1/dagostini3.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2015.

⁶⁴ Inaugurada em 12 de janeiro de 1976, pelo então presidente da República, general Ernesto Geisel.

de Belém. Nesse ínterim, a pesca artesanal é dividida em subsistência e comercial. A pesca de subsistência é praticada por uma pequena parcela de pescadores, situação na qual grande parte da produção é destinada ao consumo de suas famílias e apenas uma parcela chega a ser comercializada pelos mesmos. De outro modo, na pesca comercial, toda a produção é destinada ao comércio local ou de outras localidades, com a comercialização sendo efetuada pelos próprios pescadores que, além da pesca, também atuam na venda do pescado, ou por “atravessadores” que armazenam e comercializam o pescado (OLIVEIRA, 2007).

Dentre as ilhas/povoados de Mosqueiro, menciona-se Castanhal de Mari Mari (*Castanhalzinho* como alguns chamam), povoação localizada na margem direita do rio Mari-Mari, no sudoeste da ilha do Mosqueiro. Segundo o *blog* “Mosqueirando⁶⁵”, o acesso ao povoado é feito pelo igarapé do Castanhal – que lhe emprestou o nome – ou pelo igarapé do Canavial; em ambos encontram-se longos trapiches de madeira para facilitar o embarque/desembarque, uma vez que as áreas de várzea marginais são bastante amplas. Nessa comunidade residem cerca de vinte famílias, e a pesca artesanal, a agricultura de subsistência e a coleta de frutos surgem como principais atividades econômicas. Ainda conforme o citado *blog*, é uma comunidade tradicional, cuja origem data do início do século passado. Sua festividade tradicional, realizada no fim do mês de maio, homenageia Santa Maria e agrega eventos religiosos e profanos.

As expressões culturais do Distrito de Mosqueiro são múltiplas e inter-relacionadas, sendo essa territorialidade foco de grandes festividades, a exemplo do carnaval e da quadra junina⁶⁶. Nesse último aspecto, destacam-se as quadrilhas juninas Furacão Mosqueirense; Sedução Mosqueirense; Cabras de Lampião; Ídolos Mosqueirense; Império Junino; Sensação Caliente e Ídolos Mosqueirenses (Maracajá); O Amor é Nosso; Explosão Diamantina; Charme da Ilha (Porto Arthur); Encanto Junino (Carananduba); Revelação Mosqueirense (Vila) e Frutos dos Ídolos, além de grupos de boi-bumbá e parafolclóricos. Tem-se ainda o pássaro junino Ararajuba.

A seguir, no quadro 1, relacionam-se alguns dados sociodemográficos da territorialidade, buscando apreender as especificidades locais.

Quadro nº 01 - População residente na territorialidade do CRAS Mosqueiro por sexo- 2010.

Bairro	Pop. Total	Homens	Mulheres
Aeroporto	1.170	584	586
Ariramba	1.942	951	991

⁶⁵ In: <<http://mosqueirando.blogspot.com.br/2011/07/na-rota-do-turismo-comunidade-de.html>>

⁶⁶ Dados fornecidos pela Fundação Municipal de Cultura – FUMBEL.

Baia do Sol	2.414	1.247	1.167
Bonfim	776	410	366
Carananduba	5.445	2.730	2.715
Caruará	794	417	377
Chapéu Virado	1.159	580	579
Farol	851	420	431
Mangueiras	2.851	1.414	1.437
Maracajá	3.345	1.647	1.698
Marahu	132	72	60
Murubira	1.519	786	733
Natal do Murubira	1.098	533	565
Paraíso	315	157	158
Porto Arthur	283	143	140
Praia Grande	748	376	372
São Francisco	2.438	1.204	1.234
Sucurijuquara	1.074	538	536
Vila	3.040	1.455	1.585
TOTAL	31.394	15.664	15.730

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

O bairro Carananduba abriga o maior contingente populacional (5.545 pessoas), já o segundo maior volume de moradores se encontra em Maracajá (3.345). No bairro Marahu, verifica-se pequena população (132 indivíduos). Fato que chama atenção é o quantitativo aproximado de homens e mulheres na Ilha do Mosqueiro, com 15.664 e 15.730, respectivamente, havendo uma leve predominância feminina, conforme consta no quadro 1.

Quanto ao número de domicílios, como era esperado, Carananduba apresenta o maior quantitativo, seguindo pelo bairro Maracajá. Com o menor quantitativo tem-se o Marahu, com 42 domicílios apenas, como mostrado no quadro 2.

Quadro nº 02- Domicílios particulares permanentes segundo os bairros da territorialidade CRAS Mosqueiro, no Município de Belém- 2010

Bairro	Nº de Domicílios
Aeroporto	321
Ariramba	519
Baia do Sol	589
Bonfim	210
Carananduba	1.362
Caruará	203
Chapéu Virado	322
Farol	236
Mangueiras	787
Maracajá	844
Marahu	42
Murubira	437
Natal do Murubira	290
Paraíso	95

Porto Arthur	74
Praia Grande	197
São Francisco	630
Sucurijuquara	257
Vila	841
TOTAL	8.256

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Sobre as moradias irregulares, o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Belém (2012) registra alguns aglomerados subnormais nos bairros Vila, Maracajá, Mangueiras, Aeroporto, Farol, Chapéu Virado, Natal do Murubira, Ariramba, Bonfim, Carananduba, Marahu, Caruara, Sucurijugara e Baía do Sol. Referente a assentamentos, registra-se o Assentamento Paulo Fontelles, o qual é relativamente recente, estando situado na estrada da Baía do Sol, distante cerca de 5 km da estrada do Carananduba e possui uma área total de 927,9399 hectares, sendo parte utilizada como reserva ambiental. No local, as famílias praticam a horticultura, a piscicultura, a criação de pequenos animais e a extração do látex da borracha para uso no artesanato, e culturas de subsistência como a mandioca⁶⁷.

Importa frisar também a existência de povos e comunidades tradicionais no território de abrangência deste CRAS, a exemplo de comunidade quilombola e comunidades ribeirinhas.

Atualmente, as atividades econômicas desenvolvidas na Ilha abrangem diversos setores, desde o extrativismo vegetal até a prestação de serviços. Nesse sentido, expõe-se a seguir as classes de rendimento locais.

Quadro nº 03 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classe de rendimento nominal mensal, segundo os bairros da territorialidade CRAS Mosqueiro, no Município de Belém – 2010

Bairro	Total	Até ½ salário mínimo	Mais de ½ a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 5 salários mínimos	Mais de 5 a 10 salários mínimos	Mais de 10 a 20 salários mínimos	Mais de 20 salários mínimos	Sem rendimento
Aeroporto	974	113	238	136	61	19	4	-	403
Ariramba	1.579	111	300	115	57	22	3	2	969
Baía do Sol	1.992	265	553	184	87	22	7	1	873
Bonfim	607	50	72	67	20	0	-	-	398
Carananduba	4.367	544	1.056	481	260	50	13	1	1.962
Caruará	632	87	177	59	30	8	2	-	269
Chapéu Virado	962	64	266	131	85	20	6	1	389
Farol	704	45	202	92	59	14	5	1	286
Mangueiras	2.317	266	522	288	153	29	9	3	1.047
Maracajá	2.818	220	700	396	191	47	3	3	1.258
Marahu	129	-	20	40	6	2	1	3	57
Murubira	1.228	177	326	178	75	16	5	1	450

⁶⁷ Informação extraída de: <http://www.agenciapara.com.br/noticia.asp?id_ver=104636> Acesso em: 26 mai. 2015.

Natal do Murubira	898	89	194	95	34	15	2	-	469
Paraíso	248	31	73	41	20	7	-	-	76
Porto Arthur	240	8	77	22	13	7	-	-	113
Praia Grande	637	53	153	78	61	19	12	1	260
São Francisco	1.988	166	350	189	82	39	10	2	1.150
Sucurijuquara	855	68	190	102	21	3	0	-	471
Vila	2.607	215	687	376	280	91	12	1	945
TOTAL	25.782	2.572	6.156	3.070	1.595	430	94	20	11.845

Fonte: SEGEP, Anuário Estatístico de Belém, 2012.

Do quadro anterior, nota-se um considerável número de pessoas sem rendimento (11.845 pessoas). Entre os que possuem algum rendimento, a maioria (6.156) tem renda de mais de ½ a 1 salário mínimo. Poucas pessoas (114) possuem as maiores rendas, mais de 10 a mais de 20 salários mínimos.

Essa territorialidade, enquanto um verdadeiro arquipélago amazônico, apresenta um caráter *sui generis*, havendo uma densa relação entre seus moradores e o ambiente natural local, desde matas, rios, praias e igarapés, produzindo um colorido quadro de conhecimentos tradicionais. Dessa forma, qualquer planejamento de política pública precisa partir de tal pressuposto. Apresenta-se a seguir o conjunto de equipamentos públicos dessa área de abrangência.

1.2 Oferta de serviços pela rede intersetorial

No quadro 4 a seguir são quantificados os equipamentos da rede intersetorial para a territorialidade do CRAS Mosqueiro.

Quadro nº 04 - Rede de equipamentos de políticas sociais básicas da territorialidade do CRAS Mosqueiro

POLÍTICA SOCIAL	EQUIPAMENTO	TOTAL
Rede de Educação	UEI	04
	UP	04
	UEIF	10
	UEF	03
	UEFM	03
Rede de Saúde	UBS	03
	USF	05
	Casa Recriar (Tratamento Neurológico de crianças com deficiência)	01
	Hospital Municipal	01
Rede de Assistência Social	CRAS	01
	CREAS	01
	E.A de Crianças e Adolescentes	01
	Entidade Socioassistencial	02
Rede de Cultura e Lazer	Praças	16

	Biblioteca Escolar	03
	Biblioteca comunitária	01
	Academia ao ar livre	01
	Quadras de esporte (Escolar)	05
Rede de Apoio Comunitário*	Entidades Comunitárias	20

Fontes: SEMEC/SESMA/FUMBEL/FUNPAPA/SEGEL/SEMMA/CMAS/IDESP/Ministério da Cultura.

*Entidade que presta apoio à comunidade, mas não está inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, conforme relação fornecida pelo CREAS Mosqueiro.

Pelo quadro 4 é possível perceber que a rede de educação, especialmente no que concerne às escolas de ensino médio, é bastante limitada, possuindo apenas 03 unidades para atender toda a Ilha de Mosqueiro. Na rede de saúde, existem 03 Unidades Básicas de Saúde (UBS), 05 Unidades de Saúde da Família (USF) e 01 Hospital Municipal destinado aos 19 bairros da Ilha, que conta também com 01 Casa Recriar.

O equipamento mais numeroso na rede de lazer são as praças, apresentando 16 no total, mas apenas 01 conta com academia ao ar livre.

A rede de assistência social possui 01 CRAS, 01 CREAS, 01 espaço de acolhimento (Lar Acolhedor da Tia Socorro) e 02 entidades socioassistenciais (Fundação Acolher e Lar da Tia Socorro).

2 Olhar da Comunidade sobre o território

2.1 Percepção sobre o espaço de vivência e a oferta dos serviços

Os participantes da consulta realizada na territorialidade do CRAS Mosqueiro, partindo do conhecimento de que dispõem sobre o território, identificaram e quantificaram a oferta de serviço da rede intersetorial, especificamente dos serviços públicos de educação, saúde, lazer e segurança, que se efetivam através de equipamentos existentes nos bairros que compreendem esta territorialidade. Para melhor análise do conhecimento individual, foi calculada a quantidade média indicada para cada equipamento, como consta no Quadro 5.

Quadro nº 05 – Quantificação de equipamentos da rede intersetorial

Equipamentos	Quant.
Escolas Fund./Médio	03
Escolas Ed. Infantil/creches	02
Postos de saúde	02
Delegacias	01
CRAS	01
Equip. Lazer	02

Fonte: Material de consulta.

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

Fazendo-se um contraponto deste quadro em relação ao quadro 4 (rede intersetorial), percebe-se que a maioria dos equipamentos foi quantificada pelos participantes com um número menor do que o existente na territorialidade. Nos espaços de lazer, por exemplo, o quadro acima aponta a existência de apenas 02 equipamentos, mas o quadro 4 mostra que só de praças existem 16 em Mosqueiro. Embora o quantitativo tenha ficado abaixo, ele não destoia de modo significativo em relação aos demais equipamentos, havendo, inclusive, uma coincidência no número de escolas de ensino fund./médio.

Na avaliação que os participantes fizeram sobre essa quantidade, consta o seguinte:

Quadro nº 06 – Avaliação das ofertas (em %)

Equipamentos	Avaliação		
	Suficiente	Insuficiente	Não sabe informar
Escolas Fund./Médio	13,0	73,9	13,0
Escolas Ed. Infantil/ creches	4,8	81,0	14,3
Postos de saúde	22,7	72,7	4,5
Delegacias	31,6	63,2	5,3
CRAS	27,8	66,7	5,6
Equip. Lazer	10,5	73,7	15,8

Fonte: Material de consulta.

Todos os equipamentos citados no quadro 6 foram avaliados como insuficiente pela maioria dos participantes, ficando o percentual mais elevado para as escolas de educação infantil/creches, com 81%; em seguida vieram as escolas de ensino fund./médio (73,9%) e equipamentos de lazer (73,7%). O CRAS foi considerado suficiente para 27,8% dos consultados, mas, por outro lado, sua oferta foi considerada insuficiente para 66,7%; os que não souberam avaliar somaram 5,6%.

Essa oferta dos serviços, em alguma medida, rebate sobre a avaliação feita pelos participantes sobre a *condição de vida* nos seus locais de moradia. No caso dos bairros representados e que compõem a territorialidade do Mosqueiro, nenhum a considerou como *muito boa*; 13% a consideraram *boa*; 75% avaliaram como *regular*; 13% como *ruim* e nenhum chegou a considerar a condição de vida no seu bairro como *muito ruim*. De um modo geral, pode-se inferir que os participantes levaram em conta, em suas avaliações, tanto os aspectos negativos quanto os positivos presentes na Ilha de Mosqueiro o que fez com que a maioria optasse pela condição de vida regular.

Dentro da territorialidade, no que diz respeito ao espaço de vivência, os participantes identificaram poucos atrativos culturais; entre os citados estão os

festejos religiosos, datas comemorativas, grupos folclóricos, carimbó e tecnobrega. O turismo e a pesca também foram lembrados enquanto aspectos identitários da Ilha de Mosqueiro.

Os representantes comunitários identificaram também as potencialidades presentes nesta territorialidade que, como definido na metodologia, se referem aos serviços/espços já disponíveis no território, independente de estarem ou não funcionando a contento. O Quadro 7 relaciona os recursos citados.

Quadro nº 07 – Recursos identificados na territorialidade

Recurso/potencialidade
Posto/unidade de saúde
PSF/Casas Família
CRAS
CREAS
Escolas
Entidades socioassisten./centros comunitários
Projetos sociais
Conselho tutelar
Associação de moradores
ONG's
Praça
Delegacia/batalhão de polícia
Academia ao ar livre
Rádio comunitária
CAPS
Potencial pesqueiro
CRIE - Centro de Ref. em Inclusão Educacional
Batalhão bombeiros
Inspetoria da Guarda Municipal
Centros de Reabilitação
Agência Distrital

Fonte: Material de consulta.

2.2 Principais vulnerabilidades, demandas e sugestões de melhorias

Quanto a situações específicas de violências/vulnerabilidades presentes no território, os participantes avaliaram a sua ocorrência ou não, segundo consta no quadro 8.

Quadro nº 08 – Avaliação de situações de violências/violação de direitos específicos (em %)

Violência/violação	Frequência		
	Muitas vezes	Poucas vezes	Nunca
Trabalho infantil	40,9	59,1	0
Violência contra crianças e adolescentes	52,2	43,5	4,3

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

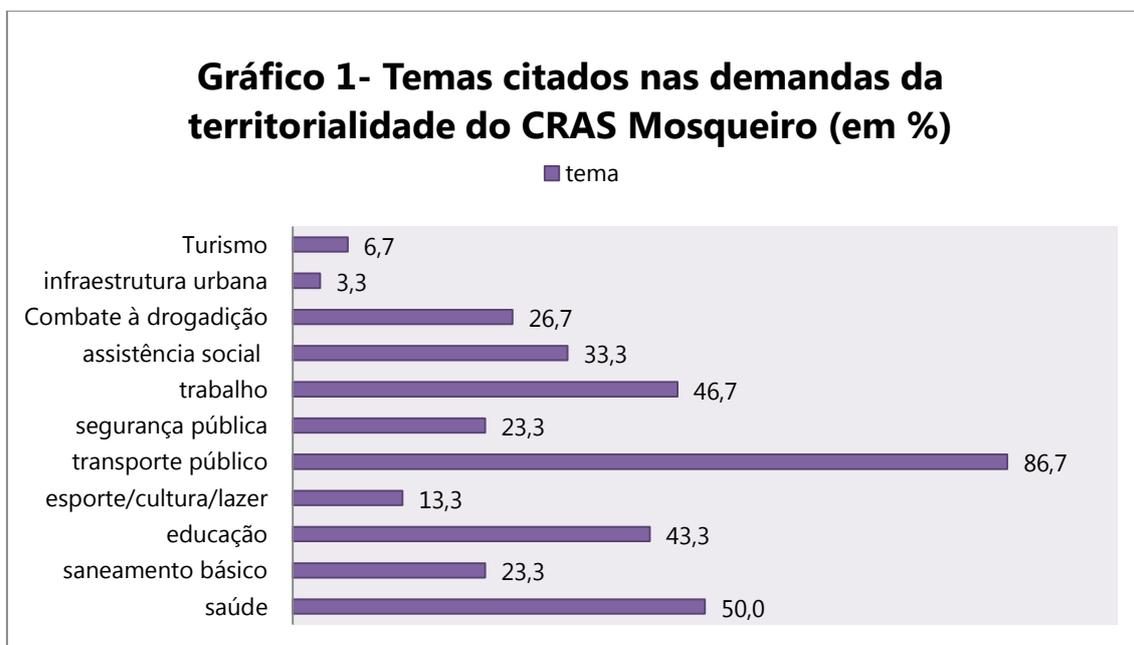
Pessoas em situação de rua	45,8	54,2	0
Conflito familiar	62,5	37,5	0
Usuários de substâncias psicoativas	82,6	8,7	8,7

Fonte: Material de Consulta.

À exceção dos usuários de substâncias psicoativas e do conflito familiar, as demais situações de violência ficaram com percentuais aproximados entre a ocorrência “muitas vezes” e “poucas vezes”, denotando que, dentre as situações elencadas, as duas primeiras são as que mais se ressaltam na territorialidade. Em relação aos usuários de substância psicoativas, 82,6% dos participantes disseram presenciar “muitas vezes”; no caso do conflito familiar, este percentual ficou em 62,5%. O Trabalho infantil e as pessoas em situação de rua foram as que ficaram com maior percentual entre os que disseram verificá-las poucas vezes no território, com 59,1% e 54,2%, respectivamente.

Na avaliação feita pelos técnicos do CRAS, as situações mencionadas no quadro 8 que são mais frequentemente atendidas no espaço são o conflito familiar, seguida pelos usuários de substâncias psicoativas. O trabalho infantil e a violência contra crianças e adolescentes, a maioria dos técnicos respondeu atender poucas vezes; já em relação às pessoas em situação de rua, as respostas se concentraram em nunca e poucas vezes.

De acordo com a percepção sobre a oferta dos serviços, os participantes avaliam as principais demandas da territorialidade. O Gráfico 1 mostra os temas mais citados na consulta.



Fonte: Material de Consulta.

O tema transporte público foi, isolado, o mais citado pelas tarjetas, aparecendo em 86,7% delas. Após, vieram os temas: saúde (50%), trabalho (46,7%) e educação (43,3%).

Quando desagregadas em subtemas (quadro 9), percebem-se as necessidades mais latentes dentro de cada área. Para os que citaram o tema educação, por exemplo, 30,8% falaram sobre a necessidade de um *campus* universitário em Mosqueiro e 23% de mais creches. Das tarjetas que mencionaram a área de transporte público, 42,3% citaram a necessidade de sua ampliação/melhoria. Na saúde, dentre os subtemas citados, tem-se a melhoria no atendimento especializado (40%); mais médicos (6,7%) e a regularização de medicamentos e disponibilização de ambulância (6,7%). Na assistência social, o combate ao trabalho infantil e à prostituição infantil/exploração sexual, assim como os programas/projetos sociais, foram os assuntos citados em 10% das tarjetas que abordaram esse tema.

Quadro nº 09 – Subtemas mais citados nas demandas da territorialidade

Tema	Subtema	%
Educação	Campus universitário	30,8
	Mais creches	23,0
Transporte público	Ampliação/melhoria no transporte coletivo	42,3
Saúde	Melhoria no atendimento especializado	40,0
	Mais médicos	6,7
	Regularizar o estoque de medicamentos/ ambulância	6,7
Saneamento básico	Limpeza de vias públicas/bueiros	28,6
Trabalho	Capacitação profissional (oferta de cursos profissionalizantes/oficinas)	50,0
	Mais postos de trabalho	64,3
Assistência social	Combate ao trabalho infantil	10,0
	Combate à prostituição infantil/exploração sexual	10,0
	Programas/projetos sociais	10,0
Infraestrutura urbana	Organizar a numeração das casas	100,0

Fonte: Material de Consulta.

Os participantes fizeram sugestões direcionadas à melhoria da territorialidade que venham a contornar as dificuldades e atender, em alguma medida, as demandas por eles levantadas. No transporte público, sugeriram a regularização de linha de transporte Belém-Mosqueiro e interior da Ilha; aumentar a frota de ônibus; criar novas linhas que atendam à demanda da população; linhas urbanas que coloquem transporte o ano inteiro e não somente em altas temporadas; proibir a cobrança de passagem para idosos nas vans; definir os horários de circulação dos ônibus e melhorar o seu estado de conservação. Na área da saúde, citaram a implantação de CAPS e CAPSAD; disponibilizar UTI no hospital de Mosqueiro; aumentar a oferta de atendimento com médicos especialistas; que a vigilância sanitária se faça mais

presente. Na segurança pública, as sugestões foram no sentido de aumentar as rondas e o efetivo de PM's e também a instalação de unidade de segurança (principalmente no Chapéu Virado).

Na área de assistência social, dentre as sugestões constam a inclusão de jovens em projetos sociais; fortalecer o trabalho com as famílias; projetos voltados para crianças e adolescentes sobre a prevenção ao uso de drogas; incentivo à participação de crianças, adolescentes e jovens nos serviços do CRAS e monitoramento permanente e atualizado da rede socioassistencial. Ações voltadas aos usuários de substâncias psicoativas e às pessoas em situação de rua, com a implantação de abrigo; a criação de programas, não apenas na área de segurança pública, de combate à drogadição de adolescentes.

Relacionado ao tema trabalho, a capacitação profissional e geração de emprego ganharam destaque, em que se sugeriu a implantação de órgão de capacitação profissional, emprego e renda; implantação de escolas agrícolas e de pesca; incentivo à iniciativa privada (indústria, comércio e serviços) a se estabelecer na Ilha; sistema "S" em Mosqueiro ou parceria com entidades não governamentais para qualificação de mão de obra; parceria com empresas para contratação de força de trabalho local; criação de uma casa do trabalhador no Distrito. Ligado ao esporte/cultura/lazer, citaram a criação de áreas culturais como teatro, cinema; incentivo à música e dança; utilizar praças e logradouros para realizar eventos culturais e que o governo faça a orla de Mosqueiro (com calçadas, barracas padronizadas, etc.), gerando empregos.

Outras sugestões dos participantes da consulta foram: A SEHAB atuar quanto à padronização da numeração das casas; criar núcleo de formação permanente de cidadania que envolva o conhecimento de direitos e deveres; fortalecer as redes de apoio entre a assistência social, saúde e educação, para que o público que se encontra na escola seja melhor atendido; que as autoridades militares e civis se reúnam com as comunidades com projetos para atender as famílias em relação à violência doméstica; criação de grupo intersetorial ligado ao gabinete do prefeito para discussão das necessidades de cada setor.

Os participantes e os técnicos do CRAS, como consta no quadro 10, sugeriram, de maneira mais específica, por ciclo de vida, as atividades/ações que deveriam ser voltadas para esses grupos, as quais perpassam um pouco sobre o que já foi comentado.

Quadro nº 10 – Sugestões de melhoria por ciclo de vida

Ciclo	Sugestões
Crianças	Cultura, esporte, música, orientação religiosa, espaços de lazer,

	projeto de alfabetização, creches de permanência integral, educação infantil, assistentes sociais na escola, atividades socioeducativas.
Jovens	Esporte, formação cidadã, inserção no mercado de trabalho, escolas de 2º grau, projeto para drogados, estágios nos órgãos municipais, bibliotecas, escola de artes, escola de samba, dança, esporte, lazer, capacitação profissional, atividades socioesportivas.
Adultos	Prevenção à violação de direitos de crianças e adolescentes, cursos profissionalizantes, geração de emprego e renda, centro de convivência, serviço de acolhimento familiar, assistência social, academias ao ar livre, grupos de costureira, Seguro Defeso.
Idosos	Acompanhamento da saúde, esporte e lazer, oficinas diversas, atividades lúdicas, palestras sobre seus direitos, centro cultural, serviço assistencial, centro de convivência, atividades físicas, trabalhos com as famílias, especialmente sobre abandono familiar, atividade sociorecreativas, musicalização, artesanato, previdência social.

Fonte: Material de Consulta.

3 Outros aspectos de vulnerabilidade

Na territorialidade do CRAS Mosqueiro, existem 7.747 famílias inscritas no CadÚnico, das quais 5.833 são beneficiárias do PBF, representando 5,8% do total de famílias beneficiadas no Município⁶⁸.

O Censo SUAS-MDS 2014, que é uma ferramenta de levantamento de dados dos serviços prestados pelos equipamentos socioassistenciais e que se pauta também no conhecimento do território, relaciona as situações mais frequentemente identificadas no território de abrangência do CRAS Mosqueiro, conforme segue: Crianças e adolescentes fora da escola; indivíduos sem documentação civil; famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família; famílias em situação de insegurança alimentar; usuários de crack e ou outras drogas e pessoas em situação de rua.

Ainda de acordo com Censo SUAS-MDS 2014, no território de abrangência deste CRAS, há presença de: assentamento ou acampamento; contornos geográficos que dificultam a mobilidade (rios); presença de altos índices de criminalidade; presença de conflito/violência vinculada ao tráfico de drogas; moradias irregulares, como favelas, invasões, grotas, cortiços, e/ou similares.

Os técnicos do CRAS, a partir da experiência que possuem e do conhecimento acumulado sobre a territorialidade, elencaram as seguintes situações de risco e vulnerabilidade mais presentes no território de Mosqueiro: trabalho infantil; violência doméstica; conflito familiar; presença de tráfico de drogas; presença de drogas nas escolas; ausência de programas de promoção de saúde coletiva;

⁶⁸ Dados extraídos do Relatório CCU/PBF dez. 2014.

gravidez na adolescência; HIV/AIDS; violência sexual; baixa renda; ausência política de geração de emprego e saneamento básico inadequado.

3.1 Cálculo de vulnerabilidade social (VS)

Para a territorialidade do CRAS Mosqueiro, a maioria das variáveis ficou com valores ou bem acima ou bem abaixo da média do Município, o que fez com que a avaliação variasse entre muito ruim e muito bom. Dos doze indicadores utilizados para o cálculo de vulnerabilidade social, cinco ficaram com avaliação de “muito bom” e quatro com a de “muito ruim”. Dentre os indicadores avaliados como muito bom está o percentual de famílias que possuem despesa com medicamento de uso regular (Pmed), cujo valor da territorialidade (6,6%) ficou bem abaixo da média do município de Belém (11,1%), sendo um fator positivo. Além deste, o percentual de famílias com membros em idade escolar obrigatória que nunca frequentaram a escola (Pnfe) também foi avaliado como muito bom pois, para o Município, o percentual ficou em 17,4% e para a territorialidade de Mosqueiro o percentual foi menor, de 12,2%. Por sua vez, o percentual de famílias abaixo da linha de extrema pobreza (Fpob) calculado para Mosqueiro foi maior que a média do Município, com 88,5% e 79,1%, respectivamente, sendo classificado como muito ruim. Outro indicador que recebeu a mesma classificação foi o percentual de famílias com pessoa de referência no setor informal (Pinf) em que o valor da territorialidade (9,4%) ficou bem acima da média (6,2%). Também merece destaque o indicador referente ao percentual de domicílios improvisados (Pdmi), em que o percentual de Mosqueiro, em 26,2%, se mostrou bem superior ao do Município, que ficou em 17,7%.

Segundo este panorama e em acordo com a metodologia utilizada, os resultados de cada indicador apontaram para um valor de **2,8** para a vulnerabilidade social da territorialidade do CRAS Mosqueiro, conforme especificada no quadro 11, se encaixando na faixa classificada como média vulnerabilidade social.

Quadro nº 11 – Cálculo de vulnerabilidade territorialidade CRAS Mosqueiro

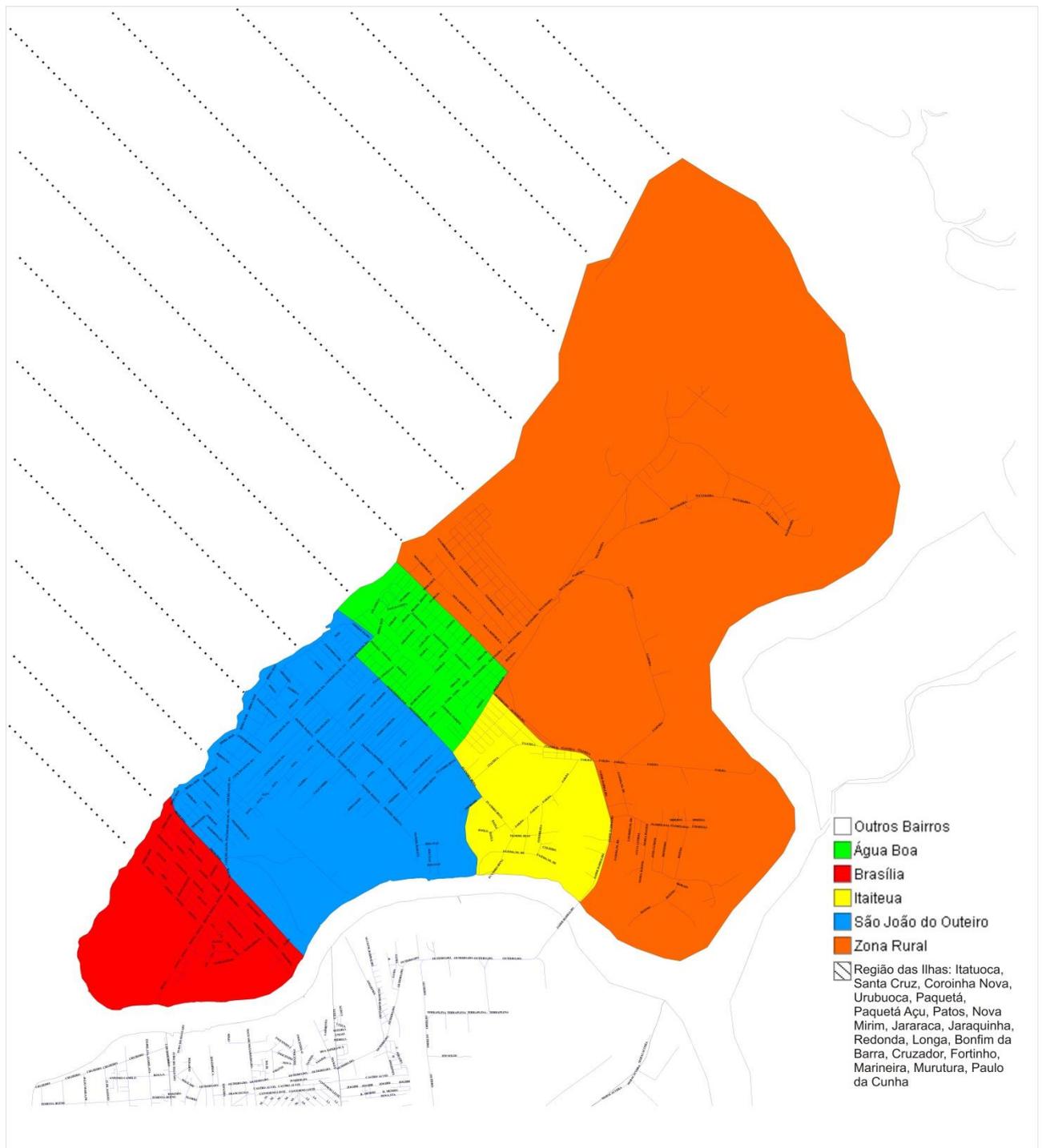
TERRITORIALIDADE CRAS MOSQUEIRO						
Dimensão	Indicador	Valor calculado (%)	Valor Município (%)	Avaliação indicador	Numeração	VS
Trabalho e renda	Fpob	88,5	79,1	muito ruim	5	2,8 média
	Pinf	9,4	6,2	muito ruim	5	
	Nocp	5,9	4,4	muito bom	1	
Educação	Panf	6,6	8,7	muito bom	1	
	Pnfe	12,2	17,4	muito bom	1	
	Pesu	0,8	1,0	ruim	4	
Saúde	Pmed	6,6	11,1	muito bom	1	
Domicílio	Pdmi	26,2	17,7	muito ruim	5	
Grupos específicos	Pfcm	2,3	2,4	bom	2	
	Pfti	2,1	0,9	muito ruim	5	
	Pfid	8,1	9,2	bom	2	
	Pfpd	2,6	3,3	muito bom	1	

Fonte: CadÚnico, Set./2014.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

É importante lembrar que este cálculo não deve ser visto de maneira isolada, sem levar em consideração as outras nuances de vulnerabilidade aqui delineadas, buscando-se, assim, com o conjunto de dados aqui analisados, traçar um quadro multifatorial do fenômeno de vulnerabilidade social na territorialidade de Mosqueiro.

DIAGNÓSTICO TERRITORIALIDADE CRAS OUTEIRO



1 Olhar sobre o território

1.1 Visão Geral

A territorialidade do CRAS outeiro está composta por um arquipélago constituído pelas ilhas de Caratateua, Itatuoca, Santa Cruz, Coroinha Nova, Urubuoca, Paquetá, Paquetá Açú, Patos, Nova Mirim, Jararaca, Jaraquinha, Redonda, Longa, do Bonfim da Barra, do Cruzador, Fortinho, Marineira, Murutura e Paulo da Cunha. Por sua vez, a base física do CRAS Outeiro localiza-se na ilha de Caratateua, popularmente conhecida por ilha do Outeiro, constituída por 08 bairros, São João do Outeiro, Água Boa, Fama, Brasília, Itaiteua, Fidelis, Tucumaeira, Água Cristalina e Água Boa I e II.

A Ilha de Caratateua (Outeiro) localiza-se a nordeste de Belém, distante aproximadamente 35 km do centro histórico da capital paraense, sendo a mais populosa e com mais infraestrutura entre as ilhas componentes desse arquipélago que, desde 1994, constitui sede do Distrito Administrativo de Outeiro – DAOUT, cuja população, em 2010, era de aproximadamente 38.731 habitantes, sendo 19.472 homens e 19.259 mulheres, distribuídos em uma área total de 110,26 km².

Segundo Ferreira e Bordalo (2010), após uma fase com poucas transformações no seu quadro socioespacial, a partir dos anos 1980 se inicia um novo momento no processo de produção e ocupação do espaço na ilha de Caratateua, principalmente após 1986, quando ocorre a inauguração da ponte Enéas Pinheiro, que faz a ligação rodoviária da ilha ao continente a partir do distrito de Icoaraci, facilitando, com isso, o maior fluxo e deslocamento de pessoas à Ilha.

Esse período no processo de formação territorial de Outeiro é marcado por uma integração efetiva deste à dinâmica da região metropolitana de Belém, o que favoreceu o adensamento populacional e a consideração da Ilha, por parte da administração municipal, como espaço urbano da cidade. Tal processo, liderado por famílias, em geral, de baixo poder aquisitivo, resultou na ocupação desordenada de áreas insalubres, ocasionado riscos tanto ao ambiente quanto à população que nele habita (PIMENTEL *et al.*, 2012). Essa realidade faz com que a construção da ponte seja percebida de distintas formas pelos moradores locais. Para alguns ela significou progresso e facilidade de locomoção, outros, sem desconsiderar o primeiro aspecto, intepretam que ela também permitiu uma ocupação desordenada da Ilha, bem como o aumento da criminalidade (BITTENCOURT, 2013).

Um aspecto marcante do DAOUT diz respeito à grande procura pelas praias que embelezam seu extenso litoral como a da Brasília, dos Artistas, do Amor, Praia Grande, do Queiral, do Barro Branco, do Redentor e de Vera Cruz, assim como a existência de inúmeros bares e casas de shows, fatores que, aliados à proximidade

com o centro de Belém e o relativo baixo custo do consumo nesses espaços de lazer, constituem características extremamente atrativas para as camadas populares.

Manchetes de jornais locais⁶⁹ como: “Outeiro deve receber em julho 150 mil veranistas”; “Outeiro tremeu no domingo”, destacam a grande procura pela Ilha, especialmente, nos meses de férias escolares, feriados e fins de semana.

Essa procura por Outeiro, motivada por interesses de lazer, representa uma das principais atividades econômicas locais, ao lado de atividades extrativistas vegetais (colheita de açaí, bacaba e outras frutas), animais (peixe e camarões), carvoarias, além do cultivo de pequenas roças, como de produtos da agricultura familiar de subsistência, especialmente a mandioca.

No quesito renda, o IBGE/ 2010 aponta que, entre as pessoas de 10 anos ou mais de idade residentes nessa territorialidade, encontra-se um relevante número de indivíduos sem rendimento (10.678 pessoas). Considerando aqueles que possuem alguma renda nos quatro bairros, constata-se um maior contingente de pessoas com renda de mais de ½ a 1 salário mínimo, com 5.705. Por outro lado, o número de pessoas que recebiam mais de 10 salários mínimos soma apenas 79, como verificado no quadro 1.

Quadro nº 01- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classe de rendimento nominal mensal, segundo os bairros da territorialidade CRAS Outeiro no Município de Belém – 2010

Bairro	Total	Até ½ salário mínimo	Mais de ½ a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 5 salários mínimos	Mais de 5 a 10 salários mínimos	Mais de 10 a 20 salários mínimos	Mais de 20 salários mínimos	Sem rendimento
Água Boa	6.985	705	1.689	963	425	105	27	06	3.065
Brasília	4.854	293	1.211	530	209	18	4	-	2.589
São João do Outeiro	10.035	866	2.389	1.473	669	149	29	07	4.453
Itaiteua	1.576	212	416	250	101	20	6	-	571
TOTAL	23.450	2.076	5.705	3.216	1.404	292	66	13	10.678

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010/SEGEP, Anuário Estatístico de Belém, 2012.

O mercado formal da Ilha se concentra nos bairros da Brasília e Água Boa, onde, nas principais ruas, se encontra uma zona de comércio bastante movimentada, com lojas variadas, restaurantes e pequenas feiras. Por sua vez, no bairro de São João do Outeiro concentra-se a parte administrativa da Ilha, com Agência Distrital, posto de saúde, delegacia, correios, e escolas de ensino fundamental e médio. Neste bairro, encontram-se ruas asfaltadas, saneamento básico e iluminação pública e, em suas ruas principais, as casas possuem característica de bangalôs-casarões avarandados

⁶⁹ Tratam-se dos jornais Diário do Pará e O Liberal, respectivamente.

com jardins e quintais com árvores frutíferas. Devido sua paisagem urbana, o bairro de São João do Outeiro é considerado área nobre da Ilha (BITTENCOURT, 2013).

Partindo de um olhar múltiplo e que também atenta para as peculiaridades e potencialidades de um território, destaca-se que a população outeriense, através de suas diversas práticas culturais, apresenta como uma de suas facetas uma intensa produção cultural, sociabilidade e festividade. Tais elementos já foram analisados em pesquisas como a de Silva (2013), que se debruçou sobre as práticas culturais de jovens moradores da Ilha, e de Santos (2007), que dedicou sua dissertação de mestrado à investigação das festas e produções culturais de Outeiro.

Ambos os autores indicam a grande efervescência cultural existente em Outeiro, sendo exemplos as manifestações populares como a do Grupo Parafolclórico Tucuxi e Curuperé do Outeiro (mirim), grupos de Cordões de Pássaro⁷⁰ Colibri, Tem-Tem, Bigodinho da Brasília, Bem Te Vi do Fama e Pipira da Água Boa, boi-bumbás (Brilha à Noite, Estrela Dalva, Ametista de Caratateua e Misterioso de Itaiteua). Entre as quadrilhas juninas, relacionam-se as seguintes: Furacão Junino de Outeiro e Império Junino de Outeiro (Brasília), a Ciganinha da Ilha. Registram-se, ainda, as seguintes escolas de samba e blocos carnavalescos: Escola de Samba Parafuseta de Caratateua, Raio X, Estação 1ª do Samba, O Sindicato, União da Ilha, Coringa do Samba, Encanto da Ilha, Gaviões do Samba de Outeiro, Arco Iris D'Outeiro, Arrastão da Ilha e Unidos da Vila Izabel⁷¹.

Existem também festividades religiosas, a exemplo do Círio de Nossa Senhora da Conceição, a Festa de Iemanjá, entre outras. Com relação à diversidade religiosa, registra-se na territorialidade a presença de templos confessionais com destaque para as igrejas evangélicas e comunidades de terreiro.

Ainda no que concerne à diversidade cultural, Bittencourt (2013), ao investigar as dinâmicas sociais existentes na Casa de show Areião – que existe desde 1964 e se localiza na Praia Grande de Outeiro – destaca que o espaço faz parte da história material da Ilha e da história social dos moradores; mostra um local de sociabilidade e pertencimento por onde circulam muitos moradores locais e outros não residentes na Ilha, mas que, igualmente, vêm em busca das festas de aparelhagem tão típicas no município de Belém. O autor informa ainda que esse espaço também é utilizado por grupos evangélicos para a realização das chamadas *vigílias*, adquirindo, nesses dias, um outro movimento e dinâmica de relações sociais.

⁷⁰ Cordão de Pássaro é uma manifestação junina tipicamente paraense. É uma forma de teatro popular que envolve a dança, a música e o canto.

⁷¹ Relação fornecida pela Fundação Municipal de Cultura – FUMBEL.

Esse conjunto de pesquisas acadêmicas revela a riqueza sociocultural presente na territorialidade do CRAS Outeiro, fruto de uma população que percebe a Ilha como “um bom lugar pra se morar” (BITTENCOURT, 2013, p. 23), mas que não deixa de atentar para a espoliação urbana que sofre, através da dilapidação de direitos básicos, tais como infraestrutura urbana, segurança pública, transporte coletivo, fornecimento de água encanada, entre outras, presentes no cotidiano das famílias outeirenses e cuja superação torna-se desafio das políticas públicas governamentais.

A dificuldade é bem maior quando se refere às demais ilhas que compõem a territorialidade desse CRAS, haja vista se encontrarem totalmente apartadas do continente, com pequena densidade demográfica e residências bastante espaçadas uma das outras. O acesso a essas ilhas é realizado apenas por canoas ou pequenos barcos, além do que, somente as ilhas de Paulo da Cunha e Paquetá dispõem de equipamentos básicos de educação, não havendo em nenhuma delas equipamentos básicos de saúde, sendo essas necessidades realizadas em outras ilhas ou no continente.

1.2 Oferta de serviços pela rede intersetorial

A territorialidade do CRAS Outeiro conta, na atualidade, com uma rede de serviços composta por equipamentos sociais intersetoriais presentes em apenas duas ilhas, conforme quadro 2 a seguir.

Quadro nº 02 - rede de equipamentos das políticas sociais básicas da territorialidade do CRAS Outeiro

POLÍTICA SOCIAL	EQUIPAMENTO	ILHAS		TOTAL
		Caratateua (Outeiro)	Paquetá	
Rede de Educação*	UEI	01	-	01
	UP	02	01	03
	UEIF	04	-	04
	UEF	06	-	06
	UEFM	01	-	01
	UEM	01	-	01
Rede de Saúde	UBS	01	-	01
	Centro de Saúde	01	-	01
	USF	02	-	02
Rede de Assistência Social	CRAS	01	-	01
Rede de Cultura e Lazer	Praças	03	-	03
	Academia ao ar livre	01	-	01
	Biblioteca Escolar Municipal	05	-	05

	Quadra de esporte (Escolar)	04	-	04
Rede de Apoio Comunitário**	Entidades Comunitárias	20	-	20

Fontes: SEMEC/SESMA/FUMBEL/FUNPAPA/SEGEL/SEMMA/CMAS/IDESP/Ministério da Cultura.

* No Mapa de Equipamentos Públicos de Belém disponível no site da Prefeitura constam 04 unidades de educação municipal na ilha Paulo da Cunha, no entanto, como na relação enviada pela SEMEC não estavam especificadas tais unidades, elas não entraram no cômputo da rede de educação.

**Entidade que presta apoio à comunidade, mas não está inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, conforme relação fornecida pelo CRAS Mosqueiro.

A rede de educação é limitada, principalmente em relação às escolas de ensino médio, com a existência de apenas 02 escolas com esta etapa de ensino para atender toda a Ilha. Na rede educacional local, é preciso dar ênfase à atuação da Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira - conhecida como Escola Bosque, a qual foi inaugurada em 1995 e desenvolve suas atividades pedagógicas voltadas para a preservação e educação ambiental, mostrando-se como espaço de referência para os moradores locais, inclusive da região das ilhas próximas onde se encontram anexos da Escola Bosque.

Na rede de saúde, encontram-se 04 unidades no total, sendo 01 Unidade Básica (UBS), 01 Centro de Saúde e 02 Unidades de Saúde da Família (USF). Este quantitativo se mostra bastante limitado para atender a uma Ilha com 38.731 habitantes.

A rede de assistência social é escassa, com a presença de apenas 01 equipamento de assistência que é o próprio CRAS Outeiro. Isso dificulta sobremaneira o acesso dos moradores da Ilha a um atendimento mais efetivo no âmbito da política de assistência social e que contemple suas diferentes necessidades.

Dentre os espaços de cultura/lazer, na ilha de Outeiro existem 03 praças, 01 academia ao ar livre e, localizadas no espaço escolar, 05 bibliotecas e 04 quadras esportivas.

2 Olhar da Comunidade sobre o território

2.1 Percepção sobre o espaço de vivência e a oferta dos serviços

Os participantes da consulta realizada na territorialidade do CRAS Outeiro, partindo do conhecimento de que dispõem sobre o território, identificaram e quantificaram a oferta de serviço da rede intersetorial, especificamente dos serviços públicos de educação, saúde, lazer e segurança, que se efetivam através de equipamentos existentes nos bairros que compreendem esta territorialidade. Para

melhor análise do conhecimento individual, foi tirada a quantidade média indicada para cada equipamento, como consta no Quadro 3.

Quadro nº 03 – Quantificação de equipamentos da rede intersetorial

Equipamentos	Quant.
Escolas Fund./Médio	04
Escolas Ed. Infantil/ creches	01
Postos de saúde	01
Delegacias	01
CRAS	01
Equip. Lazer	01

Fonte: Material de consulta.

O quadro 3 evidencia a baixa oferta de serviços na territorialidade do CRAS Outeiro, já sinalizada no quadro anterior. Não houve diferenças expressivas entre os quadros 2 e 3. A divergência maior ocorreu apenas em relação à quantidade dos espaços de lazer em que, no quadro da rede de equipamentos (quadro 2), consta um número bem superior ao quantificado pelos participantes da consulta. No entanto, neste aspecto, caso se leve em consideração que os participantes normalmente associavam equipamentos de lazer ao número de praças, essa diferença acaba reduzindo bastante.

Na avaliação que os participantes fizeram sobre essas quantidades, consta o seguinte:

Quadro nº 04 – Avaliação das ofertas (em %)

Equipamentos	Avaliação		
	Suficiente	Insuficiente	Não sabe informar
Escolas Fund./Médio	8,3	91,7	0,0
Escolas Ed. Infantil/ creches	11,1	88,9	0,0
Postos de saúde	9,1	90,9	0,0
Delegacias	40,0	60,0	0,0
CRAS	45,5	45,5	9,1
Equip. Lazer	10,0	90,0	0,0

Fonte: Material de consulta.

O Quadro 4 deixa clara a insatisfação dos moradores da territorialidade do Outeiro com a oferta dos serviços públicos nas ilhas. Todos os equipamentos foram avaliados como insuficientes, à exceção do CRAS, em que houve uma divisão entre os que consideraram suficientes e insuficientes, com 45% cada. As escolas de ensino fund/médio, os postos de saúde e os equipamentos de lazer foram avaliados por volta de 90% dos participantes como insuficientes.

A oferta dos serviços na territorialidade do CRAS Outeiro rebate, em alguma medida, sobre a avaliação feita pelos participantes sobre a *condição de vida* nos seus bairros de moradia. No caso desta territorialidade, nenhum dos participantes considerou a condição de vida como *muito boa* ou *boa*; a grande maioria, 75%, avaliou como *regular*; 16,7% consideraram *muito ruim* e 8,3% *ruim*.

Na escala de áreas mais deficientes, a primeira apontada foi *saneamento básico*, seguida por *educação*. As áreas menos deficientes foram *assistência social e lazer*.

Os moradores indicaram diferentes atrativos culturais na territorialidade, dentre eles o boi bumbá, quadrilhas (quadra junina), escola de samba, círio, carnaval e Iemanjá.

Os representantes comunitários identificaram também, na territorialidade, as potencialidades presentes nela que, como definido na metodologia, se referem aos serviços/espços já disponíveis no território, independente de estarem ou não funcionando a contento. O Quadro 5 relaciona os recursos citados.

Quadro nº 05 – Recursos identificados na territorialidade

Recurso/potencialidade
Posto de saúde
UBS
PSF/Casas Família
UEI
CRAS
Escolas
FUNBOSQUE
Entidades socioassisten./centros comunitários
Igrejas
Projetos sociais
Conselho tutelar
Associação de moradores
Delegacia/batalhão de polícia
Grupos culturais
Praias
Conselho de segurança (CONSEG)
Rádio comunitária

Fonte: Material de consulta.

2.2 Principais vulnerabilidades, demandas e sugestões de melhorias

Quanto a situações específicas de violências/vulnerabilidades presentes no território, os participantes avaliaram a sua ocorrência ou não, segundo consta no quadro 6.

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

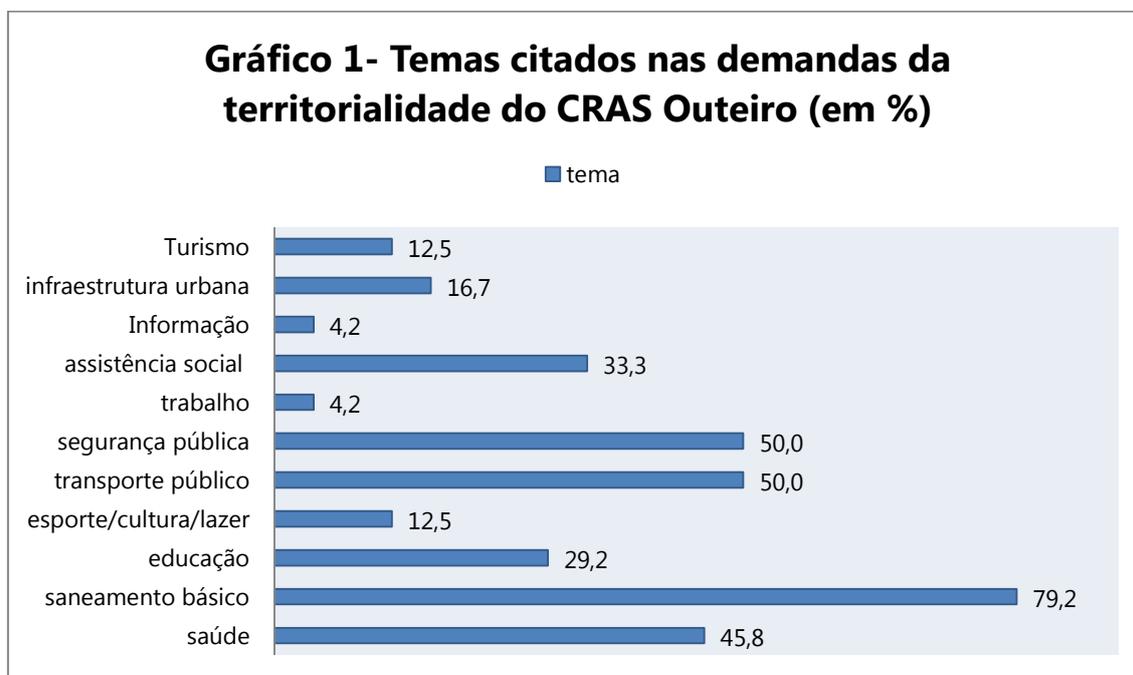
Quadro nº 06 – Avaliação de situações de violências/violação de direitos específicos (em %)

Violência/violação	Frequência		
	Muitas vezes	Poucas vezes	Nunca
Trabalho infantil	50,0	33,3	16,7
Violência contra crianças e adolescentes	66,7	33,3	0
Pessoas em situação de rua	54,5	45,5	0
Conflito familiar	81,8	18,2	0
Usuários de substâncias psicoativas	91,7	8,3	0

Fonte: Material de Consulta.

Todas as situações são observadas pela maioria dos participantes com a frequência “muitas vezes”, principalmente no que diz respeito aos usuários de substâncias psicoativas (91,7%), seguida pelo conflito familiar (81,8%). A única situação em que 16,7% disseram nunca ter presenciado na territorialidade do CRAS Outeiro foi a de trabalho infantil. Dessas situações, segundo os técnicos do CRAS, as que são atendidas com mais frequência são conflito familiar e usuários de substâncias psicoativas.

De acordo com a percepção sobre a oferta dos serviços, os participantes avaliam as principais demandas da territorialidade. O Gráfico 1 mostra os temas mais citados na consulta.



Fonte: Material de consulta.

Nas demandas, apareceram temas que não haviam ganhado ênfase na avaliação da oferta dos serviços. A área apontada como a de maior demanda foi o

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

saneamento básico, aparecendo em 79,2% das tarjetas. A segurança e o transporte apareceram em 50% das tarjetas. O turismo é um tema que foi lembrado em 12,5% delas.

Quando desagregadas em subtemas (quadro 7), percebem-se as necessidades mais latentes dentro de cada área. Em 100% das tarjetas que citaram o tema trabalho, por exemplo, a especificação foi feita em relação à capacitação profissional. Nos que citaram educação, 71,4% falaram sobre a necessidade de mais creches. No saneamento básico, citaram coleta de lixo, água encanada e pavimentação asfáltica, aparecendo em 5,3% das tarjetas.

Quadro nº 07 – Subtemas mais citados nas demandas da territorialidade

Tema	Subtema	%
Educação	Mais creches	71,4
	Escola em tempo integral	14,3
Transporte público	Ampliação/melhoria no transporte coletivo	25,0
	Novas linhas de ônibus	8,3
Saúde	Mais médicos	9,1
	Unidade de Saúde da Família	9,1
Segurança pública	Segurança humanizada (prevenção)	16,7
	Mais policiamento/rondas	8,3
	Posto policial	8,3
Esporte/cultura/lazer	Mais praças/áreas recreativas/espacos públicos para a prática de esportes/ginásios poliesportivos/academias ao ar livre/espacos culturais/bibliotecas	33,3
Saneamento básico	Coleta de lixo	5,3
	Água encanada/abastecimento de água	5,3
	Pavimentação asfáltica	5,3
Trabalho	Capacitação profissional (oferta de cursos profissionalizantes/oficinas)	100,0
Assistência social	Programas/projetos sociais	37,5
Infraestrutura urbana	Iluminação pública	50,0

Fonte: Material de Consulta.

Os participantes fizeram sugestões direcionadas à melhoria da territorialidade que venham a contornar as dificuldades e atender, em alguma medida, as demandas por eles levantadas. No transporte público, por exemplo, indicaram a viabilização de mais empresas de ônibus e novas linhas que abranjam a necessidade de outros bairros da Ilha. Na segurança pública, citaram a disposição de viaturas da polícia em pontos estratégicos nos bairros com maiores índices de violência e implantação de *segurança humanizada*.

Apontaram, na saúde, a necessidade de construção de posto de saúde, assim como mais investimento na atenção básica (UBS, PSF e ACS's), ampliando a rede hospitalar não apenas de baixa como também de média complexidade. Na educação,

foram citadas a criação de instituição de ensino superior pública na Ilha, a ampliação de vagas em creches e em escolas de ensino fundamental e médio. No saneamento básico, mencionaram a construção de galerias para fazer escoamento da água da chuva, além de pavimentação asfáltica das ruas. Os participantes lembraram do potencial turístico da territorialidade, pontuando a necessidade de mais investimento por parte do poder público nesta área. Citaram também a construção de trapiche.

Os participantes e os técnicos do CRAS sugeriram, de maneira mais específica, por ciclo de vida, as atividades/ações que deveriam ser voltadas para esses grupos, conforme ilustra o quadro 8.

Quadro nº 08 – Sugestões de melhoria por ciclo de vida

Ciclo	Sugestões
Crianças	Assistência, creches, projetos sociais, PETI
Jovens	Quadras de esportes, projetos esportivos, jovem aprendiz, informática, EJA, universidade, oficinas temáticas, oficina de artesanato
Adultos	Oficinas e palestras, projeto de educação de jovens e adultos, qualificação profissional, geração de emprego e renda, centro de atividades de lazer
Idosos	Grupo de integração, casa dos idosos, grupo para lazer, centro de atendimento para idosos, assistência médica

Fonte: Material de Consulta.

3 Outros aspectos de vulnerabilidade

Na territorialidade do CRAS Outeiro, existem 5.397 famílias inscritas no CadÚnico, das quais 4.682 são beneficiárias do PBF, representando 4,6% do total de famílias beneficiadas no Município⁷².

O Censo SUAS-MDS 2014, que é uma ferramenta de levantamento de dados dos serviços prestados pelos equipamentos socioassistenciais e que se pauta também no conhecimento do território, relaciona as situações mais frequentemente identificadas no território de abrangência do CRAS Outeiro, conforme segue: Situações de violência contra crianças; indivíduos sem documentação civil; famílias em descumprimento de condicionalidades do Bolsa Família; famílias elegíveis não inseridas nos programas ou benefícios de transferência de renda; famílias em situação de insegurança alimentar; jovens em situação de vulnerabilidade e risco social.

Além disso, foram identificados no território de abrangência deste CRAS a presença de: Contornos geográficos que dificultam a mobilidade (rios); moradias irregulares como favelas, invasões, grotas, cortiços, e/ou similares; presença de altos

⁷² Dados extraídos do Relatório CCU/PBF dez. 2014.

índices de criminalidade e presença de conflito/violência vinculada ao tráfico de drogas.

Os técnicos do CRAS, a partir da experiência que possuem e do conhecimento acumulado sobre a territorialidade, elencaram as seguintes situações de risco e vulnerabilidade mais presentes no território do Outeiro: vulnerabilidade econômica, habitação, segurança, saúde, educação, transporte, pouca qualificação profissional e jovens fora da escola.

3.1 Cálculo de vulnerabilidade social (VS)

As variáveis mensuradas no CadÚnico para esta territorialidade tiveram um comportamento oscilante, apresentando tanto classificação de “muito boa” como também de “muito ruim”, com cinco variáveis cada uma. O percentual de famílias abaixo da linha de extrema pobreza (Fpob) apresentou um valor bem acima do valor do município; neste, o valor ficou em aproximadamente 79% e na territorialidade do Outeiro ficou em 87%. Outro dado que chamou atenção foi o percentual de domicílios improvisados (Pdmi) que também se mostrou bem superior à média da capital com 17,7% de Belém contra 20,7% de Outeiro. Além desta, chama atenção outra variável classificada como “muito ruim”, o percentual de famílias com pelo menos um componente adulto com alguma educação superior (Pesu); neste caso, muito embora a taxa média tenha ficado bem baixa, em 1%, a da territorialidade de Outeiro ficou menor ainda, em apenas 0,4%.

Segundo este panorama e em acordo com a metodologia utilizada, os resultados de cada indicador apontaram para um valor de **3,2** para a vulnerabilidade social da territorialidade do CRAS Outeiro, conforme especificada no quadro 9, se encaixando na faixa classificada como alta vulnerabilidade social.

Quadro nº 09 – Cálculo de vulnerabilidade territorialidade CRAS Outeiro

TERRITORIALIDADE CRAS OUTEIRO						
Dimensão	Indicador	Valor calculado (%)	Valor Município (%)	Avaliação indicador	Numeração	VS
Trabalho e renda	Fpob	86,8	79,1	muito ruim	5	3,2 alta
	Pinf	7,7	6,2	muito ruim	5	
	Nocp	5,8	4,4	muito bom	1	
Educação	Panf	7,6	8,7	muito bom	1	
	Pnfe	15,2	17,4	muito bom	1	
	Pesu	0,4	1,0	muito ruim	5	
Saúde	Pmed	8,7	11,1	muito bom	1	
Domicílio	Pdmi	20,7	17,7	muito ruim	5	
Grupos específicos	Pfcm	2,7	2,4	muito ruim	5	
	Pfti	1,4	0,9	ruim	4	
	Pfid	7,5	9,2	muito bom	1	
	Pfpd	3,4	3,3	ruim	4	

Fonte: CadÚnico, Set./2014.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

É importante lembrar que este cálculo não deve ser visto de maneira isolada, sem levar em consideração as outras nuances de vulnerabilidade aqui delineadas, buscando-se, assim, com o conjunto de dados aqui analisados, traçar um quadro multifatorial do fenômeno de vulnerabilidade social na territorialidade do Outeiro.

DIAGNÓSTICO TERRITORIALIDADE CRAS PEDREIRA



1 Olhar sobre o território

1.1 Visão Geral

A territorialidade do CRAS Pedreira, implantado em 01 de janeiro de 2005, abrange os bairros Pedreira, Fátima, Umarizal, Parte do Marco, Parte da Marambaia e Parte do Souza, compreendendo uma área total de aproximadamente 13,95 km².

No século XIX, o início da ocupação do bairro da Pedreira⁷³ se deu pelas camadas mais populares que gradualmente foram perdendo espaços nas áreas centrais da cidade e se realocando em sua periferia. Esses espaços não ofereciam quaisquer condições de moradia, correspondendo a áreas alagadas, quando apareceram os primeiros caminhos em um local de muitos igarapés e outros cursos d'água. Uma das primeiras intervenções no local foi propiciada pelo médico Pedro Miranda, bastante popular em Belém, que passou a sanear os espaços alagados onde, até então, nenhuma infraestrutura havia (VALENTE, 1993 apud FRANÇA, 2012).

O bairro da Pedreira teve início com o intendente Antônio Lemos (1897 a 1911), a partir do projeto urbanístico de Belém que demarcou suas quadras e ruas, mostrando-se um exemplo de reestruturação organizada do espaço. Em tempos recentes, este processo se intensificou com a macrodrenagem do canal do Galo, o asfaltamento de diversas ruas, travessas e avenidas com destaque a atual reurbanização da Avenida Marquês de Herval e a grande verticalização do mesmo. Segundo Pereira *et al.* (1997 apud FRANÇA, 2012) este bairro, com sua avenida principal (Pedro Miranda), foi o que mais se desenvolveu ao longo das duas últimas décadas. Atualmente, configura-se como o segundo mais populoso, ficando atrás apenas do Guamá, e apresenta equipamentos importantes como supermercados, lojas, farmácias, correios, agências bancárias, mercado e feira livre.

A pesquisadora França (2012) destaca que, nos limites com o bairro do Marco, a Pedreira se caracteriza por possuir áreas mais urbanizadas, dispondo de mais equipamentos públicos e de serviços, com ruas asfaltadas, áreas de lazer, concentração de estabelecimentos comerciais e edifícios. Por outro lado, nos limites com os bairros da Sacramenta e Telégrafo, tem-se uma área menos valorizada e aparentemente esquecida.

Outro bairro pertencente a essa territorialidade é Fátima, anteriormente conhecido como *Matinha*. Sua nomeação atual deve-se à presença do Santuário de Nossa Senhora de Fátima, que teve e tem papel importante na vida da comunidade local, sendo responsável por realizar anualmente a Procissão Luminosa das Velas, contando com a participação de centenas de fiéis.

⁷³ O nome Pedreira supostamente surgiu pela quantidade de pedras no bairro no século passado.

Por seu turno, segundo Negrão (2009), o bairro do Umarizal⁷⁴, a partir da década de 1980, começou a experimentar intensas transformações no que se refere à sua paisagem urbana. Por ser próximo ao bairro de Nazaré, que ocupava o status de espaço urbano mais valorizado da cidade, o Umarizal começou a sofrer uma expressiva influência das classes média e alta que passaram a ocupar seus espaços. A queda no preço do terreno e a saturação do solo urbano do bairro de Nazaré colaboraram para que a verticalização se desdobrasse para outros bairros, principalmente o Umarizal. Esse bairro possui quarteirões regulares e amplos, avenidas largas e arborizadas, casas e prédios modernos e confortáveis, além de espaços de diversões, lojas, clínicas e hospitais que contribuem para elevar o padrão de vida de seus moradores. Contudo, mesmo sendo detentor do metro quadrado mais caro e considerado o bairro mais promissor da cidade, ainda é marcado por contradições na sua paisagem, visíveis especialmente na fronteira com outros bairros, como os de Fátima, Telégrafo e Sacramento (NEGRÃO, 2009).

Referente ao bairro do Souza, Penteado (1968) destaca o fato de ser cortado pela avenida Almirante Barroso e de que nele se encontram estabelecimentos relacionados a função recreativa ou socioesportiva, função hospitalar, função militar (quartéis do exército, vila militar, Aeronáutica), bem como serviços municipais, a exemplo da Secretaria Municipal de Saneamento- SESAN. Já o bairro da Marambaia foi descrito por Penteado (1968) como tendo ocupação espontânea, com ruas estreitas e desalinhadas, casas no formato de "barracas", e uma população empobrecida e não usufruindo de serviços públicos básicos. Parte das características verificadas pelo pesquisador permanece em tempos atuais, em que pese já contar com alguns conjuntos residenciais planejados.

Olhando para as manifestações festivas e culturais da territorialidade, vêm à tona, dentre outras, as expressões do bairro Pedreira, o famoso bairro "*do samba e do amor*" onde, em 1951, foi fundada a escola de samba Maracatu do Subúrbio, hoje "Embaixada de Samba Império Pedreirense". Na década de 1980, considerada pelos frequentadores do carnaval da cidade como o momento mais expressivo do carnaval local, surgiram ainda importantes escolas de samba, a exemplo do "Acadêmicos da Pedreira" (1981) (RODRIGUES; PALHETA, 2013).

Atualmente têm-se ainda as escolas de samba Piratas da Batucada, Parangolé do Samba, Mocidade Alegrense da Pedreira, Unidos da Pedreira e Encanto do Pará (todas da Pedreira), Império de Samba Quem São Eles, Mocidade Unida do Umarizal

⁷⁴ O bairro do Umarizal tem seu nome oriundo do "umari", fruto silvestre que existia nas diversas árvores que formavam a paisagem do bairro à época da colonização.

e Mocidade Botafoguense (Umarizal), Rosa de Ouro (Marco), Escola de samba da Matinha (Fátima).

Além de ser o lugar originário de algumas das mais tradicionais, premiadas e ainda em atividades, Escolas de Samba de Belém, a Pedreira abriga a Aldeia Cabana de Cultura Amazônica - Davi Miguel, local de desfile no carnaval municipal e muitas outras atividades culturais, localizada na Avenida Pedro Miranda e inaugurada no carnaval do ano 2000. Seu nome é uma homenagem a Davi Miguel (1926-2000), um dos mais destacados compositores de samba-enredo do carnaval de Belenense. Ressalte-se, ainda, que alguns dos bairros desse território se mostram como espaços de intenso conteúdo étnico-cultural, com os moradores organizando e participando de grandes festas e ritos populares nas quadras junina e carnavalesca (RODRIGUES; PALHETA, 2013).

Indica-se a existência das seguintes quadrilhas juninas: Família Trapo, Simpatia da Juventude, Ídolos dos Caipiras (Fátima), Folgueiros Anarriê, Mensageiros do Amor, Fuzuê Junino e Roceira Mistura Tropical (todas da Pedreira), Alegria do Povo (Umarizal), Revelação do Marco e Hiper na Roça (Marco). Pássaros juninos: Papagaio Real e Rouxinol (Pedreira), Sabiá (Marco). Boi-bumbá: Guerreiro do Pará (Fátima) e Luar do Marco (Marco). Grupos parafolclóricos: Tradições Folclóricas Moara, Cultura Regional Iaçá, Grupo de Cultura Regional Iaçá e Sabor Marajoara (Pedreira), Tamba Tajá, Cia de Dança Ariru-Tupã Pará e Mistura Regional (Marco). Grupo de toada Associação Cultural Tribo Karajá⁷⁵.

Focalizando alguns dados sócio-demográficos, estima-se que 184.954 pessoas residam na área de abrangência do CRAS Pedreira, com maior contingente no bairro que empresta seu nome ao CRAS (69.608 habitantes), e o menor, no bairro do Souza (6.595 habitantes), conforme o quadro abaixo.

Quadro nº 01 - Estimativa de população referenciada na territorialidade do CRAS Pedreira - 2010

Bairro	Pop. Total
Pedreira	69.608
Fátima	12.385
Umarizal	30.090
Souza*	6.595
Marco*	32.922
Marambaia**	22.236
TOTAL	173.836

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

*População total dividida por dois, considerando que os bairros pertencem à territorialidade de dois CRAS.

⁷⁵ Dados fornecidos pela Fundação Municipal de Cultura – FUMBEL.

** O bairro Marambaia está inserido na territorialidade de três CRAS (Barreiro, Benguí e Pedreira) de modo que sua população total foi dividida por três.

Quanto ao número de domicílios na área de abrangência em questão, o quadro 2 mostra que o bairro da Pedreira se destaca com o maior quantitativo (19.003); em segundo lugar encontra-se o bairro do Marco (9.080) e, por sua vez, o bairro Souza registra o menor número de domicílios (1.921).

Quadro nº 02 – Estimativa de domicílios particulares permanentes referenciados ao CRAS Pedreira, no Município de Belém- 2010

Bairro	Domicílios
Pedreira	19.003
Fátima	3.005
Umarizal	8.575
Souza*	1.921
Marco*	9.080
Marambaia**	5.850
TOTAL	47.434

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

*Domicílios totais divididos por dois, considerando que os bairros pertencem à territorialidade de dois CRAS.

**O bairro Marambaia está inserido na territorialidade de três CRAS (Barreiro, Benguí e Pedreira). Assim, seu total de domicílios foi dividido por três.

Referente ao aspecto moradia, o Censo IBGE 2010 mostra a presença de duas áreas de aglomerados subnormais nesta territorialidade: Bacia do Una-Pedreira e Bacia do Una-Fátima, onde se localizam 3.879 domicílios, com uma população residente estimada em 15.532 pessoas.

Atentando para as classes de rendimento nominal mensal, verifica-se que, dentro do universo investigado (227.327), um grande número de indivíduos (85.085) é classificado como sem rendimento. No conjunto dos que possuem alguma renda, seguindo tendência, a maioria (44.280) tem renda de mais de ½ a 1 salário mínimo. Conforme esperado, os maiores rendimentos concentram-se nos bairros Umarizal e Marco.

Quadro nº 03 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classe de rendimento nominal mensal, segundo os bairros da territorialidade CRAS Pedreira, no Município de Belém – 2010

Bairro	Total	Até ½ salário mínimo	Mais de ½ a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 5 salários mínimos	Mais de 5 a 10 salários mínimos	Mais de 10 a 20 salários mínimos	Mais de 20 salários mínimos	Sem rendim ento
Pedreira	61.178	1.586	13.391	9.634	7.660	4.031	1.442	384	23.050
Fátima	10.933	286	2.787	1.668	1.096	424	97	21	4.554
Umarizal	27.321	310	4.022	3.532	4.307	3.247	1.782	863	9.258
Souza	11.692	159	1.536	1.776	2.124	1.285	419	86	4.307
Marco	58.439	1.166	10.134	8.529	8.684	5.410	2.321	731	21.464
Marambaia	57.764	1.868	12.410	9.101	7.554	3.267	924	188	22.452
TOTAL	227.327	5.375	44.280	34.240	31.425	17.664	6.985	2.273	85.085

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010/SEGEP, Anuário Estatístico de Belém, 2012.

O mosaico de dados levantados até aqui permite a elaboração de um desenho inicial das especificidades da territorialidade CRAS Pedreira. Nesse caminho, para contribuir com o citado desenho, informa-se a seguir a rede de equipamentos das políticas sociais públicas ali presentes.

1.2 Oferta de serviços pela rede intersetorial

No quadro 4 são quantificados os equipamentos da rede intersetorial dos bairros que compreendem a territorialidade do CRAS Pedreira.

Quadro nº 04 - Rede de equipamentos de políticas sociais básicas da territorialidade do CRAS Pedreira

POLÍTICA SOCIAL	EQUIPAMENTO	BAIRROS						TOTAL
		Pedreira	Fátima	Umarizal	Marco	Marabá	Souza	
Rede de Educação	UEI	-	-	-	01	01	-	02
	UP	01	-	-	03	01	02	07
	UEIF	02	01	-	02	04	01	10
	UEF	05	-	03	04	05	03	20
	UEFE	01	-	02	02	-	02	07
	UEFM	-	-	-	-	02	-	02
	UEM	03	-	01	06	01	03	14
Rede de Saúde	PSM	-	-	01	-	-	-	01
	USF	04	-	-	-	01	01	06
	UBS	01	01	-	-	02	-	04
	USF	-	-	-	01	-	-	01
	CAPS	01	-	-	-	01	-	02
	URE MIA	-	-	01	-	-	-	01
	Casa AD	-	-	-	01	-	-	01
	Casa Idoso	-	-	-	01	-	-	01
	POLICLINICA	-	-	01	-	-	-	01
	SAMU	01	01	-	-	-	-	02
	CEMO	-	-	-	01	-	-	01
	CC Dep. Químico	-	-	-	-	01	-	01
	Acolhimento para portadores de HIV	-	-	01	-	-	-	01
	Not. Infecto contagiosa	-	-	-	01	-	-	01
	Centro de Recuperação nutricional	-	-	01	-	-	-	01
CS Escola	-	-	-	01	-	-	01	
Hospital	01	-	01	01	-	-	03	
Rede de Assistência Social	CRAS	01	-	-	-	-	-	01
	CREAS	-	-	-	01	-	-	01
	Entidade	01	-	03	01	-	-	05

Socioassistencial								
Rede de Cultura e Lazer	Praças	04	03	04	08	36	10	65
	Biblioteca Escolar Municipal	03	-	-	02	02	-	07
	Biblioteca Comunitária	-	-	-	-	01	-	01
	Academia ao ar livre	01	-	01	02	01	-	05
	Quadras de esporte (Escolar Municipal)	03	-	-	02	02	-	07
	Sambódromo	01	-	-	-	-	-	01
	Jardim Botânico	-	-	-	01	-	-	01
Rede de Apoio Comunitário*	Entidades Comunitárias	10	03	01	01	02	04	21

Fontes: SEMEC/SESMA/FUMBEL/FUNPAPA/SEGEL/SEMMA/CMAS/IDESP/Ministério da Cultura.

*Entidade que presta apoio à comunidade, não inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social - relação fornecida pelo CRAS Pedreira.

Conforme o quadro 4, a rede e serviços desta territorialidade é bem diversificada, principalmente em relação à rede de saúde. Na saúde, estão presentes equipamentos de diferentes níveis de complexidade, com atendimento especializado para idosos (Casa Idoso), pessoas portadoras de HIV, entre outros. O bairro com maior número de equipamentos é o da Pedreira, com 08 no total, e o menor é o de Souza, com 01 Unidade de Saúde da Família (USF) apenas.

Na rede de educação, é o bairro de Fátima que apresenta a menor quantidade de escolas, com somente 01 UEIF, mas existem equipamentos de todas as etapas de ensino nesta territorialidade, especialmente de ensino fundamental. O bairro do Marco é o que possui maior número de unidades de educação, com 14, em seguida vêm os bairros da Pedreira e Marambaia, com 12 cada um.

Além das praças, bibliotecas, academias ao ar livre e quadras esportivas, destaca-se, na rede de cultura e lazer, a existência, no bairro da Pedreira, do Sambódromo Davi Miguel e do Bosque Rodrigues Alves, inaugurado em 1883, e elevado em 2002 ao status de Jardim Botânico. O Rodrigues Alves conserva floresta original e possui milhares de espécies de plantas, o que o torna um local muito procurado por turistas na capital paraense.

Na rede de assistência social, a territorialidade possui, além do CRAS Pedreira, 01 CREAS e 05 entidades socioassistenciais. Relevante mencionar no bairro da Pedreira a existência da Escola Salesiana do Trabalho, a qual existe há mais de 50 anos e se configura como entidade de assistência social que oferta um programa de

aprendizagem com uma gama de cursos socioprofissionais à comunidade de Belém, bem como acompanhamento psicossocial e pedagógico aos seus alunos.

2 Olhar da Comunidade sobre o território

2.1 Percepção sobre o espaço de vivência e a oferta dos serviços

Os participantes da consulta realizada na territorialidade do CRAS Pedreira, partindo do conhecimento de que dispõem sobre o território, identificaram e quantificaram a oferta de serviço da rede intersetorial, especificamente dos serviços públicos de educação, saúde, segurança e lazer, que se efetivam através de equipamentos existentes nos bairros que compreendem esta territorialidade. Para melhor análise do conhecimento individual, foi tirada a quantidade média indicada para cada equipamento, como consta no Quadro 5.

Quadro nº 05 – Quantificação de equipamentos da rede intersetorial

Equipamentos	Quant.
Escolas Fund./Médio	05
Escolas Ed. Infantil/creches	01
Postos de saúde	01
Delegacias	01
CRAS	01
Equip. Lazer	01

Fonte: Material de consulta.

Comparando-se o quantitativo do quadro acima em relação ao quadro 4 (rede de equipamentos intersetorial), as diferenças nos quantitativos ficam evidentes. No entanto, se levado em consideração apenas o bairro central da territorialidade, a Pedreira, as diferenças se tornam bem menores. Como a maioria dos participantes da consulta eram moradores do bairro da Pedreira, é normal esperar que esses quantitativos espelhem melhor a rede de serviços deste bairro. Sendo assim, as divergências maiores entre os quadros 4 e 5 são em torno dos espaços de lazer em que os participantes listaram apenas 01 enquanto o volume contido no quadro 4 é bem maior.

Na avaliação que os participantes fizeram sobre essas quantidades consta o seguinte:

Quadro nº 06 – Avaliação das ofertas (em %)

Equipamentos	Avaliação		
	Suficiente	Insuficiente	Não sabe informar
Escolas Fund./Médio	8,3	83,3	8,3
Escolas Ed. Infantil/ creches	0	50,0	50,0
Postos de saúde	0	100	0

Delegacias	22,2	77,8	0
CRAS	20,0	80,0	0
Equip. Lazer	0	66,7	33,3

Fonte: Material de consulta.

De um modo geral, a oferta dos equipamentos elencados no quadro 6 foi considerada como insuficiente pelos participantes, chegando inclusive a 100% no caso dos postos de saúde. Em relação ao número de escolas de educação infantil/creches, 50% dos consultados avaliaram como insuficiente, no entanto, a outra metade respondeu não saber informar se a quantidade ofertada é suficiente ou não. O CRAS foi considerado insuficiente por 80%, percentual aproximado das escolas de ensino fundamental/médio, que ficou com 83,3%.

Essa oferta dos serviços, em alguma medida, rebate sobre a avaliação feita pelos participantes sobre a *condição de vida* nos seus bairros de moradia. No caso dos bairros representados e que compõem a territorialidade da Pedreira, 17% consideraram a condição de vida como *muito boa*, mesmo percentual dos que a avaliaram como *boa*; 58%, como *regular*; nenhum a considerou *ruim*, mas 8% avaliaram como *muito ruim*.

Na escala de áreas mais deficientes, a primeira mais citada foi a segurança pública; por outro lado, as áreas citadas como menos deficientes foram a *assistência social e lazer*.

Dentro da territorialidade, no que diz respeito ao espaço de vivência, os participantes identificaram inúmeros atrativos culturais, incluindo festividades religiosas e festejos populares, como o carnaval, as escolas de samba Pirata, Império Pedreirense, pagode e roda de samba, quadrilhas juninas e a Festividade Nossa Senhora Aparecida.

Os representantes comunitários também identificaram as potencialidades presentes nesta territorialidade que, como definido na metodologia, se referem aos serviços/espços já disponíveis no território, independente de estarem ou não funcionando a contento. O Quadro 7 relaciona os recursos citados.

Quadro nº 07 – Recursos identificados na territorialidade

Recurso/potencialidade
UBS
CRAS
Escolas
Igrejas
Projetos sociais
Feira/mercado

ONG's
Praça
Delegacia/batalhão de polícia
Grupos culturais

Fonte: Material de consulta.

2.2 Principais vulnerabilidades, demandas e sugestões de melhorias

Quanto a situações específicas de violências/vulnerabilidades presentes no território, os participantes avaliaram a sua ocorrência ou não, segundo consta no quadro 8.

Quadro nº 08 – Avaliação de situações de violências/violação de direitos específicos (em %)

Violência/violação	Frequência		
	Muitas vezes	Poucas vezes	Nunca
Trabalho infantil	50,0	50,0	0
Violência contra crianças e adolescentes	60,0	40,0	0
Pessoas em situação de rua	81,8	18,2	0
Conflito familiar	45,5	54,5	0
Usuários de substâncias psicoativas	90,9	9,1	0

Fonte: Material de Consulta.

Todas as situações mostradas no quadro acima são verificadas no território, algumas com mais frequência que as outras. Em relação aos usuários de substâncias psicoativas, por exemplo, 90,9% dos participantes disseram presenciá-los muitas vezes nesta territorialidade; no caso dos moradores de rua, este percentual ficou em 81,8%. O conflito familiar e o trabalho infantil ficaram com quantitativos aproximados entre os que avaliaram a frequência muitas vezes e poucas vezes.

De acordo com a avaliação dos técnicos do CRAS, das situações apresentadas no quadro 8, a que é mais frequentemente atendida é a de conflito familiar, seguida pelos usuários de substâncias psicoativas; trabalho infantil, violência contra crianças e adolescentes e pessoas em situação de rua são atendidas poucas vezes pelos técnicos consultados deste CRAS.

De acordo com a percepção sobre a oferta dos serviços, os participantes avaliam as principais demandas da territorialidade. O Gráfico 1 mostra os temas mais citados na consulta.



Fonte: Material de consulta.

A área mais citada entre as demandas da territorialidade da Pedreira foi a segurança pública, aparecendo em 83,3% das tarjetas; em seguida veio a saúde, mencionada por 75% delas. As demais áreas guardaram uma distância considerável destas duas, sendo citadas por menos de 50% das tarjetas; o saneamento básico, por exemplo, ficou em 41,7%.

Quando desagregadas em subtemas, percebem-se as necessidades mais latentes dentro de cada área. Na área mais citada, a segurança pública, não houve um desdobramento do tema, tendo sido apenas mencionado de forma genérica. Na saúde, das tarjetas que a citaram, 11,1% fizeram referência à necessidade de melhoria no atendimento especializado, mesmo percentual dos que falaram sobre a necessidade de mais médicos. Na assistência social, 33,3% mencionaram o combate à prostituição infantil. Todas as tarjetas que trataram do tema trabalho o fizeram citando a necessidade de criação de postos de trabalho.

Quadro nº 09 – Subtemas mais citados nas demandas da territorialidade

Tema	Subtema	%
Educação	Mais creches	50,0
Saúde	Melhorar o atendimento especializado	11,1
	Mais médicos	11,1
Esporte/cultura/lazer	Mais praças/áreas recreativas/espacos públicos para a prática de esportes/ginásios poliesportivos/academias ao ar livre/espacos culturais/bibliotecas	100,0
Saneamento básico	Coleta de lixo	80,0
Trabalho	Mais postos de trabalho	100,0
Assistência social	Combate à prostituição infantil	33,3

Fonte: Material de Consulta.

Os participantes fizeram sugestões direcionadas à melhoria da territorialidade que venham a contornar as dificuldades e atender, em alguma medida, as demandas por eles levantadas. Na segurança pública, a implantação de mais uma delegacia assim como o aumento do policiamento e sua melhor distribuição no território estiveram entre as sugestões. Na saúde, reforçaram a necessidade de mais médicos nas unidades de saúde; falaram sobre implantar mais uma unidade de saúde que disponha de médicos no atendimento de emergência; equipar o posto de saúde com aparelhos modernos.

Escola em tempo integral para crianças que moram em áreas de risco foi sugerida bem como assistência social voltada para as famílias destas crianças. Houve muitas sugestões direcionadas ao público jovem, dentre elas cursos técnicos; palestras e oficinas; professores de educação física para desenvolver atividades esportivas; aulas de informática.

Outras possíveis soluções para as demandas da territorialidade foram a coleta regular de lixo e limpeza das ruas, praças e feiras; geração de emprego para os chefes de família; ampliar políticas públicas para educação ambiental; mais investimento em medidas socioeducativas; parceria entre o poder público e associações comunitárias que desenvolvem atividades socioeducativas com crianças, adolescentes e idosos.

Os participantes e os técnicos do CRAS sugeriram de maneira mais específica, por ciclo de vida, as atividades/ações que deveriam ser voltadas para esses grupos, conforme ilustra o quadro 10, algumas das quais já mencionadas.

Quadro nº 10 – Sugestões de melhoria por ciclo de vida

Ciclo	Sugestões
Crianças	Saúde, educação, escola de tempo integral, creche, espaço para atividades esportivas/educativas, implantação de mais 01 CRAS na territorialidade, projeto de dança, teatro.
Jovens	Projeto de enfrentamento ao consumo de drogas, palestra, cursos técnicos visando empregabilidade, laboratório de tecnologias, projetos de incentivo à inclusão digital.
Adultos	Cuidados, cursos, projeto de cinema, natação, dança, caminhada.
Idosos	Ginástica, grupos de lazer, dança, hidroginástica.

Fonte: Material de Consulta.

3 Outros aspectos de vulnerabilidade

Na territorialidade do CRAS Pedreira, existem 8.165 famílias inscritas no CadÚnico, das quais 6.818 são beneficiárias do PBF, representando 6,7% do total de famílias beneficiadas no Município⁷⁶.

O Censo SUAS-MDS 2014 relaciona as situações mais frequentemente identificadas no território de abrangência deste CRAS: situações de negligência em relação a pessoas idosas; situações de negligência em relação a crianças/adolescentes; situação de violência contra mulheres; famílias elegíveis não inseridas nos programas ou benefícios de transferência de renda; famílias em situação de insegurança alimentar e usuários de crack e/ou outras drogas.

No território de abrangência deste CRAS, registra-se, ainda, a presença de altos índices de criminalidade; de conflito/violência vinculada ao tráfico de drogas, bem como a presença de moradias irregulares como favelas, invasões, grotas, cortiços, e/ou similares.

Na avaliação dos técnicos do CRAS, as situações de risco e vulnerabilidade mais presentes no território da Pedreira são: uso de álcool e outras drogas; desemprego; baixa renda; ausência de moradia própria; violência doméstica; violência intrafamiliar; violência contra mulher; insegurança alimentar; pessoas sem documentação civil e negligência em relação às crianças.

3.1 Cálculo de vulnerabilidade social (VS)

As variáveis mensuradas para esta territorialidade tiveram um comportamento melhor do que o verificado para o Município de Belém, ficando oito, dos doze indicadores, com avaliação entre "bom" e "muito bom". Dentre os indicadores cuja avaliação ficou em "muito bom" se encontra o percentual de famílias com pelo menos um componente adulto com alguma educação superior (Pesu, em que a média do Município ficou em 1% e da territorialidade em 1,9%, mostrando que um percentual superior de pessoas da Pedreira possuía ou frequentava curso de nível superior. Entre as variáveis que ocuparam a posição oposta, ou seja, valor pior do que a média da capital, tem-se o percentual de famílias com renda *per capita* inferior a ½ salário mínimo com pelo menos um membro idoso (Pfid); a média de Belém ficou em 9,2% ao passo que da territorialidade da Pedreira ficou acima, em 11%, o que é avaliado como "muito ruim", dada a condição de renda das famílias.

Segundo este panorama e em acordo com a metodologia utilizada, os resultados de cada indicador apontaram para um valor de **2,4** para a vulnerabilidade

⁷⁶ Dados extraídos do Relatório CCU/PBF dez. 2014.

social da territorialidade do CRAS Pedreira, conforme especificada no quadro 12, se encaixando na faixa classificada de média vulnerabilidade social.

Quadro nº 12 – Cálculo de vulnerabilidade territorialidade CRAS Pedreira

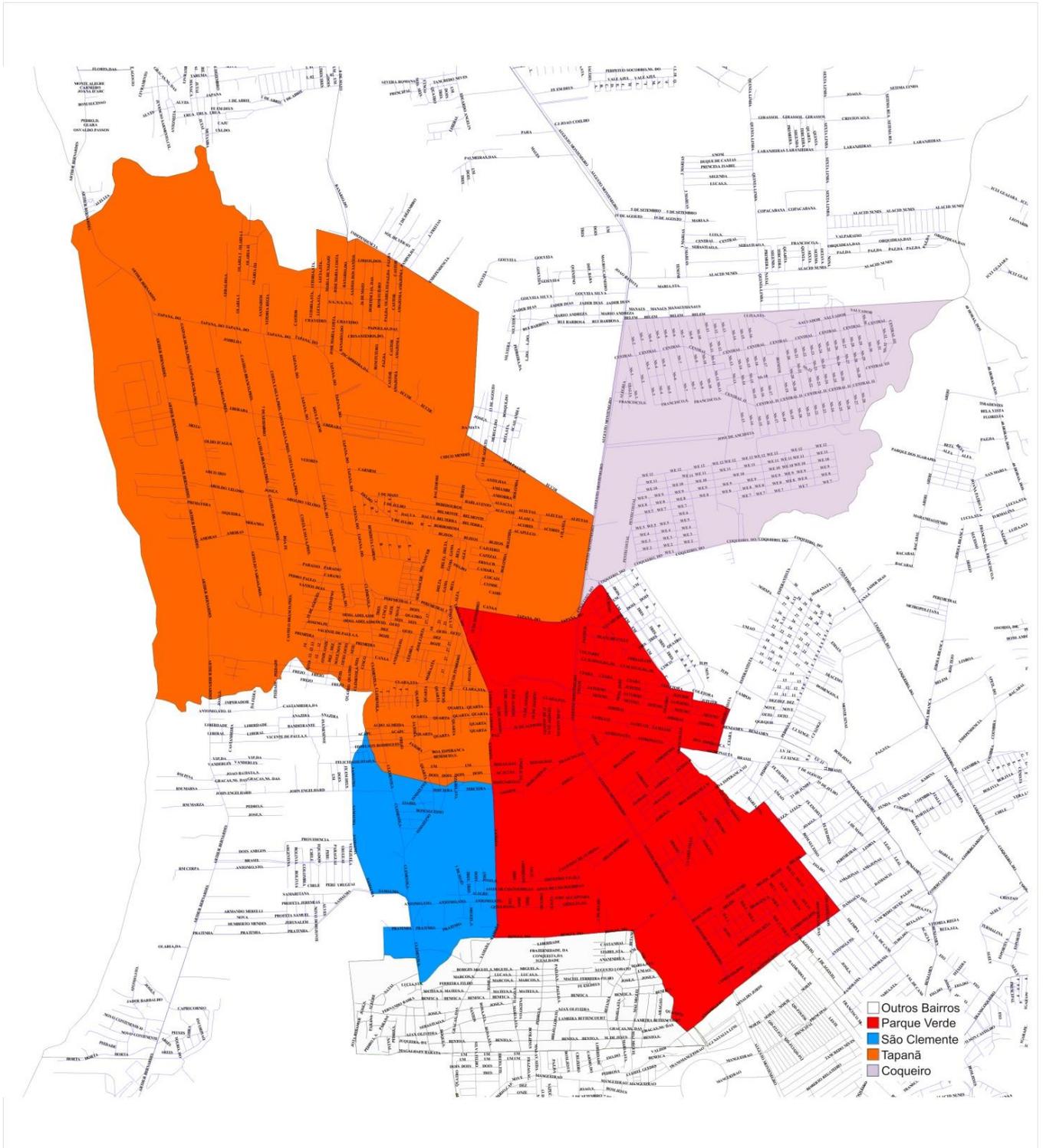
TERRITORIALIDADE CRAS PEDREIRA						
Dimensão	Indicador	Valor calculado (%)	Valor Município (%)	Avaliação indicador	Numeração	VS
Trabalho e renda	Fpob	77,9	79,1	bom	2	2,4 média
	Pinf	6,7	6,2	ruim	4	
	Nocp	5,2	4,4	muito bom	1	
Educação	Panf	8,1	8,7	muito bom	1	
	Pnfe	16,1	17,4	bom	2	
	Pesu	1,9	1,0	muito bom	1	
Saúde	Pmed	10,9	11,1	bom	2	
Domicílio	Pdmi	19,4	17,7	ruim	4	
Grupos específicos	Pfcm	2,0	2,4	muito bom	1	
	Pfti	0,7	0,9	bom	2	
	Pfid	11,0	9,2	muito ruim	5	
	Pfpd	3,5	3,3	ruim	4	

Fonte: CadÚnico, Set./2014.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

É importante lembrar que este cálculo não deve ser visto de maneira isolada, sem levar em consideração as outras nuances de vulnerabilidade aqui delineadas, buscando-se, assim, com o conjunto de dados aqui analisados, traçar um quadro multifatorial do fenômeno de vulnerabilidade social na territorialidade da Pedreira.

DIAGNÓSTICO TERRITORIALIDADE CRAS TAPANÃ



1 Olhar sobre o território

1.1 Visão Geral

A territorialidade do CRAS Tapanã abrange os bairros Parque Verde, São Clemente, Tapanã e parte do Coqueiro, compreendendo uma área total de 23,14 km², sendo o bairro Tapanã o de maior dimensão, com 9,99 km², sediando o CRAS implantado em 10 de maio de 2010.

Esse bairro, localizado nas margens da baía do Guajará, era uma espécie de colônia de higienização de migrantes, principalmente nordestinos (chamados *arigós*) destinados aos núcleos de colonização planejados pelo governo do Estado do Pará, de modo que, entre os anos de 1942 a 1953, passaram pela hospedaria “do diabo”, oficialmente nominada hospedaria Tapanã, cerca de 63.000 nordestinos (CASTRO, 2013; DIAS, 2007). Nesse sentido, o pesquisador Muto (2010) afirma que, durante a primeira e segunda metade do século XX, imigrantes japoneses também se dirigiam para a hospedaria do Tapanã, fazendo referência inclusive à existência de uma colônia de famílias japonesas naquela localidade.

Por um longo período, o Tapanã⁷⁷ se apresentou como uma pequena nucleação afastada de Belém, com alguns aglomerados de casas, compondo o que poderia ser denominado de área rural. Esse bairro atualmente compõe o Distrito Administrativo do Benguí- DABEN, tendo se expandido a partir da Estrada do Pinheiro, que ligava Belém à antiga Vila do Pinheiro, hoje Icoaraci, envolvendo toda a área que atualmente compõe o bairro do Parque Verde.

Conforme mencionado, na década de 1950, a territorialidade do Tapanã parecia distante do centro histórico de Belém devido às condições de terraplenagem da antiga Estrada do Pinheiro, precisamente por ser praticamente a única via de acesso ao centro comercial de Belém. Foi melhorada com empiçarramento e depois capeamento asfáltico, na década de 1970, após a desativação do Ramal do Pinheiro, integrante da rede ferroviária Estrada de Ferro de Bragança (EFB), durante o governo militar na Amazônia. Nos anos 1960, a expansão urbana, comercial e industrial de Belém provocou um adensamento ocupacional, atraindo trabalhadores que começaram a residir na região, provavelmente adensando o Tapanã (RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA, 2008).

⁷⁷ Segundo site <<http://ongguarcuru.org/feira.htm>>, o termo *Tapanã*, em língua indígena, significaria “bananal”, sendo este bairro local da plantação de bananas dos índios da região. Contudo, essa informação não pôde ser comprovada por meio de outras fontes, ocorrendo ainda que no site <<http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/mapas/bairros/Tapana.htm>> encontra-se a informação de que *Tapanã* é uma denominação consagrada pela comunidade da tradicional área de ocupação, que é limitada pela estrada de mesmo nome.

Em tempos atuais, a identidade produzida externamente sobre o bairro Tapanã, os demais bairros que compõem a territorialidade, bem como outros bairros periféricos de Belém, é marcada por um imaginário que os atrela à ideia de criminalidade e violência, sendo os meios de comunicação locais fortes construtores desse imaginário ao propagar atos violentos ocorridos naquela localidade. Em certa medida, tal fato pode vulnerabilizar ainda mais os moradores dessa área, tornando-os alvo de estigmas e preconceitos.

Nesse sentido, Porto (2012), ao investigar o cotidiano de uma escola do Tapanã, chega a afirmar que o comportamento dos alunos e os mecanismos inerentes à produção de conhecimento na escola são modificados nas relações socioeducativas constituídas nas aulas, isto porque a violência e o crime se fazem presentes na vida dos alunos.

Com o objetivo caracterizar o cenário socioeconômico atual dessa territorialidade, apresentam-se a seguir dados referentes à população, renda e moradia, com especial atenção para fatores de risco e vulnerabilidades sociais.

A população referenciada dessa territorialidade está estimada em 139.397 pessoas, com o bairro Tapanã concentrando o maior quantitativo populacional, seguido pelo bairro Parque Verde, representando em termos percentuais 40,3% e 28,1% do total da população, respectivamente. Ressalta-se que o bairro Coqueiro pertence parcialmente à territorialidade do CRAS Tapanã, estando também incluído no território de abrangência do CRAS Aurá. Sabe-se, ainda, que o quantitativo de mulheres supera o de homens nos quatro bairros que compõem a territorialidade, representando aproximadamente 52,2% do total da população, conforme o quadro 1.

Quadro nº 01 – População residente na territorialidade do CRAS Tapanã- 2010

Bairro	Total
Tapanã	66.669
Parque Verde	39.126
São Clemente	7.714
Coqueiro*	25.888
Total	139.397

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010/SEGEP, Anuário Estatístico de Belém, 2012.

*População total dividida por dois, considerando que o bairro pertence à territorialidade de dois CRAS.

Quadro nº 02 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classe de rendimento nominal mensal, segundo os bairros da territorialidade CRAS Tapanã, no Município de Belém – 2010

Bairro	Total	Até ½ SM	Mais de ½ a 1 SM	Mais de 1 a 2 SM	Mais de 2 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 a 20 SM	Mais de 20 SM	Sem rendimento
Coqueiro	44.103	1.305	8.536	7.646	5.943	1.988	364	75	18.246
Parque Verde	32.969	1.183	7.435	4.961	3.114	1.280	528	222	14.246
São Clemente	6.204	286	1.637	1.017	182	14	-	2	3.066
Tapanã	55.067	2.862	13.158	8.424	4.119	1.060	226	66	25.152
TOTAL	138.343	5.636	30.766	22.048	13.358	4.342	1.118	365	60.710

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010/SEGEP, Anuário Estatístico de Belém, 2012.

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

Considerando o universo total investigado (138.343 pessoas), constata-se um número elevado de pessoas sem rendimento, alcançando percentual de 43,88%, de acordo com o exposto no quadro 2. Essa é a realidade de quase metade do quantitativo de pessoas do bairro Tapanã. Por sua vez, o conjunto de pessoas com faixa de renda mais alta (mais de 10 salários mínimos) se concentra no bairro Parque Verde. Isto pode ser explicado, em grande medida, pela presença de condomínios fechados horizontais e verticais de alto padrão em algumas áreas desse bairro, o qual vem passando por um processo de intensa expansão urbana e ocupação imobiliária, constituindo o que alguns já denominam de “nova Belém”. Nessa área, cabe pontuar, que a proximidade física entre condomínios de luxo e conjuntos habitacionais populares é marcada por uma enorme distância social entre seus moradores.

Ainda com relação ao emprego e renda, estudo realizado por profissionais do Centro de Convivência da Terceira Idade Zoé Gueiros/FUNPAPA, envolvendo um significativo número de pessoas idosas residentes na territorialidade, mostra que, embora essa área concentre um expressivo número de indústrias fornecedoras de produtos tais como refrigerantes, pescado, gelo, indústria madeireira, de sacaria e outros, a maioria da população ali residente sofre com o desemprego e a baixa qualificação, e que, embora seja perceptível a existência de servidores públicos ou trabalhadores com vínculo empregatício (operários de fábrica, construção civil, pequenos comerciantes, bem como aposentados e pensionistas) a grande maioria recorre ao mercado informal na condição de feirante, ambulante, diarista, costureira, vendedores de produtos pirateados, carroceiros, pequenos agricultores, dentre outros. Destacam, ainda, a presença de exploradores de atividades ilícitas como o tráfico de drogas e a prostituição.

Atentando para o quantitativo de domicílios, mensura-se o total de 37.481 domicílios nesta territorialidade. O bairro Tapanã concentra o maior número de residências, consoante quadro 3.

Quadro nº 03 – Estimativa de domicílios particulares permanentes referenciados ao CRAS Tapanã, no Município de Belém- 2010

Bairro	Domicílios
Coqueiro*	7.076
Parque Verde	10.767
São Clemente	2.123
Tapanã	17.515
TOTAL	37.481

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010/SEGEP, Anuário Estatístico de Belém, 2012.

*Total de domicílios divididos por dois, considerando que o bairro pertence à territorialidade de dois CRAS.

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

Considerando que aglomerados subnormais⁷⁸ são locais de moradia de uma população que, em geral, vivencia inúmeras vulnerabilidades, cabe destacar alguns aglomerados presentes nessa territorialidade, o quantitativo de domicílios e média de moradores, conforme quadro a seguir.

Quadro nº 04 – Alguns domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, população residente e média de moradores, bairros territorialidade Tapanã 2010

Aglomerado Subnormal	Bairro	Nº Domicílios	Pop. Residente	Média Moradores
Campos Elíseos	Tapanã	387	1.477	3,8
Mata Fome	Tapanã	2.741	10.377	3,8
Bom Jesus	Tapanã	425	1.638	3,9
Nova União	Tapanã	377	1.451	3,9
Novo Tapanã	Tapanã	2.195	8.431	3,8
Olaria	Tapanã	882	3.199	3,6
Parque Arthur Bernardes	Tapanã	1.332	5.117	3,8
Tapanã	Tapanã	3.798	14.786	3,9
SUBTOTAL		12.137	46.476	-
Coca Cola	Parque Verde	480	1.865	3,9
Bom Futuro	Parque Verde	353	1.321	3,7
Sideral	Parque Verde	482	1.838	3,8
Parque Verde	Parque Verde	1.740	5.973	3,4
Rui Barata	Parque Verde	719	2.696	3,8
SUBTOTAL		3.774	13.693	-
Invasão Duas Irmãs	São Clemente	692	2.727	3,9
Irmã Dulce	São Clemente	726	2.712	3,7
SUBTOTAL		1.418	5.439	-
Assentamento Sideral	Coqueiro	10.274	39.706	3,9
Ariri	Coqueiro	387	1.401	3,6
Estrada Nova	Coqueiro	3.659	14.632	4,0
Esperantista	Coqueiro	1.157	4.059	3,5
COSANPA	Coqueiro	263	998	3,8
SUBTOTAL		15.740	60.796	-
TOTAL GERAL		33.069	126.404	-

Fonte: IBGE 2010 / Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Belém 2012.

Considerando o total de domicílios do Tapanã e aqueles inseridos em áreas de aglomerados subnormais, observa-se que 69% do total se localiza nessas áreas. Realidade semelhante é verificada nos outros bairros dessa territorialidade. Referente

⁷⁸ O IBGE define aglomerado subnormal como um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

à população, aproximadamente 88% de todo contingente populacional da territorialidade CRAS Tapanã reside em aglomerados subnormais.

Nessa direção, do conjunto de aproximadamente 32 áreas de aglomerados subnormais e/ou assentamentos precários nesse território, chama-se atenção à área do igarapé Mata Fome, a qual tem a configuração de um polígono irregular, delimitado ao sul, pela passagem Jonh Engelhard; ao norte, pela passagem Amoras; ao leste pela passagem São Clemente; e ao oeste, pela rodovia Arthur Bernardes. Esse igarapé nasce nos limites dos bairros da Pratinha e do Tapanã e ao redor dele reside uma população que vivencia inúmeras vulnerabilidades sociais.

Cañete e Ravena Cañete (2010) afirmam que a situação sanitária e ambiental da bacia hidrográfica do igarapé Mata Fome não se diferencia muito daquela verificada em grande parte das ocupações presentes na Região Metropolitana de Belém, tratando-se de um processo de ocupação das planícies de inundação dos igarapés, naturalmente expostas a enchentes periódicas. Os autores asseveram ainda que tal processo, não planejado, é provocado, em certa medida, pelo crescimento populacional dos centros urbanos, fato que acarreta aumento na demanda por novos locais de moradia. Tal situação, atrelada à falta de uma política apropriada quanto à ocupação do meio físico, em geral conduz a uma modificação e degradação do meio ambiente. Nesse sentido, a região em torno do igarapé do Mata Fome foi ocupada a partir dos anos 1980 por pessoas empobrecidas e devido à crescente especulação imobiliária nas áreas centrais da capital paraense (REIS *et al.*, 2014).

Na área do Mata Fome, denominação derivada no igarapé homônimo, existem 20 comunidades formadas por conjuntos habitacionais, na maioria ocupações atingidas por enchentes regulares. Entre essas ocupações destacam-se as de São Gaspar, Águas Limpas, Parque Vitória e Conjunto habitacional Aldo Almeida (RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA, 2008).

Salienta-se também a existência da comunidade Bom Jesus, situada na foz do Igarapé Mata Fome, composta de 11 quadras com 372 unidades habitacionais. Nessa localidade pesquisadores identificaram algumas práticas originárias do mundo rural como o cultivo de hortaliças e/ou a criação de animais (CAÑETE e RAVENA CAÑETE, 2010). Tais práticas também são encontradas em outras áreas do bairro.

Tendo em vista o universo de desigualdades socioeconômicas enfrentado cotidianamente pela população empobrecida da territorialidade do CRAS Tapanã, a qual, de variadas formas, tem seu direito à cidade negado, é primordial ressaltar que a população apresenta diversificadas formas de resistência e negociação com o poder público por meio de engajamento cívico e consequente constituição de

associações de bairro⁷⁹ e outros movimentos sociais. Assim, pode-se mencionar o Movimento Cultural do Tapanã (MOCULTA), reconhecido como de utilidade pública para o município de Belém através da Lei nº 8.342 de 15 de Julho de 2004, e que atua na defesa dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias; a Associação Comunitária do Bairro do Tapanã; o Movimento de Mulheres do Tapanã; a Associação dos Produtores Rurais do Tapanã; a Casa do Grafitti, local vinculado ao Movimento Cospe Tinta, atuando como centro de cultura destinado à produção artística e à promoção de oficinas para jovens e que Ferreira (2013, p.9) define como um “importante espaço de sociabilidade onde a juventude grafiteira se encontra, discutindo sua arte, sua produção, seu projeto”. Essa diversidade cultural é ainda fortemente marcada pela religiosidade popular, explicitada pela presença de diferentes confissões religiosas.

Na esfera cultural, menciona-se a existência das seguintes quadrilhas juninas: Moreninha de Cheiro e Flor de Junho (Parque Verde), Sedução Cabocla, Orgulho da Terra, Flor do Norte e Encanto Tropical (todas do Tapanã). Grupos de toada: Grupo de Dança Indígena Kananciuê (Jardim Sideral), Tribo Kaiapó (Sideral), Assuriní (Tapanã). Entre as escolas de samba e blocos carnavalescos citam-se: União Montenegrense e Mocidade Independente do Samba (Parque Verde), Unidos da Osvaldo e Caprichosos da Cidade Nova (Coqueiro)⁸⁰.

Pelo exposto, é possível vislumbrar essa territorialidade como dotada de múltiplas potencialidades, capitais culturais e práticas sociopolíticas que podem ser mobilizadas e fortalecidas rumo à consolidação de redes de proteção e promoção social, com a consequente superação de vulnerabilidades e melhoria da qualidade de vida da população.

1.2 Oferta de serviços pela rede intersetorial

Para fazer frente às necessidades básicas dessa população, a territorialidade conta com uma pequena rede de serviços intersetoriais, conforme quadro 5, que a apresenta por bairro de localização e área de política pública.

⁷⁹ A partir dos dados coletados na Consulta às Lideranças, têm-se também como exemplos: Associação de Moradores Jardim Primavera, Associação Amigos Solidários, Associação dos Moradores Jardim Nova Morada, Associação dos Moradores do Residencial Quatro Estações, Associação de Moradores São Gaspar, Associação de Moradores dos Campos Elíseos.

⁸⁰ Dados fornecidos pela Fundação Municipal de Cultura – FUMBEL.

Quadro nº 05 - Rede de equipamentos de políticas sociais básicas da territorialidade do CRAS Tapanã

POLÍTICA SOCIAL	EQUIPAMENTO	BAIRROS				TOTAL
		Tapanã	Parque Verde	São Clemente	Coqueiro	
Rede de Educação	UEI	01	01	-	-	02
	UP	02	01	-	01	04
	UEIF	05	-	-	-	05
	UEF	11	01	-	02	14
	UEFM	01	-	-	05	06
	UEM	01	01	-	-	02
Rede de Saúde	UPA	-	-	-	-	-
	UBS	01	-	-	02	03
	USF	02	01	-	-	03
	USA	-	01	-	-	01
Rede de Assistência Social	CRAS	01	-	-	-	01
	Centro de Convivência da 3ª Idade	01	-	-	-	01
	Entidade Socioassistencial	01	01	-	-	03
Rede de Cultura e Lazer	Praças	09	-	-	13	22
	Academia ao ar livre	01	-	-	-	01
	Biblioteca Escolar Municipal	04	01	-	01	06
	Quadra de Esporte (Escolar Municipal)	03	01	-	01	05
Rede de Apoio Comunitário*	Entidades Comunitárias	35	02	-	01	38

Fontes: SEMEC/SESMA/FUMBEL/FUNPAPA/SEGEL/SEMMA/CMAS/IDESP/Ministério da Cultura.

*Entidade que presta apoio à comunidade, mas não está inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, conforme relação fornecida pelo CRAS Tapanã.

Observa-se que a oferta de equipamentos na territorialidade do CRAS Tapanã é bastante escassa. O bairro mais penalizado é o de São Clemente, que não apresenta nenhum dos equipamentos listados. O Tapanã se mostra de fato o bairro central desta territorialidade, reunindo a maioria das ofertas. Na rede de educação, são as escolas de ensino fundamental as mais numerosas, ficando as demais etapas de ensino (educação infantil e ensino médio) com quantitativo inferior. Das 33 unidades de educação presentes neste território, 21 estão no bairro do Tapanã.

A rede de saúde conta com poucos equipamentos, sendo 03 Unidades Básicas de Saúde (UBS); 03 Unidades de Saúde da Família (USF) e 01 USA, que se espalham por três bairros desta territorialidade.

Na rede de cultura e lazer, os espaços mais numerosos são as praças, estando concentradas nos bairros do Tapanã (09) e Coqueiro (13). A rede de assistência social possui 05 equipamentos. Além do CRAS, no bairro do Tapanã também se encontra o Centro de Convivência da 3ª Idade Zoé Gueiros, reconhecido pela sua atuação junto às pessoas idosas, trabalhando na perspectiva da ampliação do convívio, do diálogo e do aprendizado. Existem também, nesta territorialidade, 03 entidades socioassistenciais; 01 no Tapanã (Associação Comunitária do Bairro do Tapanã) e 01 no Parque Verde (Centro Social Cultural Boi Bumbá Pingo de Ouro).

2 Olhar da Comunidade sobre o território

2.1 Percepção sobre o espaço de vivência e a oferta dos serviços

Os participantes da consulta realizada na territorialidade do CRAS Tapanã, partindo do conhecimento de que dispõem sobre o território, identificaram e quantificaram a oferta de serviço da rede intersetorial, especificamente dos serviços públicos de educação, saúde, lazer e segurança, que se efetivam através de equipamentos existentes nos bairros que compreendem esta territorialidade. Para melhor análise do conhecimento individual, foi tirada a quantidade média indicada para cada equipamento, como consta no quadro 6.

Quadro nº 06 – Quantificação de equipamentos da rede intersetorial

Equipamentos	Quant.
Escolas Fund./Médio	06
Escolas Ed. Infantil/creches	01
Postos de saúde	01
Delegacias	0
CRAS	01
Equip. Lazer	01

Fonte: Material de consulta.

O quadro acima, quando comparado ao quadro referente à rede de equipamentos das políticas sociais básicas, evidencia a baixa oferta de serviços nesta territorialidade, embora alguns equipamentos tenham sido quantificados abaixo da quantidade existente. A divergência maior foi apenas em relação ao número de espaços de lazer, em que os participantes responderam, em média, a existência de apenas 01, mas o quadro 5 mostra que, somente praças, existem 22. Como a maioria dos participantes da consulta eram moradores do bairro do Tapanã, na unidade de saúde foi citada a única UBS localizada neste bairro.

Na avaliação que os participantes fizeram sobre essas quantidades, consta o seguinte:

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

Quadro nº 07 – Avaliação das ofertas (em %)

Equipamentos	Avaliação		
	Suficiente	Insuficiente	Não sabe informar
Escolas Fund./Médio	7,7	92,3	0
Escolas Ed. Infantil/creches	0,0	84,6	15,4
Postos de saúde	7,1	92,9	0
Delegacias	0,0	80,0	20,0
CRAS	13,3	86,7	0
Equip. Lazer	7,7	69,2	23,1

Fonte: Material de consulta.

Os quantitativos de todos os equipamentos que constam no quadro 6 foram avaliados pela ampla maioria dos participantes como insuficientes. Para o posto de saúde, o percentual foi o maior, chegando a 92,9%; em seguida vieram as escolas de ensino fund./médio, em que 92,3% consideraram a sua oferta insuficiente. Em relação ao CRAS, 13,3% dos consultados assinalaram como suficiente a sua oferta, mas o restante (86,7%) fez a avaliação oposta. Os equipamentos de lazer ficaram com o maior percentual de pessoas que não souberam informar sobre a sua oferta, com 23,1%.

A oferta dos serviços na territorialidade do CRAS Tapanã rebate, em alguma medida, na avaliação feita pelos participantes sobre a *condição de vida* nos seus bairros de moradia. Nenhum considerou a condição de vida *muito boa* ou *boa*; 13% avaliaram como *regular*; 60% dos participantes consideraram como *ruim* e 27% como *muito ruim*. Chama atenção o percentual elevado de pessoas que avaliaram a condição de vida nos bairros que compõe a territorialidade do CRAS Tapanã como ruim e muito ruim, que juntos somaram 87% do total dos participantes; este fato certamente denota que os aspectos negativos presentes nestes bairros são de tal ordem que impactam sobremaneira na forma como é percebida a condição de vida pelos que neles residem.

Na escala de áreas mais deficientes, a primeira mais citada foi o *saneamento básico* e em seguida veio a *segurança pública*. Não foi possível mensurar as áreas menos deficientes, pois não se formou um padrão mínimo que as indicassem.

Os moradores citaram poucos atrativos culturais na territorialidade, que se restringiram a manifestações religiosas, cultos evangélicos, quadrilhas juninas e blocos carnavalescos.

Os representantes comunitários também identificaram as potencialidades presentes nesta territorialidade que, como definido na metodologia, se referem aos serviços/espacos já disponíveis no território, independente de estarem ou não funcionando a contento. O quadro 8 relaciona os recursos citados.

Quadro nº 08 – Recursos identificados na territorialidade

Recurso/potencialidade
UMS
PSF/Casas Família
NASF
UEI
CRAS
Escolas
Linhas de ônibus
Entidades socioassisten./centros comunitários
Projetos sociais
Feira/mercado
Unidade móvel/base policial
Conselho de segurança (CONSEG)
UIPP

Fonte: Material de consulta.

2.2 Principais vulnerabilidades, demandas e sugestões de melhorias

Quanto a situações específicas de violências/vulnerabilidades presentes no território, os participantes avaliaram a sua ocorrência ou não, segundo consta no quadro 9.

Quadro nº 09 – Avaliação de situações de violências/violação de direitos específicos (em %)

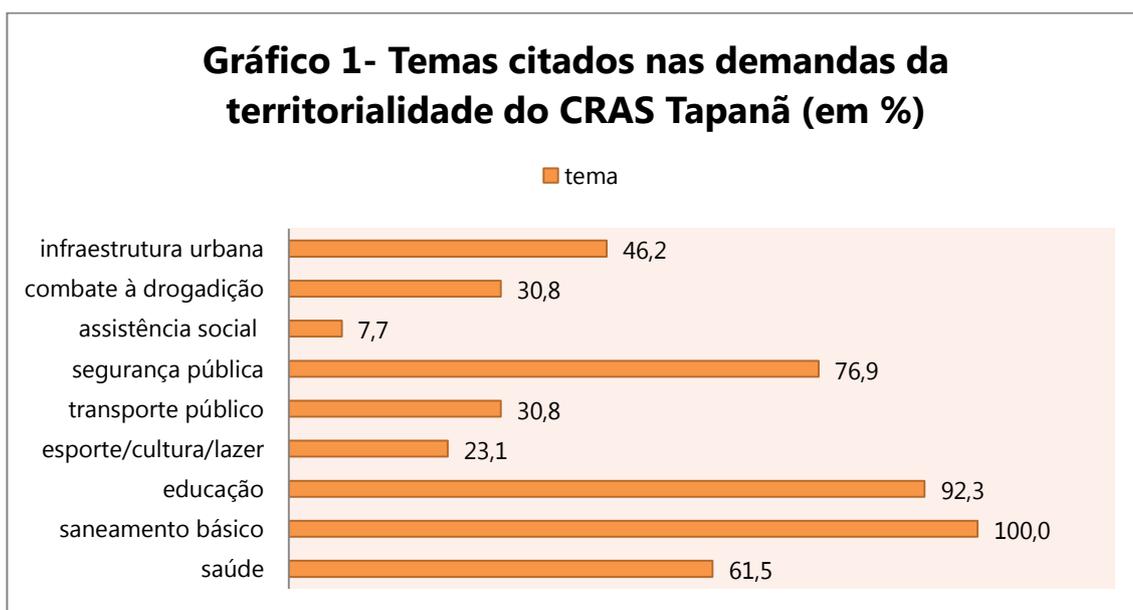
Violência/violação	Frequência		
	Muitas vezes	Poucas vezes	Nunca
Trabalho infantil	35,7	57,1	7,1
Violência contra crianças e adolescentes	71,4	14,3	14,3
Pessoas em situação de rua	13,3	73,3	13,3
Conflito familiar	66,7	20,0	13,3
Usuários de substâncias psicoativas	93,3	0	6,7

Fonte: Material de Consulta.

Na territorialidade do Tapanã, das situações contidas no quadro 9, a mais frequentemente verificada é a de usuários de substâncias psicoativas, em que 93,3% dos participantes disseram observá-la muitas vezes no território; a violência contra crianças e adolescentes também ficou com resultado expressivo, com 71,4%, seguida pelo conflito familiar com 66,7%. Em relação às pessoas em situação de rua e trabalho infantil, por outro lado, a maioria dos participantes respondeu verificá-los poucas vezes no território, ficando os percentuais em 73,3% e 57,1%, respectivamente.

Na avaliação feita pelos técnicos do CRAS, das situações acima mencionadas, as que são atendidas com mais frequência são o conflito familiar e os usuários de substâncias psicoativas. A maioria dos técnicos respondeu atender poucas vezes trabalho infantil, violência contra crianças e adolescentes e pessoas em situação de rua.

De acordo com a percepção sobre a oferta dos serviços, os participantes avaliam as principais demandas da territorialidade. O Gráfico 1 mostra os temas mais citados na consulta.



Fonte: Material de consulta.

Em todas as tarjetas, o tema saneamento básico foi citado, indicando ser uma demanda urgente desta territorialidade. Em seguida vieram as áreas de educação e segurança pública, mencionadas por 92,3% e 76,9% das tarjetas, respectivamente. Esses resultados corroboram as áreas mencionadas como mais deficientes na territorialidade do Tapanã, contidas no item 2.1.

Quando desagregadas em subtemas (quadro 10), percebem-se as necessidades mais latentes dentro de cada área. Na área da educação, por exemplo, 91,7% das tarjetas que abordaram este tema falaram sobre a necessidade de mais creches; mais escolas de ensino médio e escola em tempo integral foram citadas por 8,3% das tarjetas cada. No transporte público, 25% das tarjetas mencionaram a importância de garantir a acessibilidade nos coletivos para pessoas com deficiência, mesmo percentual das que citaram pintura e/ou instalação de sinais e a ampliação/melhoria no transporte coletivo.

Inúmeros foram os subtemas citados na área de saneamento básico, sendo que o mais lembrado foi pavimentação asfáltica, representando 38,5% das tarjetas que trataram deste tema; em seguida vieram a coleta de lixo (30,8%); água potável

(23,1%); limpeza de vias e bueiros (7,7%) e água encanada/abastecimento de água (7,7%). Na segurança pública, os assuntos mais mencionados foram o combate à violência urbana (20%) e o aumento do policiamento/rondas (10%).

Quadro nº 10 – Subtemas mais citados nas demandas da territorialidade

Tema	Subtema	%
Educação	Mais creches	91,7
	Mais escolas de ensino médio	8,3
	Escola em tempo integral	8,3
Transporte público	Pintura e/ou instalação de sinais	25,0
	Acessibilidade para as pessoas com deficiência	25,0
	Ampliação/melhoria no transporte coletivo	25,0
Saúde	Necessidade de ampliar a cobertura dos ACS	12,5
Segurança pública	Combate à violência urbana	20,0
	Mais policiamento/rondas	10,0
Esporte/cultura/lazer	Mais praças/áreas recreativas/espços públicos para a prática de esportes/ginásios poliesportivos/academias ao ar livre/espços culturais/bibliotecas	66,7
Saneamento básico	Pavimentação asfáltica	38,5
	Coleta de lixo	30,8
	Água potável	23,1
	Limpeza de vias públicas/bueiros	7,7
	Água encanada/abastecimento de água	7,7
Infraestrutura urbana	Iluminação pública	50,0
	Acessibilidade (calçamento)	33,3
	Placas de identificação de ruas	16,7

Fonte: Material de consulta.

Os participantes fizeram sugestões direcionadas à melhoria da territorialidade que venham a contornar as dificuldades e atender, em alguma medida, as demandas por eles levantadas. No saneamento básico, destacaram a limpeza das feiras; aumentar/regularizar a coleta de lixo e entulho; melhorar a qualidade da água; implantar rede de abastecimento de água para as comunidades e projetos para pavimentar as ruas. Na educação, ratificaram a necessidade de implantação de novas creches; sugeriram também o investimento em escolas e creches para evitar que as crianças fiquem com tempo ocioso. Para a área da saúde, as sugestões foram a de ampliar o número de funcionários e implantar a saúde da família em bairros carentes.

No campo da segurança pública, os participantes novamente chamaram atenção para a necessidade de aumentar a presença de policiais nas ruas, com rondas policiais nos três turnos (manhã, tarde e noite); implantar mais uma unidade de polícia para garantir a segurança às áreas de maior índices de violência; criar o conselho de segurança local e aumentar o apoio para combater o tráfico de drogas.

Sugeriram também, envolvendo áreas diversas, a criação de casa de apoio para mulheres, jovens e crianças; cursos profissionalizantes para as costureiras; identificar as ruas (placas); diminuir a falta de energia elétrica; ampliar as linhas de ônibus; estabelecer parceria efetiva entre a comunidade e poder público, para que, dentre outras coisas, a população seja informada sobre o andamento de obras e gastos de recursos públicos. Os participantes também sugeriram a revitalização de locais públicos (como feiras livres, mercados e praças).

Os participantes e os técnicos do CRAS sugeriram, de maneira mais específica, por ciclo de vida, as atividades/ações que deveriam ser voltadas para esses grupos, as quais perpassam um pouco sobre o que já foi comentado.

Quadro nº 11 – Sugestões de melhoria por ciclo de vida

Ciclo	Sugestões
Crianças	Reforço escolar gratuito, creches, SCFV, área de lazer, campanhas de vacinação, atividades culturais e socioeducativas/esportivas.
Jovens	Esportes, cursos profissionalizantes, cursos preparatórios para vestibular, aulas de capoeira, karatê, Projovem, 1º emprego, projeto cultura e cinema.
Adultos	Emprego, SCFV, curso de alfabetização, capacitação empreendedora, escolas, renda, EJA, apoio familiar, programas de encaminhamento ao mercado de trabalho, parcerias com empresas.
Idosos	atividades físicas, reciclagem de produtos, SCFV, alfabetização, palestras sobre direitos do idoso, acompanhamento de saúde, ampliação dos serviços e do espaço Zoe Gueiros.

Fonte: Material de Consulta.

3 Outros aspectos de vulnerabilidade

Na territorialidade do CRAS Tapanã, existem 12.321 famílias inscritas no CadÚnico, das quais 8.471 são beneficiárias do PBF, representando 8,4% do total de famílias beneficiadas no Município⁸¹.

O Censo SUAS-MDS 2014, que é uma ferramenta de levantamento de dados dos serviços prestados pelos equipamentos socioassistenciais e que se pauta também no conhecimento do território, relaciona as situações mais frequentemente identificadas no território de abrangência do CRAS Tapanã, conforme segue: Crianças e adolescentes fora da escola; indivíduos sem documentação civil; famílias em descumprimento de condicionalidades do Bolsa Família; famílias elegíveis não inseridas nos programas ou benefícios de transferência de renda; famílias em situação de insegurança alimentar e jovens em situação de vulnerabilidade e risco

⁸¹ Dados extraídos do Relatório CCU/PBF dez. 2014.

social. Além disso, foram identificados no território de abrangência deste CRAS a presença de altos índices de criminalidade e de conflito/violência vinculada ao tráfico de drogas.

Os técnicos do CRAS, a partir da experiência que possuem e do conhecimento acumulado sobre a territorialidade, elencaram as seguintes situações de risco e vulnerabilidade mais presentes no território do Tapanã: violência doméstica e negligência, precárias condições de moradia, ausência de saneamento básico, envolvimento com drogadição.

3.1 Cálculo de vulnerabilidade social (VS)

Os indicadores utilizados para o cálculo de vulnerabilidade social da territorialidade do CRAS Tapanã apresentaram, na sua maioria, comportamento melhor que a média do Município, ficando com as seguintes avaliações: dois classificados como "muito bom"; cinco como "bom"; uma como "regular"; três ficaram com a avaliação de "ruim" e uma como "muito ruim". A única variável classificada como "muito ruim" foi o percentual de famílias que possuem despesas com medicamentos de uso regular (Pmed), em que a média de Belém ficou em 11,1% e a da territorialidade do Tapanã ficou acima, em 13,4%. O percentual de famílias abaixo da linha de extrema pobreza (Fpob) na territorialidade também ficou acima do valor calculado para o Município, só que a uma diferença menor, com 8,3% e 79,1%, respectivamente. Dentre os indicadores avaliados como muito bom está o percentual de famílias com renda *per capita* inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo com pelo menos um membro idoso (Pfid): o valor calculado para o Tapanã (7%) ficou bem abaixo do de Belém (9,2), o que é avaliado como um ponto positivo, dado o corte de renda.

Segundo este panorama e em acordo com a metodologia utilizada, os resultados de cada indicador apontaram para um valor de **2,7** para a vulnerabilidade social da territorialidade do CRAS Tapanã, conforme especificada no quadro 12, se encaixando na faixa classificada como média vulnerabilidade social.

Quadro nº 12 – Cálculo de vulnerabilidade territorialidade CRAS Tapanã

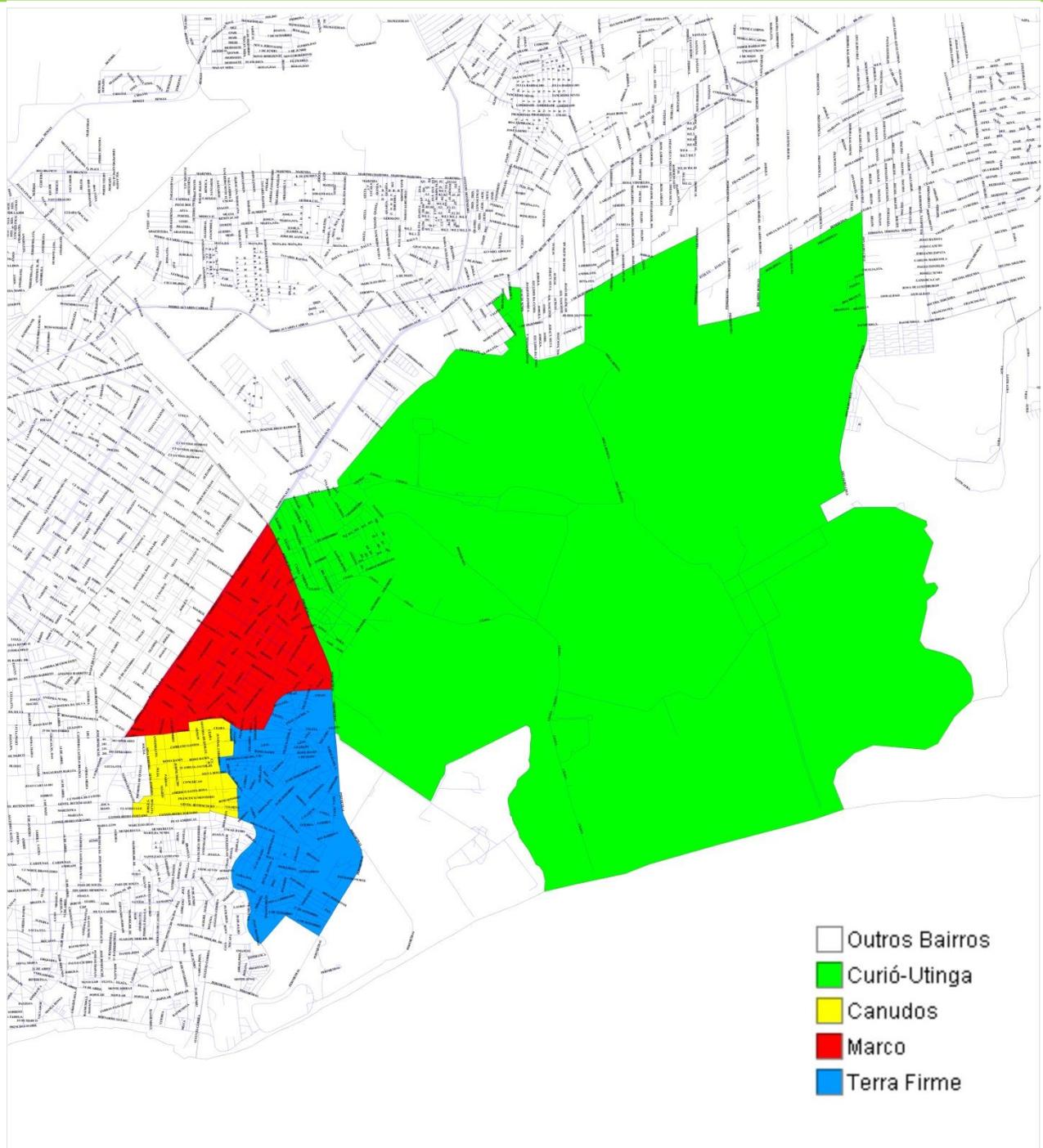
TERRITORIALIDADE CRAS TAPANÃ						
Dimensão	Indicador	Valor calculado (%)	Valor Município (%)	Avaliação indicador	Numeração	VS
Trabalho e renda	Fpob	80,3	79,1	ruim	4	2,7 média
	Pinf	6,3	6,2	ruim	4	
	Nocp	4,4	4,4	regular	3	
Educação	Panf	8,0	8,7	muito bom	1	
	Pnfe	16,7	17,4	bom	2	
	Pesu	0,9	1,0	ruim	4	
Saúde	Pmed	13,4	11,1	muito ruim	5	
Domicílio	Pdmi	16,1	17,7	bom	2	
Grupos específicos	Pfcm	2,3	2,4	bom	2	
	Pfti	0,7	0,9	bom	2	
	Pfid	7,0	9,2	muito bom	1	
	Pfpd	3,1	3,3	bom	2	

Fonte: CadÚnico, Set./2014.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

É importante lembrar que este cálculo não deve ser visto de maneira isolada, sem levar em consideração as outras nuances de vulnerabilidade aqui delineadas, buscando-se, assim, com o conjunto de dados aqui analisados, traçar um quadro multifatorial do fenômeno de vulnerabilidade social na territorialidade do Tapanã.

DIAGNÓSTICO TERRITORIALIDADE CRAS TERRA FIRME



1 Olhar sobre o território

1.1 Visão Geral

A territorialidade do CRAS Terra Firme, implantado em 10 de maio de 2005, abrange os bairros Terra Firme, Canudos, Curió-Utinga e Parte do Marco, compreendendo uma área total de 37,8726 km², sendo que o bairro Curió Utinga ocupa a maior área com 29,7664 km².

A Terra Firme, que dá nome ao CRAS, está localizada na 1ª Léguas Patrimonial de Belém, entre os bairros do Guamá, Canudos, Marco, Universitário e Curió-Utinga, tendo sua geografia, bem como de outros bairros dessa territorialidade, marcada pela presença do rio Guamá e um de seus afluentes, a Bacia Hidrográfica do Tucunduba.

Segundo Couto (2008), o bairro da Terra Firme⁸², abarcando terras pertencentes à Universidade Federal do Pará (UFPA), iniciou o seu processo de ocupação na década de 1950, com a predominância e característica de habitação provisória de imigrantes ou população não natural que pretendia, posteriormente, se deslocar para outras localidades. Contudo, muitos começaram a se fixar definitivamente ali, sendo os anos de 1980 e 1990 décadas de intensa ocupação das áreas localizadas ao longo do canal do Tucunduba e da Avenida Perimetral.

De acordo com o Relatório da Cidadania III (2002), em 1970 se iniciou a construção de alguns prédios da UFPA, na divisa entre Terra Firme e Guamá, assim como instalações da subestação da Eletronorte. Devido a isso, houve a necessidade de ampliação da Avenida Perimetral, uma das principais vias de acesso ao bairro e cuja ampliação a transformou em uma intensa via de acesso de mercadorias, disparando o processo de urbanização do bairro.

O referido bairro possui algumas áreas alagadiças e inundáveis, sendo ocupado por famílias empobrecidas residentes de forma expressiva em barracos de madeira e palafitas.

Pina (2013) assevera que o crescimento urbano e populacional do bairro da Terra Firme se deu de forma não planejada, provocando vasta favelização, atraindo imigrantes oriundos do interior do Estado e mesmo de outros municípios do país, na seguinte proporção, conforme o autor: "77,2% originários do interior do Estado, destacando-se os municípios de Igarapé Miri, Castanhal, Muaná etc., e 22,8%

⁸² Conforme esclarece Couto (2008), desde o dia 16 de dezembro de 1975, o bairro da Terra Firme passou a ser denominado oficialmente de Montese, uma homenagem à Força Expedicionária Brasileira (FEB) pela participação na segunda Guerra Mundial. Contudo, esse novo nome efetivamente não é utilizado. Por sua vez, o nome Terra Firme refere-se ao fato de o bairro ser formado por terras firmes e altas, próximas a áreas alagáveis.

oriundos de outros Estados, fundamentalmente Maranhão” (RODRIGUES, 1996 apud PINA, 2013, p.38).

Nota-se, nesse bairro, a presença de várias instituições importantes de ensino e pesquisa como, por exemplo, a Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (anteriormente nomeada Núcleo Pedagógico Integrado - NPI), a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (ELETRONORTE), o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) além de instituições nos limites do bairro, como a Universidade Federal do Pará (UFPA); a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); o Centro de Pesquisa do Museu Emílio Goeldi (MPEG Núcleo de Pesquisa) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), reconhecidamente instituições científicas de referência no cenário nacional e internacional.

No bairro da Terra Firme se encontra também o Hortomercado Municipal da Terra Firme, com boxes para venda de peixes, carnes, verduras, frutas, farinha, ervas, entre outros produtos, constituindo importante espaço para a geração de emprego e renda local. Na atualidade, concentra-se nas proximidades do Hortomercado uma grande quantidade de lojas, além de um grande número de ambulantes e feirantes que trabalham em pequenas barracas, percebendo-se na própria paisagem do bairro a intensa presença de camelôs, vendedores de frutas, legumes, hortaliças, caracterizando um dinamismo comercial por meio do trabalho informal. Ainda falando da economia local, é realizado na Terra Firme um movimentado comércio de materiais de construção como madeiras, tijolos, areia, barro, etc., presentes, em sua maioria, ao longo da Rua São Domingos e proximidades com o igarapé do Tucunduba (SILVA, 2013).

Outro bairro integrante dessa territorialidade é o Curió-Utinga, o qual deve seu nome à localização, naquela espacialidade, do Parque Estadual do Utinga⁸³ (Peut), unidade de conservação de proteção integral que faz parte da Área de Proteção Ambiental Metropolitana de Belém (APA), encontrando-se dentro dele os mananciais de água superficiais de abastecimento da Região Metropolitana de Belém (RMB), os Lagos Bolonha e Água Preta, que abastecem cerca de 60% da população da região (HENDERSON *et al.*, 2014). A presença do Parque traz inúmeros benefícios, desde o favorecimento da manutenção da biodiversidade, conforto térmico, controle da qualidade do ar, assim como uma opção de área de lazer para a população da RMB. Contudo, o Parque enfrenta intenso processo de urbanização desordenada em seu entorno, fato que acarreta riscos a sua preservação.

⁸³ Termo indígena que significa “quantidade de água, nascentes e rios” (BAHIA *et al.*, 2010).

O Curió também abriga a Central de Abastecimento de Alimentos do Estado do Pará - CEASA/PA, responsável pela distribuição de produtos hortifrutigranjeiros, de forma direta e indireta, para aproximadamente 100 municípios do Pará, bem como para o Amapá, o oeste do Maranhão e parte do Amazonas, principalmente, Manaus (AMARAL; SABINO, 2013). Outro elemento que se destaca na área são as ruínas do Engenho Murutucu, localizadas às margens da estrada da Ceasa, sendo uma construção datada do início do século XVIII.

Ainda na área de abrangência do CRAS Terra Firme, encontra-se o bairro Canudos, predominantemente residencial, sendo seu nome uma homenagem à presença da força policial do Pará na guerra do sertão baiano (século XIX), fato ainda presente na letra do hino da Polícia Militar do Pará.

Contrariamente ao Curió-Utinga, o bairro de Canudos apresenta escassa cobertura vegetal e áreas verdes, características que prejudicam o conforto térmico local. Rafaelle e Arraes (2013) afirmam que o bairro sofreu pressão demográfica devido crescimento urbano de forma desordenada.

Registra-se ainda, na territorialidade em foco, o bairro do Marco, assim denominado por localizar a medida de demarcação da 1ª Léguas Patrimonial de Belém, feita no século XVIII. Esse bairro abriga, entre outros locais de referência, a sede da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM, a Feira da 25 de Setembro, a Feira da Bandeira Branca, três campus da Universidade do Estado do Pará, o Teatro do SESI, o Jardim Botânico Bosque Rodrigues Alves e outros espaços recreativos e esportivos importantes como o Clube da Tuna Luso Brasileira, os estádios do Clube do Remo e do Paysandu Esporte Clube.

Sublinha-se que o bairro se configura como local de residência de muitas famílias com alto poder aquisitivo, conforme se mostrará mais à frente. Entretanto, a área denominada Baixada do Marco, localizada na territorialidade de atenção do CRAS Terra Firme, registra significativa presença de famílias em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

Um dos traços de vulnerabilidade ligados a esta territorialidade, especialmente ao bairro da Terra Firme, é a presença de conflito/violência vinculada ao tráfico de drogas. Sobre esse aspecto, estudos como o de Couto (2013) indicam a intensa presença do tráfico de entorpecentes na área da bacia do Tucunduba, elemento que pode ser diretamente relacionado à ocorrência de outros crimes, tais como assaltos e homicídios.

Ainda a esse respeito, o quadro 1 apresenta o número de crimes em dois bairros desse território durante os anos de 2011 e 2012, os quais somam 9.460 e 8.015 crimes, respectivamente, uma redução de 15,3%.

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

Quadro nº 01 – Número de crimes registrados nos bairros do Marco e Terra Firme

Bairro	Nº de crimes	
	2011	2012
Marco	6.346	5.565
Terra Firme	3.114	2.450

Fonte: CHAGAS, 2014.

Importa destacar que ambos os bairros, Terra Firme e Marco, costumemente aparecem em levantamentos referentes aos locais com maior incidência de criminalidade na cidade de Belém.

Debruçando-se sobre as práticas culturais dos bairros que compõem essa territorialidade, constata-se que a população local organiza e participa de incontáveis festividades, com a presença de blocos de escola de samba, quadrilhas juninas, cordões de pássaros, grupos de teatro e outros festejos diversos. No Curió-Utinga, por exemplo, destaca-se a festa de aniversário do bairro, organizada pela comunidade e que todo dia 07 de agosto atrai os moradores para a Praça das Castanheiras, um dos locais de referência do bairro. Essa comemoração, por sinal, é prevista pela Lei Municipal nº 8573 de 19 de Março de 2007. Ainda no Curió-Utinga, é possível destacar a existência do Grupo Parafolclórico Encanto do Curió, que promove apresentações culturais de singular importância.

Já no bairro de Canudos, dentre outras expressões culturais, encontra-se o Pássaro Junino Sabiá e o Grupo de Teatro Aldeato, sendo esse último responsável pela encenação da peça "Paixão de Cristo em Canudos", realizada há mais de duas décadas na sexta-feira santa, com cortejo partindo do salão paroquial da igreja de São José de Queluz. Nesse bairro também existe o Coletivo Casa Preta, espaço cultural onde são organizados eventos, projetos e realizadas oficinas diversas nas áreas de tecnologia, dança afro, fabricação de tambor, entre outras ações voltadas à produção cultural.

Por seu turno, a Terra Firme vivencia um verdadeiro caldeirão cultural repleto de saberes e fazeres de seus moradores. Listam-se apenas algumas expressões, a saber: o Boi Bumba Marronzinho, Boi Prenda de São João, Grupo Teatral Ribalta, Escola de Samba Rosa da Terra Firme, Acadêmicos de Samba da Terra Firme, Grêmio Recreativo e Carnavalesco Bloco Sapó Muiraquitã, que há 17 anos desfila na avenida no Carnaval oficial promovido pela Prefeitura de Belém; o Centro Sociocultural São Domingos de Gusmão, onde ocorrem atividades socioeducativas, de lazer e culturais, vinculado à primeira Igreja do bairro (paróquia de mesmo nome); a Nação da Resistência Periférica (NPR) ligada ao movimento *hip hop*, entre muitos outros movimentos culturais locais. A sociabilidade dessa territorialidade ainda é marcada

pela presença das mais diversas manifestações religiosas congregadas em templos e comunidades.

Dentre as quadrilhas juninas também se indica Revelação do Marco e Hiper na Roça (Marco), Romance Matuto (Canudos), Chuva de Cheiro, Rosa Vermelha e Roceiros da Terra Firme (todas da Terra Firme). Tem-se também o pássaro junino Sabiá. Bois-bumbás: Luar do Marco (Marco) e Prendas de São João (Terra Firme). Grupos parafolclóricos: Tamba Tajá, Cia de Dança Ariru-Tupã Pará e Mistura Regional (Marco), os Baioaras e Cheiro do Pará (Canudos), entre outras. Grupo de toada Associação Cultural Tribo Karajá (Marco) e Coreográfico Xeiro da Amazônia (Terra Firme)⁸⁴.

A partir deste ponto, passam-se a analisar dados populacionais e socioeconômicos do território em estudo, no sentido de aclarar algumas características do perfil dos bairros e seus residentes.

Analisando o quadro 2, depreende-se que o maior quantitativo populacional reside no bairro Terra Firme, com 61.439 habitantes; em segundo lugar vem o bairro do Marco, com 32.922. Sublinha-se que, apesar de o Curió-Utinga ser o maior bairro em extensão territorial (29,7664 km²), boa parte de sua área é ocupada pelo Parque do Utinga e outras instituições públicas, sendo sua população relativamente pequena.

Quadro nº 02 - População referenciada na territorialidade do CRAS Terra Firme-2010

Bairro	Pop. Total
Canudos	13.804
Curió-Utinga	16.642
Marco*	32.922
Terra Firme	61.439
TOTAL	124.807

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

*População total dividida por dois, considerando que o bairro Marco pertence à territorialidade de dois CRAS (Terra Firme e Pedreira).

Indica-se, no quadro 3, que a territorialidade em questão conta com 35.570 domicílios referenciados, com destaque para o bairro Terra Firme, com o maior quantitativo (15.464), e o Curió-Utinga, com o menor quantitativo (4.411).

Quadro nº 03 - Domicílios particulares permanentes referenciados segundo os bairros da territorialidade CRAS Terra Firme, no Município de Belém- 2010

Bairro	Domicílios
Canudos	6.615

⁸⁴ Dados fornecidos pela Fundação Municipal de Cultura – FUMBEL.

Curió-Utinga	4.411
Marco *	9.080
Terra Firme	15.464
TOTAL	35.570

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

*Domicílios totais divididos por dois, considerando que o bairro pertence à territorialidade de dois CRAS.

Atentando para a presença de algumas áreas de aglomerados subnormais da territorialidade, verifica-se o montante de 9.955 domicílios localizados nessas áreas, onde reside população estimada em 39.488 indivíduos, havendo uma média de 4,0 moradores por domicílio, conforme consta no quadro 4. Os aglomerados subnormais são áreas que não proporcionam condições de moradia adequada para a população, o que torna preocupante o montante de pessoas residente neles.

Quadro nº 04 - Alguns aglomerados subnormais, domicílios particulares, população residente e média de moradores, bairros da territorialidade CRAS Terra Firme, 2010

Aglomerado Subnormal	Bairro	Nº Domicílios	Pop. Residente	Média Moradores
Eletronorte	Terra Firme	1.964	7.760	4,0
Parque Amazônia	Terra Firme	2.036	8.711	4,3
Perimetral	Terra Firme	1.265	4.845	3,8
Baixada do Marco	Marco	1.710	6.759	4,0
Cruzeirinho	Curió-Utinga	1.759	6.922	3,9
Loteamento Popular	Curió-Utinga	1.221	4.491	3,7
TOTAL		9.955	39.488	4,0

Fonte: IBGE 2010 / Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Belém 2012.

Detendo-se sobre a análise das classes de rendimento entre pessoas de 10 anos ou mais de idade, chama atenção o grande número de pessoas sem rendimento, alcançando quase 40% do universo investigado. Entre aqueles que possuem alguma renda, o maior quantitativo é de pessoas com rendimento entre mais de ½ a 1 salário mínimo (31.453 indivíduos). Por sua vez, os maiores rendimentos (mais de 10 salários mínimos) se concentram no bairro do Marco (3.052 pessoas).

Quadro nº 05 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classe de rendimento nominal mensal, segundo os bairros da territorialidade CRAS Terra Firme, no Município de Belém – 2010

Bairro	Total	Até ½ salário mínimo	Mais de ½ a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 5 salários mínimos	Mais de 5 a 10 salários mínimos	Mais de 10 a 20 salários mínimos	Mais de 20 salários mínimos	Sem rendimento
Canudos	12.206	319	2.837	2.275	1.627	618	151	36	4.343
Curió-Utinga	14.426	483	3.451	2.357	1.591	605	140	44	5.755
Marco	49.755	1.166	10.134	8.529	8.684	5.410	2.321	731	21.464
Terra Firme	51.193	3.467	15.031	7.603	2.916	584	94	17	21.481
TOTAL	127.580	5.435	31.453	20.764	6.134	7.217	2.706	828	53.043

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010/SEGEP, Anuário Estatístico de Belém, 2012

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

Lidando cotidianamente com o conjunto de demandas por políticas públicas dos mais variados setores, observa-se nessa área de abrangência uma histórica participação cidadã de seus moradores, que se unem em associações de moradores, centros comunitários e outras organizações populares para lutar pela conquista de direitos negados ou precariamente garantidos.

Nesse caminho, apresentam-se a seguir dados coletados na Consulta às Lideranças, abordando-se potencialidades do território e alguns indicadores de vulnerabilidade locais.

1.2 Oferta de serviço pela rede Intersetorial

No que concerne aos equipamentos urbanos direcionados à satisfação das necessidades básicas das famílias e indivíduos ali residentes, o quadro a seguir quantifica os equipamentos da rede intersetorial para os bairros que compreendem a territorialidade do CRAS Terra Firme.

Quadro nº 06 - Rede de equipamentos de políticas sociais básicas da territorialidade do CRAS Terra Firme

POLÍTICA SOCIAL	EQUIPAMENTOS	BAIRROS				TOTAL
		Terra Firme	Canudos	Curió-Utinga	Marco	
Rede de Educação	UEI	01	01	01	-	03
	UP	01	04	01	-	06
	UEIF	02	01	-	-	03
	UEF	03	-	01	03	07
	UEFM	02	03	-	06	11
	UEIFM	01	-	-	-	01
	UEFE	-	-	-	03	03
Rede de Saúde	UBS	01	-	01	-	02
	USF	03	-	-	01	04
	Casa AD	-	-	-	01	01
	Casa Idoso	-	-	-	01	01
	CEMO	-	-	-	01	01
	CS Escola	-	-	-	01	01
	Not. Infecto contagiosas	-	-	-	01	01
	Hospital	-	01	-	01	02
	Hosp. Clínica Conveniada	-	01	-	-	01
Rede de Assistência Social	CRAS	01	-	-	-	01
	CREAS	-	-	-	01	01
	EAI crianças e adolescentes	-	-	-	01	01
	Entidade	01	-	-	01	02

	Socioassistencial					
Rede de Cultura e Lazer	Praças	05	02	04	08	19
	Polo do PRO PAZ nos Bairros	01	-	-	-	01
	Biblioteca Escolar Municipal	01	-	01	02	04
	Quadra de esporte (Escolar Municipal)	03	-	02	02	07
	Academia ao ar livre	01	-	-	02	03
	Parque Estadual do Utinga	-	-	01	-	01

Fontes: SEMEC/SESMA/FUMBEL/FUNPAPA/SEGEL/SEMMA/CMAS/IDESP/Ministério da Cultura.

O quadro acima demonstra notória insuficiência na oferta de equipamentos, especialmente no que diz respeito à saúde, haja vista se tratar de uma área cuja população é de 124.807 habitantes (vide quadro 2) e, considerando apenas às áreas ditas de “aglomerados subnormais” (quadro 4) contabiliza 9.955 residências que abrigam uma população de aproximadamente 39.488 habitantes.

Na área da saúde, o bairro da Terra Firme apresenta 01 Unidade Básica de Saúde (UBS) e 03 Unidades de Saúde da Família (USF). O bairro do Marco é o que concentra as unidades especializadas de saúde como Casa do Idoso, Casa AD e CEMO.

Na educação, o bairro com menor cobertura é o do Curió-Utinga, que conta com 03 unidades no total, sendo 02 de educação infantil e 01 de ensino fundamental. Embora pouco numerosa, a Terra Firme possui unidades escolares em toda a educação básica.

Na rede de assistência social, a territorialidade como um todo apresenta 05 equipamentos que se distribuem entre os bairros da Terra Firme e Marco, localizando-se neste último 01 CREAS e 01 Espaço de Acolhimento Infantil (EAI) e 01 entidade socioassistencial (Serviço de Atendimento em Reabilitação – SABER) e naquele 01 CRAS e 01 entidade socioassistencial (Associação Amigos da Terra Firme).

Na rede de cultura e lazer, além do parque estadual do Utinga, destaca-se o Polo do PRO PAZ nos Bairros, na Terra Firme, que atende crianças e adolescentes por meio de atividades de esporte, lazer, arte e cultura.

2 Olhar da Comunidade sobre o território

2.1 Percepção sobre o espaço de vivência e a oferta dos serviços

Os participantes da consulta realizada na territorialidade do CRAS Terra Firme, partindo do conhecimento de que dispõem sobre o território, identificaram e quantificaram a oferta de serviço da rede intersetorial, especificamente dos serviços

públicos de educação, saúde, lazer e segurança, que se efetivam através de equipamentos existentes nos bairros que compreendem esta territorialidade. Para melhor análise do conhecimento individual, foi tirada a quantidade média indicada para cada equipamento, como consta no quadro 7.

Quadro nº 07 – Quantificação de equipamentos da rede intersetorial

Equipamentos	Quant.
Escolas Fund./Médio	05
Escolas Ed. Infantil/creches	02
Postos de saúde	02
Delegacias	01
CRAS	01
Equip. Lazer	04

Fonte: Material de consulta.

Fazendo-se um contraponto deste quadro em relação ao quadro 6, que quantifica a rede de equipamentos, percebe-se uma diferença expressiva do número de equipamentos conhecidos em relação ao número existente. No número de escolas de ensino fund./médio, por exemplo, o quadro 6 indica a existência de um quantitativo bem superior ao apresentado no quadro acima. Nos equipamentos de lazer ocorre o mesmo, uma vez que somente de praças o quadro anterior quantifica 19 em toda a territorialidade. As semelhanças ficam por conta dos postos de saúde e do CRAS, em que houve uma convergência em ambos.

Na avaliação que os participantes fizeram sobre essas quantidades consta o seguinte:

Quadro nº 08 – Avaliação das ofertas (em %)

Equipamentos	Avaliação		
	Suficiente	Insuficiente	Não sabe informar
Escolas Fund./Médio	0	33,3	66,7
Escolas Ed. Infantil/creches	0	83,3	16,7
Postos de saúde	0	83,3	16,7
Delegacias	0	60,0	40,0
CRAS	0	50,0	50,0
Equip. Lazer	0	83,3	16,7

Fonte: Material de consulta.

Nenhum dos equipamentos enumerados no quadro 8 teve a sua oferta considerada suficiente pelos participantes da consulta, mas também houve um percentual significativo daqueles que não souberam avaliar a oferta, chegando a 66,7% no caso das escolas de ensino fund./médio. Em relação às escolas de educação infantil/creche, postos de saúde e equipamentos de lazer, a ampla maioria dos

consultados (83,3%), considerou seus quantitativos insuficientes. No que se refere ao CRAS, houve uma divisão entre os que o avaliaram como suficiente e os que não souberam informar, ficando com 50% cada.

Essa oferta dos serviços, em alguma medida, rebate sobre a avaliação feita pelos participantes sobre a *condição de vida* nos seus bairros de moradia. No caso dos bairros representados e que compõem a territorialidade da Terra Firme, nenhum participante considerou a condição de vida no seu bairro como *muito boa*; 17% consideraram *boa*; 50% avaliaram como *regular*; 33% como *ruim* e nenhum chegou a considerar a condição de vida como *muito ruim*.

Dentro da territorialidade, no que diz respeito ao espaço de vivência, os participantes identificaram alguns atrativos culturais, como a festa de aniversário do bairro, que ocorre no mês de setembro e envolve toda a comunidade; quadrilhas juninas; festa junina; bozinho da Terra Firme e festa de aparelhagem.

De uma maneira geral, os representantes comunitários avaliaram a territorialidade como apresentando fenômenos sociais negativos e a serem enfrentados, a exemplo da violência atrelada ao tráfico de entorpecentes, identificando também as potencialidades presentes nela que, como definido na metodologia, se referem aos serviços/espços já disponíveis no território, independente de estarem ou não funcionando a contento. O quadro 9 relaciona os recursos citados.

Quadro nº 09 – Recursos identificados na territorialidade

Recurso/potencialidade
UBS
UMS
NASF
UEI
CRAS
Escolas
Entidades socioassisten./centros comunitários
Projetos sociais
PROPAZ
Delegacia/batalhão de polícia
Universidade
INSS
SERPRO
CAPS
Parque ambiental

Fonte: Material de consulta.

2.2 Principais vulnerabilidades, demandas e sugestões de melhorias

Quanto a situações específicas de violências/vulnerabilidades presentes no território, os participantes avaliaram a sua ocorrência ou não, segundo consta no quadro 10.

Quadro nº 10 – Avaliação de situações de violências/violação de direitos específicos (em %)

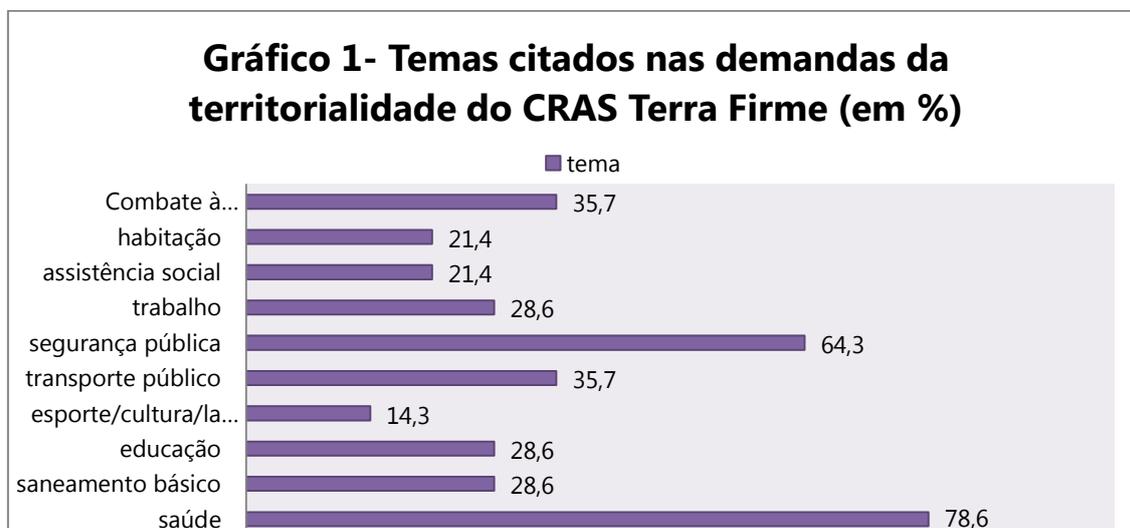
Violência/violação	Frequência		
	Muitas vezes	Poucas vezes	Nunca
Trabalho infantil	28,6	57,1	14,3
Violência contra crianças e adolescentes	42,9	42,9	14,3
Pessoas em situação de rua	42,9	57,1	0
Conflito familiar	85,7	0	14,3
Usuários de substâncias psicoativas	71,4	14,3	14,3

Fonte: Material de Consulta.

As situações de violências/violações mais presenciadas na territorialidade do CRAS Terra Firme são o conflito familiar e os usuários de substâncias psicoativas em que 85,7% e 71,4%, dos participantes, respectivamente, responderam presenciá-las “muitas vezes”. Por outro lado, o trabalho infantil e as pessoas em situação de rua ficaram com o maior percentual na frequência “poucas vezes”, com 57,1% cada.

Na avaliação feita pelos técnicos do CRAS, das situações constantes no quadro 10, a única que é mais frequentemente atendida pelo CRAS é o conflito familiar (dada a própria característica deste equipamento socioassistencial); para as demais, a maioria dos técnicos consultados informou atender poucas vezes esses tipos de demandas específicas.

De acordo com a percepção sobre a oferta dos serviços, os participantes elencaram as principais demandas da territorialidade. O Gráfico 1 mostra os temas mais citados na consulta.



Fonte: Material de consulta.

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

A área mais citada foi a saúde, contida em 78,6% das tarjetas, seguida pela segurança pública, com 64,3%. Os temas transporte público e combate à drogadição foram mencionados por 35,7% das tarjetas e o tema trabalho apareceu em 28,6% delas, mesmo percentual das que mencionaram as áreas de educação e saneamento básico.

Quando desagregadas em subtemas, conforme quadro 11, percebem-se as necessidades mais latentes dentro de cada área. No tema mais citado, a saúde, 9,1% das tarjetas especificaram a necessidade de mais médicos assim como de agilizar o atendimento na unidade de saúde; dentre as tarjetas que citaram o tema educação, 75% delas falaram sobre o aumento no número de creches. No campo do trabalho, os subtemas se concentraram na capacitação profissional (25%) e geração de postos de trabalho (100%). Na assistência social, os subtemas se dividiram entre combate ao trabalho infantil, combate à prostituição e programas/projetos sociais, com 33,3% cada.

Quadro nº 11 – Subtemas mais citados nas demandas da territorialidade

Tema	Subtema	%
Educação	Mais creches	75,0
Saúde	Mais médicos	9,1
	Agilizar o atendimento da unidade de saúde	9,1
Segurança pública	Combate à violência urbana	55,6
Esporte/cultura/lazer	Mais praças/áreas recreativas/espços públicos para a prática de esportes/ginásios poliesportivos/academias ao ar livre/espços culturais/bibliotecas	50,0
Trabalho	Capacitação profissional (oferta de cursos profissionalizantes/oficinas)	25,0
	Mais postos de trabalho	100
Assistência social	Combate ao trabalho infantil	33,3
	Combate prostituição infantil	33,3
	Programas/projetos sociais	33,3

Fonte: Material de consulta.

Os participantes fizeram sugestões direcionadas à melhoria da territorialidade que venham a contornar as dificuldades e atender, em alguma medida, as demandas por eles levantadas. Na área da saúde, sugeriram facilitar o acesso à saúde pública por meio de um número maior de funcionários, que possam atender a população com maior brevidade; aumento da cobertura de atendimento do programa família saudável, desafogando a atenção básica; atendimento humanizado; atendimento de urgência e emergência próximo ao bairro da Terra Firme e ampliação do número de unidades de saúde. Na educação, ratificaram a implantação de mais creches para atender a territorialidade; ampliação do quantitativo de escolas e que estas, por sua vez, possam ser atrativas, com grade curricular transversal; construção de espços

educativos que profissionalizem os alunos e garantam o primeiro emprego. No saneamento básico, sugeriram a melhoria na rede de esgoto e melhorias nas ruas do bairro (limpeza, asfaltamento).

Na segurança pública, sugeriram o aumento do policiamento e, para o transporte coletivo, a ampliação da sua oferta. Para a assistência social, dentre as sugestões, constam o acompanhamento das vítimas de drogas e exploração sexual, principalmente das crianças e a ampliação do serviço de proteção básica.

Outras questões pontuadas pelos participantes foram: formalizar as atividades desenvolvidas pelos moradores; promover GT's interinstitucionais objetivando a construção de fluxo de atendimento e encaminhamentos; promover integração entre as lideranças comunitárias além de capacitação e instrumentalização para que eles possam ser agentes transformadores e promovedores de conhecimento e informação.

Os participantes e os técnicos do CRAS sugeriram de maneira mais específica, por ciclo de vida (quadro 12), as atividades/ações que deveriam ser voltadas para esses grupos as quais perpassam um pouco sobre o que já foi comentado.

Quadro nº 12 – Sugestões de melhoria por ciclo de vida

Ciclo	Sugestões
Crianças	Lazer, creches, esporte, incentivo à leitura, cultura, atividades lúdicas, socialização, convivência, controle de natalidade.
Jovens	Formação profissional, escolas de artes e esportes, programas de lazer, orientação e formação para o mercado de trabalho, dança, música.
Adultos	Geração de emprego e renda, capacitação profissional, inclusão comunitária (associações de bairro).
Idosos	Implementar os serviços existentes, asilo, hidroginástica, informática, culinária, atividades físicas, programas de atendimento na saúde e moradia, passeios, palestras, intergeracional, projetos culturais, lazer, cidadania.

Fonte: Material de Consulta.

3 Outros aspectos de vulnerabilidade

Na territorialidade do CRAS Terra Firme, existem 10.496 famílias inscritas no CadÚnico, das quais 9.284 são beneficiárias do PBF, representando 9,2% do total de famílias beneficiadas no Município⁸⁵.

⁸⁵ Dados extraídos do Relatório CCU/PBF dez. 2014.

O Censo SUAS MDS 2014 reafirma a presença, nessa territorialidade, de moradias irregulares como favelas, invasões, cortiços, e/ou similares. O referido levantamento indica ainda que as situações mais frequentemente identificadas na territorialidade são: situação de violência contra mulheres; famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família; famílias elegíveis não inseridas nos programas ou benefícios de transferência de renda; famílias em situação de insegurança alimentar; jovens em situação de vulnerabilidade e risco social; usuários de crack e/ou outras drogas; presença de altos índices de criminalidade; desemprego e subemprego; presença de conflito/violência vinculada ao tráfico de drogas.

Os técnicos do CRAS, a partir da experiência que possuem e do conhecimento acumulado sobre a territorialidade, elencaram as seguintes situações de risco e vulnerabilidade mais presentes no território da Terra Firme: drogadição, violência doméstica, insegurança alimentar, desemprego, criminalidade, gravidez na adolescência, uso abusivo de álcool.

3.1 Cálculo de vulnerabilidade social (VS)

Dentre as doze variáveis selecionadas para o cálculo de vulnerabilidade social, as da territorialidade da Terra Firme tiveram o seguinte comportamento: uma classificada como “muito ruim”; cinco como “ruim”; seis como “bom” e nenhuma foi avaliada como “regular” ou “muito bom”. Deste modo, percebe-se que os indicadores desta territorialidade não se distanciaram sobremaneira da média do município de Belém. No percentual de famílias abaixo da linha de extrema pobreza (Fpob), por exemplo, o valor médio do Município ficou em 79,1% e o da Terra Firme ficou um pouco acima, em 81,3%. Outro indicador cujo valor calculado ficou próximo ao de Belém foi percentual de famílias com renda *per capita* inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo com pelo menos um membro idosos (Pfid), com 9,4% da territorialidade contra a média 9,2%. A única variável classificada como muito ruim foi o percentual de famílias cuja pessoa de referência é a mulher, com filhos menores e analfabeta (Pfcem) em que o percentual da territorialidade (2,6%), embora próximo ao valor médio (2,4%), recebeu essa avaliação devido o desvio-padrão desta variável ter sido muito pequeno.

Segundo este panorama e em acordo com a metodologia utilizada, os resultados de cada indicador apontaram para um valor de **3,1** para a vulnerabilidade social da territorialidade do CRAS Terra Firme, conforme especificada no quadro 13, se encaixando na faixa classificada como alta vulnerabilidade social.

Quadro nº 13 – Cálculo de vulnerabilidade territorialidade CRAS Terra firme

TERRITORIALIDADE CRAS TERRA FIRME						
Dimensão	Indicador	Valor calculado (%)	Valor Município (%)	Avaliação indicador	Numeração	VS
Trabalho e renda	Fpob	81,3	79,1	ruim	4	3,1 alta
	Pinf	5,8	6,2	bom	2	
	Nocp	4,0	4,4	ruim	4	
Educação	Panf	8,2	8,7	bom	2	
	Pnfe	17,8	17,4	ruim	4	
	Pesu	1,3	1,0	bom	2	
Saúde	Pmed	9,7	11,1	bom	2	
Domicílio	Pdmi	17,2	17,7	bom	2	
Grupos específicos	Pfcm	2,6	2,4	muito ruim	5	
	Pfti	1,2	0,9	ruim	4	
	Pfid	9,4	9,2	ruim	4	
	Pfpd	2,9	3,3	bom	2	

Fonte: CadÚnico, Set./2014.

Elaboração: Vigilância Socioassistencial/FUNPAPA, 2015.

É importante lembrar que este cálculo não deve ser visto de maneira isolada, sem levar em consideração as outras nuances de vulnerabilidade aqui delineadas, buscando-se, assim, com o conjunto de dados aqui analisados, traçar um quadro multifatorial do fenômeno de vulnerabilidade social na territorialidade da Terra Firme.

PROPOSIÇÕES

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

Proposições para a Política de Assistência Social

A análise dos dados levantados no Diagnóstico Socioterritorial de Belém/ Pará mostra ser este um Município multifacetado, onde aspectos demonstrativos de um expressivo grau de desenvolvimento econômico e cultural convivem, lado a lado, com sérias e graves situações de vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais, presentes, em especial, nos territórios periféricos desta cidade metrópole.

Com uma população na ordem de 1.425.923 habitantes, chama atenção constatar que subjacente a uma riqueza cultural, tanto em termos populares quanto urbanísticos, encontram-se centenas de munícipes residindo em habitações precárias, com rendimento mensal inferior a um salário mínimo e com dificuldade de acessos às políticas fundamentais como educação, saúde, emprego e renda, situações essas que rebatem diretamente na Política de Assistência Social, solicitando, da mesma, melhor estruturação e ampliação de sua rede de atendimento.

Tomando por base essa realidade, apontam-se a seguir proposições para a implementação da Política de Assistência Social do município de Belém, nos três níveis de Proteção, considerando as normativas do SUAS assim como os aspectos de vulnerabilidade e riscos levantados neste Diagnóstico:

I - Implantar **17 CRAS**

Ordem de implantação	Localização/Bairro
01	Ilha de Cotijuba
02	Marambaia
03	Cabanagem
04	Sacramenta
05	Coqueiro
06	Telégrafo
07	Tenoné
08	Pratinha
09	Parque Guajará
10	Parque Verde
11	Castanheira
12	Mangueirão
13	Condor
14	Guamá
15	Paracurí
16	Val-de-Cães
17	Curió Utinga

II – Dotar os CRAS Mosqueiro, Guamá, Outeiro e Icoaraci de **equipe volante e adquirir uma lanca** para garantir cobertura socioassistencial na região das ilhas.

III – Reestruturar o **Centro de Inclusão Produtiva – CIP** como espaço de formação profissional direta.

IV – Implantar o **Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas**.

V - Implantar **03 CREAS**

Localização/Bairro	
01	Ilha de Caratetua
02	Mangueirão
03	Guamá

VI - Implantar **03 Centros POP**

Localização/Bairro	
01	Cidade Velha
02	Castanheira
03	Mosqueiro

VII – Implantar estratégias de colocação familiar como **família acolhedora e casa lar**, de modo a garantir o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, como medida excepcional e provisória.

VIII - Implantar 01 **república para jovens egressos do serviço de acolhimento**, situada em área residencial, com acesso ao transporte público e fachada sem identificação.

IX - Implantar 02 **Espaços de Acolhimento Para pessoas adultas e famílias em situação de rua**.

Localização/Bairro	
01	São Brás
02	Castanheira

X - Implantar outras estratégias de acolhimento de pessoas adultas em situação de rua, como **república e casa de passagem**, situadas em área residencial, com acesso ao transporte público e fachada sem identificação.

XI - Municipalizar o **Serviço de Acolhimento de Longa Permanência para pessoas idosas e para pessoas com deficiência grave**, com a implantação de 01 espaço de

acolhimento institucional para pessoas idosas e 01 para pessoas com deficiência grave.

XII - Dotar de melhor espaço físico o **Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Pública e Emergências**.

XIII – Adquirir e/ou construir **imóveis para funcionamento dos espaços socioassistenciais**, de modo a evitar constantes mudanças, assegurando aspectos com acessibilidade, sigilo ético profissional, manutenção da referência e humanização.

XIV – Totalizar as **equipes de referência e de pessoal de apoio** através da realização de concurso público.

XV - **Regulamentar o SUAS no âmbito do Município**, assegurando legalmente os Benefícios Eventuais.

XVI- **Reordenar a Fundação Papa João XXIII em Secretaria Municipal de Assistência Social**.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Atlas Brasil**: abastecimento urbano de água: panorama nacional. Brasília: ENGECORPS/COBRAPE, 2010.

ALVES, Rubem Azevedo. **O que é religião**. São Paulo: Abril cultural: Brasiliense, 1984.

ALVES, Leonardo de Souza. **A urbanização no bairro da Sacramentoa (Belém-PA)**: a (re) produção do espaço, os indicadores socioeconômicos e a violência urbana no contexto territorial vigente. In: XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Rio de Janeiro, 2013.

AMARAL, Marcio Brito; SABINO, Thiago Guedes. **A metrópole e a região na Amazônia**: uma análise da centralidade de Belém a partir da rede de abastecimento e distribuição da Ceasa (Central de Abastecimento do Pará). Anais: Encontros Nacionais da ANPUR. Desenvolvimento, planejamento e governança – Recife, v. 15, 2013.

ARAÚJO et al. **Ocupação e Consolidação das Baixadas em Belém-PA**: periferia e Portal da Amazônia. In: Anais do Seminário Nacional sobre Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano. Nº 2, 2012.

ARQUIDIOCESE DE BELÉM. **Anuário Arquidiocesano 2014 – 2015**.

BAHIA, Mirleide Char et al. **Os espaços e equipamentos de lazer das cidades**: o caso de Belém. In: FIGUEIREDO, Silvio José de Lima (Org.). Turismo, lazer e planejamento urbano e regional. Belém: NAEA, ANPUR, 2008.

BAHIA, Vânia Eunice. Investigação da potencialidade de contaminação no Parque Estadual do Utinga em Belém (Pa) utilizando o método geofísico georadar. In: **Águas Subterrâneas**, v.24 n.1, p.85-102, 2010.

BARROS, Alexandre Silva et al. **A espacialização da violência urbana**: uma abordagem sobre a territorialização perversa da violência no bairro do Barreiro em Belém do Pará. In: Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória/ES, 2014.

BATISTA, Sônia Socorro. **Cultura ribeirinha**: a vida cotidiana na Ilha do Combu/Pará. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2011.

BELÉM, Prefeitura Municipal. **Censo 2013 dos Catadores do Lixão do Aurá**. Secretaria Municipal de Saneamento de Belém – SESAN. Belém, 2013.

BELÉM, Prefeitura Municipal de Belém; SEHAB – Secretaria Municipal de Habitação; IAGUA – Instituto Amazônico de Gestão Urbana e Ambiental. **Diagnóstico Habitacional de Belém**. Plano Municipal de Habitação de Interesse Social. Belém, 2012.

BELÉM, Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 6.022. Dispõe sobre a criação da Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA.

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

BITTENCOURT, Heliana Rodrigues de. **Areião**: lugar de sociabilidade e pertencimento na Ilha de Outeiro. Diss. Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura. Universidade da Amazônia, Belém, 2013.

BORBA, Reneuza. **O que é saúde?** Disponível em:

<<http://www.adocontb.org.br/index.php?codwebsite&codpagina=00020975>>

BORDALO, Carlos Leão et al. Os desafios da gestão das águas nas metrópoles da Amazônia: uma análise do modelo de gestão pública dos sistemas de abastecimento de água na Região Metropolitana de Belém – PA. In: **Revista Geonorte**, Edição Especial, V.3, N.4, p. 1181-1193, 2012.

BRASIL, República Federativa. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, 1993.

_____. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL, Roberta Gilet. **Forjando-se Imaginariamente Mulher**: um estudo sobre as representações de gênero das jovens no Grupo de Mulheres do Benguí. Dissertação. Mestrado em Psicologia. Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial**. Brasília, 2013.

BRITO, Ana Júlia Cunha. **Urbanização e interfaces com saúde e ambiente**: o entorno da Unidade Municipal de Saúde da Cremação. Universidade da Amazônia, Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano. Belém, 2012.

CAÑETE, Thales Ravena; RAVENA CAÑETE, Voyner. **Populações Tradicionais Amazônicas**: revisando conceitos. In: Encontro Nacional da ANPPAS. Org. ANPPAS, 2010.

CASTRO, Lara de. **Ocupar, fixar e educar**: trabalhadores do interior do Brasil e os projetos governamentais para o Amapá e o Ceará entre os anos 1944 e 1960. IX Semana de História da Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2013.

CHAGAS, Clay Anderson Nunes. **Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém**. In: Boletim Amazônico de Geografia, Belém, n. 1, v. 01, p. 186-204, jan./jun, 2014.

CNAS. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Res. Nº109 de 11 de novembro de 2009.

CONCEIÇÃO, Heloisa Helena Meireles Bahia. **Mulheres e educação**: um estudo sobre o grupo de mulheres brasileiras (GMB) do Bairro do Benguí - Belém – Pará. 2011. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2011.

Contando histórias de trabalho infantil doméstico. Belém: Gráfica Alves, 2006.

COSTA, Antonio Mauricio Dias. **Festa na cidade**: o circuito bregueiro de Belém do Pará. Belém: EDUEPA, 2009.

COSTA, MARIA AUGUSTA FREITAS. **Rede turística e organização espacial**: uma análise da Ilha de Mosqueiro, Belém/PA. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, BELÉM, 2007.

COUTO, Aiala Colares. **A Geografia do Crime na MetrÓpole**: da economia do narcotráfico à territorialização perversa em uma área de baixada de Belém. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação lato sensu_FIPAM XXII, 2008.

_____. **Tucunduba**: do lugar da resistência ao lugar da perversidade um estudo sobre a criminalidade do tráfico de drogas em uma favela na baixada de Belém. XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. UERJ, Rio de Janeiro, 2013.

DERGAN, João Marcelo. **Historia, memória e natureza**: As comunidades da Ilha do Combu. Dissertação (Mestrado em História), UFPA, Belém, 2006.

DESLANTES, Suely. **Avaliação das estratégias governamentais municipais no enfrentamento da violência sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes em quatro capitais brasileiras**: Belém. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

DIAS JUNIOR, José do Espírito Santo. **Cultura popular no Guamá**: Um estudo sobre o boi bumbá e outras práticas culturais em um bairro da periferia de Belém. Dissertação (Mestrado). UFPA, Belém, 2009.

DUARTE, Cristóvão Fernandes. **Belém na virada do século XIX**: modernidade no plano urbanístico de expansão da cidade. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

DUMAZEDIER, Jofre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FERREIRA, Carlos A. da Cruz; BORDALO, Carlos A. Leão. **Os desafios do saneamento básico na Ilha de Caratateua** (BELÉM-PARÁ). Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos: Crise, práxias e autonomia- espaços de resistência e de esperança, Porto Alegre, 2010.

FERREIRA, Clélio Palheta. **Sociabilidade e reciprocidade em ações lúdico-religiosas no bairro do Guamá em Belém-Pará**. XI Congresso Luso Afro brasileiro de ciências sociais. Salvador (BA), 2011.

FERREIRA, Leila Cristina Leite. **Cosp Tinta Crew e a rua como espaço privilegiado de organização social e artística da juventude grafiteira de Belém**. Grupo de Trabalho: Manifestações Culturais, Arte e Antropologia. IV Reunião Equatorial de Antropologia e XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste. Fortaleza-CE, 2013.

FILHO, João Meireles. **Belém Ribeirinha**. Belém: Instituto Peabiru, 2014.

FRANÇA, Iranete Corpes Oliveira. **A influência de fatores intraurbanos no rendimento escolar de estudantes do ensino médio da rede pública no bairro da Pedreira no município de Belém-PA**. Dissertação, Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, Universidade da Amazônia. BELÉM, 2012.

FUNPAPA. **Caminhos da assistência nº 2**. Belém, 1995.

_____. **Caminhos da assistência nº 3**. Belém, 1996.

_____. **A Política de assistência em Belém**: Palavra de quem trabalha e reinventa a vida. Belém: Paca-Tatu, 2004.

_____. **Plano Municipal de Assistência Social 2007-2008**. Belém, 2007.

_____. **Plano Municipal de Assistência Social 2014-2017**. Belém, 2014.

_____. **Plano de Reordenamento do Serviço de Acolhimento de Pessoas em Situação de Rua**. Belém, 2014

_____. **Estudo Diagnóstico**: Adolescentes sentenciados com medidas socioeducativas em meio aberto, atendidos pela FUNPAPA de 2009 a 2014. Belém, 2014.

_____. **Estudo Diagnóstico**: Violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Belém. Belém, 2015.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. **Estatística Municipal**: Belém. Belém, 2013.

HENDERSON, Bruna et al. Valoração Ambiental do Parque Estadual do Utinga na Região Metropolitana de Belém-PA. **Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer** - Goiânia, v.10, n.18, 2014.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: Aglomerados subnormais. Rio de Janeiro, p.1-259, 2010.

IDESP. **Boletim do Mercado de Trabalho**. Disponível em:
<<http://www.idesp.pa.gov.br/pdf/boletinsMercado/mercadoTrabalhoJulho2013.pdf>>
acesso em: 16/10/2012.

_____. **Mapa de exclusão social do estado do Pará 2012**. Belém, 2013. Disponível em: < <http://www.idesp.pa.gov.br/pdf/mapaExclusaoSocial/mapa2012.pdf>>

JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social? In: **Textos e Contextos**, v. 11, n. 2, 2012. Disponível em:
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12173/8639>>.
Acesso em: 28 jun 2015.

JÚNIOR, Antônio Carlos Araújo. Paisagem antropogenética e a dinâmica do meio físico na porção sul da cidade de Belém-PA. In: **Ateliê Geográfico** - Goiânia-GO, v. 7, n. 2, p.71-96, ago/2013.

JUNIOR, José E. S. Dias. **Entre cabarés e gafeiras**: Um estudo das Representações boemias na periferia de Belém do Pará, 1960-1980. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

LAMARÃO, Maria L. N.; MACIEL, Carlos A. B. (orgs.). **Mulheres do Benguí**: Contando histórias de trabalho infantil doméstico. Belém: Gráfica Alves, 2006.

RELATÓRIO DE CIDADANIA III. **Os Jovens e os Direitos Humanos**. Rede de Observatórios de Direitos Humanos, 2002.

LEÃO et al. **Belém Sustentável 2007**. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2008.

LISBOA, P. L. B. (org.). **Aurá**: comunidades e florestas. Belém: MPEG, 2009.

LOPES, Rebeca Nunez; LIMA, José Júlio. **Estudo morfológico de assentamentos em áreas de várzea em Belém – PA**: Bacia do Una. In: III Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo, Belém, 2014.

MAGNANI, J. **O lazer na cidade**. Texto apresentado ao Condephaat para fundamentar o processo de tombamento do Parque do Povo. São Paulo, 4 de julho de 1994. Disponível em: <<http://www.n-a-u.org/Magnanilazer.html>>. Acesso em: 02 jan. 2013.

MARANHÃO, Romero de Albuquerque. **Impactos da ocupação urbana e qualidade das águas superficiais na Microbacia de Val-de-Cães (Belém/PA)**. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do Lazer - uma introdução**. Coleção educação física e esportes. 4. Ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2006.

MDS. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília, 2005.

_____. **Rua, Aprendendo a contar**: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, 2009.

_____. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB SUAS**, 2005.

MEDEIROS, Jorge França da Silva. **As feiras livres em Belém (Pa)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2010.

MENOTTI, Carla *et al.* **A Vigilância Social no CRAS: Novos Olhares e Novas Práticas**. Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”, Faculdade de Serviço Social, Presidente Prudente/SP, 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Pré-natal e puerpério: Atenção qualificada e humanizada**. Brasília, 2005.

_____. **Manual dos comitês de mortalidade materna**. Brasília, 2007.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Mobilidade urbana é desenvolvimento urbano**. Brasília, 2005.

MIRANDA, Cybelle Salvador. **Cidade Velha e Feliz Lusitânia: cenários do patrimônio cultural em Belém**. Tese. Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Doutorado em Ciências Sociais, Área de Concentração: Antropologia. Belém, 2006.

MUTO, Reiko. **O Japão na Amazônia: Condicionantes para fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009)**. Mestrado. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2010.

NAHON, Samantha; HOLANDA, Frederico. **Onde o cinturão aperta: integração e segregação em Belém**. In: Cinco Séculos de Cidade no Brasil, Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. v. 6, n. 2, 2000.

NEGRÃO, Alexandra Maria Góes. **Urbanização e poluição sonora: estudo de caso sobre os efeitos extra-auditivos provocados pelo ruído noturno urbano**. Dissertação. Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, Universidade da Amazônia. Belém, 2009.

OLIVEIRA, Diogo Marques. **A pesca artesanal da frota de Mosqueiro (BELÉM – PARÁ) e o uso do ambiente pela dourada (Brachyplatystoma rousseauxii - Castelnau, 1855)**. Mestrado em Ciência Animal. Universidade Federal do Pará, Centro de Ciências Agrárias, Núcleo de Estudos em Ciência Animal, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental, Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2007.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **O Direito à Educação na Constituição Federal de 1988 e seu restabelecimento pelo sistema de Justiça**. Disponível em: <
http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S141324781999000200006&script=sci_abstract>

PARANAGUÁ et al. **Belém Sustentável 2003**. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2003.

PENTEADO, Antonio Rocha. **Belém: estudo da sua geografia urbana**. Belém: UFPA, 1968. 2 v.

PIMENTEL, Márcia Aparecida da Silva et al. Dinâmica da paisagem e risco ambiental na Ilha de Caratateua, Distrito de Belém-Pa. In: **Revista Geonorte**, Edição Especial, V.1, N.4, p.624 – 633, 2012.

PINA, Selma Nazaré. **Violência Simbólica no Espaço Urbano**: a percepção dos atores sociais da Escola de Aplicação da UFPA acerca da criminalidade no bairro da Terra Firme, em Belém (PA). Dissertação. Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano da Universidade da Amazônia- UNAMA. Belém, 2013.

PORTO, Priscilla Fragoso da Silva. **Deslocamentos cotidianos**: Corpo-Cidade-Arte-Educação. Dissertação Mestrado. Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciência da Arte, Programa de Pós-Graduação em Artes. Belém, 2012.

RAFAELLE, Ronise; ARRAES, Mendonça. **As práticas do planejamento de áreas verdes no Distrito Administrativo de Belém- DABEL**. XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. UERJ, Rio de Janeiro, 2013.

RAMOS, José Messiano Trindade. Entre dois tempos: um estudo sobre o bairro do Guamá, a Escola 'Frei Daniel' e seu patrono. Belém, s.e. 2002

_____. **A História da ocupação urbana no Tucunduba** – Belém/Pará. IV REA e XIII ABANNE. Fortaleza (CE), 2013.

REIS, Thiago Nazaré et al. **Vestindo o papel de acs**: vivências de um aluno de medicina. Anais do III Congresso de Educação em Saúde da Amazônia (COESA), Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

RELATÓRIO DE CIDADANIA III. **Os Jovens e os Direitos Humanos**. Rede de Observatórios de Direitos Humanos, 2002.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA. **Terminal Pesqueiro Público de Belém – Pará**. Ecosistema- Consultoria Ambiental. Curitiba, 2008.

RODRIGUES, Carmem; PALHETA, Claudia. **Escolas de samba de Belém**: do principio ao meio. In: Anais do IV Congresso Internacional de Estudos Linguísticos e Literários/ Organização: Germana Sales, [et al.]. Belém: Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPA, 2013.

SANCHES, F. **Chorume vaza no rumo das torneiras**. O Liberal, Belém, 08/05/11. P 11.

SANTOS, Leticia et al. **Histórico do abastecimento de água na região metropolitana de Belém até a atualidade**. In: Anais 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC), Universidade Federal do Maranhão, 2012.

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

SANTOS, Maria Roseli Sousa. **Entre o rio e a rua**: Cartografia de saberes artístico-culturais emergentes das práticas educativas na Ilha de Caratateua, Belém do Pará. Centro de Ciências Sociais e Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2007.

SCARPELLINI, Marister; CARLOS, Viviani Yoshinaga. **Monoparentalidade Feminina e Vulnerabilidade Social**: a realidade de mulheres chefes de família no município de Apucarana. Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas, Universidade Estadual de Londrina, 2011.

SEAS; UFPA. **A População Em Situação de Rua em Belém do Pará e Ananindeua**: Resultados de uma pesquisa social que convida seus leitores para debater o futuro dos municípios amazônicos a partir da opção de fomentar a criação de uma moderna civilização da biomassa nos trópicos. Belém, 2014.

SILVA, Ana Luiza de Araújo. **Uso do solo e a vulnerabilidade socio-espacial no bairro do Montese**, Belém- Pa. XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. UERJ, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Cristiane Rodrigues. **Entre curimbós e revoadas**: a dimensão educativa de práticas culturais de jovens da amazônia paraense. Programa de Pós-graduação em Educação, Mestrado em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

SILVA, Eduardo; FIGUEIREDO, Juliana. **Organização do Sistema de Saúde no Brasil**. Disponível em: < <http://pt.slideshare.net/eduenfaph/organizacao-do-sistema-de-sade-no-brasil-parte-1> >

SOUZA, Charles. Identidades e conflitos nas ocupações urbanas da Amazônia. **Mercator**, vol. 9, número 18, 2010.

SUDAM/DNOS/GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Monografia das baixadas de Belém**: subsídios para um projeto de recuperação. 2 ed. rev. Belém, SUDAM, 1976. 2v.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. **Políticas Públicas, Turismo e desenvolvimento local na orla da Ilha de Mosqueiro**, Belém-Pará. In: III Encontro da ANPPAS. DF-Brasília, 2006.

TOCANTINS, Leandro. In QUEIROZ, Anna Amélia de (Org.). **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1968, p. 149-167.

UFPA. **Caracterização da Oferta e da Demanda do Transporte Fluvial de Passageiros na Região Amazônica**. Disponível em: < <http://www.antaq.gov.br/Portal/pdf/Palestras/Apresentacao10022012/ApresentacaoANTAQFevereiro2012R03.pdf> > acesso em 19/01/14.

VALE et al. **Avaliação da gestão de resíduos sólidos na cidade de Belém no Estado do Pará.** In: 26º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Porto Alegre, 2011.

VELOSO, Tiago. **Políticas de planejamento e gestão em metrópoles amazônicas:** estudos sobre a Região Metropolitana de Belém. In: I Simpósio de Estudos Urbanos: Desenvolvimento Regional e Dinâmica Ambiental–I SEURB, 29 a 31 de agosto de 2011.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012:** Caderno Complementar 1, homicídio de mulheres no Brasil. São Paulo, 2012. Disponível em: <
http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf>

_____. **Mapa da Violência 2014:** Os jovens do Brasil. Rio e Janeiro, 2012. Disponível em: < http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf> acesso em: 04 set. 2014.

ANEXOS

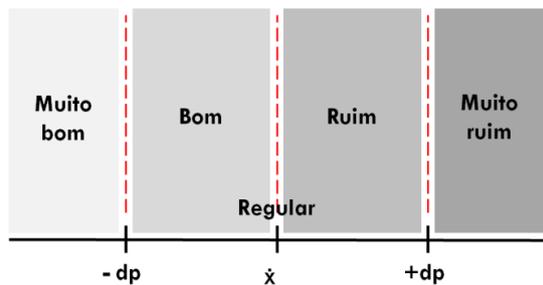
- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

ANEXO Nº 01

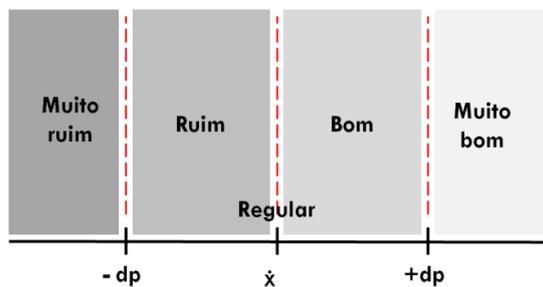
Cálculo da Vulnerabilidade Social

- 1) O cálculo será realizado apenas sobre os indicadores que possuem referência de valor (quanto mais próx. melhor...);
- 2) Será calculado cada indicador por territorialidade;
- 3) Será calculada, para cada indicador, a média (\bar{x}) e desvio-padrão (dp) do município;
- 4) Uma escala de avaliação* será montada para avaliar cada indicador da territorialidade comparativamente ao valor médio do município \pm o desvio-padrão;
- 5) A escala indicará a avaliação do indicador conforme abaixo:

- Quanto mais próximo de 0% melhor



- Quanto mais próximo de 100% melhor



- 6) Para classificar a Vulnerabilidade Social (VS), atribuir a seguinte numeração à avaliação dos indicadores:

1 – muito bom; 2 bom; 3 – regular; 4 – ruim; 5 – muito ruim

- 7) Vulnerabilidade Social (VS) = média da numeração das dimensões, sendo classificada como:

1 – 2 (baixa); 2,1 – 3,0 (média); 3,1 – 4,0 (alta); 4,1 – 5 (muito alta)

* Relativizar a escala em função da especificidade da base de dados utilizada em que identifica e caracteriza famílias de baixa renda.

Indicadores (Fonte: CadÚnico, ref. Set.2014)

Dimensão	Indicador	Descrição	Método de Cálculo	Referência
Trabalho e Renda	Percentual de famílias abaixo da linha de extrema pobreza (Fpob)	Revela a porcentagem de famílias com rendimento <i>per capita</i> de até R\$77,00/mês	$Fpob = \frac{\text{Número de famílias com renda } \underline{\textit{per capita}} \text{ de até R\$77 x 100}}{\text{Total de famílias}}$	Varia de 0% a 100%. Quanto mais próximo de 0% melhor.
	Percentual de famílias com pessoa de referência no setor informal (Pinf)	Mensura o quantitativo de famílias com a pessoa de referência empregada informalmente	$Pinf = \frac{\text{Famílias com pessoa de referência que trabalha sem carteira de } \underline{\textit{trabalho assinada}} \text{ x 100}}{\text{Total de famílias}}$	Varia de 0% a 100%. Quanto mais próximo de 0% melhor.
	Nível de ocupação (Nocp)	Mensura o total de pessoas em idade ativa (com 15 anos ou mais) que estão ocupadas (empregados, conta própria, empregadores, não-remunerados)	$Nocp = \frac{\text{Total de pessoas com 15 anos ou } \underline{\textit{mais ocupadas}} \text{ x 100}}{\text{Total de pessoas nesta faixa etária}}$	Varia de 0% a 100%. Quanto mais próximo de 100% melhor.
Educação	Percentual de analfabetos (Panf)	Quantifica a proporção de pessoas acima de 8 anos que não sabem ler nem escrever	$Panf = \frac{\text{Núm. de pessoas acima de 8 anos que } \underline{\textit{não sabem ler nem escrever}} \text{ x 100}}{\text{Total de pessoas acima de 8 anos}}$	Varia de 0% a 100%. Quanto mais próximo de 0% melhor.
	Percentual de famílias com membros em idade escolar obrigatória que nunca frequentaram a escola (Pnfe)	Revela a deficiência no acesso à educação formal	$Pnfe = \frac{\text{Núm. fam. com membros em idade escolar obrig (acima dos 6 anos) que } \underline{\textit{nunca frequentaram a escola}} \text{ x 100}}{\text{Total de famílias com membros acima de 6 anos}}$	Varia de 0% a 100%. Quanto mais próximo de 0% melhor.
	Percentual de famílias com pelo menos um componente adulto com alguma educação superior (Pesu)	Avalia a proporção de famílias com pelo menos um componente familiar adulto (acima de 18 anos) que possua ou frequente curso de nível superior	$Pesu = \frac{\text{Número de famílias com pelo menos um componente adulto com } \underline{\textit{alguma educação superior}} \text{ x 100}}{\text{Total de famílias com componentes adultos}}$	Varia de 0% a 100%. Quanto mais próximo de 100% melhor.
Saúde	Percentual de famílias que possuem despesa com medicamentos de uso regular (Pmed)	Mensura o quantitativo de famílias com despesa mensal com medicamentos de uso regular	$Pmed = \frac{\text{Total de famílias com despesas } \underline{\textit{com medicamentos de uso regular}} \text{ x 100}}{\text{Total de famílias}}$	Varia de 0% a 100%. Quanto mais próximo de 0% melhor.
Características do domicílio	Percentual de domicílios improvisados (Pdmi)	Quantifica a proporção de domicílios improvisados por territorialidade	$Pdmi = \frac{\text{Número de domicílios } \underline{\textit{Improvisados}} \text{ x 100}}{\text{Total de domicílios}}$	Varia de 0% a 100%. Quanto mais próximo de 0% melhor.
Grupos Específicos	Percentual de famílias cuja pessoa de referência é a mulher, com filhos menores e analfabeta (Pfcmm)	Avalia o quantitativo de famílias chefiadas por mulheres analfabetas com filhos menores de 15 anos	$Pfcmm = \frac{\text{Núm. de fam. chefiadas por } \underline{\textit{mulheres analf. com filhos menores}} \text{ x 100}}{\text{Total de famílias}}$	Varia de 0% a 100%. Quanto mais próximo de 0% melhor.

	Percentual de famílias com pelo menos um membro em situação de trabalho infantil (Pfti)	Mensura a proporção de famílias com pelo menos um membro menor de 14 anos que trabalhe	fti = Tot. de fam. com pelo menos um mem. <u>em situação de trabalho infantil x 100</u> Total de famílias com pelo menos um membro com até 14 anos	Varia de 0% a 100%. Quanto mais próximo de 0% melhor.
	Percentual de famílias com renda <i>per capita</i> inferior a ½ salário mínimo com pelo menos um membro idoso (Pfid)	Quantifica o total de famílias com renda <i>per capita</i> inferior a ½ salário mínimo com pelo um membro com 60 anos ou mais	Pfid = Número de famílias com renda <i>per capita</i> de até ½ s.m com idosos x 100 Número total de famílias	Varia de 0% a 100%. Quanto mais próximo de 0% melhor.
	Percentual de famílias com renda <i>per capita</i> inferior a ½ salário mínimo com pelo menos uma pessoa com deficiência (Pfpd)	Quantifica o total de famílias com renda <i>per capita</i> inferior a ½ salário mínimo com pelo uma pessoa com deficiência	Pfpd = Número de famílias com renda <i>per capita</i> de até ½ s.m com pessoas <u>com deficiência x 100</u> Número total de famílias	Varia de 0% a 100%. Quanto mais próximo de 0% melhor.

ANEXO Nº 02

Rede Socioassistencial gerida pela FUNPAPA

Nº	Espaço Socioassistencial	Bairro
01	CRAS Aurá	Auré
02	CRAS Barreiro	Barreiro
03	CRAS Benguí	Bengui
04	CRAS Cremação	Cremação
05	CRAS Guamá	Guamá
06	CRAS Icoaraci	Campina/Icoaraci
07	CRAS Jurunas	Jurunas
08	CRAS Mosqueiro	Ilha de Mosqueiro
09	CRAS Outeiro	Ilha de Caratateua
10	CRAS Pedreira	Pedreira
11	CRAS Tapanã	Tapanã
12	CRAS Terra Firme	Marco
13	Centro de Conviv. da Terceira Idade Zoé Gueiros	Tapanã
14	CREAS Comércio	Cidade Velha
15	CREAS Manoel Pgnatário	Marco
16	CREAS Ilka Brandão	Campina
17	CREAS José Carlos Paixeco	Cruzeiro/Icoaraci
18	CREAS Marialva Casanova	Mosqueiro
19	Centro POP Belém	São Brás
20	Centro POP Icoaraci	Cruzeiro/Icoaraci
21	Centro Dia Para Pessoa Com Deficiência	Cremação
22	Espaço de Acolhimento Euclides Coelho Filho	São Brás
23	Espaço de Acolhimento Dulce Acioli	Guamá
24	Espaço de Acolhimento Ronaldo Araújo	Ponta Grossa/Icoaraci
25	Espaço de Acolhimento Recomeçar	Sacramenta
26	Espaço de Acolhimento Emanuelle Rendeiro Diniz – CAERD	Cremação
27	Espaço de Acolhimento para Pessoas em Situação de Rua – CAMAR I	São Brás
28	Espaço de Acolhimento para Pessoas em Situação de Rua – CAMAR II	Reduto
30	Central do CadÚnico – CCU e Programa Bolsa Família	Parque Verde
32	Centro de Inclusão Produtiva	Nazaré
33	Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e Emergência – SICAPE	Nazaré

ANEXO Nº 03

Rede Socioassistencial Privada

Nº	Entidade	Serviço	Bairro	CRAS
01	Associação Colorindo A Vida - CASA RONALD MCDONALD	Serviço de Acolhimento Institucional	CASTANHEIRA	AURÁ/BENGUÍ
02	Grupo Espírita Jardim das Oliveiras	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	CASTANHEIRA	AURÁ/BENGUÍ
03	Sociedade Beneficente e Cooperativista Cristo Redentor	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	COQUEIRO	AURÁ/TAPANÃ
04	Abrigo Especial Calabriano - INSTITUTO FRANCISCO PEREZ	Serviço de Acolhimento Institucional	TELÉGRAFO	BARREIRO
05	Centro Comunitário Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	BENGUÍ	BENGUÍ
06	Movimento República de Emaús	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	BENGUI	BENGUÍ
07	Sociedade Unidos Venceremos	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	BENGUÍ	BENGUÍ
08	Centro Social da Criança e do Adolescente Santa Edwiges	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	MANGUEIRÃO	BENGUÍ
		Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e/ou de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)		
09	Associação Assistencial Espírita Lar de Maria	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	SÃO BRAZ	CREMAÇÃO
10	Associação Berço de Belém	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	SÃO BRAZ	CREMAÇÃO
11	Associação Paraense das Pessoas com Deficiência	Defesa de Direitos	SÃO BRAZ	CREMAÇÃO
12	Associação Voluntariado de Apoio a Oncologia	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	SÃO BRAZ	CREMAÇÃO
13	Creche Casa Lar Cordeirinho de Deus	Serviço de Acolhimento Institucional	SÃO BRAZ	CREMAÇÃO
14	Fundação Nazaré de Comunicação	Defesa de Direitos	NAZARÉ	CREMAÇÃO
15	Obras Sociais da Paróquia de Nazaré	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	NAZARÉ	CREMAÇÃO
16	Associação da Pia União do Pão de Santo Antônio	Serviço de Acolhimento Institucional	GUAMÁ	GUAMÁ
17	Espaço Cultural Nossa Biblioteca	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	GUAMÁ	GUAMÁ
18	Lar Fabiano de Cristo	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	GUAMÁ	GUAMÁ
19	Movimento de Promoção da Mulher	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	GUAMÁ	GUAMÁ
20	Associação de Moradores Ribeirinhos do Bairro da Pratinha e das Ilhas	Defesa de Direitos	PRATINHA	ICOARACI
21	Centro de Valorização da Criança	Serviço de Acolhimento Institucional	PRATINHA	ICOARACI
22	Colégio Nossa Senhora de Lourdes	Ações de Promoção da Integração ao mercado de Trabalho	ICOARACI	ICOARACI
23	Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	COTIJUBA	ICOARACI
24	Sociedade Comunitária São João Batista	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	AGULHA	ICOARACI

25	Centro Comunitário São Paulo	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	CAMPINA	JURUNAS
26	Grupo para Valorização Integração e Dignificação do Doente de Aids	Serviço de Acolhimento Institucional	JURUNAS	JURUNAS
27	Sociedade Bíblica do Brasil	Defesa de Direitos	CAMPINA	JURUNAS
28	Associação Lar Acolhedor Tia Socorro	Serviço de Acolhimento Institucional	CARANANDUBA	MOSQUEIRO
29	Fundação acolher	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	MOSQUEIRO	MOSQUEIRO
30	Associação Centro Comunitário do FAMA	Defesa de Direitos	FAMA	OUTEIRO
31	Associação dos Idosos do Pará	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	UMARIZAL	PEDREIRA
32	Inspetoria Salesiana Missionaria da Amazônia	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	PEDREIRA	PEDREIRA
33	Serviço de Atendimento em Reabilitação – SABER	Ações de Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.	MARCO	PEDREIRA/ TERRA FIRME
		Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias		
34	Congregação das Irmãs Salesianas dos Sagrados Corações/ Instituto Felipe Saldone	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias	UMARIZAL	PEDREIRA
		Ações de Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência auditiva e a promoção de sua integração à vida comunitária.		
35	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Belém	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias	UMARIZAL	PEDREIRA
		Ações de Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.		
36	Associação Nossa Senhora de Nazaré	Defesa de Direitos	MARCO	PEDREIRA/ TERRA FIRME
37	Associação Comunitária do Bairro do Tapanã	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	TAPANÃ	TAPANÃ
38	Centro Social Cultural Boi Bumba Pingo de Ouro	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	PARQUE VERDE	TAPANÃ
39	Associação dos Amigos da Terra Firme	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	TERRA FIRME	TERRA FIRME
40	Associação Social Arcelina Elias	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	CANUDOS	TERRA FIRME
41	Instituto de Aprendizagem Social Estágio e Qualificação do Brasil	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	CANUDOS	TERRA FIRME
42	Legião da Boa Vontade	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	CANUDOS	TERRA FIRME

Fonte: Conselho Municipal de Assistência Social.

ANEXO Nº 04**Rede de Educação Municipal**

Escola	Bairro	CRAS
EMEIF OLGA BENÁRIO	ÁGUAS LINDAS	AURÁ
U.P. SANTANA DO AURÁ	ÁGUAS LINDA	AURÁ
U.P. VERDEJANTES IV	ÁGUAS LINDAS	AURÁ
U.P. GRUPO ESPÍRITA JARDIM DAS OLIVEIRAS	GUANABARA	AURÁ
Nª SRª DOS NAVEGANTES	ILHA DA VÁRZEA	AURÁ
EMEIF DEP JOAO CARLOS BATISTA	CABANAGEM	AURÁ/BENGUÍ
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA ESPERANÇA –ACNE	CABANAGEM	AURÁ/BENGUÍ
CENTRO COMUNITÁRIO COMBAT	CASTANHEIRA	AURÁ/BENGUÍ
EMEIF PROFª TEREZINHA SOUZA	CASTANHEIRA	AURÁ/BENGUÍ
UEI ROSEMARY JORGE	CASTANHEIRA	AURÁ/BENGUÍ
U. P. AMIGOS DA CASA DA CRIANÇA SANTA INÊS	SOUZA	AURÁ/PEDREIRA
U. P. PAULO ALMEIDA BRASIL	SOUZA	AURÁ/PEDREIRA
EMEIF ALLANA SOUZA BARBOZA	COQUEIRO	AURÁ/TAPANÃ
EMEIF SILVIO LEANDRO	COQUEIRO	AURÁ/TAPANÃ
CRISTO REDENTOR	COQUEIRO	AURÁ/TAPANÃ
EMEIF COMANDANTE KLAUTAU	BARREIRO	BARREIRO
UEI ERÊ	BARREIRO	BARREIRO
UEI IZA CUNHA	BARREIRO	BARREIRO
EMEF Mª LUIZA PINTO AMARAL	SACRAMENTA	BARREIRO
U.P. SÃO JOSE	SACRAMENTA	BARREIRO
UEI SACRAMENTA	SACRAMENTA	BARREIRO
EMEIF PROF JOÃO NELSON RIBEIRO	TELÉGRAFO	BARREIRO
U. P. NELSONHO	TELÉGRAFO	BARREIRO
UEI Nª SRª PERPÉTUO SOCORRO	TELÉGRAFO	BARREIRO
EMEIF INEZ MAROJA	TELÉGRAFO	BARREIRO
ASSOC. DOS MORADORES DAS PASSAGENS STª RITA E JOANA D'ARC	TELÉGRAFO	BARREIRO
CENTRO COMUNITÁRIO DOS AMIGOS DE SANTA RITA	TELÉGRAFO	BARREIRO
UEI CATALINA II	VAL-DE-CÃES	BARREIRO
UEI CATALINA III	VAL-DE-CÃES	BARREIRO
EMEIF PROFª IDA DE OLIVEIRA	VAL-DE-CÃES	BARREIRO
UEI PROVIDÊNCIA	VAL-DE-CÃES	BARREIRO
EMEIF PALMIRA LINS DE CARVALHO	MARAMBAIA	BARREIRO/BENGUÍ/PEDREIRA
U. P. C.C. SANTA RITA DE CÁSSIA	MARAMBAIA	BARREIRO/BENGUÍ/PEDREIRA
EMEIF REPUBLICA DE PORTUGAL	MARAMBAIA	BARREIRO/BENGUÍ/PEDREIRA
UEI MARAMBAIA	MARAMBAIA	BARREIRO/BENGUÍ/PEDREIRA
EMEF AUGUSTO MEIRA FILHO	BENGUÍ	BENGUÍ
EMEIF MARIA AMORAS	BENGUÍ	BENGUÍ
CENTRO COMUNITÁRIO N. Sra. DO PERPÉTUO SOCORRO	BENGUÍ	BENGUÍ
UEI BENGUI	BENGUÍ	BENGUÍ
UEI CATALINA I	BENGUÍ	BENGUÍ
EMEIF WALTER L CAMINHA	BENGUÍ	BENGUÍ
U. P. C. C. SÃO JOSÉ OPERÁRIO	BENGUÍ	BENGUÍ
EMEIF FLORESTAN FERNANDEZ	BENGUÍ	BENGUÍ
U. P. ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CARMELÂNDIA	BENGUÍ	BENGUÍ

UEI CARIPUNAS	BATISTA CAMPOS	CREMAÇÃO
EMEIF ANTONIO C BRASIL	CONDOR	CREMAÇÃO
EMEIF SILVIO NASCIMENTO	CONDOR	CREMAÇÃO
EMEIF ROTARY	CONDOR	CREMAÇÃO
UEI DA CREMAÇÃO	CREMAÇÃO	CREMAÇÃO
EMEIF ERNESTINA RODRIGUES	SÃO BRÁS	CREMAÇÃO
EMEIF MANUELA FREITAS	SÃO BRÁS	CREMAÇÃO
EMEIF BENVINDA DE FRANCA MESSIAS	SÃO BRÁS	CREMAÇÃO
EMEIF FRANCISCO DA SILVA NUNES	GUAMÁ	GUAMÁ
BARÃO DE MAMORÉ	GUAMÁ	GUAMÁ
EMEF Pe LEANDRO PINHEIRO	GUAMÁ	GUAMÁ
MOVIMENTO DE PROMOÇÃO DA MULHER	GUAMÁ	GUAMÁ
EMEIF EDSON LUIS	GUAMÁ	GUAMÁ
EMEF AMÁLIA PAUNGARTTEN	GUAMÁ	GUAMÁ
UEI GUAMÁ	GUAMÁ	GUAMÁ
UEI STA ROSA	GUAMÁ	GUAMÁ
EMEIF MILTOM MONTE	ILHA DO COMBU	GUAMÁ
ANEXO COMBU	ILHA DO COMBU	GUAMÁ
ANEXO SANTO ANTONIO	ILHA DO COMBU	GUAMÁ
EMEIF OGILVANISE M DE MOURA	AGULHA	ICOARACI
UEI COHAB III	CAMPINA DE ICOARACI	ICOARACI
U. P. FLEXEIRA	COTIJUBA	ICOARACI
U. P. FAVEIRO 1	COTIJUBA	ICOARACI
U. P. SERINGAL 1	COTIJUBA	ICOARACI
EMEF AVERTANO ROCHA	CRUZEIRO	ICOARACI
UEI CASA DA AMIZADE	CRUZEIRO	ICOARACI
EMEF ALFREDO CHAVES	CRUZEIRO	ICOARACI
UEI MAGUARI	ICOARACI	ICOARACI
EMEIF LAIS ADERNE	ICOARACI	ICOARACI
U. P. JUTUBA 1	ILHA JUTUBA	ICOARACI
U. P. JUTUBA 2	ILHA JUTUBA	ICOARACI
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA MORADA DE DEUS I E II	MARACACUERA	ICOARACI
EMEIF M ^a MADALENA C RAAD	PARACURI	ICOARACI
LICEU ESC MESTRE RAIMUNDO CARDOSO	PARACURI	ICOARACI
U. P. ANEXO DAS CASTANHEIRAS	PARACURI	ICOARACI
EMEIF CIRO PIMENTA	PARQUE GUAJARÁ	ICOARACI
U. P. CENTRO COMUNITÁRIO AYRTON SENNA	PARQUE GUAJARÁ	ICOARACI
U. P. CENTRO COMUNITÁRIO ALAMEDA DA PALMEIRAS	PARQUE GUAJARÁ	ICOARACI
EMEIF CORDOLINA FONTELLES DE LIMA	PRATINHA	ICOARACI
UEI PRATINHA	PRATINHA I	ICOARACI
EMEIF DUAS IRMÃS	PRATINHA II	ICOARACI
EMEIF NOVA ALIANÇA	PRATINHA II	ICOARACI
UEI SÃO JOSE	PRATINHA II	ICOARACI
EMEIF PROF ^a RITA NERY	TENONÉ	ICOARACI
EMEIF THEÓDOR BADOTTI	TENONÉ	ICOARACI
UEI JAIME DA COSTA TEIXEIRA	TENONÉ	ICOARACI
EMEIF PAULO FREIRE	TENONÉ	ICOARACI
U. P. ASS. MORADORES DO RESIDENCIAL CORDOLINA FONTELLES	TENONÉ	ICOARACI

U. P. FUNDAÇÃO CRIANÇA FELIZ	TENONÉ	ICOARACI
UEI SÃO SILVESTRE	JURUNAS	JURUNAS
EMEIF MIGUEL PERNAMBUCO FILHO	JURUNAS	JURUNAS
EMEIF HONORATO FILGUEIRAS	JURUNAS	JURUNAS
EMEIF NESTOR NONATO DE LIMA	JURUNAS	JURUNAS
U. P. GRUPO COMUNITÁRIO UNIÃO	JURUNAS	JURUNAS
U. P. OSVALDO DE CALDAS BRITO	JURUNAS	JURUNAS
UEI ALLAN KARDEK	JURUNAS	JURUNAS
UEI MONTE ALEGRE	JURUNAS	JURUNAS
EMEIF ANNA BARREAU MININÉIA	ARIRAMBA	MOSQUEIRO
EMEIF LAURO CHAVES	BAÍA DO SOL	MOSQUEIRO
UEI BACURI	BAÍA DO SOL	MOSQUEIRO
EMEIF ABEL MARTINS	CARANANDUBA	MOSQUEIRO
UEI ROTARY CLUB BELÉM NAZARÉ	CARANANDUBA	MOSQUEIRO
U. P. M ^a CLEMILDES	CARUARU	MOSQUEIRO
EMEIF DONATILA S LOPES	FAROL	MOSQUEIRO
UEI MARACAJA	MARACAJÁ	MOSQUEIRO
EMEIF REMÍGIO FERNANDEZ	MARACAJÁ	MOSQUEIRO
U. P. ANEXO MARI-MARI	MARI MARI	MOSQUEIRO
UEI PANÁ-PANÁ	MOSQUEIRO	MOSQUEIRO
EMEIF M ^a MADALENA TRAVASSOS	PARAÍSO	MOSQUEIRO
U. P. MAROJA NETO	SÃO FRANCISCO	MOSQUEIRO
EMEIF MAROJA NETO	SÃO FRANCISCO	MOSQUEIRO
EMEIF ANGELUS NASCIMENTO	SUCURJUQUARA	MOSQUEIRO
EMEIF PROF HELDER FIALHO DIAS	BRASÍLIA	OUTEIRO
U. P. ANEXO FIDÉLIS	FIDÉLIS	OUTEIRO
EMEIF EIDORFE MOREIRA (FUNBOSQUE)	OUTEIRO	OUTEIRO
U. P. C. C. DO TUCUMAEIRA	OUTEIRO	OUTEIRO
E.M. CASA ESCOLA DA PESCA	OUTEIRO	OUTEIRO
UEI DE ITAITEUA	OUTEIRO	OUTEIRO
EMEIF MON J M AZEVEDO	OUTEIRO	OUTEIRO
EMEIF PROF PEDRO DEMO	OUTEIRO	OUTEIRO
U. P. IGARAPÉ JAMACÍ 1	PAQUETÁ	OUTEIRO
EMEIF AMÂNCIA PANTOJA	FÁTIMA	PEDREIRA
EMEIF PALMIRA DE O. GABRIEL	PEDREIRA	PEDREIRA
EMEIF JOSINO VIANA	PEDREIRA	PEDREIRA
U. P. VISCONDE DE INHAÚMA	PEDREIRA	PEDREIRA
EMEIF ALMERINDO TRINDADE	PEDREIRA	PEDREIRA
EMEIF ALZIRA PERNAMBUCO	MARCO	PEDREIRA/TERRA FIRME
EMEIF RUY DA SILVEIRA BRITTO	MARCO	PEDREIRA/TERRA FIRME
U. P. LIONS CLUBE DE BELÉM	MARCO	PEDREIRA/TERRA FIRME
UP. JOÃO PAULO II	MARCO	PEDREIRA/TERRA FIRME
UEI JESUS MARIA E JOSÉ	MARCO	PEDREIRA/TERRA FIRME
UEI 1º DE DEZEMBRO	MARCO	PEDREIRA/TERRA FIRME
U. P. CENTRO COMUNITÁRIO JUVENTUDE SADIA	PARQUE VERDE	TAPANÃ
UEI SÃO GASPAR	PARQUE VERDE	TAPANÃ
U. P. C. C. SATÉLITE	TAPANÃ	TAPANÃ
EMEIF PROF ^a ALDA EUTRÓPIO DE SOUZA	TAPANÃ	TAPANÃ

EMEIF PROF JOSE ALVES CUNHA	TAPANÃ	TAPANÃ
UEI CORDEIRO DE FARIAS	TAPANÃ	TAPANÃ
U. P. ASS. MULHERES N. SRA. APARECIDA DO PARQUE UNIÃO	TAPANÃ	TAPANÃ
EMEIF M ^a HELOISA DE CASTRO	TAPANÃ	TAPANÃ
U. P. PASSO A PASSO	TAPANÃ	TAPANÃ
EMEIF GABRIEL L DA SILVA	TAPANÃ	TAPANÃ
UEI ST ^o AGOSTINHO	CANUDOS	TERRA FIRME
U. P. C. C. POVO NA LUTA	CANUDOS	TERRA FIRME
U. P. C.C. UNIÃO FAZ A FORÇA	CANUDOS	TERRA FIRME
GRUPO ASSISTENCIAL SOLAR ACALANTO	CANUDOS	TERRA FIRME
U. P. COMUNIDADE St ^o AGOSTINHO DA ALDEIA	CANUDOS	TERRA FIRME
UEI WILSON BAIA DE SOUZA	CURIÓ UTINGA	TERRA FIRME
CENTRO COMUNITÁRIO DO PANTANAL	CURIÓ UTINGA	TERRA FIRME
GRUPO ASSISTENCIAL SOLAR ACALANTO	TERRA FIRME	TERRA FIRME
EMEIF PARQUE AMAZONIA	TERRA FIRME	TERRA FIRME
EMEIF SOLERNO MOREIRA	TERRA FIRME	TERRA FIRME
U. P. C.C. SÃO FRANCISCO DE ASSIS	TERRA FIRME	TERRA FIRME
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES GABRIEL PIMENTA	TERRA FIRME	TERRA FIRME
UEI TERRA FIRME	TERRA FIRME	TERRA FIRME
EMEIF M ^a S VALMONT	TERRA FIRME	TERRA FIRME

Fonte: SEMEC, 2015.

ANEXO Nº 05

Rede de Educação Estadual

Escola	Bairro	CRAS
EEEF PROF LENIRA TEIXEIRA MOURA	CABANAGEM	AURÁ/BENGUÍ
EEEF PROF MARIDALVA PANTOJA	CASTANHEIRA	AURÁ/BENGUÍ
EEEF CABANAGEM	CASTANHEIRA	AURÁ/BENGUÍ
EEEF GENERAL HENRIQUE GURJAO	COQUEIRO	AURÁ/TAPANÃ
EEEFM ALMIRANTE JOAO FARIA DE LIMA	COQUEIRO	AURÁ/TAPANÃ
EEEF MARIA ESTELITA BARBOSA DA SILVA	COQUEIRO	AURÁ/TAPANÃ
EEEFM MARIA GABRIELA RAMOS OLIVEIRA	COQUEIRO	AURÁ/TAPANÃ
EEEFM PROFA DILMA DE SOUZA CATTETE	COQUEIRO	AURÁ/TAPANÃ
EEEFM PROF NAGIB COELHO MATNI	COQUEIRO	AURÁ/TAPANÃ
EEEF ALEXANDRE NICOMEDES DA CUNHA	JARDIM SIDERAL	AURÁ/BENGUÍ
UEES PROF YOLANDA MARTINS E SILVA	MARCO	AURÁ/PEDREIRA
UEES PROF ASTERIO DE CAMPOS	SOUZA	AURÁ/PEDREIRA
ERC LOURENCO FILHO (FUNDACAO PESTALOZZI)	SOUZA	AURÁ/PEDREIRA
ERC CASA DA CRIANCA SANTA INES	SOUZA	AURÁ/PEDREIRA
EEEF PRESIDENTE COSTA E SILVA	SOUZA	AURÁ/PEDREIRA
EEEF PREVENTORIO SANTA TEREZINHA	SOUZA	AURÁ/PEDREIRA
EEEF PROFA ANESIA	SOUZA	AURÁ/PEDREIRA
EEEFM PEDRO AMAZONAS PEDROSO	SOUZA	AURÁ/PEDREIRA
EEEFM JARBAS PASSARINHO (SOUSA)	SOUZA	AURÁ/PEDREIRA
EEEFM MAL CORDEIRO DE FARIAS	SOUZA	AURÁ/TERRA FIRME
EEEF DR CARLOS GUIMARAES	NOVA MARAMBAIA	BARREIRO/BENGUÍ/PEDREIRA
ERC CENTRO COMUNITARIO UMARIZAL	BARREIRO	BARREIRO
EEEF PROFA HILDA VIEIRA	MARAMBAIA	BARREIRO/BENGUÍ/PEDREIRA
EEEF PROF TEMISTOCLES DE ARAUJO	MARAMBAIA	BARREIRO/BENGUÍ/PEDREIRA
EEEF VIRGINIA ALVES DA CUNHA	MARAMBAIA	BARREIRO/BENGUÍ/PEDREIRA
EEEIF ALMIRANTE TAMANDARE	MARAMBAIA	BARREIRO/BENGUÍ/PEDREIRA
EEEIF PROFA LEONOR NOGUEIRA	MARAMBAIA	BARREIRO/BENGUÍ/PEDREIRA
EEEM FRANCISCO DA SILVA NUNES	MARAMBAIA	BARREIRO/BENGUÍ/PEDREIRA
EEEFM DUQUE DE CAXIAS	MARAMBAIA	BARREIRO/BENGUÍ/PEDREIRA
EEEF PANORAMA XXI	MARAMBAIA	BARREIRO/BENGUÍ/PEDREIRA
EEEFM CORNELIO DE BARROS	MARAMBAIA	BARREIRO/BENGUÍ/TERRA FIRME
EEEF MARIO CARNEIRO DE MIRANDA	SACRAMENTA	BARREIRO
EEEFM SANTA LUZIA	SACRAMENTA	BARREIRO
EEEFM GRAZIELA MOURA RIBEIRO	SACRAMENTA	BARREIRO
EEEIFM PROF ACY DE JESUS BARROS PEREIRA	SACRAMENTA	BARREIRO
EEEIF PROFA EMILIANA SARMENTO FERREIRA	SACRAMENTA	BARREIRO
EEEIF PROFA ESTHER BANDEIRA GOMES	SACRAMENTA	BARREIRO
EEEF PROFA ROSALINA ALVARES SILVA CRUZ	SACRAMENTA	BARREIRO
EEEF PADRE MARCOS	TELÉGRAFO	BARREIRO
EEEF SANTO AFONSO	TELÉGRAFO	BARREIRO

EEEM MAGALHAES BARATA	TELÉGRAFO	BARREIRO
EEEFM JOSE ALVES MAIA	TELÉGRAFO	BARREIRO
EEEFM VERA SIMPLICIO	TELÉGRAFO	BARREIRO
EEEFM AUGUSTO MONTENEGRO	TELÉGRAFO	BARREIRO
EEEF BOCA DO ACRE	TELÉGRAFO	BARREIRO
EEEF ANEXO II PROF ANTONIO G MOREIRA JUNIOR - O REVOAR DAS ANDORINHAS	VAL-DE-CÃES	BARREIRO
EEEF ANEXO I PROF ANTONIO G MOREIRA JUNIOR - O CANTO DO UIRAPURU	VAL-DE-CÃES	BARREIRO
EEEF NOSSA SENHORA DE FATIMA I	VAL-DE-CÃES	BARREIRO
EEEFM PROF RENATO PINHEIRO CONDURU	VAL-DE-CÃES	BARREIRO
EEEFM JONATHAS PONTES ATHIAS	VAL-DE-CÃES	BARREIRO
EEEFM DOM PEDRO I	VAL-DE-CÃES	BARREIRO
EEEIF RUY PARANATINGA BARATA	VAL-DE-CÃES	BARREIRO
EEEIF ALMIRANTE GUILLOBEL	VAL-DE-CÃES	BARREIRO
EEEIFM PROF ANTONIO GOMES MOREIRA JUNIOR	VAL-DE-CÃES	BARREIRO
EEEF PRESIDENTE CASTELO BRANCO	VAL-DE-CÃES	BARREIRO
ERC CENTRO COMUNITARIA MIRAMAR	VAL-DE-CÃES	BARREIRO
ERC ASSOC CRISTA DO BENGUI	BENGUÍ	BENGUÍ
EEEF SANTA BARBARA	BENGUÍ	BENGUÍ
EEEFM PROFA MARIA LUIZA DA COSTA REG	BENGUÍ	BENGUÍ
EEEFM WALDEMAR HENRIQUE - CAIC	BENGUÍ	BENGUÍ
EEEFM WALDOMIRO RODRIGUES OLIVEIRA	BENGUÍ	BENGUÍ
EEEF MARILDA NUNES	BENGUÍ	BENGUÍ
EEEFM CIDADE DE EMAUS	BENGUÍ	BENGUÍ
EEEF ASSOC DOS MORADORES DO JARDIM RESID JADERLAR	MANGUEIRÃO	BENGUÍ
EEEF RAINHA DOS CORACOES	MANGUEIRÃO	BENGUÍ
EEEF PROF SANTANA MARQUES	MANGUEIRÃO	BENGUÍ
EEEF JOSE VERISSIMO	BATISTA CAMPOS	CREMAÇÃO
EEEF AMAZONAS DE FIGUEIREDO	BATISTA CAMPOS	CREMAÇÃO
EEEFM TIRADENTES I	BATISTA CAMPOS	CREMAÇÃO
EEEFM TIRADENTES II	BATISTA CAMPOS	CREMAÇÃO
EEEF SANTA MARIA DE BELEM	BATISTA CAMPOS	CREMAÇÃO
UEES JOSE ALVARES DE AZEVEDO	BATISTA CAMPOS	CREMAÇÃO
ERC EEIF MONSENHOR AZEVEDO	CONDOR	CREMAÇÃO
EEEFM EDGAR PINHEIRO PORTO	CONDOR	CREMAÇÃO
EEEF ANTONIA PAES DA SILVA	CONDOR	CREMAÇÃO
EEEF DR MARIO CHERMONT	CREMAÇÃO	CREMAÇÃO
EEEFM AMILCAR ALVES TUPIASSU	CREMAÇÃO	CREMAÇÃO
EEEFM RUTH ROSITA DE NAZARE GONSALEZ	CREMAÇÃO	CREMAÇÃO
EEEF STELIO MAROJA	CREMAÇÃO	CREMAÇÃO
EEEIF PROFA NORMA MORHY	CREMAÇÃO	CREMAÇÃO
EEEF PROF JOAO RENATO FRANCO	CREMAÇÃO	CREMAÇÃO

EEEM PROF ORLANDO BITAR	NAZARÉ	CREMAÇÃO
EEEIF PINTO MARQUES	NAZARÉ	CREMAÇÃO
EEEIF BARAO DO RIO BRANCO	NAZARÉ	CREMAÇÃO
EEEFM DR ULYSSES GUIMARAES	NAZARÉ	CREMAÇÃO
EEEFM DEODORO DE MENDONCA	NAZARÉ	CREMAÇÃO
EEEF LAR DE MARIA	SÃO BRAZ	CREMAÇÃO
EEEFM VILHENA ALVES	SÃO BRAZ	CREMAÇÃO
EEEM AUGUSTO MEIRA	SÃO BRAZ	CREMAÇÃO
EEEF DR ANIBAL DUARTE	SAO BRAZ	CREMAÇÃO
EE CENTRO DE ESTUDOS SUPLETIVO PROF LUIZ OTAVIO PEREIRA	SAO BRAZ	CREMAÇÃO
EEEF BENTO XV	GUAMÁ	GUAMÁ
EEEF HUMBERTO DE CAMPOS	GUAMÁ	GUAMÁ
EEEF JOSE BONIFACIO	GUAMÁ	GUAMÁ
EEEF MADRE ZARIFE SALES	GUAMÁ	GUAMÁ
EEEF FREI DANIEL	GUAMÁ	GUAMÁ
EEEFM BARAO DE IGARAPE MIRI	GUAMÁ	GUAMÁ
EEEF NOSSA SENHORA DAS GRACAS (GUAMA)	GUAMÁ	GUAMÁ
EEEM ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNCAO	GUAMÁ	GUAMÁ
ERC ANEXO I MONTE SERRAT	GUAMÁ	GUAMÁ
EEEF XV DE OUTUBRO (GUAMA)	GUAMÁ	GUAMÁ
EEEF PROF CELINA ANGLADA	GUAMÁ	GUAMÁ
EEEF PAULO MARANHÃO	GUAMÁ	GUAMÁ
EEEF PROF MARIA LUIZA	GUAMÁ	GUAMÁ
EEEF SANTA HELENA	GUAMÁ	GUAMÁ
EEEF ROSA GATTORNO	GUAMÁ	GUAMÁ
EEEF SANTOS DUMONT	GUAMÁ	GUAMÁ
ERC CENTRO COMUNITARIO BIRA BARBOSA	GUAMÁ	GUAMÁ
EEEF ANEXO PEDRA BRANCA	ICOARACI/COTIJUBA	ICOARACI
EEEF ANEXO SANTO ANTONIO	ICOARACI/COTIJUBA	ICOARACI
EEEF ANEXO URUBUOCA	ICOARACI/COTIJUBA	ICOARACI
EEEF NOSSA SENHORA DE FATIMA II	AGULHA - ICOARACI	ICOARACI
EEEFM MARIA ANTONIETA SERRA FREIRE	CAMPINA DE ICOARACI	ICOARACI
EEEF YOLANDA LEDUC PERALTA	CAMPINA DE ICOARACI	ICOARACI
EEEF PROFA GUAJARINA DE SOUZA DA SILVA	DISTRITO DE ICOARACI	ICOARACI
EEEF PROFA ODETE MARVAO	ICOARACI	ICOARACI
EEEF VEREADOR MANOEL MATOS COSTA	ICOARACI	ICOARACI
EEEF SAO JOAO BATISTA	ICOARACI	ICOARACI
EEEFM EUNICE WEAVER	ICOARACI	ICOARACI
EEEFM FELIZ LUZITANIA	ICOARACI	ICOARACI
EEEF PARACURI II (ANEXO DO TEODORA BENTES)	ICOARACI	ICOARACI
EEEFM TEODORA BENTES	ICOARACI	ICOARACI
EEEF PADRE JOSE GRISMONT	ICOARACI	ICOARACI
EEEFM PROF PALMIRA GABRIEL	ICOARACI	ICOARACI
EEEFM PROF PORANGA JUCA	ICOARACI	ICOARACI
EEEFM PROFA MARTA DA CONCEICAO	ICOARACI	ICOARACI
EEEFM PROFA RUTH DOS SANTOS ALMEIDA	ICOARACI	ICOARACI
EEEFM PROF JORGE LOPES RAPOSO	ICOARACI	ICOARACI
EEEF CEL SARMENTO	ICOARACI	ICOARACI
EEEF CLUBE MAES SANTA RITA DE CASSIA	ICOARACI	ICOARACI
EEEFM AVERTANO ROCHA	ICOARACI	ICOARACI
EEEF FE EM DEUS	ICOARACI	ICOARACI

EEEF FERNANDA SOUZA OLIVEIRA	ICOARACI	ICOARACI
EEEIF SAO PEDRO	ICOARACI/PARACURI	ICOARACI
EEEF PRATINHA II	ICOARACI/PRATINHA	ICOARACI
EEEF PAULO FONTELLES DE LIMA	ICOARACI/PRATINHA	ICOARACI
EEEF SANTA LUZIA DE MARILAC	ICOARACI/PRATINHA I	ICOARACI
EEEF RODOLFO TOURINHO	MARACACUERA	ICOARACI
EEEF NOSSA SENHORA DA CONCEICAO	MARACACUERA	ICOARACI
EEEF CRUZEIRO DO SUL	MARACACUERA	ICOARACI
EEEF ESTRADA NOVA	PRATINHA	ICOARACI
EEEF CLUBE DE MAES SAGRADA FAMILIA	PRATINHA	ICOARACI
EEEF NOSSA SENHORA DAS GRACAS (PRATINHA)	PRATINHA	ICOARACI
EEEFM MANOEL LEITE CARNEIRO	TENONÉ	ICOARACI
EEEIF XV DE NOVEMBRO	TENONÉ	ICOARACI
EEEF TENONE	TENONÉ	ICOARACI
EEEF 08 DE MAIO	AGULHA - ICOARACI	ICORACI
ANEXO NUCLEO PROF HELENA ANTIPOFF	ICOARACI	ICORACI
EEEFM IZABEL DOS SANTOS DIAS	CAMPINA	JURUNAS
INSTITUTO DE EDUCACAO DO ESTADO DO PARA	CAMPINA	JURUNAS
EEEF RUI BARBOSA	CIDADE VELHA	JURUNAS
EEEFM RUI BARBOSA ANEXO I	CIDADE VELHA	JURUNAS
EEEF CALDEIRA CASTELO BRANCO	CIDADE VELHA	JURUNAS
EEEF GENERAL GURJAO	CIDADE VELHA	JURUNAS
CIIES - CENTRO INTEGRADO EDUCACAO ESPECIAL	COMÉRCIO	JURUNAS
EEEM PAES DE CARVALHO	COMÉRCIO	JURUNAS
EEEF DONA ALZIRA TEIXEIRA DE SOUZA	CONDOR	JURUNAS
EEEF BENEDITO CHAVES MENDES SEARA	JURUNAS	JURUNAS
EEEF MARIA LUIZA VELLA ALVES	JURUNAS	JURUNAS
EEEFM ARTHUR PORTO	JURUNAS	JURUNAS
EEEFM PROFA PLACIDIA CARDOSO	JURUNAS	JURUNAS
EEEFM S PROF CAMILO SALGADO	JURUNAS	JURUNAS
EEEF MORADORES VILA NOVA P MOURA CARVALHO	JURUNAS	JURUNAS
EEEFM PADRE BENEDITO CHAVES	JURUNAS	JURUNAS
EEEF VEREADOR GONCALO DUARTE	JURUNAS	JURUNAS
EEEF SAO PIO X	JURUNAS	JURUNAS
EEEF PROFA MARLUCE PACHECO FERREIRA	JURUNAS	JURUNAS
ERC CENTRO DE EDUCACAO RONALDO MIRANDA - CERON	REDUTO	JURUNAS
EEEF BENJAMIN CONSTANT	REDUTO	JURUNAS
EEEF CARANANDUBA	CARANANDUBA/MOSQUEIRO	MOSQUEIRO
EEEFM PROF ABELARDO LEAO CONDURU	CARANANDUBA/MOSQUEIRO	MOSQUEIRO
EEEIF PROF BRUNO DE MENEZES	CHAPEU VIRADO	MOSQUEIRO
EEEFM HONORATO FILGUEIRAS	MARACAJÁ/MOSQUEIRO	MOSQUEIRO
EEEIF PROF LUIZA DE BARROS PIRES	MOSQUEIRO	MOSQUEIRO
EEEFM HONORATO FILGUEIRAS (ANEXO I)	MOSQUEIRO/BAÍA DO SOL	MOSQUEIRO
EEEF INGLES DE SOUZA	VILA(MOSQUEIRO)	MOSQUEIRO
EEEF GENY GABRIEL AMARAL	ÁGUA BOA	OUTEIRO
EEEF BRASILIA	BRASÍLIA	OUTEIRO
EEEF COLONIA DO FIDELIS	OUTEIRO	OUTEIRO
EEEF FRANKLIN DE MENEZES	OUTEIRO	OUTEIRO
EEEF FRANKLIN DE MENEZES (ANEXO I)	OUTEIRO	OUTEIRO
ERC JOAO PILATOS	OUTEIRO	OUTEIRO
EEEFM DO OUTEIRO	SAO JOAO DO OUTEIRO	OUTEIRO
EEEFM JARDIM SIDERAL	JARDIM SIDERAL	PARQUE VERDE/TAPANÃ

EEEFM LAURO SODRE	MARCO	PEDREIRA/TERRA FIRME
EEEFM PROFA ALBANIZIA DE OLIVEIRA LIMA	MARCO	PEDREIRA/TERRA FIRME
EEEFM DOM PEDRO II	MARCO	PEDREIRA/TERRA FIRME
EEEFM JARBAS PASSARINHO (MARCO)	MARCO	PEDREIRA/TERRA FIRME
EEEFM PAULINO DE BRITO	MARCO	PEDREIRA/TERRA FIRME
EEEFM VISCONDE DE SOUZA FRANCO	MARCO	PEDREIRA/TERRA FIRME
EEEF MANOEL DE JESUS MORAES	MARCO	PEDREIRA/TERRA FIRME
EEEF DOMINGOS ACATAUASSU NUNES	MARCO	PEDREIRA/TERRA FIRME
SABER-SERVICO DE ATENDIMENTO B. EM REABILITACAO	MARCO	PEDREIRA/TERRA FIRME
EEEF SANTO AGOSTINHO	MARCO	PEDREIRA/TERRA FIRME
EEEF PROFA DONATILA SANTANA LOPES	PEDREIRA	PEDREIRA
EEEF DR JUSTO CHERMONT	PEDREIRA	PEDREIRA
EEEF MAROJA NETO	PEDREIRA	PEDREIRA
EEEFM RODRIGUES PINAGE	PEDREIRA	PEDREIRA
EEEFM SALESIANA DO TRABALHO	PEDREIRA	PEDREIRA
EEEF MILTON PEREIRA DE MELO	PEDREIRA	PEDREIRA
EEEFM NOSSA SENHORA DA CONCEICAO APARECIDA	PEDREIRA	PEDREIRA
EEEFM DR FREITAS	UMARIZAL	PEDREIRA
EEEF PROF WALDEMAR RIBEIRO	UMARIZAL	PEDREIRA
EEEF SAO VICENTE DE PAULA	UMARIZAL	PEDREIRA
ERC EIF PAULA FRASSINETI	UMARIZAL	PEDREIRA
ERC INSTITUTO FELIPE SMALDONE	UMARIZAL	PEDREIRA
ERC ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE	UMARIZAL	PEDREIRA
EEEFM DONA HELENA GUILHON	COQUEIRO	TAPANÃ
EEEF LINDANOR CELINA COELHO CASSHA	PARQUE VERDE	TAPANÃ
EEEM RAYMUNDO MARTINS VIANNA	PARQUE VERDE	TAPANÃ
EEEM DR JOSE MARCIO AYRES	TAPANÃ	TAPANÃ
EEEIF SUB OF EDVALDO BRANDAO DE JESUS	TAPANÃ	TAPANÃ
EEEIF AMERICO SOUZA DE OLIVEIRA	TAPANÃ	TAPANÃ
EEEF SAO FRANCISCO DE ASSIS	TAPANÃ	TAPANÃ
EEEF SAO JERONIMO	TAPANÃ	TAPANÃ
EEEF PROFA CLAUDINE GABRIELE LIMA E SILVA	TAPANÃ	TAPANÃ
ERC EF NOSSA SENHORA DO CARMO	TAPANÃ	TAPANÃ
EEEF DR MARIA ESTER MOUTA DE OLIVEIRA	TAPANÃ	TAPANÃ
EEEF CANARINHO	TAPANÃ	TAPANÃ
EEEF BENEDITO MONTEIRO	TAPANÃ	TAPANÃ
EEEF ALDEBARO KLAUTAU	TAPANÃ	TAPANÃ
EEEFM PADRE FRANCISCO BERTON	TAPANÃ	TAPANÃ
EEEF NOSSA SENHORA DE GUADALUPE	TAPANÃ	TAPANÃ
EEEFM DR CELSO MALCHER	CANUDOS	TERRA FIRME
EEEFM ACACIO FELICIO SOBRAL	CANUDOS	TERRA FIRME
EEEFM AUGUSTO OLIMPIO	CANUDOS	TERRA FIRME
EEEF RUTH PASSARINHO	CURIO	TERRA FIRME
EEEIFM BRIGADEIRO FONTENELLE	TERRA FIRME	TERRA FIRME
EEEF MATEUS DO CARMO	TERRA FIRME	TERRA FIRME
EEEF FONTE VIVA	TERRA FIRME	TERRA FIRME
EEEF MORADORES DA TERRA FIRME	TERRA FIRME	TERRA FIRME
EEEFM MARIO BARBOSA	TERRA FIRME	TERRA FIRME
EEEFM PROF VIRGILIO LIBONATI	TERRA FIRME	TERRA FIRME

Fonte: Site SEDUC.

ANEXO Nº 06

- Diagnóstico Socioterritorial do Município de Belém/PA - 2015

Rede de Saúde do Município

Unidade de Saúde	Bairro	CRAS
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA ÁGUAS LINDAS I	ÁGUAS LINDAS	AURÁ
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA ÁGUAS LINDAS II	ÁGUAS LINDAS	AURÁ
SESMA/FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL CABANAGEM	CABANAGEM	AURÁ/BENGUÍ
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA CARMELÂNDIA	CABANAGEM	AURÁ/BENGUÍ
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA CRISTO REDENTOR	CABANAGEM	AURÁ/BENGUÍ
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA EDUARDO ANGELIM	CABANAGEM	AURÁ/BENGUÍ
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA PANORAMA XXI	CABANAGEM	AURÁ/BENGUÍ
SESMA/UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE DE CABANAGEM	CABANAGEM	AURÁ/BENGUÍ
SESMA/UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE MAGUARI	COQUEIRO	AURÁ/TAPANÃ
HOSPITAL METROPOLITANO DE BELÉM	COQUEIRO	AURÁ/TAPANÃ
LACEN- UNIDADE DE REFERÊNCIA LABORATÓRIO CENTRAL	COQUEIRO	AURÁ/TAPANÃ
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA SOUZA	SOUZA	AURÁ/PEDREIRA
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA UMA	UNA	AURÁ/BENGUÍ
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA BARREIRO I	BARREIRO	BARREIRO
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA ÁGUA CRISTAL	MARAMBAIA	BARREIRO/BENGUÍ/PEDREIRA
SESMA/UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE TAVARES BASTOS	MARAMBAIA	BARREIRO/BENGUÍ/PEDREIRA
SESPA/CAPS-CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL MARAMBAIA	MARAMBAIA	BARREIRO/BENGUÍ/PEDREIRA
SESMA/UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE DA MARAMBAIA	MARAMBAIA	BARREIRO/BENGUÍ/PEDREIRA
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA CDP	MAREX	BARREIRO
CENTRO DE CUIDADOS A DEPENDENTES QUÍMICOS	NOVA MARAMBAIA	BARREIRO/BENGUÍ/PEDREIRA
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA CANAL DO GALO I	SACRAMENTA	BARREIRO
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA BARREIRO II	SACRAMENTA	BARREIRO
SESMA/CASA DIA- CENTRO DE ATENÇÃO EM DOENÇAS INFECCIOSAS ADQUIRIDAS	SACRAMENTA	BARREIRO
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA MALVINAS	SACRAMENTA	BARREIRO
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA SACRAMENTA	SACRAMENTA	BARREIRO
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA SÃO JOAQUIM	SACRAMENTA	BARREIRO
SESMA/UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE SACRAMENTA	SACRAMENTA	BARREIRO
SESPA/URE REABILITAÇÃO DR. DEMÉTRIO MEDRADO	SACRAMENTA	BARREIRO
SESPA/URE DIPE-UNID. DE REF. ESPEC. EM DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS ESPECIAIS	TELÉGRAFO	BARREIRO
SESMA/UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE TELÉGRAFO	TELÉGRAFO	BARREIRO
SESMA/UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE - VILA DA BARCA	TELÉGRAFO	BARREIRO
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA VILA DA BARCA	TELÉGRAFO	BARREIRO
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA TELÉGRAFO	TELÉGRAFO	BARREIRO
SESMA/UNIDADE MUN DE SAÚDE PARAÍSO DOS PASSÁROS	VAL-DE-CÃES	BARREIRO
SESMA/UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE PROVIDÊNCIA	VAL-DE-CÃES	BARREIRO
AMBULANCHA MARAJOARA	VAL-DE-CÃES	BARREIRO
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA BENGUÍ	BENGUÍ	BENGUÍ
SESMA/FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL BENGUÍ	BENGUÍ	BENGUÍ
SESMA/UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE BENGUI 1	BENGUÍ	BENGUÍ
SESMA/UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE BENGUI 2	BENGUÍ	BENGUÍ
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA MANGUEIRÃO	BENGUÍ	BENGUÍ
SESPA/CAPS- CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL GRÃO PARÁ	BATISTA CAMPOS	CREMAÇÃO
HEMOPA- FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ	BATISTA CAMPOS	CREMAÇÃO
SESMA/UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE CONDOR	CONDOR	CREMAÇÃO
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA CONDOR	CONDOR	CREMAÇÃO
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA RADIONAL II	CONDOR	CREMAÇÃO
SESMA/UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE CREMAÇÃO	CREMAÇÃO	CREMAÇÃO
SESMA/CASA DO TRABALHADOR	CREMAÇÃO	CREMAÇÃO
SESMA/CIM-CENTRO DE INFORMAÇÃO DE MEDICAMENTOS	NAZARÉ	CREMAÇÃO

SESMA/SAI-SERV DE INFORM. MEDICAMENTO DA AMAZÔNIA	NAZARÉ	CREMAÇÃO
CLÍNICA DOS ACIDENTADOS (CONVÊNIO COM SUS)	NAZARÉ	CREMAÇÃO
POLICLÍNICA INFANTIL DE NAZARÉ	NAZARÉ	CREMAÇÃO
HOSPITAL INFANTIL Sª TEREZINHA LTDA (CONVÊNIO SUS)	NAZARÉ	CREMAÇÃO
SESPA/CAPS-CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL CREMAÇÃO	NAZARÉ	CREMAÇÃO
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	SÃO BRÁS	CREMAÇÃO
HOSPITAL OFIR LOYOLA	SÃO BRÁS	CREMAÇÃO
BENEFICIÊNCIA NIPO-BRASILEIRA DA AMAZÔNIA	SÃO BRÁS	CREMAÇÃO
SESMA/CASA MENTAL ADULTO	SÃO BRÁS	CREMAÇÃO
SESMA/CASA MENTAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	SÃO BRÁS	CREMAÇÃO
SESMA/CIT-CENTRO DE INFORMAÇÕES TOXICOLÓGICAS	GUAMÁ	GUAMÁ
CENTRO ODONTOLÓGICO DA UFPA	GUAMÁ	GUAMÁ
HOSPITAL PRONTO SOCORRO MUN HUMBERTO MARADEI GUAMÁ	GUAMÁ	GUAMÁ
HOSPITAL UNIVERSITARIO BARROS BARRETOS-HUJBB	GUAMÁ	GUAMÁ
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO BETTINA FERRO DE SOUZA-HUBF	GUAMÁ	GUAMÁ
SESMA/UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE DO GUAMÁ	GUAMÁ	GUAMÁ
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA RIACHO DOCE	GUAMÁ	GUAMÁ
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA COMBÚ	ILHA DO COMBU	GUAMÁ
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA AGULHA	AGULHA	ICOARACI
SESMA/UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE DE ICOARACI	CRUZEIRO	ICOARACI
SESPA/CAPS-CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ICOARACI	ICOARACI	ICOARACI
SESMA/ UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA PARQUE GUAJARÁ	ICOARACI	ICOARACI
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA ÁGUAS NEGRAS	ICOARACI	ICOARACI
HOSPITAL REGIONAL ABELARDO SANTOS	ICOARACI	ICOARACI
CLÍNICA E MATERNIDADE SÃO LUCAS (CONVÊNIO SUS)	ICOARACI	ICOARACI
CLÍNICA SANTO ANTONIO LTDA (CONVÊNIO COM O SUS)	ICOARACI	ICOARACI
SESMA/UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE DE COTIJUBA	ILHA COTIJUBA	ICOARACI
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA COTIJUBA	ILHA DE COTIJUBA	ICOARACI
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA PARACURI	PARACURI	ICOARACI
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA PARACURI II	PARACURI	ICOARACI
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA PRATINHA	PRATINHA	ICOARACI
SESMA/UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE DA PRATINHA	PRATINHA	ICOARACI
CLÍNICA DE CRIANÇAS PIO XII (CONVÊNIO SUS)	CAMPINA	JURUNAS
CENTRO DE REFERÊNCIA ESTADUAL EM SAÚDE DO TRABALHADOR	CAMPINA	JURUNAS
HOSPITAL E MATERNIDADE DO POVO	CAMPINA	JURUNAS
SESMA/FARMÁCIA POPULAR	CAMPINA	JURUNAS
SESPA/URE PRESIDENTE VARGAS	CAMPINA	JURUNAS
SESMA/ CTA -CENTRO DE TESTAGEM E ACONSELHAMENTO	CENTRO	JURUNAS
HOSPITAL ORDEM TERCEIRA (CONVÊNIO COM O SUS)	CENTRO	JURUNAS
CENTRAL DE REGULAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ	CENTRO	JURUNAS
SESPA/ TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO	CENTRO	JURUNAS
SESMA/CASA DA MULHER	CIDADE VELHA	JURUNAS
SESPA/UNIDADE MÓVEL TERRESTRE I CBM	CIDADE VELHA	JURUNAS
SESMA/DERE- DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO	COMÉRCIO	JURUNAS
SESMA/FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL JURUNAS	JURUNAS	JURUNAS
SESMA/UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE JURUNAS	JURUNAS	JURUNAS
SESPA/URES REDUTO	REDUTO	JURUNAS
SESMA/UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE DA BAÍA DO SOL	BAÍA DO SOL	MOSQUEIRO
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA BAIA DO SOL	BAÍA DO SOL	MOSQUEIRO
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA CARANANDUBA	CARANANDUBA	MOSQUEIRO
SESMA/CENTRO DE SAÚDE DE CARANANDUBA	CARANANDUBA	MOSQUEIRO
SESMA/UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARANANDUBA	CARANANDUBA	MOSQUEIRO
SESMA/UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE DA MARACAJÁ	MARACAJÁ	MOSQUEIRO
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA FURO DAS MARINHAS	MOSQUEIRO	MOSQUEIRO

SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA MARACAJÁ	MOSQUEIRO	MOSQUEIRO
SESMA/CASA RECRIAR	MOSQUEIRO	MOSQUEIRO
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA AEROPORTO	MOSQUEIRO	MOSQUEIRO
HOSPITAL MUNICIPAL DO MOSQUEIRO	MOSQUEIRO	MOSQUEIRO
SESMA/CASA MENTAL DE MOSQUEIRO	VILA	MOSQUEIRO
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA OUTEIRO	OUTEIRO	OUTEIRO
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA FAMA	OUTEIRO	OUTEIRO
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA FIDELIS	OUTEIRO	OUTEIRO
SESMA/UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE DO OUTEIRO	SÃO JOÃO DE OUTEIRO	OUTEIRO
SESMA/UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE DE FÁTIMA	FÁTIMA	PEDREIRA
SESMA/SAMU-SERVIÇO DE ATEND MÓVEL DE URGÊNCIA	FÁTIMA	PEDREIRA
SESMA/NOTIFICAÇÃO INFECTO-CONTAGIOSA	MARCO	PEDREIRA/TERRA FIRME
SESMA/CASA AD – CENTRO DE ATENÇÃO PSICOS. USUÁRIO DE ÁLCOOL E DROGAS	MARCO	PEDREIRA/TERRA FIRME
SESMA/CASA DO IDOSO	MARCO	PEDREIRA/TERRA FIRME
SESMA/CENTRO DE ESPEC MÉDICA E ODONTOLÓGICA-CEMO	MARCO	PEDREIRA/TERRA FIRME
HOSPITAL SAMARITANO (CONVÊNIO COM O SUS)	MARCO	PEDREIRA/TERRA FIRME
CASA DE SAÚDE SANTA CLARA (CONVÊNIO COM SUS)	MARCO	PEDREIRA/TERRA FIRME
SESPA/CENTRO DE SAÚDE ESCOLA DO MARCO	MARCO	PEDREIRA/TERRA FIRME
SESMA/ UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA PARAÍSO VERDE	MARCO	PEDREIRA/TERRA FIRME
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA CANAL DA VISCONDE	PEDREIRA	PEDREIRA
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA VISCONDE	PEDREIRA	PEDREIRA
SESPA/UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA PEDREIRA	PEDREIRA	PEDREIRA
SESPA/CAPS-CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL RENASCER	PEDREIRA	PEDREIRA
HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA	PEDREIRA	PEDREIRA
SESMA/PFS CANAL DO GALO	PEDREIRA	PEDREIRA
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA CANAL DO GALO II	PEDREIRA	PEDREIRA
SESMA/MÉDICO DOMICILIAR-HPSM	UMARIZAL	PEDREIRA
HOSPITAL DO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL MÁRIO PINOTTI-HPSM	UMARIZAL	PEDREIRA
HOSPITAL DOM LUIZ I (CONVÊNIO COM O SUS)	UMARIZAL	PEDREIRA
CENTRO DE RECUPERAÇÃO NUTRICIONAL/SANTA CASA	UMARIZAL	PEDREIRA
POLICLÍNICA DR. LAURO MAGALHÃES(SUS)	UMARIZAL	PEDREIRA
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA	UMARIZAL	PEDREIRA
SESPA/ACOLHIMENTO ESTADUAL PARA PORTADORES DO HIV	UMARIZAL	PEDREIRA
SESPA/URE MIA - MATERNO INFANTIL E ADOLESCENTE	UMARIZAL	PEDREIRA
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA PARQUE VERDE	PARQUE VERDE	TAPANÃ
SESMA/UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE SATÉLITE	SATÉLITE	TAPANÃ
SESMA/UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE SIDERAL	SIDERAL	TAPANÃ
SESMA/UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE DO TAPANÃ	TAPANÃ	TAPANÃ
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA TAPANÃ I	TAPANÃ	TAPANÃ
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA TAPANÃ II	TAPANÃ	TAPANÃ
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA TAPANÃ III	TAPANÃ	TAPANÃ
SESMA	TAPANÃ	TAPANÃ
HOSPITAL NOSSA SENHORA DE NAZARÉ	CANUDOS	TERRA FIRME
ASSOC. ADVENTISTA NORTE DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA	CANUDOS	TERRA FIRME
SESMA/UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE DO CURIÓ	CURIÓ UTINGA	TERRA FIRME
SESMA/UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE TERRA FIRME	TERRA FIRME	TERRA FIRME
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA TERRA FIRME	TERRA FIRME	TERRA FIRME
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA PARQUE AMAZÔNIA I	TERRA FIRME	TERRA FIRME
SESMA / UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA PARQUE AMAZÔNIA II	TERRA FIRME	TERRA FIRME

Fonte: SESMA/SESPA.

ANEXO Nº 07

Rede de Apoio Comunitário

Entidade	Bairro
Associação dos Moradores do Conjunto Verdejante I, II e III	Águas Lindas
Associação dos Moradores do Conjunto Verdejante IV	Águas Lindas
Associação da Fazendinha	Águas Lindas
Associação do Conjunto Nova Vida	Águas Lindas
Conselho de Segurança do Bairro –CONSEG	Águas Lindas
União dos Moradores do Bairro Águas Lindas	Águas Lindas
União do Bairro da Águas Lindas	Águas Lindas
Centro Nova Vida	Águas Lindas
Comunidade Eclesial de Base Sta. Terezinha	Águas Lindas
Comunidade Santana do Aurá	Águas Lindas
Comunidade da Sagrada Família	Águas Lindas
Associação Lar de Ismael	Souza
Casa da Criança Sta. Inês/Missionária Sta. Terezinha	Souza
Fundação Pestalozzi do Pará	Souza
Preventório Sta. Terezinha	Souza
Associação dos Moradores do Bairro Castanheira	Castanheira
Associação Esportiva e Cultural da Cabanagem	Cabanagem
Associação Comunitária Parque Cabanagem	Cabanagem
ONG Vitória Régia	Cabanagem
Associação dos Moradores do Conjunto Jardim Europa	Coqueiro
Associação Beneficente São Carlos do Brasil	Mangueirão
Associação dos Moradores do Conj. Resid. Jardim JADERLAR	Mangueirão
Igreja Quadrangular Templo da Fé	Mangueirão
Associação dos Moradores do Conjunto Catalina	Benguí
Associação dos Moradores do Bairro Sta. Rita e Joana Darc	Telégrafo
Associação das Senhoras Rotarianas	Val-de-Cães
Centro Comunitário Providência	Val-de-Cães
Clube de Mães Nossa Senhora da Providência	Val-de-Cães
Clube de Mães da Comunidade do Bairro da Sacramenta	Sacramenta
Associação Cultural Social Esporte e Lazer	Sacramenta
Grupo Comunitário São Sebastião	Sacramenta
Instituto Catarina Labourê	Sacramenta
Projeto Bom Jesús	Sacramenta
União dos Amigos do Bairro da Sacramenta	Sacramenta
Associação dos Moradores da Sacramento – Área 2	Sacramenta
Associação das Mulheres da Maracangalha	Maracangalha
Associação dos Moradores da Maracangalha	Maracangalha
Sociedade Civil Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Barreiro
Associação Comunitária do Bairro do Barreiro	Barreiro
Centro Comunitário Santa Rosa	Barreiro
Associação Escolinha do Barreiro	Barreiro
Associação Grupo Folclore Sol	Barreiro
Movimento Cultural do Barreiro	Barreiro
Associação Comunitária Nova Aliança Unidos Venceremos	Barreiro
Associação Capela de São Benedito	Barreiro
Associação da Igreja Metodista	Pedreira
Centro Comunitário Unidos Venceremos	Pedreira
Agremiação Carnavalesca Unidos da Pedreira	Pedreira
Centro Social Auxílium	Pedreira
Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição - PROVIPAZ	Pedreira
Congregação das Irmãs Missionárias de Imaculada	Pedreira

Embaixada se Samba Império Pedreirense	Pedreira
Paróquia da Confissão Luterana de Belém	Pedreira
Sociedade Beneficente Esporte Clube Alegria	Pedreira
Igreja Batista da Pedreira	Pedreira
Ação Social da Matinha	Fátima
Centro de Evangelização de Fátima- CEFAT	Fátima
Centro Espírita Osvaldo Santos	Fátima
Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA Emaús	Umarizal
Clube de Mães da Marambaia	Marambaia
Sociedade Beneficente Nossa Senhora de Nazaré	Marambaia
Fundação Dionísio Hage – Creche Salomão Serruya	Marco
Associação dos Moradores da Caripunas	Jurunas
Associação dos Moradores da Passagem São Silvestre	Jurunas
Carinha de Anjo	Jurunas
Centro Comunitário Allan Kardec	Jurunas
Centro Comunitário Gonçalo Duarte	Jurunas
Centro Comunitário Honório José dos Santos	Jurunas
Centro Comunitário Moradores da Timbiras	Jurunas
Associação dos Micro Produtores –JUNIP	Jurunas
Comunidade de Base do Jurunas –COBAJUR	Jurunas
Movimento de Moradores do Jurunas e Cidade Velha	Jurunas
Grupo Comunitário Limueiro	Jurunas
Instituto Sócio Educativo Dom Manoel	Jurunas
Juventude e Arte Comunitária –JUNTAC	Jurunas
Grupo Comunitário União	Jurunas
Rancho Não Posso Me Amofinas	Jurunas
Associação dos Moradores da Radional II	Jurunas
Centro Comunitário Helena Dias	Jurunas
Centro Comunitário Osvaldo Caldas Brito	Jurunas
Associação de Mulheres do Jurunas	Jurunas
Centro Comunitário Paulo Roberto	Jurunas
Igreja Cristã Evangélica Monte Sinai	Jurunas
Movimento de Luta e Moradia Novo Horizonte	Jurunas
Associação dos Moradores da Passagem Guajará	Jurunas
Grupo de Mulheres da Área Central –GEMPAC	Cidade Velha
Associação das Sra. Rotarianas – Casa da Amizade	Campina
Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará –CEDENPA	Cremação
Associação de Moradores do Bairro da Cremação –AMOCRE	Cremação
Associação dos Malhadores do Judas	Cremação
Associação Aliança Fraternal	Cremação
Associação Esportiva de Boxe Rock Balboa	Cremação
Centro Espírita Amor a Maria	Cremação
Legião da Boa Vontade	Batista Campos
Beneficência Nipo Brasileira da Amazônia	São Braz
Associação de Integração Esportiva – ASSINE	Nazaré
Congregação das Irmãs Pobres/ Colégio Sta. Catarina de Sena	Nazaré
Associação Comunitária do Bairro do Guamá	Guamá
Associação de Pais e Educadores Moaraná	Guamá
Associação dos Moradores do Bairro do Guamá	Guamá
Associação Pia Obra Social da Igreja Sta. Maria Goreti	Guamá
Associação Sócio Cultural Sta. Parceria	Guamá
Centro Comunitário do Bairro do Guamá (20 de fevereiro)	Guamá
Centro Comunitário do Bairro do Guamá – Núcleo 14de Abril	Guamá
Centro Comunitário do Bairro do Guamá – Núcleo Caraparú	Guamá

Centro Comunitário Popular	Guamá
Comunidade Jesus Libertador	Guamá
Centro Catequético de Promoção Humana Sta. Izabel da Hungria	Guamá
Centro Educacional Batista da Amazônia	Guamá
Associação dos Moradores do Cordeiro de Farias	Tapanã
Centro Comunitário São Francisco de Assis	Tapanã
Centro Comunitário Dra. Maria Ester Mouta	Tapanã
Centro Comunitário Rua da Olaria	Tapanã
Centro Educacional Cultural São Jerônimo	Tapanã
Associação dos Moradores Jardim N. Morada	Tapanã
CONSEG Conselho Comunitário de Segurança	Tapanã
Creche Escola Comunitária Dialética do Pará	Tapanã
Ass. Dos Moradores do Conj. Antonio T. Gueiros	Tapanã
MOCULTA- Movimento Cultural do Tapanã	Tapanã
Associação São Gaspar – Tapanã	Tapanã
Associação de Moradores do Conjunto Aldo Almeida	Tapanã
Ass. Comunitária Maria de Nazaré	Tapanã
Ass. Moradores São Gaspar	Tapanã
Ass. Dos Moradores do Conjunto Aldo Almeida	Tapanã
Centro de Integração Social e Cidadania Kikuchi	Tapanã
Ass. Moradores Residencial Parque Vitória Régia	Tapanã
Ass. Dos Moradores da Comunidade Primavera	Tapanã
Centro Comunitário Parque União	Tapanã
Centro Comunitário Parque União	Tapanã
Jardim Primavera	Tapanã
Ass. Dos Moradores do Conjunto Tapajós	Tapanã
Centro Comunitário Padre Jósimo	Tapanã
Comunidade N. Senhora do Carmo	Tapanã
Associação de Moradores do Jardim Nova Morada	Tapanã
Associação dos Moradores do Residencial Ranário	Tapanã
Associação do Canarinho	Tapanã
Centro Comunitário Parque	Tapanã
Associação dos Moradores Campos Elísios	Tapanã
Federação Paraense de Entidades do Movimento Social –FEPEM	Tapanã
Residencial Tropical	Tapanã
Centro Comunitário Parque União	Tapanã
Ass. Dos Moradores do Residencial Tapanã – Bairro da Fé	Tapanã
Associação de Mulheres do Parque União	Tapanã
Conselho de Segurança Comunitária do Tapanã - CONSEG	Tapanã
Associação Técnico Park Verde	Parque Verde
Centro Comunitário Parque Verde	Parque Verde
Associação de Moradores Morada Nova	Maracacuera/Icoaraci
Comunidade Nova Esperança	Maracacuera/Icoaraci
Associação dos moradores da rua Pedro Álvares Cabral	Agulha/Icoaraci
Ass. Dos Moradores do Bairro da Agulha	Agulha/Icoaraci
Centro Comunitário a Voz do Povo de Icoaraci	Ponta Grossa/Icoaraci
Associação dos Moradores da Passagem do Rosário	Campina de Icoaraci
Pastoral da Criança da Paróquia de São Francisco de Assis	Campina de Icoaraci
Comunidade Católica IESHUA, 1107	Campina de Icoaraci
Igreja Pentecostal do Aviamento de Jesus Cristo	Campina de Icoaraci
Comunidade Bom Sossego	Campina de Icoaraci
Irmã Dulce	Campina de Icoaraci
Comunidade Unidos pra Vencer	Campina de Icoaraci
Comunidade Central Park	ParacuriIII/Icoaraci

Comunidade Terra Santa	Paracuri/Icoaraci
Ass. Dos Moradores do Residencial Guará	Paracuri/Icoaraci
Ass. Comunitária São Sebastião	Paracuri/Icoaraco
Sociedade São Vicente de Paula	Paracuri I/Icoaraci
Associação dos Moradores do Conj. Resid. Ipalpixuna	Tenoné/Icoaraci
Associação dos Moradores do Recanto Verde	Maracuera/Icoaraci
Associação dos Moradores da Morada de Deus I e II	Maracacuera/Icoaraci
Ass. Dos Moradores do Residencial Amazonex	Maracacuera /Icoaraco
Ass. De Moradores de Uchiteua	Maracacuera/Icoaraci
Associação de Mulheres Parque Zoghbi	Maracacuera/Icoaraci
Associação de Mulheres Guerreiras do Tenoné	Tenoné/Icoaraci
Centro Comunitário 13 de Janeiro	Tenoné/Icoaraci
Associação das Mulheres Independentes do Estado do Pará	Tenoné/Icoaraci
Associação de Moradores da Al. Das Palmeiras	Parque Guajará/Icoaraci
Associação Beneficente Paz Amor e Cidadania	Cruzeiro/Icoaraci
Clube de Mães do Sagrado Coração de Jesús	Cruzeiro/Icoaraci
Rabo do Peru	Cruzeiro/Icoaraci
Espaço Cultural Coisa de Negro	Cruzeiro/Icoaraci
Grêmio Social Cultural Mocidade Olariense	Cruzeiro/Icoaraci
Pastoral da Criança da Paróquia de São João Batista e N. Srª das Graças	Cruzeiro/Icoaraci
Centro Comunitário Nossa Senhora das Graças	Agulha/Icoaraci
Associação dos Moradores do Riso	Agulha/Icoaraci
Pastoral da Criança da Paróquia Nossa Senhora de Fátima	Agulha/Icoaraci
Centro comunitário Águas Negras	Águas Negras/Icoaraci
Clube de Mães Sagrada Família	Pratinha
Ação Social Comunidade Amiga - ASCA	Pratinha
Ass. Parque Artur Bernardes II	Pratinha II
Centro Comunitário Nossa Senhora do Ó	Maracajá/Mosqueiro
Escola de Música Alberto Bastos	Maracajá/Mosqueiro
Pão de Sto. Antônio	Vila/Mosqueiro
Associação Viva Mosqueiro	Vila/Mosqueiro
Grupo de Capoeira Cavalinho Branco	Vila/Mosqueiro
Escolinha de Futebol Curumins	Vila/Mosqueiro
Assembleia de Deus	Vila/Mosqueiro
Centro Comunitário MAC	Aeroporto/Mosqueiro
Centro Comunitário Amiguinhos de Jesús	Mangueiras/Mosqueiro
Instituto Arcelina Elias	Porto Artur/Mosqueiro
Centro Comunitário São Francisco	São Francisco/Mosqueiro
Instituto Ampliar	Carananduba/Mosqueiro
Centro Comunitário Brasil Novo	Carananduba/Mosqueiro
Associação Viva Bem	Carananduba/Mosqueiro
Associação Gunnar-Vigren	Carananduba/Mosqueiro
Associação dos microprodutores Esperança Viva	Carananduba Mosqueiro
Projeto Max Barros	Carananduba/Mosqueiro
Colônia Z - 9	Baia do Sol/Mosqueiro
Banco Tupinambá	Baia do Sol/Mosqueiro
Associação de Mulheres Pescadoras	Baia do Sol/Mosqueiro
Conselho Comunitário de Segurança da Ilha de Caratateua	São João de Outeiro
Centro Comunitário São João do Outeiro	São João do Outeiro
Ass. Cultural de Esporte e Lazer de Outeiro	São João do Outeiro
Capela de São Miguel Arcanjo	São João do Outeiro
Associação Rua nova República	São João do Outeiro
Grupo Ambiental Natureza Viva	São João de Outeiro
Ass. Dos Barraqueiros e comerciantes da Ilha de Caratateua	Água Boa/Outeiro

Centro Comunitário Copacabana do Norte	Água Boa/Outeiro
Associação Cultural Mulheres da Paz	Água Boa/Outeiro
Projeto SOS vida (Socied. de Orientação Sistemática para a Vida)	Água Boa/Outeiro
Associação Amigos da Praça da Água	Água Boa/Outeiro
Associação de Oficinas Artesanais	Água Boa/Outeiro
Associação de Produtores e Agricultores do Fama e Tucumaeira	Água Boa/Outeiro
Associação de Mulheres da Ilha de Caratateua	Água Boa/Outeiro
Associação Comunitária ITA	Brasília/Outeiro
Pastoral da Criança	Brasília/Outeiro
Ass. de Capoeira (Grupo Menino e Bom Educando com Arte)	Brasília/Outeiro
Centro Comunitário do Fama	Fama/Outeiro
Associação de Mulheres Ativa do Fidelis	Fidelis/Outeiro
Centro Educacional e Comunitário Nobre Saber	Fidelis/Outeiro

Fonte: CRAS/FUNPAPA, 2015.

ANEXO Nº 08

Fotos consulta às lideranças comunitárias

